

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS AQUIDAUANA**

REVISTA DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

GEPFIP

**Dossiê: Estudos Interdisciplinares
entre História, Literatura e as
Pedagogias do Corpo**



**v.2 n. 14 (2024)
Edição Especial**



Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP

© 2024 by Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP

Publicação Oficial do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Interdisciplinar de Professores (GEPFIP) – Curso de Pedagogia/UFMS/Campus de Aquidauana.

PRODUÇÃO EDITORIAL

Projeto gráfico, diagramação, editoração eletrônica, revisão de normalização, capa

Vera Lucia Gomes (UFMS/CPAQ, Brasil)

Organização

Dra. Janete Rosa da Fonseca (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dr. Cleyton Rodrigues dos Santos – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO, Brasil)

Divulgação

Eletrônica

Contato Principal

Dra. Vera Lucia Gomes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Campus de Aquidauana

E-mail: vera.lucia@ufms.br

Endereço para correspondência

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPAQ

R. Oscar Trindade de Barros, 740, Bairro da Serraria, Aquidauana/MS – CEP: 79200-000

E-mail: gepfip@gmail.com Site: <http://www.seer.ufms.br/index.php/deaint>

Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP. Publicação Oficial do Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar de Professores (GEPFIP) Curso de Pedagogia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. Aquidauana: UFMS/CPAQ. 2024. **Edição Especial**

v. 2, n. 14, p. 1-293, ago. 2024.

Edição Especial - Dossiê: Estudos interdisciplinares entre História, Literatura e as Pedagogias do Corpo

1. Educação – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD 370.5

CDU 37 (05)



Esta obra está licenciada com uma

Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional.

As opiniões emitidas nas matérias desta Revista são de inteira responsabilidade dos seus autores. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, porém, deve-se citar a fonte.



Revista Diálogos Interdisciplinares - Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Interdisciplinar de Professores (GEPPFIP) – Curso de Pedagogia. UFMS/CPAQ.

Dra. Vera Lucia Gomes (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Ana Lúcia Gomes da Silva (Espaço Eco Pantaneiro/MS, Brasil)

Dra. Franchys Marizethe Nascimento Santana Ferreira (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Rita de Fátima da Silva (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Janete Rosa da Fonseca (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dirigentes da Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPPFIP (UFMS/CPAQ)

Marcelo Augusto Santos Turine

Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Ana Grazielle Lourenço Toledo

Diretora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana

EQUIPE EDITORIAL

Conselho Científico

Dra. Ana Maria Ramos Sanchez Varella (UNIP/SP, Brasil)

Dra. Ivani Catarina Arantes Fazenda (PUC/SP, Brasil)

Dra. Maria Sueli Periotto (PUC/SP – LBV/SP, Brasil)

Dra. Mariana Aranha de Souza (UNITAU/SP, Brasil)

Dr. Pedro José Arrifano Tadeu (Instituto Politécnico da Guarda/Portugal)

Conselho Executivo

Dra. Ana Grazielle Lourenço Toledo (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Franchys Marizethe Nascimento Santana Ferreira (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Janete Rosa da Fonseca (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Rita de Fátima da Silva (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Vera Lucia Gomes (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Ana Lúcia Gomes da Silva (Espaço Eco Pantaneiro/MS, Brasil)

Dra. Helen Paola Vieira Bueno (UFMS/CPAQ, Brasil)

Conselho Científico

Dra. Vera Lucia Gomes (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Janete Rosa da Fonseca (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dra. Egeslaine De Nez (UFRGS, Brasil)

Dra. Richele Richéle Timm dos Passos da Silva (UFPEL, Brasil)

Dr. Cleyton Rodrigues dos Santos (UFMS/CPAQ, Brasil)

Dr. José Aldair Pinheiro (SEDUC/MT/GPED/CNPQ/BRASIL)

Dr. Pedro José Arrifano Tadeu (IPG/Portugal)

Dr. Marcelo Victor da Rosa (UFMS/FAED/CPAQ)

Dr. Antônio Firmino de Oliveira Neto (UFMS/CPAQ)

Dr. Marcos Rogério Heck Dorneles (UFMS/CPAQ)



SUMÁRIO

PREFÁCIO	7-8
Janete Rosa da Fonseca Cleyton Rodrigues dos Santos	

Artigos

LONGE DOS OLHOS E DO CONTROLE: A ESCRAVIDÃO URBANA EM RIO CLARO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	9-29
Cleyton Rodrigues dos Santos Janete Rosa da Fonseca	

A FIGURA DA MULHER PANTANEIRA, PROTAGONISMO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: UMA ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA	30-46
Cláudia de Medeiros	

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E INTERSECCIONAL	47-58
Ellen Maria Machado Santos Fernandes Janete Rosa da Fonseca	

TRAMA & TRAÇADOS DA DONA	59-82
Jehferson Guimarães Alves Da Rosa	

CENTRO MUNICIPAL DE INTERPRETAÇÃO DE CAMPO GRANDE – MS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS. (2021-2024)	83-92
Juveirce Christiane Medeiros Ramos Condi Antônio Firmino de Oliveira Neto	

NECROPOLÍTICA E O ENSINO SUPERIOR: IMPACTOS E IMPLICAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	93-105
Ligiane Monteiro de Arruda Marcelo Victor da Rosa	

OBSESSÃO OCULTA, CAÇA ÀS BRUXAS MODERNAS E O DISTRITO DA LUZ VERMELHA: O “AMERICAN (SEXUAL) WAY OF LIFE”	106-125
Marcos Vinícius Pachêco Sousa	

O CORPO, A IGREJA E O SAGRADO: O CORPO EM FOCO	126-139
Laura Marin Lugo Magdalena Janete Rosa da Fonseca	

TEORIAS FEMINISTAS: ANÁLISE HISTÓRICA DAS TRANSFORMAÇÕES E LUTAS FEMINISTAS AO LONGO DOS TEMPOS	140-154
Ingrid Aparecida Gomes	



UM ESTÍMULO AO EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA ATRAVÉS DA LITERATURA NEGRA NOS CORDÉIS DA ESCRITORA JARID ARRAES.....155-172

Flaviana Oliveira Silva

NARRATIVAS ORAIS COMO VEÍCULOS DE IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ESTUDOS CULTURAIS.....173-185

Maria de Fátima Alves Bonifácio

Marcos Rogério Heck Dorneles

DISCURSO FEMINISTA NAS TIRINHAS DA MAFALDA - LITERATURA, LINGUAGENS, DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES QUE DESAFIAM O MACHISMO ESTRUTURAL.....186-193

Priscila Gambarra de Souza Portocarrero

Janete Rosa da Fonseca

SOMOS RICOS E PORNOGRÁFICOS: SEXO, PODER E FAMÍLIA EM NOSSA PARTE DE NOITE, DE MARIANA ENRIQUEZ.....194-206

Marcos Antonio Leite Junior

A IDENTIDADE DO SUJEITO, PODER, POLÍTICAS E OUTRAS ABORDAGEM: QUANDO A INFÂNCIA VAI ALÉM DO AUTISMO.....207-216

Salédja Alana Sales Santana

Janete Rosa da Fonseca

A CULTURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHER NO MUNDO PATRIARCAL.....217-225

Débora Carmo dos Santos

Janete Rosa da Fonseca

A DIVERSIDADE CULTURAL E A MEMÓRIA COLETIVA EM CAMPO GRANDE: UMA ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR.....226-235

Gabriela Palacio Lopes

TENSIONANDO NORMAS E PRÁTICAS: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DE PROFESSORES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UMA ESCOLA PÚBLICA.....236-250

Jhonatan Camara Gomes

Janete Rosa da Fonseca

DISCIPLINARIZAÇÃO E PODER: AS PEDAGOGIAS DO CORPO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA SURDOS.....251-265

Karolaine Leonel de Oliveira

Helen Paola Vieira Bueno

PRAÇA DA REPÚBLICA: CONFLUÊNCIAS DA CULTURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA.....266-281

Naira Corrêa Alva



**PROTAGONISMO INDÍGENA NA GUERRA DO PARAGUAI/GUERRA GUASU
EM TERRITÓRIO DO ANTIGO MATO GROSSO.....282-293**

Raquel Tôrres de Souza

Ana Paula Squinelo



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

PREFÁCIO

Janete Rosa da Fonseca¹
Cleyton Rodrigues dos Santos²

O Dossiê que está sendo apresentando nesta edição trata de temáticas que propõem um diálogo através de estudos interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo.

Com o objetivo de discutir a relação entre Literatura e História a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, pensar a relação entre História, Literatura e as Pedagogias do Corpo mediante a ótica da Decolonialidade em perspectiva interdisciplinar e pensar o Corpo enquanto construção histórica, gênero e uma estratégia política, tanto das normatizações quanto da resistências.

Os/as autores/as que compõe este Dossiê, através de suas pesquisas buscaram estimular a capacidade de transitar do texto para o contexto e efetuar o caminho inverso, de tal sorte que permitam ao (s) leitor (es) compreender tanto a historicidade profunda do fenômeno literário e pedagógico, quanto às singularidades de suas produções enquanto processos expressivos e formais.

É preciso aprimorar nossas ferramentas, manter nossa sensibilidade aguçada e mudar nosso foco de análise teórica e conceitual e começarmos a nos debruçar em temáticas e objetos de investigação que até então nos pareceriam pouco usuais e até inusitados. Necessitamos de novas interpretações, necessitamos de novos olhares para o corpo, esse corpo que sempre foi alvo

¹ Doutora em Educação. Pós Doutora em Neurociência (FURG), Pós Doutora em Educação (UCDB), Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais da UFMS/CPAQ, Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Decoloniais – GPED

² Doutor em História Econômica pela USP – Universidade de São Paulo. Professor Colaborador do Departamento de História da UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste – Campus Santa Cruz. Pós-doutorando junto ao Programa de Mestrado em Estudos Culturais da UFMS/CPAQ - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Aquidauana – na linha de pesquisa: Sujeitos e Linguagens - Área de Concentração: Estudos Culturais



de interesse ao longo dos tempos, na sala de aula existem corpos cujas existências estão em constante evolução. Os corpos produzem verdades, realidades, comportamentos, carregam marcas. O corpo produz linguagens e são estas linguagens em uma perspectiva interdisciplinar com a história e a literatura que vão nos mostrar essa trajetória que implica no processo de produção do corpo, o corpo disciplinado, o corpo escolarizado, o corpo castigado, o corpo heteronormativado.

Desta forma, acreditamos na valiosa contribuição de cada um/a dos/as autores e autoras que participaram da elaboração desse Dossiê, nos sentimos gratos pela, dedicação e empenho que envolveu o aceite de cada um/a nesta produção/reflexão que foram tecidas e que chamam a atenção para as relações de poder que vão constituindo os corpos desde o nascimento.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

LONGE DOS OLHOS E DO CONTROLE: A ESCRAVIDÃO URBANA EM RIO CLARO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

AWAY FROM EYES AND CONTROL: URBAN SLAVERY IN RIO CLARO IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY

Cleyton Rodrigues dos Santos¹

Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

A presente pesquisa tem por objeto analisar a dinâmica societária de escravizados e libertos na cidade de Rio Claro - SP na segunda metade do século XIX. Por meio de documentos como os processos criminais, as ações de liberdade, a imprensa, a literatura, entre outros, materializou-se uma pesquisa sobre o cotidiano escravista, além do processo de modernização das instituições na cidade de Rio Claro durante a segunda metade do século XIX. Buscamos compreender como indivíduos escravizados ou recém egressos do cativeiro, criaram estratégias próprias de sobrevivência tendo como pilar as experiências trazidas do período em que viveram sob o jugo do cativeiro. Procuramos mostrar, também, que a gênese de um mercado de trabalho - propriamente dito - em Rio Claro se deu por meio de um emaranhado de contradições que envolveram práticas sociais concretas dando especial enfoque às relações entre escravizados e libertos, não apenas no interior do grupo social a que pertenciam, mas também, suas relações com outros indivíduos que gravitavam pela paisagem social à época. Nesse sentido, procuramos historicizar, através das ações de indivíduos pertencentes aos grupos subalternos, a luta em um território estranho e a construção de uma rede de relações sociais mergulhados em solidariedades e conflitos étnicos em uma sociedade onde, indivíduos não pertencentes aos grupos dominantes - ou seja, os subalternizados - encontravam dificuldades para inserção.

PALAVRAS-CHAVE: História; Escravidão; Rio Claro; Literatura; Estudos Culturais.

ABSTRACT

¹ Doutor em História Econômica pela USP – Universidade de São Paulo. Professor Colaborador do Departamento de História da UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste – *Campus* Santa Cruz. Pós-doutorando junto ao Programa de Mestrado em Estudos Culturais da UFMS/CPAQ - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Aquidauana – na linha de pesquisa: Sujeitos e Linguagens - Área de Concentração: Estudos Culturais. E-mail: cleyton14santos@gmail.br.

² Pós-doutorado em Neurociência (FURG), Pós-Doutoranda em Diversidade Cultural e Educação Indígena (UCDB). Doutora em Educação. Mestre em Estudos Culturais (ULBRA). Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ, GPED-Grupo de Pesquisa em Estudos Decoloniais. Docente Permanente do Programa de Mestrado em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ). E-mail: janete.fonseca@ufms.br.



The purpose of this research is to analyze the societal dynamics of enslaved and freed people in the city of Rio Claro - SP in the second half of the 19th century. Through documents such as criminal proceedings, freedom actions, the press, literature, among others, research into daily slavery was materialized, in addition to the process of modernization of institutions in the city of Rio Claro during the second half of the 19th century. We seek to understand how enslaved individuals or those recently released from captivity created their own survival strategies based on experiences brought from the period in which they lived under the yoke of captivity. We also seek to show that the genesis of a labor market - properly speaking - in Rio Claro occurred through a tangle of contradictions that involved concrete social practices, giving special focus to the relationships between enslaved and freed people, not just within the group society to which they belonged, but also their relationships with other individuals who gravitated across the social landscape at the time. In this sense, we seek to historicize, through the actions of individuals belonging to subordinate groups, the struggle in a strange territory and the construction of a network of social relations immersed in solidarities and ethnic conflicts in a society where, individuals not belonging to the dominant groups - or that is, the subordinates - encountered difficulties in insertion.

KEYWORDS: History; Slavery; Rio Claro; Literature; Cultural Studies.

1. INTRODUÇÃO

A historiografia das últimas décadas, bem como a produção acadêmica no campo da história social, cultural, política e econômica da escravidão no Brasil passou por grandes transformações e vem produzindo abordagens cada vez mais densas. Atualmente a historiografia possui instrumentos que permitem aos historiadores e cientistas sociais estudar e reconstituir o modo de vida de personagens que circularam pela nossa história, como os escravizados e escravizadas, libertos e libertas, entre outros. Indubitavelmente, a história social e cultural, a literatura e os estudos culturais emergiram como fios condutores nessas novas abordagens, mesmo, conforme afirmou a historiadora Maria do Rosário da Cunha Peixoto, no campo historiográfico o debate não ter sido tão simples (PEIXOTO, 2011, p. 18).

Até a abolição não havia lavouras de homens plenamente livres em São João do Rio Claro. Para conseguir a manutenção da produção de café, que se encontrava em seu auge, a utilização da força de trabalho do escravizado se fazia necessária. De acordo com Warren Dean, em 1885 a população escrava em São João do Rio Claro era da ordem de 4.709 cativos, equivalente a 20,5% da população total do município, decrescendo nos anos subsequentes, sendo 3.304 o número de escravizados no ano de 1887 e 1.663 para o ano de 1888 até o mês de março, respectivamente equivalente a 14,7% e 7,4% da população total, dois meses antes da abolição (DEAN, 1977, p. 63).



Assim sendo, para desenvolver a pesquisa que apresentamos, foi preciso fincar a análise e o estudo em uma investigação empírica, definindo os processos criminais, a imprensa, Atas da Câmara Municipal, a literatura, entre outros, como fontes principais e as estratégias de pesquisa capazes de identificar os personagens inseridos no cotidiano de trabalho escravagista no cerne de um discurso que variava constantemente. Percebemos, a partir das leituras e análise das fontes, a ilustração de indivíduos que viveram subjugados à um sistema de trabalho por natureza opressivo que tinha como principal instrumento o controle e a disciplinarização (MARQUESE, 2004; MBEMBE, 2018; PATTERSON, 2008). Porém, tais dinâmicas se davam no próprio cotidiano em que o escravismo estava inserido em razão dos interesses do momento e do contexto à época.

A pesquisa fundamenta-se em procedimentos metodológicos oriundos da crítica textual, especialmente da *New Philology*, onde, de acordo com Ivo Castro (1995) se requer uma transformação no ensino da literatura, que consista em substituir padrões de excelência cultural, por um princípio de descrença, científico, mas sobretudo crítico, o que, no plano operacional, se traduziria em conceder prioridade ao exame das estruturas da linguagem sobre o exame dos significados que a linguagem produz. Quanto ao *corpus* documental, pretendemos abranger os processos criminais em que figuravam escravizados ou libertos como protagonistas, as Atas da Câmara Municipal, a imprensa, além da literatura. A escolha deste *corpus* documental como fontes principais foi orientada na busca de compreender a convivência e relações sociais entre indivíduos de diferentes segmentos sociais – principalmente escravizados e escravizadas, libertos e libertas – na paisagem social urbana na construção de uma espécie de identidade coletiva a partir destas mesmas relações.

2. ESCRAVISMO E ESCRAVIZADOS: RIO CLARO E O APEGO À ESCRAVIDÃO

A presença de escravizados e alforriados compoendo tanto a paisagem urbana, mas também a rural, de São João do Rio Claro remonta ao início do processo de colonização da região do Morro Azul. O cativo, nos primórdios da sociedade rio-clarense, desempenhava diversas funções, não apenas aquelas ligadas a economia agroexportadora, mas também, em outros setores econômicos que vinham crescendo com o processo de urbanização da cidade.

Por ser uma região tipicamente agroexportadora, principalmente após a gênese da economia cafeeira, os escravizados, em sua grande maioria, estavam subordinados às exigências desse setor econômico que tinha como pilar a mão de obra cativa. A euforia econômica gerada pela economia cafeeira no alvorecer da segunda metade do século XIX



provocou um movimento populacional não apenas na Província de São Paulo, mas também no Império. Ou seja, verificou-se um esvaziamento demográfico de regiões com economia decadente e um aumento da população nas áreas com a economia em expansão.

Coincidiu a abolição do comércio de escravizados africanos com a expansão da economia cafeeira na região de São João do Rio Claro. As províncias com economia decadente, como as do Nordeste, passaram a exportar escravizados para as províncias do Sul e Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Ora, com frequência, a única mercadoria que os fazendeiros do Nordeste dispunham era, justamente, o escravizado (Barickman, 1998/99). Até mesmo antes do tráfico transatlântico de africanos ter terminado pequenos números de escravizados do Nordeste brasileiro já estavam entrando nos mercados de escravos do Rio de Janeiro; tal fato se deve ao aumento da procura criada pelo cultivo do café. Em 1842, o movimento de escravizados entre as províncias já era suficientemente amplo para precisar de regulamentos e, em 1847, uma grande seca, na Província do Ceará e em sua volta, já aumentara grandemente o fluxo espontâneo dos escravizados das regiões Norte e Nordeste para o Sul e Sudeste (Conrad, 1978, p. 65).

Tornou-se muito claro que após 1850, com a promulgação da célebre Lei nº 581 de 04 de setembro de 1850, chamada de Lei Eusébio de Queiroz, a intensificação do comércio interno de cativos no Brasil. Intensifica-se não somente porque as províncias do Nordeste estavam em franca decadência, mas também devido à gênese da empresa cafeeira como latifúndio escravista. João Manuel Cardoso de Mello (1998, p. 59) observou que o trabalhador escravizado, no período entre 1850 e 1860, constituía a força de trabalho com custos menores que o trabalho assalariado para a empresa cafeeira.

O apego à escravidão, como tem demonstrado a historiografia, nas novas regiões da Província de São Paulo na segunda metade do século XIX foi muito maior do que se pensava, e tem demonstrado que a preferência pelo trabalho escravo, nesse período não era, necessariamente, sinal de mentalidade avessa à administração racional da empresa cafeeira (Slenes, 1986). Ora, para viabilizar o desenvolvimento da economia mercantil-escravista eram necessárias três condições fundamentais que João Manuel Cardoso de Mello (1998, p. 61) enumerou da seguinte maneira: 1) à disponibilidade de trabalho escravo a preços lucrativos; 2) existência de terras em que a produção pudesse ser rentável; e, 3) às condições de realização, relativamente autônomas, porque dependiam, também, do comportamento das economias importadoras. Ao longo do século XIX, as condições estavam propícias à gênese e desenvolvimento da empresa cafeeira na Província de São Paulo, principalmente quando se considera a dinâmica do mercado interno de escravizados a partir da transferência da mão de



obra das regiões decadentes para as regiões em ascensão; a fronteira agrícola em expansão no Oeste Paulista, com oferta de terras férteis propícias à cultura do café; e um produto que vinha com demanda crescente no mercado externo.

No que diz respeito a taxa de crescimento do plantel de escravizados em São João do Rio Claro, algumas informações evidenciam sua positividade e grau elevado desde as primeiras décadas da segunda metade do século XIX. A abolição do comércio transatlântico de escravizados provocou uma reorganização no sistema escravocrata para se ter uma continuidade, principalmente em áreas econômicas dinâmicas. Era necessário, portanto, novas alternativas como a intensificação do tráfico interprovincial e intraprovincial, bem como a reprodução natural do plantel escravista. A Tabela nº 1 apresenta a procedência dos escravizados inseridos no mercado de mão de obra cativa em São João do Rio Claro.

Tabela nº 1 - Origem dos escravos inseridos no mercado em São João do Rio Claro.

Origem	Recenseamento de 1872	Porcentagem	Vendas 1873-1883	Porcentagem
Norte-Nordeste	339	73	160	63
Maranhão	---	---	39	---
Pernambuco	96	---	16	---
Bahia	133	---	73	---
Outras províncias	110	---	32	---
Centro-Leste	124	27	74	29
Minas Gerais	---	---	56	---
Rio de Janeiro	124	---	12	---
Outras províncias	---	---	6	---
Sul	---	---	18	8
Todas Províncias	---	---	18	---
TOTAL	463	100	252	100

Fonte: Recenseamento de 1872. RC/Caixa-2, Livro de venda de escravos. *Apud*, DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 68.

O comércio de escravizados entre as províncias era resultado inevitável da proibição do tráfico desde a África em 1850, bem como da crescente disparidade, de 1830 em diante, nas perspectivas de produção exportável no Norte e no Sul. O súbito aumento no volume do comércio em São João do Rio Claro deveu-se, principalmente, à chegada da linha férrea a Campinas em 1872 e na cidade em 1876, mas também a promulgação da Lei do Ventre Livre em setembro de 1871, talvez tenha contribuído para intensificar esse mercado de mão de obra cativa. Essa lei, que declarava livre todas as crianças nascidas de escravas, a partir de então, obrigava ao proprietário da mãe a alimentar e vestir esses ingênuos até que fizessem oito anos, ou até os 21, se quisessem utilizar sua força de trabalho até essa data. Para os proprietários rurais do Nordeste em estagnação, bem como em outras áreas mesmo as de economia com certo dinamismo, a posse de escravos adolescentes tornou-se um risco potencialmente oneroso e de compensação incerta. A manutenção de uma criança escravizada em 1870 custava



aproximadamente 40 mil-réis por ano, e podia contar-se apenas a metade dos ingênuos alcançariam os oito anos de idade. De acordo com Warren Dean (1977), as vendas de escravizados registrados em São João do Rio Claro, a partir de 1872, consistiam na maior parte de meninos de 10 a 15 anos de idade. Raramente eles eram acompanhados dos pais, sendo declarados, quase sempre, bem provável que de maneira falsa, de mãe desconhecida ou falecida.

Dentro desse contexto, a economia cafeeira estava em plena expansão e um dos problemas que os fazendeiros cafeicultores se depararam foi justamente com a oferta de mão de obra, uma vez extinto o comércio transatlântico. Celso Furtado (1998, p. 117) salienta que durante o século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar com a inelasticidade da oferta de mão de obra. Em São João do Rio Claro, conforme foi apontado anteriormente, principalmente após 1850, existiu uma forte correlação entre o aumento da população escrava e a expansão da economia cafeeira. O dinamismo econômico do complexo cafeeiro em São Paulo provocou um aumento considerável na demanda por mão de obra, principalmente a cativa, das áreas em declínio. Os investimentos diretos, principalmente no período de apogeu da cultura cafeeira, se davam através da compra e aumento dos plantéis de escravos.

A economia cafeeira começara a dar ares de sua existência no início da segunda metade do oitocentos em São João do Rio Claro, porém ali também se viu uma situação crítica com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, quando da alta do preço do escravo e, conseqüentemente a falta de braços para o trabalho nas lavouras cafeeiras. De fato, o preço dos escravizados, que vinha em constante aumento desde o início do século XIX, foi altamente inflacionado com a supressão do tráfico negreiro para o País. De acordo com Emília Viotti da Costa (1998), os preços dos escravizados quase triplicou, ficando em torno de 1 conto a 3 contos entre os anos de 1855 e 1875. A compra de escravizados nessas condições demonstra três fatos: primeiro, que a oferta de mão de obra era menor do que a procura, o que evidencia uma afirmação anterior a qual teve como referência as reflexões de Celso Furtado (1998) sobre a inelasticidade da oferta de mão de obra; segundo, que havia uma clara preferência pelo trabalho escravo; e, terceiro, que os lucros provenientes do café eram tão elevados que poderiam compensar o alto preço do escravo, que subira 155,6% após a supressão do comércio negreiro para o Brasil.

As informações apresentadas pela historiadora Diana Maria Diniz (1973, p. 70), tendo como referência as fontes e documentos sobre São João do Rio Claro compilados por Jeanne Berrance de Castro, são contundentes e esclarecedoras.



A procedência dos escravos de São João do Rio Claro, computada através de 2.170 atestados de óbito de pretos, demonstra o poder de atração da região sobre os fluxos de mão de obra servil, que ocorreram no Império. De fato, entre 1875 e 1930, atestam aqueles documentos apenas 9,6% de pretos oriundos da África, 44,4% procediam de São João do Rio Claro ou de outras localidades de São Paulo, 7,4% provinham de outras Províncias ou Estados e 0,4% com outras procedências. Como há um grande número de pretos com lugar de origem não definido, perfazendo 38,2% do total, pode-se supor que a procedência de escravos de outras regiões do País seria bem mais do que os 7,4% codificados (Diniz, 1973, p. 70).

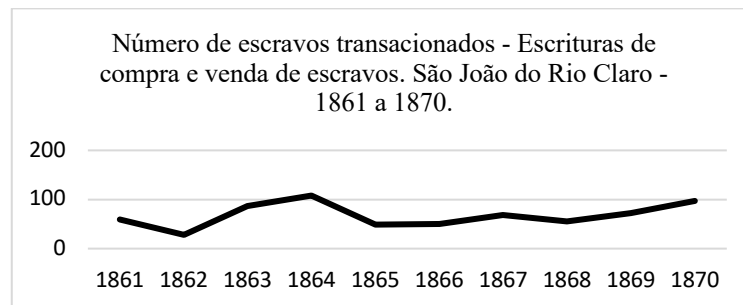
De acordo com as escrituras de compra e venda depositadas no 1º e 2º Cartório de Notas de Rio Claro, entre os anos de 1861 e 1870 foram transacionados 675 indivíduos escravizados, com uma média de 67,5 escravizados negociados por ano em questão, ao qual foram identificadas 482 modalidades de tráfico, sendo eles local, intraprovincial e interprovincial, tendo como referência as 350 escrituras de compra e venda de escravizados depositadas no 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Essa massa documental fez com que se fizesse uma análise acerca do comércio e, em determinados casos, a origem dos escravizados transacionados, bem como as variações nos preços. No que tange o evoluir da cafeicultura em São João do Rio Claro, tais informações foram cruciais para se fazer uma análise desse tipo de comércio na cidade, como por exemplo observar que o número médio da venda de escravizados era de 1,9% (Dean, 1977; Rossini, 2012).

Anteriormente ao advento da cultura do café, principalmente enquanto durou o ciclo do açúcar na região, os escravizados de São João do Rio Claro eram obtidos das mesmas fontes donde provinha a população livre. Os novos fazendeiros chegavam com escravizados herdados dos pais, ou emprestados por parentes, ou quiçá, transferidos de outras propriedades que possuíam. As compras de escravizados eram raras e ocasionais, às vezes apenas de um ou dois ao mesmo tempo. Em geral, os vendedores eram fazendeiros de localidades mais para o interior, onde as perspectivas para a cultura canavieira eram menos promissoras. Dessa forma, até o início do desenvolvimento da cultura cafeeira e a expansão comercial do café, esse processo irregular de demanda de mão de obra escrava foi suficiente (Dean, 1977, p. 64).

O recorte temporal que propomos investigar as escrituras são os anos de 1861 a 1870, período em que o café dava sinais de pujança e a demanda por mão de obra escrava crescia vertiginosamente. No decorrer dessa década – 1860 – encontrou-se o maior número de negócios no ano de 1864, em que foram transacionados 108 indivíduos escravizados. Houve um número menor de transações no ano de 1862, quando existiram 28 registros de negócios envolvendo escravizados. O gráfico a seguir mostra a evolução dos negócios envolvendo pessoas escravizadas no decorrer da década de 1860.



Gráfico 1 – Número de escravos transacionados



Fonte: elaboração dos autores

Dentre os escravizados negociados estavam aqueles pertencentes à Francisco José da Rosa, morador de Sorocaba, ao qual foram vendidos ao Alferes José Augusto de Azevedo, este residente em São João do Rio Claro. De acordo com os registros constantes na referida escritura:

Francisco José da Rosa, pela presente Escripura vende, como vendido tem, ao Alferes José Augusto de Azevedo sete escravos de que é senhor e possuidor, livre de qualquer onus, sendo Justino crioulo, de idade de vinte e tres anos, solteiro; Gregório crioulo de vinte e quatro, digo de vinte e tres anos, solteiro; Ricardo crioulo, de trinta anos; Felizarda de idade de doze annos; Luiza crioula, de idade de trinta annos; Joanna crioula, de idade de sete annos e Claudio crioulo de idade de dezoito annos; cuja venda faz pela quantia de onze contos, quinhentos e cincoenta mil e ao comprador transfere todo o senhoril e dominio que tinha nestes escravos de ora avante. Declarou o vendedor que sendo o escravo Claudio doente de uma hepahite chronica, se obriga a fazer boa venda dele, isto é, se nao se reestabelecer durante o prazo de hum anno a contar desta data será obrigado a recebe-lo e restituir ao comprador a quantia de hum conto e seiscentos mil réis, digo hum conto seiscentos e cincoenta mil réis, assim como se neste prazo morrer da dita enfermidade será obrigado a restituição da referida quantia.

Percebe-se que foram arrolados na negociação escravos de idades, sexo e condições de saúde bastante distintas por um preço fixo de 11:550\$000 mil-réis. As variações de sexo são evidentes com quatro homens e três mulheres. Dentre os homens as idades variaram entre 18 e 30 anos, com o crioulo Claudio, naquele ano estando com 18 anos de idade, Justino com 23 anos, Gregório, também com 23 anos e Ricardo com 30 anos de idade. Enquanto que com as mulheres houve variação entre 7 e 30 anos, estando a crioula Joanna com sete anos de idade, Felizarda com doze anos de idade e Luiza, estando completados em julho de 1862 30 anos de idade. O preço médio dos escravos transacionados foi de 1:650\$000 mil-réis, inclusive o crioulo Claudio, em que consta na escritura ser portador de uma *hepahite chronica*.

Percebemos que ocorreu uma oscilação no preço médio dos escravizados ao longo dos anos. Nos anos em que os preços se elevaram se deve, principalmente, ao auge da economia cafeeira no município, e o consequente aumento na demanda por esse tipo de mão de obra.



Porém, no que tange a realização da média dos preços em negócios envolvendo escravizados pode levar os leitores a algumas armadilhas, como por exemplo, tomando como referência os escravos de Francisco José da Rosa vendidos ao Alferes José Augusto de Azevedo, afirmar que a escravizada Joanna com sete anos de idade ou o crioulo Claudio doente de *hepatiche chronica* chegassem a um valor relativamente elevado para os padrões e conjuntura econômica daquele período. Certamente o vendedor usou de estratégias na venda, como uma espécie de “pacote” para elevar o preço de alguns escravos envolvidos na transação. O preço de escravizados como Justino ou Gregório eram, evidentemente, mais elevados do que o preço dos demais cativos.

De acordo com as escrituras de compra e venda, para o período analisado, foi constatado que 22% dos escravos transacionados eram provenientes do tráfico local, ou seja, os negociantes – compradores e vendedores – residiam na cidade de São João do Rio Claro, 48% foram negociados através do tráfico intraprovincial e 30% trocaram de senhores por intermédio do tráfico interprovincial. Até meados da década de 1860, o fornecimento de escravos continuou a ser feito pelos municípios vizinhos. Quase todas as vendas registradas pelos cartórios locais referiam-se a lotes de menos de cinco escravos, cujos donos moravam em cidades como Jundiaí, Bragança e Mogi das Cruzes. Warren Dean relata que, em 1861, por exemplo, a viúva Joaquina Nogueira de Oliveira, cunhada de José Estanislau de Oliveira, firmou um contrato com seu genro, Francisco da Cunha Bueno, proprietário de uma lavoura em Indaiatuba, o qual deveria trazer 20 escravos para a fazenda da sogra e administrá-la para ela. Ele deveria conseguir outros 20 dentro de um ano de maneira que o número de escravos dele se igualasse aos dela. Provavelmente ele conseguiu fazê-lo mediante a venda de sua propriedade em Indaiatuba e a tomada de empréstimos de outros parentes, entre os quais seu irmão Tomaz, o comerciante mais rico de Limeira (Dean, 1977, p. 77).

Muitas vezes, as relações familiares eram determinantes no processo de desestabilização do próprio sistema escravista, tendo como baliza a herança cultural africana para as possíveis representações que os indivíduos que viviam sob o jugo do cativo faziam de suas próprias experiências vividas (Slenes, 2013). Em pesquisa consistente sobre os múltiplos significados da liberdade e as relações sociais no Brasil oitocentista, a historiadora Hebe Maria Mattos (1998, pp. 64-65) nos mostra que:

A família nuclear e a rede de relações pessoais e familiares a ela ligada permanecem essenciais na experiência dos homens livres por todo o século XIX, como já havia sido no período colonial. Também para os escravos, a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativo parece ter dependido, em grande parte, das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravos e homens livres da região (Mattos, 1998, p. 64,65).



Robert Slenes (2013) em estudo de fôlego, argumenta que experiências e heranças culturais em comum acabaram se sobrepondo, ainda na primeira metade do século XIX, às forças que promoviam a introversão familiar, pelo menos nas regiões onde prevalecia o sistema de *plantations* do Sudeste, criando instituições cruciais para a formação de solidariedades e identidades escravas.

A formação de um tronco familiar com laços de sangue e parentesco cerimonial, era indispensável para a emergência de um estável núcleo familiar baseado na cor, pois as instituições legais e econômicas fundavam-se na família. Em São João do Rio Claro, conforme aponta Warren Dean (1977), é provável que existisse alguma forma de organização social além do casal escravo, no interior da população cativa como forma de estratégia de sobrevivência dentro do cotidiano escravista do século XIX.

Não apenas em São João do Rio Claro, mas também na grande maioria das cidades inseridas nos sistemas de *plantations*, o problema de uma união familiar estável no cativeiro tinha uma dimensão que difere de uma constituição familiar daqueles que estão em liberdade. Importante reconhecer que a possibilidade de serem expostos à comercialização era fato corriqueiro na vida de homens e mulheres então submetidos ao sistema escravista. Uma possível venda e, conseqüentemente, a troca de senhor, poderia representar uma quebra de laços afetivos – familiares, de compadrio ou de amizade. O fato de lançarem mão de mecanismos e estratégias que poderiam dificultar os negócios de seus senhores, demonstra que tal situação não era aceita com passividade pelos escravos (Chalhoub, 1990; Machado, 1994).

Se uma possível formação de um troco familiar se mostrou importante no Brasil oitocentista, principalmente para a obtenção de regalias dentro dos plantéis, em São João do Rio Claro as estratégias matrimoniais se mostraram bastante eficazes quando da tentativa de alguns indivíduos submetidos ao cativeiro de ascenderem socialmente ao *status* jurídico de libertos.

Foi o que ocorreu com um casal de escravos de propriedade de Joaquim Corrêa de Negreiros. Agostinho e Miliana utilizaram-se dessas estratégias matrimoniais para a obtenção da liberdade. Ao que parece, Agostinho tinham conhecimentos jurídicos, uma vez que o próprio escravizado estava à frente de sua ação de liberdade por indenização de valor, a qual foi impetrada no dia 10 de janeiro de 1887.

Dizem Agostinho e Miliana, escravos de Joaquim Corrêa de Negreiros que o primeiro supplicante tendo de idade 31 annos é seu valor venal o da segunda classe do art. 3º do dec. 9517, de 14 de novembro de 1885, que com o rebate de 2% se reduz a quantia de 784\$000 – art. 3º § 1 da Lei de 28 de setembro de 1885 – e como é permitida a liberalidade directa de terceiro – Lei cit. art. 3º § 9 – a segunda supplicante offerece



em favor de seu marido o capital de 200\$000 em depósito como prova a certidão juncta. Esta quantia com a de 584\$000 que o primeiro supplicante exhibe perfazem 784\$000 – preço de sua liberdade.

Requerem portanto a V. S.^a que, depositado o dinheiro intimem-se o senhor dos supplicantes para levantar o preço e que se passe carta de liberdade ao primeiro supplicante (APHMRC. Cartório Criminal, 1887).

O próprio Agostinho fez uma solicitação da cópia de sua certidão de matrícula, a qual foi expedida no dia 12 de janeiro de 1887. Agostinho estava matriculado sob o número 831, e na certidão constava, principalmente, seu auto de qualificação, onde constava no mesmo: “Agostinho, sexo, masculino; cor, parda; idade, trinta e hum annos; estado, cazado; filiação, filho de Helena; aptidão para ao trabalho, apto para o trabalho; profissão, pajem.

Como mencionado anteriormente, Agostinho era dotado de certo conhecimento jurídico, uma vez que ele próprio tomou frente a sua ação. Há prontamente um acordo feito com seu senhor referente à quantia apresentada pelo casal, induzido pelo arcabouço jurídico lançado mão na petição inicial. Se a estratégia matrimonial se fazia importante para se conseguir a liberdade, no campo do Direito, as estratégias jurídicas se faziam necessárias; Agostinho e Miliana se utilizaram de ambas as estratégias.

A família Negreiros era uma das principais representantes da oligarquia agrária rio-clarense. Onde, deve-se levar em consideração, também, que Joaquim Corrêa de Negreiros não estava colocando empecilhos nas ações de liberdade movidas por seus escravos. De família tradicional na cidade de São João do Rio Claro, Joaquim Corrêa de Negreiros era dono da firma Corrêa & Filhos, onde consta no Almanak da Provincia de São Paulo como importante capitalista do café (Almanak da Província de São Paulo, 1873). Os cafeicultores de São João do Rio Claro seguiam o sistema de exploração do trabalho que prevalecia no restante do Brasil, onde havia grandes propriedades e a possibilidade de produzir para exportar (Dean, 1977, p. 61).

Voltando aos personagens em tela, o casal Miliana e Agostinho. Mesmo os autos estando obscuros, ou seja, não oferecendo clareza em suas argumentações, no dia 15 de janeiro de 1887, o juiz municipal concedeu a liberdade conjunta ao casal de cativos de propriedade de Joaquim Corrêa de Negreiros pelo valor de 784\$000 mil-réis (APHMRC. Cartório Criminal, 1887 – Agostinho e Miliana), com Miliana recebendo sua liberdade juntamente com seu marido Agostinho.

Outro exemplo de como as estratégias matrimoniais poderia facilitar o acesso à liberdade, principalmente após a promulgação da Lei do Ventre Livre, é a história de Benedicto e sua mulher Ignácia, escravos da herança de Dona Maria Inocência de Athayde que entraram com uma ação de liberdade por indenização de valor no dia 7 de maio de 1887.



Dizem os escravos Benedicto e Ignácia, matriculados na collectoria desta cidade, pertencentes a herança de Dona Maria Innocencia de Athayde, o primeiro com 44 annos e o segundo com 39 annos, como se mostra com a inclusa certidão de matrícula, que querem libertar-se mediante a exhibição de seu valor legal, que é para cada um dos supplicantes de 588\$000, attentos as disposições do art. 3º do dec. nº 9517, de 14 de novembro de 1885, e art. 1º §§ 1º e 3º do Dec. nº 9602 de 12 de junho de 1886.

Os supplicantes usando, pois do direito que lhes é reconhecido pelas leis sobre o elemento servil exhibem a presente quantia de 1:176\$000, e requerem a V.S.^a digne-se mandal-a depositar em poder de pessoa idonea, e que com a devida venda que impetrasse seja citado o herdeiro Manoel Joaquim de Athayde, sob cujo poder se acham os supplicantes, para vir levantar e receber o depósito, passando-se a carta de liberdade aos supplicantes. (São João do Rio Claro, 7 de maio de 1887. Por seu Curador.Doutor Job Marcondes Rezende).

Logo de início, Benedicto e Ignácia, em sua primeira petição, estão representados por um curador, o advogado Job Marcondes Rezende. Este advogado era bastante astuto e prontamente fez um pedido da cópia da certidão de matrícula, a qual foi expedida no dia 24 de maio de 1887, e como consta na certidão do cativo: Benedicto; sexo, masculino; cor, preta; idade, 44 annos; estado, cazado; filiação, desconhecida; aptidão para o trabalho, apto para o trabalho; profissão, serviços da lavoura (APHMRC. Cartório Criminal, 1887 - Benedicto e Ignácia). Benedicto teria sido matriculado na cidade de São João do Rio Claro, no dia 27 de setembro de 1886, sob o número 174.

E na certidão de Ignácia consta: Ignácia; sexo, feminino; cor, parda; idade, 39 annos; estado, cazada; filiação, filha de Francisco e Gertrudes; aptidão para o trabalho, apta; profissão, serviços da lavoura (APHMRC. Cartório Criminal, 1887 - Benedicto e Ignácia). Ignácia também foi matriculada na cidade de São João do Rio Claro, no mesmo dia em que foi efetuada a matrícula de Benedicto, 27 de setembro de 1886, sob o número 175. Ambos, como constam nas certidões, tiveram seus valores venais estipulados em 600\$000 mil-réis.

Utilizando-se dos meios jurídicos, o curador dos cativos conseguiu a dedução de 2% no valor de cada escravo, estando seus valores agora em 1:176\$000 mil-réis, em vez de 1:200\$000 mil-réis. Feito o depósito desse valor no dia 24 de maio de 1887, no dia 10 do mês seguinte, o juiz municipal Joaquim José Madeira expediu a sentença julgando liberto o casal de escravos.

Julgo por sentença libertos os escravos Benedicto e sua mulher de nome Ignácia, pertencentes a herança de Dona Maria Innocencia de Athayde, visto terem depositado o valor correspondente a suas liberdade, como tudo consta nos presentes autos, para que se possam entrar no gozo de seus direitos. (São João do Rio Claro, 10 de junho de 1887. Joaquim José Madeira).

Certamente, o fato de estarem constituídos em famílias teve um peso grande nessas ações de liberdade, e os escravos utilizaram-se desse argumento como instrumento e estratégia



para alcançarem a liberdade contribuindo para isso, também, a aprovação da Lei nº 1695 de 15 de setembro de 1869, que proibia a separação da família por venda ou doação (Coleção de Leis do Império do Brasil – 1869). Ora, pode-se afirmar então, através das informações analisadas nos parágrafos anteriores que, em São João do Rio Claro, as ações de liberdade envolvendo cativos que mantinham laços matrimoniais, em sua maioria, sempre tiveram suas sentenças favoráveis, além de não sofrerem obstrução por parte dos senhores.

Bem provável que as sentenças emitidas pelos juízes nas duas últimas décadas de escravidão no Brasil tivessem influências políticas contrárias à manutenção da escravidão. Percebe-se, dessa forma que, muitas vezes, as sentenças eram emitidas tendo como referência o artigo 4º da Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871, onde os desejosos juízes emancipacionistas estariam amparados pela materialização da referida lei. Conforme se pode perceber através das análises do que os processos puderam reconstituir, nos pequenos fragmentos da vida desses indivíduos, observa-se a importância dos laços próximos ao parentesco, por eles desenvolvidos ao longo do período em que estiveram em cativeiro, e que acrescidos ou solidificados por casamentos e compromissos de compadrio, tratariam de manter após a liberdade ou a emancipação. Traçam, na experiência concreta desses grupos, a permanência de linhas contínuas entre as vivências pregressas e a da liberdade, configurando nessa continuidade os suportes de aprendizado social e a tessitura de seus vínculos de solidariedade e ajuda mútua, vinculados, também por tensões (Wissenbach, 2009, p. 138).

A vida do indivíduo escravizado na sociedade oitocentista rio-clarense talvez não diferenciasse do cotidiano das outras localidades em que prevalecia a economia de exportação, tendo como suporte a força de trabalho pautada na escravidão. Não apenas as relações afetivas e laços de solidariedade eram vistos nas relações sociais dos grupos sociais subalternos, mas também coexistiam os conflitos e tensões propagadas pela própria cultura daquelas sociedades na segunda metade do século XIX. As escravas Bibiana e Perpétua foram provas vivas de que conflitos, não apenas no âmbito da economia de exportação, mas também porta à dentro, faziam parte do cotidiano de escravos na sociedade escravista de São João do Rio Claro na segunda metade do século XIX.

No dia 29 de janeiro de 1886 teve início a essa complicada e surpreendente história envolvendo o conflito entre as escravas Bibiana e Perpétua:

Estando a escrava Bibiana conjuntamente com a escrava Perpétua, com quem não se dava, na cozinha da casa de José de Barros Leite, nesta cidade, ali tiveram uma alteração de palavras, em virtude da qual a denunciada escrava Bibiana deu um empurrão em Perpétua, que, velha e cega, foi bater com a cabeça na quina do fogão, resultando ficar com o craneo fracturado, como consta no auto de corpo de delito e,



em consequência do que, veio a falecer alguns dias depois (APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana, 1886).

Voz ausente nos autos, Bibiana sequer dá o seu depoimento ao escrivão sobre a real motivação para ter tomado atitude tão drástica, a ponto de levar à morte uma companheira de cativo, mesmo que involuntariamente. Porém, as dificuldades de dar voz às pessoas pertencentes aos grupos sociais desprivilegiados acompanham tenazmente o historiador. De parca documentação, cenas do cotidiano de mulheres escravas ou libertas tendem a desaparecer com o passar do tempo, por isso é imprescindível ler e analisar toda a documentação nas entrelinhas. Em geral, conforme aponta Jim Sharpe, quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstituir a experiência desses grupos sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição (Sharpe, 1992, p. 43).

Em um pequeno auto de qualificação, Bibiana é descrita como “escrava de Sebastião de Barros Silva, natural de Limeira, 61 anos, de serviços domésticos” (APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana, 1886). Sendo natural de Limeira, Bibiana circulou pela região desde o seu nascimento, nascida antes mesmo de São João do Rio Claro ser elevada à condição de Freguesia, o que somente veio a acontecer através do Decreto Imperial de 9 de dezembro de 1830, conforme foi mencionado anteriormente, pertencendo antes à Villa de Constituição, atualmente Piracicaba.

As informações sobre Bibiana e Perpétua podem ser encontradas nos depoimentos das testemunhas. Francisca Alves de Almeida Leite, esposa de José de Barros Leite, disse em seu depoimento sobre a preta Perpétua que “a finada era de muito mau gênio, e que muitas vezes era necessário ir apartar as brigas della com suas companheiras” (APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana, 1886).

Seu marido, José de Barros Leite foi ainda mais contundente em seu depoimento, quando destacou a agressividade de Perpétua, além de ressaltar algumas das características da personalidade de Bibiana, descrevendo-a como uma pessoa sem más intenções. Em seu depoimento, José de Barros Leite relata que “a preta Perpétua era cega e caduca e muito impertinente, agredia a qualquer pessoa que ao pé della passava, na desconfiança de que zombava della, (...) a preta Bibiana era incapaz de fazer em Perpétua qualquer offensa, quanto mais mata-la, por isso digo que nenhuma má intenção houve da parte de Bibiana. (...) não houve no facto crime algum” (APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana, 1886).

Ao que parece, Bibiana era uma escrava que se enquadrava no sistema de aluguel, uma vez que pertencia a Sebastião de Barros Silva, no entanto trabalhava em serviços domésticos na casa de José de Barros Leite. O sistema de aluguel de escravos era uma das características



mais importantes da escravidão urbana, a qual foi largamente utilizado tanto nos Estados Unidos e nas Antilhas, como também no Brasil (Algranti, 1988, p. 49).

Na cidade, de acordo com a historiadora Marilena Rosa Nogueira da Silva (1988, p. 31), os escravizados e escravizadas circulavam por todos os cantos, dedicando-se à várias atividades, quer fossem escravos domésticos encarregados de pequenas compras ou recados para seus senhores, alugados a negociantes, ou mesmo escravos empregados ao ganho por seus proprietários.

Mas Bibiana, pelo visto, parecia ser bastante querida na roda familiar de José de Barros Leite, uma vez que, juntamente com sua esposa, em seu depoimento deixava claro sua preferência pela escrava infratora, indicando, até mesmo, que Bibiana fazia parte dessa ‘roda familiar’. Ora, o sistema de aluguel levou a escravidão urbana além dos estreitos confinamentos da relação senhor-escravo, pois os escravos escapavam do mundo fechado e restrito das fazendas, e entravam em contato com os diversos grupos sociais, participando ativamente do “mundo dos brancos”. Longe do controle do senhor, criavam um ambiente próprio, e desfrutavam de momentos de liberdade.

Nessa história, envolvendo Bibiana e Perpétua ficaram várias dúvidas. Bibiana era sexagenária e pela Lei nº 3270 de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe e, também de Lei dos Sexagenários, ela poderia ter requerido a sua liberdade. São duas as hipóteses para essa questão: Bibiana poderia já ter entrado com o pedido de liberdade e ter trabalhado por mais três anos como medida indenizatória ao seu proprietário, ou continuar na condição cativa e, mesmo sendo de aluguel, fazer parte da roda familiar de José de Barros Leite, o que não era comum entre as mulheres de “cor” de trabalho doméstico.

Porém, quando se discutiam a melhor forma de encaminhar a emancipação de escravizados e escravizadas, pretendiam uma liberdade que não rompesse de forma completa com as relações de escravidão. A classe dirigente pretendia, visivelmente, promover uma liberdade que preservasse os laços que a escravidão estabelecera entre senhores e escravizados. Na Lei nº 3270 de 28 de setembro de 1885, foram inscritos dispositivos que procuravam viabilizar tais anseios. De acordo com Joseli Mendonça (2008, p. 251) a indenização na forma de prestação de serviços pela libertação dos escravos sexagenários foi um desses dispositivos, uma vez que em seu artigo 3º mencionava que “os escravos inscritos na matrícula serão libertados mediante indenização de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal” e em seu parágrafo 10 do mesmo artigo dizia “são libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta Lei; ficando,



porém, obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos”.

Fato é que Bibiana foi condenada no “gráo médio do artigo 19, 1ª parte, da Lei nº 2033 de 20 de setembro de 1871” (doze meses e meio de prisão), porém, surpreendentemente, houve baixa na sua culpa em sete de novembro de 1886, devido ao pagamento de fiança de 1:500\$000 mil-réis, sendo fiadores José de Barros Leite e o Tenente Coronel Benedito José de Oliveira Junior (APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana, 1886).

Mais questões, portanto, aparecem nessa complexa e surpreendente história. Qual a razão de José de Barros Leite e o Tenente Coronel Benedito José de Oliveira Junior despenderem tão alta quantia para livrar a escrava Bibiana das garras da justiça? Onde estaria o Senhor de Bibiana que não é mencionado em todo o decorrer do processo, salvo quando da apresentação de Bibiana?

Não se sabe, nem jamais saberemos como, quando e nem se Bibiana pagou essa elevada quantia aos fiadores. O que nos mostrou essa história foi o fato dessa cruel instituição às vezes mostrar-se surpreendente - para nós, simples leitores, ou historiadores de segunda década do século XXI, tentando desvendar as múltiplas faces da escravidão - e, principalmente para Bibiana, escrava e sexagenária.

Concomitante ao progresso econômico trazido pela modernidade na segunda metade do século XIX, surgiram diferentes grupos sociais que gravitavam pela paisagem urbana e rural da cidade em total descompasso. Tais grupos, como as personagens que vimos nas páginas anteriores, podiam, incontestavelmente, serem caracterizados como desprivilegiados, estavam internamente unidos por laços afetivos e de solidariedades, criando espaços próprios para a sobrevivência do próprio grupo, relacionando-se através de expectativas marcadas por determinadas particularidades. Foi o que aconteceu “às 4 horas da madrugada do dia 04 de abril de 1885, João Gonçalves, João Garcia, Manoel Ramos, Manoel Carneiro, Honorato Bravo e Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo) se deslocam até a chácara do italiano José Scarpa e roubam um cabrito e vinte galinhas” (APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo), João Gonçalves, João Garcia, Manoel Ramos, Manoel Carneiro e Honorato Bravo - 1885).

Certamente o produto desse furto seria para alimentação ou para o comércio ambulante no centro da cidade. A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias lembra muito bem que o abastecimento e a circulação de gêneros alimentícios entre os consumidores mais pobres da cidade eram quase todo de contrabando; não se declarava de onde, nem como vieram; tinham também um pouco de aura do mágico e do furtivo (DIAS, 1995, p. 76).



Relações como esta envolvendo João Gonçalves, João Garcia, Manoel Carneiro, Honorato Bravo, todos libertos e o escravo Francisco eram comuns nas localidades, onde se percebia um processo de urbanização. Verificou-se que na realidade histórica da época, poucas distinções separavam os escravos e os libertos especialmente ao se tomar como polo comparativo a vivência dos escravos de ganho.

Este é um processo de leitura difícil, envolvendo cinco libertos e um escravo e, em determinados momentos, um tanto confuso. Não há nesse processo auto de qualificação dos réus. No entanto, percebeu-se a condição dos negros e pardos livres através dos depoimentos das testemunhas de acusação Ignácio Schutz, Miguel Bichart e Michaelis Picharel, quando utilizaram termos pejorativos referindo-se aos libertos como *crioulos*. De acordo com Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, não há dúvidas de que termos como *negro*, *preto*, *pardo*, *mulato* e *crioulo*, foram cunhados originalmente pelos senhores, que se denominavam *brancos*, para designar aqueles que eram subalternos (Guimarães, 2003, p. 249).

Manuela Carneiro da Cunha explica que na primeira metade do século XIX três dimensões intervinham para classificar internamente essa população de libertos: a cor, a nacionalidade e a condição legal. A cor era negra ou parda: as gradações intermediárias, usadas eventualmente para descrever um indivíduo, não pareciam serem usadas para classificar o indivíduo numa subclasse. Quanto à nacionalidade, era-se africano (com subdivisões étnicas não necessariamente usadas, mina, angola, etc.) ou crioulo, isto é, nascido no Brasil. Quanto à condição legal, enfim, era-se forro – isto é, liberto – ou ingênuo – ou seja, nascido livre (Cunha, 1985, p. 22).

Hebe Mattos (1998, p. 30) reforça a ideia, quando argumenta que a designação *crioulo* era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil e o termo *preto*, até a metade do século, era referido preferencialmente aos africanos. Segundo essa historiadora a própria construção da categoria *pardo* é típica do final do período colonial e tem uma significação muito mais abrangente do que a noção de *mulato* (este, sim, um termo de época diretamente ligado à mestiçagem) ou mestiço que muitas vezes lhe é associada. Na verdade, durante todo o período colonial, e mesmo até bem avançado o século XIX, os termos *negro* e *preto* foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos *preto* foi sinônimo de africano (Mattos, 2000, p. 17).

Ora, Hebe Mattos (2000, p. 17) ainda demonstra que *pardo* foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma



crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de *preto* ou de *crioulo*, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo.

Apesar de não contarem com testemunhas de defesa, os libertos e Francisco tinham suas próprias estratégias para se livrarem das garras da justiça. Como se previamente ensaiados, nos interrogatórios os acusados afirmaram que foram forçados “pelo grupo armado de cacete para fazer parte do grupo” (APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo), João Gonçalves, João Garcia, Manoel Ramos, Manoel Carneiro e Honorato Bravo - 1885). Esta afirmação, ‘curiosamente’, aparece em todos os depoimentos, mostrando ao mesmo tempo solidariedade e tensões dentro do grupo. Maria Odila Leite da Silva Dias (1995, p. 74) em estudo sobre as vendedoras ambulantes na São Paulo oitocentista mostra claramente que

A subsistência baseava-se em relações tensas, de vizinhança e convívio, entre escravas, livres e forras; convívio marcado, de um lado, por necessidades de auxílio mútuo e, de outro, por uma inserção forçada, apesar de socialmente desqualificadas, como elos na cadeia dos seres de uma sociedade escravista, altamente hierarquizada (Dias, 1995, p. 74).

Todo o episódio do roubo do cabrito e das vinte galinhas – seja para consumo próprio ou para venda no centro da cidade de São João do Rio Claro - sugere que estes libertos e o escravo Francisco já se conheciam havia algum tempo. As circunstâncias envolvendo cada um dos réus no processo explicam certo entrosamento entre eles, quando todos afirmam terem sido forçados “pelo grupo armado de cacetes” a fazerem parte do mesmo. Uma vez que não foram deixados espaços de manobras para os acusados tentarem uma forma de escapar da justiça, reagiram a essa situação com um sentimento de solidariedade que chega a se estranhar. A fórmula que encontraram, portanto, foi a da força do coletivo, a de que o grupo impôs a prática do delito.

Apesar de terem sido condenados pelo crime de furto, não há indícios de que o senhor de Francisco, Antonio Pompeu de Toledo, tivesse a intenção de livrar seu escravo do indiciamento. Seu nome somente foi mencionado no processo quando da referência a “Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo)”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, então, com a pesquisa que apresentamos, contribuir para a compreensão de algumas questões pouco estudadas na historiografia sobre Rio Claro: as relações sociais entre



escravizados e escravizadas, libertos e libertas, além da população livre e a dinâmica societária escravista na segunda metade do século XIX na cidade de Rio Claro (à época considerada a terceira cidade de maior importância na Província de São Paulo). Conforme se verificou, refletimos sobre as relações sociais – objetivas e subjetivas – que circundavam as relações sociais no ambiente urbano na sociedade rio-clarense do século XIX a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Ora, pensar a história social e cultural da escravidão e as mais diversas relações sociais entre indivíduos de *status* sociais distintos em um processo dialógico é pensar modos de gerar proposições de ações para analisar e compreender não apenas a dinâmica da escravidão ou o próprio sistema escravagista em si, mas também todo processo de interpretação da sociedade à época, ou seja, da própria história da escravidão brasileira.

Assim sendo, nos anos que antecederam a abolição total do cativo, principalmente em seus últimos anos, São João do Rio Claro - e sua elite -, viram a população de escravizados declinar acentuadamente. Circulavam pelas ruas da cidade um número cada vez maior de libertos que, inúmeras vezes se misturavam aos escravos tornando difícil qualquer distinção a um simples olhar. Evidentemente que em determinadas situações havia a possibilidade de reescravização de um indivíduo já liberto, mas isso já é uma outra história.

4. FONTES

Almanak da Província de São Paulo para o ano de 1873. São Paulo: Typografia Americana, 1873.

APHMRC. Cartório Criminal - Acção de liberdade por indemnisação de valor - Agostinho e Miliana, escravos de Joaquim Corrêa de Negreiros. Processo nº 007 – Caixa 1 – 1887.

APHMRC. Cartório Criminal - Acção de liberdade por indemnisação de valor. Benedicto e Ignácia. Escravos da herança de Donna Maria Innocencia de Athayde. Processo nº 023 – Caixa 1 – 1887.

APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana (escrava de Sebastião de Barros Silva). Processo nº 015. Caixa: 1 – 1886.

APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo), João Gonçalves, João Garcia, Manoel Ramos, Manoel Carneiro e Honorato Bravo). Processo nº 019. Caixa: 1 – 1885.

ASSIS, Machado. Obra Completa – 3 Volumes. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962.

Colecção de Leis do Império do Brazil - 1869, Página 129 Vol. 1 pt. I.

Escrituras de compra e venda de escravos na cidade de São João do Rio Claro – 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro.



5. REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BARICKMAN, B. J. **Até a véspera**: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano. (1850-1881). *Afro-Ásia*, v. 21-22, 1998-99, pp.177-237.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- CUNHA, Manuela Carneiro. **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DIAS, Maria Odila L. S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. **Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)**. Tese [Doutorado em História], Rio Claro: Faculdade de Filosofia, 1973.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo Guimarães. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. In. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, 29/30, 2003.
- MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.



MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 10 ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e Morte Social**. (Trad. Bras. Fabio Duarte Joly). São Paulo, EDUSP, 2008.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura. In. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 24, n. 45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19401>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ROSSINI, Gabriel. **Apreciações acerca do tráfico interno de escravos no Oeste da Província de São Paulo (Rio Claro, 1861-1869)**. Comunicação apresentada na IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. FFLCH/USP, 2012.

SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. Em linhas negras: diálogos político-escravistas em Machado de Assis. In. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 15, n. 1, jan.-jul., 2022.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In. BURKE, Peter. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SILVA, Marilena Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2 ed. corrig. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: 2 ed. Editora Hucitec, 2009.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

**Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores**

**A FIGURA DA MULHER PANTANEIRA, PROTAGONISMO
E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: UMA
ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA¹**

**THE FIGURE OF THE PANTANEIRA WOMAN,
PROTAGONISM AND CONSTRUCTION OF CULTURAL
IDENTITY: A BIBLIOGRAPHICAL APPROACH**

Cláudia de Medeiros²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral apresentar um contexto acerca da figura da mulher pantaneira considerando aspectos da identidade cultural representados na literatura. Os objetivos específicos consistiram em averiguar como o protagonismo feminino no pantanal tem sido tratado na literatura; selecionar os materiais que tratam da presença feminina na construção do patrimônio cultural da região a partir das relações de trabalho. Para tanto, a metodologia tem como base uma pesquisa bibliográfica partindo do referencial bibliográfico estudado na disciplina de Tópicos Especiais em Estudos Culturais: Estudos Interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo. Por conseguinte, foram apontados estudos que contribuíram para os avanços no contexto dos Estudos Culturais prospectando a visibilidade dessa parcela da população, bem como a implementação de ações que contemplem o protagonismo da mulher pantaneira. Dentre os teóricos elencados, no primeiro momento, foram considerados os estudos de Alfredo Bosi (2002), Stuart Hall (1997, 2000, 2003), Albana Xavier Nogueira (1990, 2002), Raymond Williams (1979), Peixoto (2011), dentre outros que contribuíram para efetivação desse estudo.

Palavras-chave: Pantanal. Mulher Pantaneira. Protagonismo Feminino. Identidade Cultural.

ABSTRACT

This study had the general objective of presenting a context about the figure of the Pantanal woman considering aspects of cultural identity represented in the literature. The specific objectives consisted of investigating how female protagonism in the Pantanal has been treated in the literature; select materials that deal with the female presence in the construction of the region's cultural heritage based on work relationships. To this end, the methodology is based on bibliographical research based on the bibliographical reference studied in the discipline of Special Topics in Cultural Studies: Interdisciplinary Studies in Literature, History and Pedagogies of the Body. Therefore, studies were highlighted that contributed to advances in the context of Cultural Studies, prospecting the visibility of this portion of the population, as well as the implementation of actions that include the protagonism of Pantanal women. Among the theorists listed, at first, the studies of Alfredo Bosi (2002), Stuart Hall (1997, 2000,

¹ Artigo apresentado a disciplina de Tópicos Especiais em Estudos Culturais: Estudos Interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo ministrada por Prof.^a Dr.^a Janete Rosa da Fonseca e Prof. Dr. Cleyton Rodrigues dos Santos como requisito parcial para conclusão dos créditos do curso de Mestrado em Estudos Culturais ofertado pelo Programa de Pós-graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação - Mestrado em Estudos Culturais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.



2003), Albana Xavier Nogueira (1990, 2002), Raymond Williams (1979), Peixoto (2011), among others who contributed to the completion of this study.

Keywords: Pantanal. Pantanal Woman. Female Protagonism. Cultural Identity

1. INTRODUÇÃO

O Pantanal é foco de discussões constantes em diferentes áreas do conhecimento, contudo o homem pantaneiro e sua trajetória existencial não são contemplados em medida que a cultura dessa parcela da população seja difundida e analisada como objeto integrador e indissociável da composição do bioma. Quanto a relevância do sujeito pantaneiro, cabe investigar a figura da mulher, assim como esse protagonismo feminino a partir de experiências de trabalho tem contribuído para o desenvolvimento da região. As atividades giram em torno da extensão de serviços domésticos básicos, como a pesca, produção de gêneros alimentícios, artesanatos com matéria prima do cerrado, e o turismo rural com a prestação de serviços.

A ambientação do Pantanal, as limitações impostas pelo isolamento ou difícil acesso de muitas áreas impactou no crescimento social das mulheres, pois a maioria reside nas fazendas, desempenham funções domésticas, auxiliam os maridos na lida geral, muitas não são remuneradas o que reforça a dependência em relação ao homem. Percebe-se que os traços da cultura patriarcal fazem parte da rotina. Diante disso, surgiram os seguintes questionamentos: a partir da interrelação sujeito e natureza é possível considerar a formação da identidade do homem pantaneiro? Em que medida a sensação de pertencimento pode impactar na representação da cultura? Como a figura da mulher surge na construção da cultura e da identidade regional?

O objeto de estudo é a mulher pantaneira porque essa parcela da população sempre contribuiu para o crescimento da sociedade, e no Pantanal a contribuição não é diferente, o ponto significativo das pesquisas é apontar o processo em que as mulheres pantaneiras deixaram de ser coadjuvantes e estão construindo um protagonismo bem alicerçado e de sucesso gradativo. Deste modo, tem-se o intuito de apresentar um contexto acerca da figura da mulher pantaneira considerando aspectos da identidade cultural associados a força de trabalho e resistência pessoal representados na literatura.

Os objetivos específicos consistem em averiguar como o protagonismo feminino no Pantanal tem sido abordado nas pesquisas; selecionar os materiais que tratam da presença feminina na construção do patrimônio cultural da região a partir das relações de trabalho. Para tanto, o embasamento teórico foi construído por uma revisão de literatura em que os descritores



da pesquisa foram: Pantanal, sujeito pantaneiro, mulher pantaneira, cultura, regionalismo, pertencimento, representação, identidade cultural, protagonismo feminino.

A análise dos dados é de cunho narrativo-descritivo, sendo a abordagem qualitativa. Essa abordagem é relevante pois a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como sendo um ato social de construção do conhecimento. Quando este conhecimento é contextualizado de forma abrangente impacta no desenvolvimento do objeto analisado, conseqüentemente, no contexto sócio-histórico-cultural (Gunter, 2006; Gil, 2010), o que nos interessa no âmbito dos Estudos Culturais - Estudos Interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo.

No primeiro momento apresenta-se uma contextualização acerca do Pantanal e seus sujeitos. Nesse contexto dos sujeitos pantaneiros aborda-se a concepção de homem pantaneiro e a representação desses indivíduos na formação da cultura na região. Embora a abordagem relacionada a sujeitos pantaneiros seja ampla, no que tange as questões culturais é relevante trazer o protagonismo feminino desenvolvido nos últimos anos e impactado de modo significativo na construção da identidade cultural, o que qualifica e justifica essa pesquisa.

2. O PANTANAL E SEUS SUJEITOS – CULTURA, REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE

O Pantanal é reconhecido como um Patrimônio Nacional de acordo com a Constituição Federativa do Brasil/1988, artigo 225, sendo assim, possui grande relevância para a identidade nacional do país. Além disso, a região apresenta uma rica cultura, representada pelo homem pantaneiro, que compartilha hábitos e costumes típicos da localidade. Portanto, é essencial contextualizar o Pantanal como um patrimônio tanto ambiental quanto cultural para a compreensão de sua importância e preservação (Brasil, 1988; Nogueira, 1990, p.11). O bioma não é homogêneo e apresenta variações de uma região para outra.

O que chamamos de Pantanal não passa de uma imensa planície sedimentar, situada nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, adentrando-se uma parte pela Bolívia e Paraguai, que se alaga periodicamente, quando os rios se avolumam e jogam suas águas nas baixadas, enchendo vazantes e corixos, baías e lagoas, transformando-se numa coisa só deságua espraçada, semelhante a um mar doce em certas áreas (Proença, 1997, p.13).

Nesse mesmo sentido, Nogueira apresenta o Pantanal enquanto “denominação que se dá a um habitat úmido, ou melhor, a uma considerável superfície banhada pelo complexo hidrográfico formado por centenas de rios que nascem nos planaltos adjacentes, deságuam no rio Paraguai e lhe dão uma fisionomia especial” (Nogueira, 1990, p. 12).



Nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pantanal não é sinônimo de grande pântano, brejo, charco ou outros termos semelhantes, normalmente mencionados em dicionários da língua portuguesa. É um vocábulo utilizado para substantivar a porção brasileira de uma das maiores planícies de inundação do globo, conhecido como Pantanal Matogrossense (Oliveira, 1995, p. 21).

Acredita-se que diante da estruturação desse espaço geográfico e as interrelações profundas entre seus habitantes, torna-se difícil abordar o bioma e seus sujeitos de modo indissociável, “seria como, ao se falar sobre um rio, esquecer-se de mencionar suas águas” (Nogueira, 1990, p. 59). As mudanças estruturais/geográficas, bem como as alterações climáticas impactam diretamente na qualidade de vida da população pantaneira.

Nesse espaço, as mulheres não são protagonistas de suas histórias, se restringindo ao trabalho doméstico e ao exercício do papel de mãe e esposa. As narrativas são construídas em torno do trabalho dos homens (Nichnig e Leite, 2019, p.6). Por esse viés, ainda que seja um processo de formação diante das mudanças que o turismo trouxe para a região, a identidade desses sujeitos pode ser pensada como sendo:

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’(Hall, 2000, p.111-112).

Essa abordagem pode ser comparada com o que Willians chamou de sociologia da cultura, com enfoque no estudo das relações entre elementos numa vida plena, Métodos para analisar a estrutura, trabalhos e períodos em particular podem ajudar a compreender e iluminar alguns trabalhos artísticos e formas, bem como relações sociais mais amplas (Williams, 1979). Quanto aos seus sujeitos, nas palavras de Nogueira (1990, p. 13) o “homem pantaneiro, entenda-se, aqui, o elemento nativo do Pantanal ou aquele que nele vive há mais de vinte anos, compartilhando hábitos e costumes típicos da região”. Em um sentido mais amplo, Leite (2003) apresenta o homem pantaneiro como sendo,

uma série de categorias, ou grupos sociais, diferentes entre si que, por viverem no Pantanal, podem ser incluídas genericamente nesta expressão. Mas, é conveniente reter que há diferenças internas que vão caracterizá-las como categorias diferentes. Muitas vezes, há disputa, entre grupos, pela auto legitimidade deste termo identidade. Aqui entende-se, [...], homens e mulheres que vivem no Pantanal. Muito mais que uma categoria metonímica do espaço do que social. (Leite, 2003, p.24-25)

Assim, pensar no contexto de homens e mulheres que vivem no Pantanal remete ao fato de que, o indivíduo ao mesmo tempo que internaliza as formas culturais, transforma-as e intervém em seu meio. Em outros termos, à qualidade de ser pantaneiro no estilo, nos costumes,



nos hábitos, no comportamento e na cultura foi produzido para constituição e consolidação do sentimento de pertença ao território pantaneiro (Ribeiro, 2014, p. 192). Ter ideia de construção é também manter implícito o fato de mudanças, inferências que colaboram para a formação de novos sujeitos quando tratamos da construção da identidade no campo cultural. É possível tratarmos como um processo em constante transformação, sendo o resultado provisório da intersecção entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos, ou seja, uma metamorfose em constante movimento (Ciampa, 1987). Essa abordagem não é recente, mas mantém-se significativa e pertinente na perspectiva de formação identitária.

O homem é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura (Eddine; Urt, 2013, p.2). A cultura da região pantaneira carrega uma estrutura patriarcal que vem sendo transformada com ações representativas das mulheres. Embora o patriarcalismo seja analisado como algo subjetivo em alguma medida, pelo viés estrutural pode ser contemplado “para não falar das relações despercebidas de dominação e subordinação, disparidade e desigualdade, resíduo e emergência, que emprestam sua natureza particular para essas conexões” (Williams, 1979, p. 138). Nesse viés, a identidade emerge do diálogo entre os conceitos e definições representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo de respo “para não falar das relações despercebidas de dominação e subordinação, disparidade e desigualdade, resíduo e emergência, que emprestam sua natureza particular para essas conexões” (Williams, 1979, p. 138).

Nesse viés, a identidade emerge do diálogo entre os conceitos e definições representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo de responder aos apelos feitos por estes significados (Hall, 2000) aos apelos feitos por estes significados (Hall, 2000).

Entretanto, as representações têm sérias implicações sobre as identidades, pois as mesmas têm a ver como temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar, surgindo das próprias narrativas do eu (Hall, 2000, p.109). Ao quebrar o ciclo de dependência socioeconômica, as mulheres começam a construir uma nova história. Corroborar-se com a perspectiva de que, “a existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico” (Candido, 2003, p.29). Ou seja, a existência desse homem pantaneiro pode estar comprometida pelas ações decorrentes de impactos ambientais.

No Pantanal tudo depende das águas. São elas que condicionam os diversos tipos de vida, levam o homem a ter necessidades de mudanças nas grandes enchentes, modificam os solos, obrigam certas aves a migrarem para outros lugares do planeta, empurrando o gado para cima das cordilheiras, quebram a monotonia da planície, ilhando muitas fazendas, obrigando o emprego de canoas que substituem os cavalos para conduzir a criação aos lugares mais altos e, portanto, livres do desespero das águas. (Proença, 1997, p.13).



Ao analisar as relações de convivência do pantaneiro em seu ambiente Moreira e Schwartz (2007) constataram que num ambiente selvagem, como o Pantanal, no qual a imprevisibilidade do meio é constante e a requisição de comportamentos adaptativos é grande; aquele que está aberto a desenvolver competências sociais variadas e maior percepção das nuances do contexto, tem maiores chances de interagir de maneira mais adequada, saudável e prazerosa, com as circunstâncias que se apresentam, sem perder sua individualidade, cultura ou suas raízes (Moreira e Schwartz, 2007, p. 14). Ainda que os sujeitos estejam em processo de construção ou reformulação “toda identidade tem necessidade daquilo que lhe falta” (Hall, 2000, p. 110). Nesse estudo, apontamos o protagonismo feminino na contemporaneidade.

Stuart Hall discorre sobre a cultura, identidade e representação considerando que a cultura dá-se por diferentes manifestações, além de poder ser compreendida como prática de significação e isso é um diferencial para a compreensão da realidade, dos comportamentos pois pode transformar conceitos. A cultural tem papel constitutivo em todos os aspectos da vida social, na constituição da subjetividade, da própria identidade, e da pessoa como um ator social, e seus discursos instituidores de poder, tomados pelos sujeitos para se auto interpretar e acabam por produzi-los (Hall, 1997). O empoderamento feminino muda a cultura em medida que essas pessoas passam a prospectar oportunidades significativas a partir do seu lugar de fala.

3. O PROTAGONISMO FEMININO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

Determinar o desenvolvimento da mulher pantaneira como protagonismo é relevante ao analisarmos essa situação a partir da situação de submissão que elas acostumadas. Esse processo de mudança em que os espaços sociais foram sendo ressignificados impactaram na mudança cultural de ser apenas uma dona de casa. Assim, acredita-se que a formação cultural da região é um processo contínuo e recente, se pensarmos que o Estado de Mato Grosso do Sul é relativamente novo e sua formação populacional é múltipla com influência de diversas culturas que ao interagirem entre si, forma a identidade local. Sendo assim, para tratar da construção de uma identidade regional/pantaneira é necessário considerar a identidade cultural estadual.

A identidade cultural do Mato Grosso do Sul é definida na atualidade por grande parte de seus atores – agentes culturais, sociais, políticos e econômicos – por meio de símbolos rurais como a música regional e o Pantanal, com sua fauna, flora e costumes. Esta identidade é apresentada como “natural”, através de discursos verbais e musicais que pretendem ser a expressão da “essência” do sul-mato-grossense. A comunicação aqui proposta parte da constatação de que, ao contrário, tanto a música regional quanto o Pantanal eram, ainda há poucas décadas, recusados como traços identificatórios pela maior parte da população. Assim, sugere que estamos frente a um complexo processo de



construção identitária, e propõe a investigação dos múltiplos discursos verbais e musicais que unificaram-se problematicamente em torno dessa autodefinição (Neder, 2008, p. 1).

A cultura do Pantanal de Mato Grosso do Sul é profundamente enraizada nas práticas tradicionais e no modo de vida dos pantaneiros, que incluem ribeirinhos, pecadores, vaqueiros e comunidades indígenas. Essas práticas culturais estão intrinsicamente ligadas à preservação ambiental, visto que muitas delas dependem diretamente da saúde do ecossistema. Todavia, não há como compor uma paisagem sem que o homem pantaneiro esteja presente. A cultura desse homem é muito arraigada às suas raízes, e é tão cheia de significados e símbolos que se torna uma amostra de força e resistência às transformações econômicas, culturais, sociais e políticas.

Para tanto, é necessário compreender resistência em seu sentido mais profundo que apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia (Bosi, 2002, p. 118). Tratando do resgate da identidade cultural pantaneira Alvares e Abrão (2021) abordam a temática pela ótica de Augusto César Proença e salientam a relevância dos estudos literários direcionados ao regionalismo, concluindo que esses estudos contribuem para que haja consciência do valor que as interações sociais que os indivíduos desenvolvem durante a vida influenciam na formação da identidade cultural de um povo, o que torna primordial conhecer os povos que fazem parte da formação de uma sociedade tão multicultural quanto é o Brasil.

Diante deste contexto, no âmbito do cenário pantaneiro é imprescindível considerar que a separação natureza e cultura perpassa o debate da antropologia, fazendo crer que o determinismo biológico impõe às mulheres uma proximidade maior com a natureza (Nichnig e Leite, 2019, p.7), porém, a multiplicidade contemporânea e o acesso a elementos da modernidade mudam as expressões populares. Neste cenário, a mulher, como categoria que historicamente ocupa posição inferior na escala de valores sociais, vivencia um momento diferenciado no contexto do turismo no Pantanal, como sendo um exemplo dos avanços delas ao apresentar elementos da cultura regional aos visitantes.

Essa cultura encanta o turista que chega ao Pantanal e proporciona experiências únicas ao visitante. Uma dessas experiências é a passagem das comitivas boiadeiras. Elas são raras, mas ao viajar pela região é possível encontrá-las. Compostas por seus peões elegantemente paramentados com faixas paraguaias, bruacas, pirains, e no alforje, o seu celular. O visitante que vivencia o encontro com a comitiva se encanta, pois é uma experiência única. Este encontro entre o passado e presente ficam na memória, nas fotografias e nas redes sociais.

Coube às mulheres a tarefa de apoiar e serem os pilares das lidas no campo, ambiente masculino onde o trabalho com os bovinos implicava a presença dos maridos e dos filhos, futuros maridos de outras companheiras e apoiadoras responsáveis pela gestão da casa e



cuidados com as crianças (Nichnig e Leite, 2019, p.3). Atualmente, os conhecimentos da lida diária são implementados, em sua maioria em práticas vinculadas ao turismo. A pesquisa é pertinente, pois os estudos sobre mulheres na lógica feminista trazem a amplitude do assunto, como estão sendo vistas dentro da sociedade nos vários campos e esferas públicas (Scott, 1995).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora o objetivo proposto seja tratar a representação das mulheres na literatura é preciso discorrer que o protagonismo feminino na região pantaneira surge das ações domésticas das mulheres que mantinham as casas, cuidavam dos filhos, e ainda auxiliavam os homens nos serviços das fazendas, como no trato dos animais, artesanato, a culinária com a matéria prima regional, como produção de doces, queijos, embutidos, dentre outros.³ Assim, as cozinheiras das fazendas falam sobre o sentimento de pertencimento, ao prazer do cozinhar e poder criar seus filhos com a força de seu trabalho.

O pertencer é um sentimento descrito por mulheres em diferentes posições, desde cozinheiras até herdeiras de terras e tradições pantaneiras, produtoras rurais, líderes sindicais, mulheres que se assemelham pela força em fazer acontecer. A inserção das mulheres no contexto do agronegócio como um todo tem impactado no empoderamento.

O protagonismo feminino tem sido subsidiado por instituições governamentais e não-governamentais como o Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan)⁴, dentre outros projetos que visam qualificar essas pessoas, prospectar oportunidades, gerar ganhos para a subsistência, em um primeiro momento.

Cursos direcionados a economia familiar estão sendo ofertados pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso do Sul (SENAR), assim como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Têm-se o Pró Pantanal – Programa de Apoio à Recuperação Econômica do Bioma Pantanal tem atuação nos eixos do turismo, da economia criativa e do agronegócio existentes no Pantanal. Com o auxílio dessas instituições são geradas oportunidades que induzem as mulheres a empreenderem, e não apenas prestar serviços.

Visando contemplar os objetivos propostos, apresenta-se um quadro com estudos teóricos que discorrem acerca dos aspectos do protagonismo da mulher pantaneira em trabalhos de áreas distintas. O recorte apresentado demonstra o crescimento e empoderamento feminino, em sua maioria por ações decorrentes dos avanços prospectados pelo turismo regional.

³ Disponível em: <https://www.diariodigital.com.br/geral/mulheres-desafiam-estereotipos-e-se-tornam-protagonistas-das-proprias-historias-no-agronegocio-de-ms>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

⁴ Disponível em: <https://www.mupan.org.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2024.



Quadro 1 - Trabalhos que abordam Aspectos do protagonismo da Mulher Pantaneira

Título do Trabalho	Autores	Periódico	Área de Estudo
Relato de uma experiência de formação: mulheres cervejeiras do Pantanal mato-grossense.	CUNHA, Admilson Costa da. <i>et. al.</i>	Artigo 2023.	Economia Familiar
A mulher onça: reflexões sobre gênero e a personagem Maria Marruá no remake da novela Pantanal	COELHO, Caroline Oliveira da Silva Avila.	TCC 2022.	Biblioteconomia e Comunicação
Das Estradas das Águas à Beira do Quintal: Um olhar para a mulher em movimento nas Comunidades Tradicionais do Paiaguás Pantanal – Corumbá-MS	FERREIRA, Maria de Fatima	Dissertação 2022.	Educação e Territorialidade
Um Pantanal de Marias e Marruás.	RIBEIRO, Mara Aline; VARGAS, Icléia Albuquerque de	Dissertação 2021.	Mestrado em Estudos Fronteiriços.
O Pantanal por elas: o trabalho da mulher pantaneira no turismo.	FERNANDES, Júlio Francisco Alves; ARAÚJO, Ana Paula Correia de ; RIBEIRO, Mara Aline.	Artigo 2021.	Cadernos de Turismo.
Mulheres à frente no cerrado e pantanal: o entrelaçar de força na prática da resistência	ZIOLKOWISK, Nathalia Eberhardt.	Artigo 2019.	Sociologia
A flor da Guavira: contribuições para uma história das mulheres pantaneiras	NICHNIG, Claudia Regina; LEITE, Eudes Fernando.	Artigo 2019.	História
A mulher pantaneira e sua relação de trabalho com o turismo.	THOMÉ, Pollianna.	Artigo 2018.	Turismo
A Mulher e o Pantanal: uma relação de trabalho e de identidade.	THOMÉ, Pollianna.	Dissertação 2018	Geografia

Fonte: a autora, 2024.

Na região do Pantanal matogrossense foi implementado um curso de Formação Inicial e Continuada em Preparadora Cervejeira Artesanal, cujo público-alvo era mulheres camponesas acampadas e/ou assentadas no Programa Nacional de Reforma Agrária, nos municípios de Cáceres e Mirassol d'Oeste que estavam em situação de vulnerabilidade social. Foram criados grupos sólidos de produção coletiva, que produzem e vendem suas cervejas artesanais nos municípios do estado do Mato Grosso, com marcas e identidades próprias. As cervejas desenvolvidas pelas mulheres cervejeiras do Pantanal são carregadas de determinação e resistência pela vida, pois são produtos criados coletivamente e dentro dos conceitos de economia solidária desenvolvidos durante o curso (Cunha., *et al.*, 2023). A resistência é um fator que qualifica essas mulheres, na Literatura pode ser compreendida como sendo,

um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições. (Bosi, 2002, p. 134)



O fato das mulheres pantaneiras ganharem voz nas narrativas contemporâneas é uma forma de resistência se associarmos as questões patriarcais que as limitavam. Ferreira (2022) conduziu uma pesquisa com as mulheres pantaneiras da sub-região do Paiaguás no Pantanal de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de compreender o modo de vida, o progresso socioeconômico, a relação com o meio ambiente e as práticas e resistências das mulheres para sobreviver diante das diversidades presentes no Pantanal. Assim, arriscando um caminho exploratório, eu diria que a ideia de resistência, quando conjugada à de narrativa, tem sido realizada de duas maneiras que não se excluem necessariamente: a) a resistência se dá como tema; b) a resistência se dá como processo inerente à escrita. (Bosi, 2002, p. 120)

Para este diálogo sobre mulheres resistindo, persistindo e sobrevivendo em uma região de difícil acesso e isolamento territorial, foi necessária uma pesquisa etnográfica para reconhecer a história de formação sociocultural da região do Paiaguás no Pantanal, onde estão inseridas as comunidades. Chegou-se à conclusão de que, para o homem e a mulher do pantanal, as relações entre os gêneros só são percebidas na definição de homem/mulher, enquanto o companheirismo entre ambos é predominante em todos os campos (Ferreira, 2022, p.117).

Com a visibilidade alcançada pela personagem Maria Marruá na novela Pantanal, sucesso na televisão brasileira nos anos noventa, a obra foi reestruturada em dois mil e vinte dois, consolidando o sucesso da obra e expandindo a cultura pantaneira e as ações que representam a força feminina regional. A inclusão de um estudo que trata da novela nesse estudo é relevante porque elas fazem parte da cultura brasileira e procuram representar a população no cenário ficcional. A interação que a telenovela estabelece entre os cotidianos da ficção e da realidade constitui uma das peculiaridades da telenovela brasileira, que, ao desenvolver um cotidiano em paralelo, dialoga com o real (Motter, 2000, p.3).

Hall (2003) propõe considerar a cultura como uma herança que dá margem a várias formas de interpretação, e essas interpretações influenciam as escolhas de identidade, que por sua vez são afetadas por questões de poder, questionando o conceito antropológico de cultura, especialmente as abordagens funcionalistas e estruturalistas. Dessa forma, o autor defende que a tradição cultural não deve ser vista como algo estático, uma vez que as pessoas estão constantemente reinterpretando e recriando essa herança cultural.

A obra de ficção foi criada por Benedito Ruy Barbosa e exibida pela extinta Rede Manchete em 1990. Coelho (2022), em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A mulher onça: reflexões sobre o gênero e a personagem Maria Marruá no remake da novela Pantanal”, analisou os sentidos mobilizados entre feminino e masculino, a partir das questões de gênero e da gestualidade da personagem Maria Marruá no remake da novela Pantanal.



Coelho (2022) pontua que os sentidos de feminino e masculinos elencados no trabalho se dão a partir da perspectiva social heteronormativa e da cultura hegemônica. Na obra analisada a apresentação reforça a ideia de gênero enquanto construção social.

A literatura contemporânea tem buscado estreitar as interrelações entre a realidade e a ficção com obras que representam os sujeitos em sua essência, e com a visibilidade conseguem implementar o teor representativo na produção literária. Não é utopia pensar que muitas mulheres oriundas da região pantaneira se enxergam como verdadeiras onças, e a representação imagética da televisão alimentou essa ideia. Em outros termos, poderíamos considerar os “causos” contados na região pantaneira como parte da cultura. Para Peixoto (2011) a contemporaneidade, tanto a historiografia quanto a crítica literária têm interesse em pesquisar caminhos da narrativa histórica e suas relações com a literatura, pois está pode ser vista como uma fonte de aprendizado e de inspiração, fluindo como objeto e fonte documental.

Os sentidos do feminino em Maria Marruá estão ligados à maternidade, ao sofrimento e ao empoderamento, este último observado pela mudança na gestualidade. Maria se transforma de uma pessoa passiva em uma agente de si mesma. Embora essa atitude leve à morte, ela não mais terceiriza as atividades como anteriormente analisado. Embora considerada uma cena trágica, decidir sobre o próprio corpo e a morte é também um ato de liberdade, afinal, necessita da ação do indivíduo (Coelho, 2022, p.77). Corrobora a percepção sobre a força feminina pantaneira.

Ribeiro e Vargas (2021) discutiram “Um Pantanal de Marias e Marruás” com sujeitos que sobrevivem com os imprevistos do bioma e que são acometidas por tragédias como os incêndios recentes, as gentes pantaneiras com crueldade, considerando a precariedade e o estado de vulnerabilidade econômica e social que vivem mulheres, homens e crianças que constroem, cotidianamente, o Pantanal. Nesse cenário, apresentam as mulheres como protagonistas da construção desse espaço, pois essas estão exercendo os mais distintos e importantes papéis.

Destacaram que Independente do poder aquisitivo, são provedoras das famílias, chefes de comitivas, esposas, companheiras, cuidadoras dos/as filhos/as, empresárias do turismo, cozinheiras, pecuaristas que, entre o amanhecer e o anoitecer, trabalham, acalentam os/as filhos/as, ajudam as vizinhas, as comadres e se postam mulheres belas e convictas do seu papel de protagonista (Ribeiro, Vargas 2021, p.15). Fernandes *et. al.* (2021) em seu estudo intitulado “O Pantanal por elas: o trabalho da mulher pantaneira no turismo” salientaram que as mulheres pantaneiras produzem um Pantanal feminino com todo esplendor e exuberância. Pontuaram ainda que nas diversas mulheres e nos distintos papéis a elas atribuídos - a carga cultural e indenitária que produz historicamente os territórios e engendram territorialidades no espaço pantaneiro, emoldurando paisagens rurais de luta. No cenário do turismo a mulher desenvolve



atividades tradicionalmente ligadas ao feminino, os postos de serviço a elas atribuídos são, sobretudo, de camareiras, cozinheiras e nos serviços gerais, a despeito de os homens também poderem exercer essas atividades.

Nesse viés, Ziolkowisk (2019) trouxe uma abordagem em que as mulheres à frente no cerrado e pantanal são apresentadas como sendo o entrelaçar de força na prática da resistência. Enfatizaram o fato de que há mulheres no Cerrado e Pantanal que acreditam na relação simétrica com o meio ambiente, entendem que isso corresponde ao bem-viver das partes. Assim, muitas são guardiãs desse recurso natural. Isso se dá em medida que, aquilo que é natural para o rio, também é natural para elas, as demais dimensões se dão no campo social e cultural, com toda formação de características próprias, regras de convívio intrínsecas ao modo de vida coletiva, dinamicamente interagindo com o outro, o de fora, o visitante ou turista como é chamado (Ziolkowisk 2019, p.14).

Diante do contexto apresentado, é necessário abordar a questão histórica, mas a partir do relato das mulheres e de suas memórias, pontuando o subjetivismo do sentir feminino em um ambiente que exige uma postura mais forte e intensa. Sobre isso, Nichnig e Leite (2019) trouxeram a partir das narrativas de mulheres pantaneiras, a percepção e a demonstração de suas sensibilidades, seus afetos, seus desejos, no que se refere às experiências de família e parentalidade. Mesmo com o aporte da história cultural que trouxe a preocupação das relações distanciadas de uma história política, econômica ou as relações de trabalho das pessoas em seu ambiente público, ainda pouco se debruçou sobre as trajetórias e as subjetividades dessas mulheres, em um espaço geográfico ímpar, em que as distâncias e as dificuldades de locomoção e ainda distâncias das mulheres das cidades, as restringe a vida nas fazendas. Se as relações afetivo-conjugais eram atravessadas pela experiência de viver em uma região inóspita, também as relações entre pais e filhos são afetadas pelo espaço geográfico (Nichnig e Leite, 2019, p.9).

Esse mesmo espaço inóspito passou a contribuir para o empreendedorismo no pantanal, o turismo rural passou a ser uma fonte de renda para as famílias. Com isso, as atividades domésticas desenvolvidas pelas mulheres nas fazendas passaram a ser ofício remunerado nas pousadas com os avanços vinculados ao turismo. Assim, quando a atividade turística se instalou em fazendas no Pantanal, a atividade feminina não se alterou, no entanto, ganhou em intensidade. Pautou-se em novas regras e horários, à medida que passou a ser realizada através de um contrato de trabalho (Thomé, 2018, p.132). Outro fator relevante nas atividades desenvolvidas pelas mulheres é o impacto positivo na autoestima delas.

A melhoria da autoestima das mulheres está estreitamente ligada a conquista da independência financeira e o aumento na qualidade de vida da família, pois as mulheres como administradoras dessas novas atividades têm sido visto com muitas expectativas quanto as



inovações no que tange aos empreendimentos pantaneiros, que contribuem significativamente com a renda da população no período da sazonalidade no pantanal, estas conquistas têm grande representatividade na sociedade pantaneira. O papel da mulher na percepção dos hóspedes em relação ao modo de vida no Pantanal é o diferencial, pois são elas que desempenham as atividades de manutenção das áreas comuns e privativas e preparam as refeições, fatores essenciais para a hospitalidade nesse tipo de serviço (Thomé, 2018, p.146).

Em um estudo anterior, Thomé constatou que à medida que aumenta a oferta de trabalho feminino nas fazendas, o turismo propicia maior participação das mulheres na renda familiar e lhes dá autonomia para investir em qualidade de vida e educação de seus filhos e netos. Seu trabalho é valorizado por seus maridos e pelos proprietários, mas para a maioria dos turistas permanece a figura do homem vaqueiro como a expressão da cultura pantaneira. Por outro lado, o turismo limita suas relações familiares e sociais com pessoas de fazendas vizinhas, pois impõe um ritmo de trabalho e descanso diferenciado do tradicional regime pastoril (Thomé, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do material investigado foi possível concluir que embora já tenham sido desenvolvidos muitos estudos sobre o Pantanal enquanto bioma com toda a sua riqueza e problemáticas decorrentes de ações humanas, como é o caso dos incêndios recorrentes, o sujeito pantaneiro ainda é pouco estudado enquanto objeto de pesquisa. Em uma abordagem mais específica foi possível constatar que ao colocar a mulher pantaneira como foco das discussões, essa vem alcançando sucesso e visibilidade com uma abordagem que a qualifica, classifica, diferencia quanto ao gênero, mas também quanto as suas ações no desenvolvimento socioeconômico do pantanal.

Cabe salientar que embora essas mulheres estejam conquistando espaço, suas conquistas partem do trabalho desenvolvido no âmbito doméstico, auxiliando os maridos e na maioria dos casos, não sendo remunerada, mantendo dependência dos homens. De qualquer modo, o fato dessas pessoas estarem conquistando espaço social com pautas associadas à sua produção e contribuição em atividades vinculadas a cultura, o artesanato, o turismo é um diferencial para o desenvolvimento regional.

Quanto aos objetivos propostos acredita-se que a figura da mulher pantaneira vem sendo representada de modo significativo na literatura com abordagem em diferentes áreas do conhecimento. Contudo, os estudos não se atentam apenas a questões associadas a cultura e a identidade cultural que essas mulheres constroem e representam, mas o entendimento que se



assemelha em grande parte dos trabalhos publicados gira em torno da resistência da figura feminina que fundamenta seu protagonismo.

Retomando os questionamentos que impulsionaram este estudo, acredita-se que a interrelação do sujeito com a natureza impacta diretamente na formação da identidade cultural do homem pantaneiro, haja vista que os hábitos desses indivíduos dependem do contexto ambiental, do modo como o ambiente natural se comporta e impõem limites naturais para a vivência em território pantaneiro. Entretanto, a questão do pertencimento em efetivo em todas as pautas, em diferentes áreas do conhecimento, o que respalda a discussão quanto ao protagonismo feminino.

Posto isto, mensurar em que medida a sensação de pertencimento pode impactar na representação da cultura pantaneira ainda é uma tarefa difícil. No entanto, é notório que a mulher contemporânea da região pantaneira tem conquistado novos espaços, respeito e visibilidade sendo protagonistas de suas próprias histórias. Com isso, a figura da mulher pantaneira surge na construção da cultura regional sendo o pilar familiar. Nessa nova perspectiva essas funções são bem avaliadas pelos turistas que buscam o pantanal como espaço exótico e aconchegante. O empoderamento feminino contribui na construção de uma nova identidade cultural regional, pois por mais que as tarefas sejam as mesmas, a rentabilidade muda a realidade de pessoas que estiveram presas ao patriarcalismo.

Deste modo, analisar a figura feminina enquanto protagonista de uma nova história que tem mudado a percepção de identidade cultural e regional é uma tarefa difícil que deve ser feita com cuidado. A cultura, em alguma medida foi impactada pelo avanço capitalista na região que fez dos espaços pontos comerciais que trouxeram benefícios, mas impactaram o modo de vida dessas mulheres. Essas mudanças ainda estão em andamento e devem ser observadas no aprimoramento dessas ações que mudam o papel feminino, empoderam, protagonizam.

Por fim, é preciso compreender que as interrelações entre o homem e a natureza é que fazem do pantanal um bioma complexo, pontuando que apesar dos avanços na legislação ambiental e na integração cultural, o Pantanal enfrenta diversos desafios com o ciclo climático que impacta em ocorrências de incêndios, sendo esses eventos naturais ou não. A expansão da fronteira agrícola, as queimadas e o desmatamento ilegal são ameaças constantes. As políticas públicas devem, portanto, ser continuamente revisadas e aprimoradas, com a participação efetiva das comunidades locais, para garantir que as leis ambientais não apenas protejam o ecossistema, mas também respeitem e valorizem a cultura pantaneira, conseqüentemente, seus sujeitos, cultura e identidade enquanto pilar no processo de representação.

6. REFERÊNCIAS



ALVARES, Kelly Caroline; ABRÃO, Daniel. Resgate da identidade cultural do pantaneiro pela ótica de Augusto César Proença. **Revista Philologus**. v. 27 n. 81 Supl. Rio de Janeiro -RJ, 2021. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1036>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=fJivEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT13&ots=H3ur4unsQP&sig=2TSKcStflhEqYUEaYLYf0okC6g&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 14 de junho de 2024.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987.

COELHO, Caroline Oliveira da Silva Avila. **A mulher onça**: reflexões sobre gênero e a personagem Maria Marruá no remake da novela Pantanal. Trabalho de conclusão de graduação apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/253782>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

CUNHA, A. C. da. *et al.* Relato de uma experiência de formação: mulheres cervejeiras do Pantanal mato-grossense. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. v. 14, n. 2, p. 113, maio 2023. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/issue/view/197>. Acesso em: 22 de junho de 2024.

EDDINE, Eder Ahmad Charaf; URT, Sonia da Cunha. Cultura e Educação na Constituição do Sujeito que vive na Região do Pantanal: expressões reveladas na imprensa – a revista veja (1970 – 1980). **Revista Científica da Faculdade de Balsas**, v. 04, p. 1-8, 2013. Disponível em: <https://revista.unibalsas.edu.br/index.php/unibalsas/article/download/80/74/285>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

FERNANDES, Júlio Francisco Alves; ARAÚJO, Ana Paula Correia de; RIBEIRO, Mara Aline. O Pantanal por elas: o trabalho da mulher pantaneira no turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 21, núm. 1, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1154/115466307002/html/#:~:text=Nesse%20universo%2C%20a%20mulher%20pantaneira,a%20extens%C3%A3o%20do%20trabalho%20dom%C3%A9stico>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

FERREIRA, Maria de Fátima. **Das Estradas das águas à beira do quintal**: um olhar para a mulher em movimento nas comunidades tradicionais do Paiaguás Pantanal – Corumbá-MS. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) - Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5309>. Acesso em: 18 de junho de 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. (5a ed.). São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa**: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 201-209, maio/ago. 2006.



HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**; tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik; Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LEITE, Mário Cezar Silva. **Águas Encantadas de Chacororé: natureza, cultura, paisagem e mitos do Pantanal**. Cuiabá: Cathedral Unicen Publicações. 2003.

MOREIRA, J. C. C. SCHWARTZ, G. M. **As relações entre os pantaneiros e seu ambiente**. v. 32, n. 2, mai./ago. 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/1458/5229/38466>. 20 de junho de 2024.

MOTTER, Maria L. **Ficção e realidade - Telenovela: um fazer brasileiro**. Intercom, 2000.

NEDER, A. Peña, bienvenida entre nosotros: moderna música urbana e a criação de uma identidade cultural em mato grosso do sul. In: **Cadernos do Colóquio**, 2008, Rio de Janeiro, p. 1-5. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/coloquio/index>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

NICHNIG, Claudia Regina; LEITE, Eudes Fernando. A flor da Guavira: contribuições para uma história das mulheres pantaneiras. **SÆCULUM - Revista de História** [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 389-407, jul./dez. 2019, ISSN 2317-6725. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/47215/28891/126104>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **O que é Pantanal**. São Paulo: Brasiliense. 1990.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **Pantanal: homem e cultura**. Campo Grande: UFMS. 2002.

PEIXOTO, M. do R. da C. Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 24, n. 45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19401>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PROENÇA, Augusto César. **Pantanal: gente, tradição e história**. 3.ed. Campo Grande-MS: UFMS, 1997.

RIBEIRO, Mara Aline; VARGAS, Icléia Albuquerque de. Um Pantanal de Marias e Marruás. Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal - UFMS - Campus do Pantanal • Curso de Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços. **Revista GeoPantanal • UFMS • Corumbá/MS • N. 31 • 29-45 • jul./dez. 2021**. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/15520/11020>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

RIBEIRO, M. A. **Entre ciclos de cheia e vazante a gente do Pantanal produz e revela geografias**. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pp. 279, 2014.



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAneroJoan%20Scott.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2024.

THOMÉ, Pollianna. A Mulher Pantaneira e sua Relação de Trabalho com o Turismo. **Revista Entrelugar**, V. 9, nº18, 2018 - ISSN 2176-9559. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/download/8941/5058>. Acesso em: 21 de junho de 2024.

THOMÉ, Pollianna. **A mulher e o Pantanal: uma relação de trabalho e de identidade**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia. UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1061>. Acesso em: 21 de junho de 2024.

WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZIOLKOWISK, Nathalia Eberhardt. Mulheres à frente no cerrado e pantanal: o entrelaçar de força na prática da resistência. **Revista Movimentação**. v.6, n.10, jan./jun. 2019 - ISSN 2358-9205. Universidade Federal da Grande Dourados – Dourados, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/download/10594/6039/40426>. Acesso em: 10 de junho de 2024.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E INTERSECCIONAL

THE POLITICAL REPRESENTATION OF WOMEN IN MATO GROSSO DO SUL: A HISTORICAL AND INTERSECTIONAL ANALYSIS

Ellen Maria Machado Santos Fernandes-UFMS/CPAQ
ellen.maria@ufms.br

Janete Rosa da Fonseca – UFMS/CPAQ
janete.fonseca@ufms.br

RESUMO

O estudo explora a trajetória da representação feminina na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS) desde a criação do estado em 1977. A formação do estado, liderada por oligarcas masculinos, refletiu-se na ausência de mulheres na assinatura da Lei Complementar 31, que oficializou a criação de Mato Grosso do Sul. Desde a primeira legislatura, em 1979, a participação feminina na ALEMS tem sido notavelmente baixa: em 47 anos, apenas 20 cadeiras foram ocupadas por mulheres, representando 7,1% do total de parlamentares. Essas 20 cadeiras foram preenchidas por apenas 11 mulheres diferentes, algumas das quais foram reeleitas várias vezes, evidenciando a falta de renovação e a persistente sub-representação feminina no cenário político estadual. A análise crítica do texto aponta a discrepância entre essa representação e a realidade demográfica, na qual as mulheres constituem a maioria da população do estado. Utilizando as teorias de bell hooks e Maria Lugones, o texto questiona as limitações de certos movimentos feministas, que frequentemente ignoram interseccionalidades como raça e classe social, exacerbando a exclusão de mulheres negras e de outras minorias. A conclusão destaca a necessidade de uma abordagem mais ampla que considere marcadores sociais adicionais ao gênero para compreender e enfrentar as dinâmicas de poder que mantêm as mulheres, especialmente as de minorias raciais e sociais, em posições marginais na política de Mato Grosso do Sul. O estudo propõe que, para alcançar uma representação mais justa e equitativa, é crucial desafiar e reformar as estruturas de poder que perpetuam essa exclusão, promovendo uma inclusão mais abrangente e diversificada das mulheres na esfera política do estado.

Palavras-chave: Representação feminina; Interseccionalidade; Sub-representação política



ABSTRACT

The study explores the history of women's political representation in the Legislative Assembly of Mato Grosso do Sul (ALEMS) since the state's creation. It begins by noting the establishment of the state in 1977, a result of separatist movements led by male oligarchs, highlighted by the absence of women in the signing of Complementary Law 31. The analysis reveals that since the first legislature in 1979, female presence in ALEMS has been significantly low. Over twelve legislatures spanning 47 years, only twenty seats have been occupied by women, representing 7.1% of the total parliamentarians. These seats were filled by just eleven different women, with some being re-elected for multiple terms. The text critiques this underrepresentation of women, contrasting it with demographic data showing that women constitute the majority of the state's population. Additionally, through the theoretical lenses of bell hooks and Maria Lugones, the study questions the exclusionary nature of certain feminist movements that overlook intersectionalities such as race and social class. The conclusion emphasizes the need to consider additional social markers beyond gender to fully understand the political dynamics. To promote more equitable representation, it is crucial to recognize and challenge existing power structures that perpetuate the exclusion of women, particularly those from racial and social minorities, in the political sphere of Mato Grosso do Sul.

Keywords: Female representation; Intersectionality; Political underrepresentation

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, realizar-se-á um resgate histórico sobre representação política das mulheres eleitas para a assembleia legislativa de Mato Grosso do Sul. Para isso, o resgate da história de fundação do estado deve ser considerado, a fim de compreender em que base política este estado criou-se.

Além do resgate histórico da representação política das mulheres nas legislaturas como deputadas estaduais, este resgate será feito sob as lentes das teóricas *bell hooks* e Maria Lugones, que tratam em suas obras da importância de considerar as diferentes categorias de mulheres, as diferentes classes sociais, as diferentes raças e como estas análises impactam nas escolhas políticas de Mato Grosso do Sul, revelando-se a estrutura de poder deste estado.

Sob a ótica de Guacira Lopes Louro, Michel Foucault e Edward P. Thompson a análise será feita acerca das relações de poder, domínio e subordinação dos corpos, representações, realidade e hábitos e como estas definições impactam na vida dos sul-mato-grossenses.

2. É MATO GROSSO... DO SUL

Para começar é preciso compreender a formação do estado de Mato Grosso do Sul. Anteriormente, o estado de Mato Grosso compreendia o que hoje conhecemos como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dois territórios que juntos, segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), possuem uma área de 1.260.350,443km², sendo as áreas dos territórios iguais a 903.208,361km² e 357.142,082km², respectivamente. (Brasil, 2022). A Figura 1 mostra um mapa feito pelo IBGE em 1970, antes da separação dos dois estados.

Figura 1: Mapa do Mato Grosso em 1970



Fonte: IBGE, 2019.

Para se ter ideia da imensidão dos territórios pode-se fazer a comparação destes estados brasileiros com países do mundo, segundo a revista Galileu, pertencente ao grupo Globo, o estado de Mato Grosso tem o tamanho equivalente ao país vizinho Venezuela, enquanto Mato Grosso do Sul possui um território poucos km² menor que a grande potência econômica europeia Alemanha. (Alencar, 2022).

Considerando os dados acima, é fácil inferir que o então uno Mato Grosso era um espaço geográfico muito grande, que segundo Machado (2020), possuía enormes dificuldades de comunicação e transporte. Esta grandiosidade provocou o surgimento das regiões norte e sul de Mato Grosso, as diferenças impostas por esta vastidão de território incitou a partir do final do século XIX movimentos separatistas, os quais possuíam como personagens diferentes oligarcas que queriam chegar ao poder ou permanecer nele. Dessa forma, é preciso dizer que os movimentos separatistas foram descontínuos, não lineares, passaram por mudanças, foram esquecidos e retomados, mas em 1977 isso mudou.

Segundo Lugones (2018), as estruturas de poder querem dominar o sexo, o trabalho, a autoridade coletiva e a subjetividade/intersubjetividade e na formação do estado de Mato Grosso Sul isso não foi diferente, os comandantes em exercício tinham por objetivo manterem-se no poder subjugando aquelas/aquelas não faziam parte do grupo.

Dessa maneira, para Lugones, os dominadores desde o período da colonização das Américas pretendem (e conseguem) dominar o sexo este domínio versa sobre a criação de



normas de gênero e sexualidade, a fim de manter a subordinação e controle dos povos. Dominar o trabalho desde o tempo dos colonizadores a divisão do trabalho fora baseado na raça e etnia, para justificar trabalhos exploratórios era preciso desumanizar os colonizados e para os dias atuais ela afirma que economia global favorece os poderes coloniais.

Ainda sob a ótica de Lugones, a organização da forma de governar o estado (e o Brasil) estava e está em consonância com o modelo hierárquico europeu, que contrasta com os governos baseados na participação comunitária, nos quais o poder distribuído e compartilhado e existiam nas Américas antes da chegada dos europeus.

Por fim, a dominação subjetividade/intersubjetividade que representa como os indivíduos se veem e como se relacionam com os outros fez e faz parte do modelo de governo no nosso país. O processo de racialização, apagamento das culturas e conhecimentos corroboram para a dominação de sujeitos, tornando-os subordinados a um sistema ou grupo de pessoas, neste caso os oligarcas sul-mato-grossenses.

Nestes modelos de ascensão ou manutenção do poder na data de 11 de outubro de 1977 desembarcou em Brasília, a capital federal, diversas lideranças do sul de Mato Grosso para acompanhar a assinatura da Lei Complementar 31, de 11 de outubro de 1977, a lei foi assinada pelo então presidente Ernesto Geisel. Assim, por desmembramento da área de Mato Grosso, surge uma nova unidade da federação, o estado de Mato Grosso do Sul. (Mato Grosso do Sul, 2024).

Na Figura 2 é possível ver o momento da assinatura da Lei Complementar 31, pelo presidente Ernesto Geisel, ao redor estão os integrantes dos movimentos separatistas dos sul, apesar da imagem ser em preto e branco e possuir pouca definição pode-se afirmar, que ao menos na imagem, não tem nenhuma mulher presente.

Figura 2: Momento em que Geisel assina a Lei de Criação do estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Machado (2020)

Além da ausência feminina na Figura 2 os integrantes do movimento separatista do Sul, não representavam o povo sul-mato-grossense, com o discurso de que o sul era preterido por Cuiabá, os oligarcas do sul queriam mais eram maneiras de manterem-se no poder e ter mais



oportunidades de dominação de territórios e corpos, isto fica evidente quando as notícias de jornais da época demonstram a surpresa da população com a separação dos estados, apenas as elites participaram e souberam que a divisão ocorreria. (Machado, 2020).

Neste momento, sob a luz de Foucault, pode-se compreender que o momento da separação dos estados representou um instante de demonstração de poder de uma classe dominante. Para o autor o poder se exerce sobre os corpos, moldando e disciplinando-os de acordo com normas sociais e políticas específicas. Então, para os oligarcas da época, era importante que as normas sociais e políticas permanecessem as mesmas, dessa forma eles continuariam em suas posições de poder.

Considerando os corpos femininos, em particular, têm sido sujeitos a formas específicas de disciplina e controle, refletindo expectativas de comportamento e aparência que perpetuam desigualdades de gênero. Neste momento histórico, por exemplo, as mulheres foram completamente excluídas, pois a política não era um local para elas.

Foucault ainda sugere que o poder opera não apenas através de instituições políticas, mas também através de práticas cotidianas que regulam os corpos e as ações das pessoas. Assim, as mulheres são frequentemente disciplinadas para se conformarem a padrões que limitam sua liberdade e autonomia, mantendo-as em posições subordinadas na sociedade.

Essas práticas de poder são fundamentais para entender como a política e a sociedade moldam as experiências das mulheres, controlando e disciplinando seus corpos de maneiras que reforçam estruturas de dominação e subordinação.

Prosseguindo na análise do processo de criação do estado, a lei de criação de Mato Grosso do Sul determinava que os deputados constituintes seriam eleitos nas eleições gerais de 15 de novembro de 1978 e passariam de constituintes à função de legisladores assim que a constituição estadual fosse promulgada, até tal feito ocorrer o governador expediria decretos-lei como forma de governança.

Em 31 de março de 1978, o governador Harry Amorim Costa foi escolhido e indicado ao cargo pelo presidente Ernesto Geisel, mas ele tomou posse apenas em janeiro de 1979, até esta data Mato Grosso do Sul já existia legalmente, porém o estado continuou sendo governado por José Garcia Neto, que possuía sua sede de governo em Cuiabá – Mato Grosso.

Ainda no ano de 1978, em 15 de novembro juntamente com as eleições gerais em todo o Brasil, os dezoito deputados constituintes sul-mato-grossenses foram eleitos. Para o governo Geisel, era interessante mais uma unidade da federação que o apoiasse, que apoiasse a ditadura militar, então a criação deste novo estado poderia aumentar base do governo militar.

Naquela que seria a primeira escolha dos sul-mato-grossenses os nomes eleitos foram: pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), Alberto Cubel Brull, Ary Rigo, Horácio Cerzósimo



de Souza, Londres Machado, Osvaldo Ferreira Dutra, Paulo Roberto Capiberibe Saldanha, Ramez Tebet, Rudel Espíndola Trindade, Valdomiro Alves Gonçalves, Walter Benedito Carneiro e Zenóbio Neves dos Santos. Pelo Movimento Democrático Nacional (MDB), foram eleitos: Cecílio de Jesus Gaeta, Getúlio Gideão Bauermeister, Odilon Massahitsi Nacasato, Onevan José de Matos, Roberto Moaccar Orro, Sérgio Manoel da Cruz e Sultan Rasslan. (Mato Grosso do Sul, 2024).

2.1. Quem são eles?

Neste momento, faz-se necessária uma breve análise dos sujeitos eleitos para a assembleia constituinte de Mato Grosso do Sul, pois tal investigação apresentará em que base política o estado fora criado. Afora a análise das características dos indivíduos eleitos é preciso acrescentar que agropecuária fora e ainda é uma importante atividade econômica em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os grandes latifúndios são comuns nestes territórios e as disputas por terras entre os oligarcas e povos indígenas sempre estiveram em pauta.

Para iniciar a análise dos sujeitos eleitos será considerada uma característica comum aos dezoito indivíduos todos são pessoas do gênero masculino. Seguindo, apenas cinco deles não são brancos: Ramez Tebet, Roberto Moaccar Orro e Sultan Rasslan representantes dos imigrantes árabes em Mato Grosso do Sul. Odilon Massahitsi Nacasato representante da comunidade japonesa, ele faz parte da primeira geração no estado de filhos de relacionamentos entre japoneses e brasileiros.

E por fim, Sérgio Manoel da Cruz, que é pardo e nordestino, pernambucano mais precisamente, este sujeito teve apenas três mandatos legislativos, um de deputado estadual pelo Mato Grosso, um de deputado estadual pelo Mato Grosso do Sul e um de deputado federal por Mato Grosso do Sul, contrariando, por exemplo, o companheiro constituinte Londres Machado, que se encontra no seu 13º mandato consecutivo (um ainda pelo estado de Mato Grosso), e nunca ficou de fora de uma legislatura sul-mato-grossense desde que houve a separação dos estados.

Continuando com a análise das características dos constituintes, apenas Zenóbio Neves dos Santos não possuía formação acadêmica superior, mas atuava como contador. Os demais deputados possuíam formações acadêmicas de prestígio na sociedade, em sua maioria, eram formados em direito e medicina, cursados em universidades fora do estado de Mato Grosso do Sul (ou Mato Grosso) como no Rio de Janeiro e Paraná.



Diante destas informações, pode-se inferir que estes constituintes vinham de famílias com posses, considerando suas trajetórias educacionais exitosas, em uma época que o acesso ao ensino superior não era para todos, como afirma Fernandes e Fonseca (2023):

Ao longo da história da educação fica evidente que era algo permitido apenas às classes dominantes, o acesso à educação formal era algo legitimado, principalmente, apenas aos homens, brancos e donos de terras. As mulheres, negros, indígenas e outras classes emergentes tinham esse acesso negado ou dificultado ao máximo. (Fernandes; Fonseca, 2023, p.102)

3. REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL E O MOVIMENTOS FEMINISTAS

A ausência de pessoas do gênero feminino na assinatura da Lei de separação do estado não surpreende. Mesmo considerando que tal evento e a eleição da assembleia constituinte aconteceram no final da década de 1970, na qual movimentos feministas estavam em ascensão pelo mundo, neste período as mulheres começaram a organizarem-se de forma mais sistemática e visível, exigindo mudanças profundas nas estruturas sociais e econômicas.

No entanto, parte destes movimentos não estavam preocupados em abranger em suas lutas todas as categorias de mulheres, não consideravam marcadores sociais importantes como raça, orientação sexual e classe social, era um feminismo excludente.

À visto disso, as mulheres brancas encabeçaram lutas por direitos iguais, o direito de ocupar postos de trabalhos que anteriormente pertenciam aos homens, direito ao aborto, controle de natalidade e contra a violência doméstica. Enquanto as mulheres brancas faziam todas estas reivindicações as mulheres de cor continuavam sem empregos ou tinham como a única opção de sustento o trabalho na casa destas mulheres brancas, sendo subjugadas e exploradas, para Hooks não há liberdade enquanto todas as categorias de mulheres não forem consideradas dentro do movimento feminista.

Neste sentido, também é preciso salientar que Bell Hooks tece críticas ao feminismo que desconsidera classe, raça e orientação sexual. Para Hooks mulheres brancas privilegiadas tomaram para si o movimento feminista e para as demais mulheres caberiam o papel de seguidoras.

Considerando os dias atuais, ano de 2024 do século XXI, não é raro ver uma cena como a da Figura 2, em espaços de poder os homens são protagonistas e maioria. Apesar desta não ser uma representatividade do povo brasileiro, concebendo apenas a divisão binária de gênero (homem e mulher) já que as mulheres compõem a maioria da população brasileira. Segundo censo 2022, realizado pelo IBGE, as mulheres representam 51,5% da população no Brasil, ou seja, esta diferença na porcentagem representa em números absolutos 6 milhões mulheres a mais que os homens.



Dessa forma, é preciso fazer um resgate histórico da representação feminina na câmara legislativa de Mato Grosso do Sul. Para que se entenda a estrutura da ALEMS (Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul) em 1º de janeiro de 1979, instalou-se a Assembleia Constituinte, os dezoito deputados que foram eleitos em novembro de 1978 tomaram posse e após a promulgação da Constituição Estadual, em 13 de junho de 1979, passaram de constituintes à deputados estaduais, assim surge a ALEMS com sua primeira legislatura.

Avançando na história da Assembleia em 1982, nas eleições gerais nacionais, Mato Grosso do Sul elegeu vinte e quatro novos deputados estaduais para a segunda legislatura, dentre eles não havia nenhuma mulher eleita ou até mesmo candidata.

Já em 1986, duas mulheres foram eleitas para a Assembleia Sul-Mato-Grossense Marilene Coimbra (PDS) e Marilu Guimarães (PFL), então estas duas compuseram a terceira legislatura. Nas eleições de 1990, dos vinte e quatro eleitos, apenas Marilene Coimbra fora reeleita como representante estadual feminina para a que seria a quarta legislatura da ALEMS.

Seguindo com a pesquisa, nas eleições de 1994 e 1998, nas quais elegeriam os deputados estaduais para compor as quinta e sexta legislaturas, apenas uma mulher fora eleita para os dois pleitos, sendo ela Celina Martins Jallad.

Prosseguindo nas eleições de 2002, foi quando o estado elegeu o maior número de mulheres para a sétima legislatura da ALEMS, foram três as representantes escolhidas Celina Martins Jallad, Simone Tebet e Bela Ramos.

Seguindo com as informações nas eleições de 2006 e 2010, que seriam responsáveis pela oitava e nona legislatura sul-mato-grossense, elegeram-se duas mulheres em cada. Na oitava, as cadeiras legislativas ficaram com Celina Martins Jallad e Dione Hashioka. Celina teria esta como sua última legislatura, já Dione fora eleita pela primeira vez. Na nona legislatura, Dione Hashioka fora reeleita e Mara Caseiro estreava no cargo de deputada estadual.

Continuando, nas eleições de 2014, a quantidade de deputadas estaduais eleitas igualou-se ao recorde histórico três cadeiras ficaram para as mulheres, a décima legislatura contou com as representantes Mara Caseiro, Antonieta Amorim e Gisele Machado, as duas últimas tiveram apenas esta legislatura estadual em seus currículos políticos. Já na eleição de 2018, repetiu-se a dobradinha da nona legislatura Dione Hashioka e Mara Caseiro, mas nesta décima primeira legislatura Dione assumiu o cargo por suplência.

Para finalizar, a décima segunda e atual legislatura de Mato Grosso do Sul assim como na sétima e décima, a décima segunda legislatura conta a presença de três mulheres, novamente Mara Caseiro é eleita, assume o legislativo estadual pela primeira vez Lia Nogueira e Gleice Jane. Gleice assume o mandato por suplência e é a primeira parlamentar eleita pelo partido dos trabalhadores (PT).



Considerando estas doze legislaturas nestes quarenta e sete anos da formação do estado de Mato Grosso do Sul passaram pela Assembleia Legislativa Estadual, contando como os constituintes que após a entrega da Carta Magna Sul-Mato-Grossense tornaram-se deputados estaduais, duzentos e oitenta e dois parlamentares. Deste total, apenas vinte cadeiras legislativas pertenceram as mulheres, mas estes vinte mandatos foram exercidos por apenas onze mulheres diferentes. Por exemplo, Mara Caseiro foi eleita para quatro legislaturas, ela foi contada nestas quatro vezes do total das vinte cadeiras.

Sendo assim, tomando como base as vinte cadeiras ocupadas pelas mulheres na Assembleia Estadual, apenas 7,1% dos parlamentares eleitos pelo estado foram mulheres, o número desta representação contraria os dados do Censo 2022 que mostrou que a maior parte da população de Mato Grosso do Sul é de mulheres: de 2.757.013 pessoas, são 1.400.498 (50,8%) mulheres e 1.356.515 (49,2%) homens. O índice representa aumento de 12,6% entre 2010 e 2022. (Brasil, 2023).

Dessa forma, pode-se perceber uma sub-representação feminina na política sul-mato-grossense, uma lacuna nesta representação feminina desde a assinatura da Lei Complementar 31 e nas eleições subsequentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este trabalho é preciso fazer uma análise das categorias de mulheres que foram eleitas para ALEMS, devem ser considerados outros marcadores sociais para além do gênero feminino e considerar as diferentes lutas femininas e refletir sobre exclusões dentro do próprio movimento.

Dessa maneira, como critica Bell Hooks (2023), o feminismo excludente em que se desconsidera as diferentes categorias de mulheres, que não considera as experiências das mulheres de cor e das diferentes classes sociais permite que momentos como o da foto da assinatura da Lei da separação do estado (Figura 2) aconteça, para tanto bell hooks destaca a importância de uma abordagem interseccional das identidades políticas e sociais.

Assim como Bell Hooks, Maria Lugones também faz crítica ao feminismo que excludente, Lugones (2018) o nomeia de feminismo visível/ iluminado, este movimento considera apenas as mulheres brancas europeias que são consideradas frágeis, em oposição as colonizadas. Este lado visível/iluminado do feminismo mantém e desejam manter as mulheres longe das esferas de poder, dentro deste movimento as mulheres possuem uma função de reprodução e apenas a heterossexualidade é uma sexualidade possível.



Para Lugones este face visível/iluminada trouxe avanços legais, políticos e sociais, como o direito ao voto, direitos reprodutivos, representação política e acesso à educação e ao mercado de trabalho, mas este eram direitos adquiridos apenas pelas mulheres brancas, então em sua obra Lugones explora como as opressões de gênero estão entrelaçadas com as opressões raciais e coloniais, e critica as estruturas de poder que marginalizam as mulheres não brancas.

Sendo assim, Bell Hooks e Maria Lugones fornecem uma lente crítica para entender a ausência de mulheres, especialmente as de cor, na política. Ambas as teóricas enfatizam a necessidade de uma abordagem interseccional para entender a complexidade das opressões enfrentadas pelas mulheres, especialmente em contextos historicamente marcados por desigualdades como o de Mato Grosso do Sul.

Ao longo deste texto, ficou claro como os costumes e normas sociais vigentes afetam a política e suas representações, para Thompson, as sociedades não precisam ser como são, há alternativas para serem diferentes, não há nenhuma regra rígida que proíba estas mudanças. Para ele os seres humanos vivem na força do hábito e possuem resistência ao novo, isto nos torna uma sociedade que aceita as estruturas sociais postas tornando-as naturais.

No caso desta discussão, a “normalidade” é não ter mulheres participando da vida pública e isto não escandaliza ninguém, pois isso é normal, a estrutura social posta dificulta a visão sobre novas perspectivas e novas formas de organizações sociais em que as mulheres estejam representadas e em locais de poder e fala.

Sendo assim, como afirma Guacira Lopes em seu livro *Corpo Educado*, certas representações tomam tanta força e representatividade que acabam confundindo-se com a realidade, ou seja, estes grupos hegemônicos como homens, brancos, cisgêneros, detentores de terras e outras características acabam que representam a si mesmos e os outros, falam por si e pelos outros. Para ela, as identidades sociais e culturais são políticas, como estas identidades são apresentadas ou representadas são sempre atravessadas por relações de poder. (LOURO, 2000)

Então, para além de se fazer uma análise do quantitativo de mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa Sul-Mato-Grossense é preciso compreender quem são essas mulheres, quais são os marcadores sociais que as caracterizam, em quais categorias elas estão e considerar o conceito de interseccionalidade para estas análises.

Sendo assim, é preciso compreender que as relações de poder permeiam o cotidiano e afeta a vida das pessoas, ao tomar este conhecimento é necessário movimentar-se para que grupos minoritários (minoritários em poder não em números) se auto representem nas assembleias estaduais, federais e demais poderes.



5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Lucas. **Mapa compara o tamanho dos estados brasileiros à extensão de outros países**: sabia que o reino unido cabe dentro de são paulo. Sabia que o Reino Unido cabe dentro de São Paulo? 2022. Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Urbanidade/noticia/2016/04/mapa-compara-o-tamanho-dos-estados-brasileiros-extensao-de-outros-paises.html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul - ALEMS e ELAS. Disponível em:
<<https://www.al.ms.gov.br/Paginas/773/alems-e-elas>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CIDADES E ESTADOS**: mato grosso. MATO GROSSO. 2022. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CIDADES E ESTADOS**: mato grosso do sul. MATO GROSSO DO SUL. 2022. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Marcelo Benedicto e Mônica Marli. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dividir para conhecer: as diversas divisões regionais do Brasil**. 2019. Arte: Pedro Vidal; Editoria: Revista Retratos. Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19383-dividir-para-conhecer-as-diversas-divisoes-regionais-do-brasil>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nosso povo**. 2024. Disponível em:
<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/19625-numero-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**: censo 2022. Censo 2022. 2023. Disponível em:
<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FERNANDES, Ellen Maria Machado Santos; FONSECA, Janete Rosa da. Educação Diferenciada: Uma Relação Entre Gênero, Direitos Humanos, Ambiente Escolar e a Violação Desses “Direitos”. **Anais do I Congresso de Diálogos Necessários Entre Gestores/As, Professores/As da Educação Básica Regular, Professores/As das Apaes de Mato Grosso do Sul e Acadêmicos/As Com Vistas A Uma Educação Por Valores e Inclusiva**, Aquidauana, p. 101-107, 27 dez. 2023. Anual. UFMS. <http://dx.doi.org/10.55028/gepfip.v1i1>. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/issue/view/920>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MACHADO, Andréia de Arruda. **Mato Grosso do Sul e Sua História: Em Perspectiva o Período Divisionista (1977-1998)**. 2020. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Curso: Programa de
Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ



Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572820/3/Caderno%20de%20Atividades%20-%20MATO%20GROSSO%20DO%20SUL%20E%20SUA%20HIST%C3%93RIA%20EM%20PERSPECTIVA%20O%20%20-%20Andreia%20de%20Arruda.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Osvaldo Júnior. Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. **Criação da Assembleia Constituinte**. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Paginas/1/historia#>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Tre-Ms. **Resultado das Eleições Anteriores**. 2024. Disponível em: <https://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/resultado-das-eleicoes-ant anteriores>. Acesso em: 12 jun. 2024.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Introdução).



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

TRAMA E TRAÇADOS DA DONA

TRAMA & TRAITS OF THE DONA

Jehferson Guimarães Alves Da Rosa¹

RESUMO

Este texto reflete sobre as tramas e traçados cultural, intelectual, sentimental e política transmitidos pela vida que talvez possamos chamar de de-colonial de Dr^a Dona Domingas Leonor da Silva, o texto é um relato aportado em estudiosos, o texto vem destacando a necessidade de preservar e transmitir esses conhecimentos populares e experiências vivenciadas. Enfatiza sua influência na cultura de Cuiabá, Mato Grosso, e sua resistência social, valorizando a cultura ribeirinha. O texto aborda a multiplicidade de suas práticas culturais, seus símbolos intelectuais, seu posicionamento afetivo e seu ativismo político, promovendo um diálogo intergeracional sobre a importância da cultura e da mulher ribeirinha na sociedade. No texto nos concentraremos em quatro pontos, sendo em um primeiro momento a multiplicidade vigente no redor de sua existência contemplando as práticas culturais e interculturais, e produção de cultura. Depois os símbolos e signos em sua intelectualidade de mulher. Também seu posicionamento afetivo e sentimental e por fim Dona Domingas e sua posturada resistência, ativismo e poder de impacto social, conseguindo assim espaço político articulado. Este curto coloquio visa enaltecer não apenas um pouco da trajetória pessoal, mas também sua influência no movimento poderoso da cultura mato-grossense, buscando um diálogo intergeracional sobre a importância da cultura e da mulher ribeirinha para os significados de nossa existência humana. Fazendo um diálogo com Stuart Hall na questão da identidade cultural, Bell Hooks sobre os inúmeros feminismos, e Eduardo Palmer Thompson quando trata de grupos sociais e seus poderes de coletivos.

Palavras-chave: Siriri. Educação. Popular. Cultura. Diversidade. Herança.

ABSTRACT

This text reflects on the cultural, intellectual, sentimental and political plots and traces transmitted by the life that we can perhaps call the decolonial life of Dr. Domingas Leonor da Silva. The text is a report based on scholarship and highlights the need to preserve and transmit this popular knowledge and lived experience. It emphasizes her influence on the culture of

¹ Mestrando em Estudos Culturais, UFMS-PPGCult jehfersonguimaraes@gmail.com



Cuiabá, Mato Grosso, and her social resistance, valuing the riverine culture. The text addresses the multiplicity of their cultural practices, their intellectual symbols, their affective positioning and their political activism, promoting an intergenerational dialogue on the importance of culture and riverine women in society. In the text, we will focus on four points: first, the multiplicity of their existence, including cultural and intercultural practices and the production of culture. Then the symbols and signs in their intellectuality as women. Then her affective and sentimental positioning, and finally Dona Domingas and her attitude of resistance, activism and power of social impact, thus achieving an articulated political space. This short colloquium aims to highlight not only her personal trajectory, but also her influence on the powerful movement of Mato Grosso culture, seeking an intergenerational dialogue on the importance of culture and riverine women for the meaning of our human existence. Dialogue with Stuart Hall

Keywords: Siriri. Education. Popular. Culture. Diversity. Heritage.

1. INTRODUÇÃO

Em um curto resumo sobre a pessoa da Doutora Honoris Causa Domingas Leonor da Silva. Um resumo sobre Vovó Domingas, narrando que ao meu simplório ver, Domingas é a personificação da Resistência Identitária e firmeza que postula e ratifica a formação do poder da mulher ribeirinha, durante o texto vou aportar esta visão em um olhar mais próximo da ciência e do pensamento dos estudos culturais... Nascida em Cuiabá no ano de 1954, ela é uma personagem que figura como verdadeiro ícone no centro oeste do Brasil, fazendo ações de efetiva preservação e divulgação da diversidade nas tradições culturais do povo ribeirinho Cuiabano. Carinhosa e respeitosamente chamada pela grande maioria dos que a conhecem por Dona Domingas, O ante nome DONA que simbolicamente poderia ser uma maneira do interlocutor aferir sobre aquela que recebe este antecedente nominal “respeito ou não”, pois Conforme texto do pesquisador da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) Guilherme de Camargo Scalzilli “Dona” palavra, com origem no latim, segundo o dicionário Houaiss, esta palavra começou a ser utilizada nas famílias reais de Portugal e do Brasil como tratamento de mulheres que tinham algum título de superioridade, no entanto, o uso pode variar conforme a pessoa, o interlocutor e pode ter significados diferentes às vezes opostos, conforme o contexto e a quem ele se refere. “dependendo do contexto enunciativo e da pessoa referenciada, o pronome pode exibir traços discursivos opostos, que se entrelaçam num mesmo posicionamento político-ideológico.” (Guilherme Camargo, p. 318) Neste caso exclusivamente Dona inferido para Domingas Leonor da Silva imputa a ela, poder, pose e domínio. Poder de movimentar-se como quer, onde quer e da maneira que quer, pose de saberes intelectuais que ultrapassam barreiras literárias e acadêmicas não deixando de compreendê-las, e domínio de si mesma de suas origens, de suas inúmeras possibilidades identitárias.



A doutora Domingas é de maneira amorosa chamada por muitos pelo doce codinome Dominguinhas, usualmente os que a chamam assim pode ser aqueles que perpassaram o período de grande luta e batalha para manter tanto a comunidade de onde ela vem, viva, quanto as terras onde ela mora preservadas, e principalmente movimentar o processo cultural local para além de fronteiras. Com o tempo ela tem sido reverenciada não apenas como artesã e ceramista profissão da qual a mesma é uma das mais habilidosas, o que a auxiliou no traçado de suas rotas de sobrevivência e subsistência desde o período dos anos iniciais de sua vida até hoje. Vale lembrar que esta profissão Ceramista foi o que a sustentou durante muito tempo, e suas obras de arte estão pela 'cuiabania' toda, bem como já foram exportadas para todo território nacional ou até internacional.

O texto fala sobre as tramas que são os enredos da vida de Domingas, os traçados que seriam as marcas, os registros históricos literários sobre sua vida. Da Dona que como no dicionário significa proprietária, senhora, matrona neste caso falo da cultura, da sua intelectualidade de mulher, da afetividade matriarcal e do postulado político social impactando a maneira de reformular costumes, símbolos e significados para vida de um povo, todo este legado tento alinhar de maneira academica neste texto.

2. MULHER PLURAL

Neste ponto do texto quero fazer um pequeno adendo no que tange da resistência e separação social sofrida pelos artesãos, obs. Domingas é amior referencia de artesã da grande Cuiabá ao menos a mais conhecida, premiada e postulada pelas academia, pela arte e pela sociedade esta visão sobre ela não é restrita a minha pessoa, é um olhar reconhecido coletivamente o que tem desta forma respaldo científico e de pesquisa. Este grupo social dos artesãos tão pungente no país onde a grande maioria vive em subsistência econômica e profissional, alavancado pelo sistema capitalista que move esta complexidade do tratamento e diferenciação de uma obra de um artesão ou um artista, talvez tema para outra pesquisa. Porem neste adendo quero questionar, qual a diferença de um artesanato para uma obra de arte? Esta diferanciação que está posta nem sempre está baseada em critérios científicos, e quase sempre nos determina um limite de classe, e de aceitação estética impondo padrões de exclusão e depreciação, menorizando as possibilidades artísticas para este grupo por exemplo. Mas vou deixar este tema em aberto para uma próxima discussão.

É importante citar que mesmo com a diferença no tratado social na qual é posto a um artesão e a um artista plástico, uma obra artística e um artesanato, os dois inferem o mesmo



trabalho manufaturado, no entanto, os valores são baseados no interesse do sistema capital e muitas vezes não movimentam esta possibilidade de valorização, e manutenção da dinâmica criativa sendo um sistema excludente, de uma determinada maneira inferindo classe social ao trabalho humano, neste fato as atitudes fortes de Domingas são no mínimo determinantes, transmissivas e plural ademais re-significativas. Ela ceramista e suas obras estão atuando como uma voz vibrante no cenário cultural brasileiro, que Sá do mundo, deixando a marca de sua arte, aqui não posso me ater somente ao artesanato devido à multiplicidade de armas artísticas e artimanhas usadas por Doutora Domingas para tecer sua trama histórica tão importante no cenário dos estudos culturais.

A sua ação de trabalho se demonstra a anos um trabalho incansável que transcende as fronteiras da arte da música ou da dança, permeando também as inúmeras esferas do ativismo feminino, ribeirinho e comunitário. Não teria como formar um pensamento sobre tal mulher, sem dizer de onde ela vem, originária do hoje chamado de bairro de São Gonçalo Beira Rio, este lugar fascinante e gracioso à margem dos rios coxipó e Cuiabá, rios que delinham a identidade ribeirinha cuiabana.

Domingas desde cedo demonstrou um profundo interesse pelas manifestações populares, folclóricas, mas também as manifestações políticas e sociais locais, sempre esteve engajada nos processos culturais, festivos, religiosos, econômicos e políticos de sua comunidade. Foi pioneira ao desafiar e desconstruir as convenções de gênero quando em meio ao período dos anos 70 ela se desafia a tocar tamborim e ganzá nas manifestações cultural o siriri, e em outra manifestação cultura mais regida e patriarcal o cururu riscar o instrumento percursionista o ganzá em meio a rodas de cururu, onde majoritariamente somente homens poderiam entrar, ela foi progressista e transformadora, pois em meio a este movimento do CURURU ela toma pose do ganzá e é a primeira mulher a fazer a função desta manifestação popular cultural sem se deixar oprimir pelo preconceito, esta feita denota uma linha de raciocínio feminista e posturado de Dona Domingas, que dialoga de modo claro com a contemporaneidade dos pensamentos dos estudos culturais, quando intersecciona lutas de inúmeras mulheres em uma só ação, ela mulher, ameríndia, em sua parditude, e sua força fulguz se coloca em meio ao patriarcado religioso desta manifestação cultural CURURU, e não só toca um instrumento, mas se destaca entre os que fazem aquela função, respeitada em seu emponderamento feminista por todes, todas e todos. Este fato toma proporções grandiosas, visto que as manifestações artísticas culturais do SIRIRI e do CURURU seria duas Das principais eventualidades artísticas daquele lugar, acontecendo nos quintais e depois posto nas festas tradicionais e eventos diversos. Este lugar e espaço social que eram historicamente dominados por homens, se torna um forte exemplo do posicionamento de Domingas que se coloca na contramão do sistema patriarcado



dominante.

A determinação em quebrar barreiras de gênero, moldaria não apenas sua trajetória pessoal, mas também influenciaria suas futuras iniciativas culturais e de seus herdeiros, mesmo aqueles que não são herdeiros de ligação sanguínea, aqui me coloco como tal, por apreender muito com ela, estar com esta mulher “F*d@” simboliza estar se alimentando de uma herança cultural extraordinária. E estar com ela naquele bairro, naquela comunidade, a beira daquele rio, embaixo daquela árvore, comendo do seu revirado cultural e alimentício é um presente para os que a rodeiam e a tem como mestra

2.1 Ratificando a hereditariedade nos traçados e tramas da Doutora Honóris Causa Domingas leonor da Silva

Mais de três décadas se passam da fundação o renomado grupo de danças o Flor Ribeirinha antecede este período o que Domingas dedicou-se apaixonadamente à promoção e revitalização do siriri, do cururu, do rasqueado e do boi-da-serra. Um fato sempre fala em seus diálogos sobre uma dança chamada dança do “Pirikão” em suas memórias talvez esteja morrendo esta lembrança, mas me lembro que sempre comentou sobre esta dança também. Estas expressões artísticas para ela não são apenas formas de entretenimento,mas rituais que conectam profundamente com as raízes indígenas e caboclas de um povo. Ela mesmo sempre diz, toda batida de tambor, todo passo de uma dança seria uma reverência aos ancestrais, aos poderes sobrenaturais, e uma celebração da identidade de sua gente, esta celebração que traz uma forte memória afetiva e espiritual que expulsa os maus espíritos e atrai as boas vibrações energéticas. Além de seu trabalho como artista, cantora e dançarina.

Domingas que é uma mestra no artesanato manufactureiro do barro, narra que esta habilidade ela aprendeu com sua mãe, Dona Joana que é de onde vem sua descendência de índia coxiponé, o que ratifica a hereditariedade não só genética e cultural das mulheres ameríndias, esta artesã ancestral não só enriquece visualmente a cultura material da região, o serviço funciona para ela como uma forma de terapia. Por falar em terapia, a prática terapêutica é um dos meios de iniciativa ativista política desta grande mulher, foi através destas práticas que no Centro de Atenção Psicossocial de Cuiabá, Domingas compartilhou sua especialização e paixão com aqueles que buscam cura, movimentando a vida através do trabalho manual e da atividades de artesanato. Nesse sentido a vida de Dona Domingas não se limitou apenas ao campo das artes e da cultura. Tangencio se pela política local, foi presidente de várias iniciativas e associações comunitárias, incluindo a Associação de Moradores de São Gonçalo Beira Rio, a Associação de Mães da comunidade e a Associação de Ceramistas, e com seu dinamismo e sua postura de liderança nata Dona Domingas se torna reconhecida e valorizada pela comunidade,



pela cidade, pelo estado e hoje transcende as fronteiras internacionais.

Fora da dialética material, esta grande mulher carrega uma energia contagiante, que se materializa em seus comprometimentos alinhados com o bem-estar coletivo o que a torna uma figura respeitada e admirada por todos que cruzam seu caminho.

A trajetória de Domingas é uma narrativa de resistência e perseverança, uma história de como uma mulher, enraizada nas tradições ribeirinhas cuiabanas, conseguindo a preservar, mas também revitalizar como um verdadeiro patrimônio cultural único, ressoando como salvaguardadora.

Com uma dedicação realmente incansável, reluz aos olhos da academia sendo honrada com o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal de Mato Grosso, um reconhecimento de seu impacto duradouro e significativo no campo das artes, cultura e das tradições ameríndias. Nos palcos dos festivais e também nos palcos pelo Brasil ou pelo mundo, o grupo Flor Ribeirinha, sob sua liderança, encantou plateias e elevou a bandeira da cultura mato-grossense a novos patamares. De Joinville a Ouro Preto, de Lima do Peru a Assunção no Paraguai, da França até a Alemanha, Da China aos Emirados Árabes, Domingas não apenas compartilhou e compartilha suas habilidades artísticas, mas também promoveu e promove um intercâmbio cultural enriquecedor, ganhando prêmios e reconhecimentos internacionais ao longo do caminho. O reconhecimento de seu trabalho não se limita aos palcos e às manifestações artísticas da música e danças. Domingas foi agraciada com diversas homenagens, incluindo a "Medalha Lenine Póvoas" de Honra ao Mérito Cultural pela Assembleia Legislativa, Moções de Aplauso, Destaques Culturais e o Troféu Mulher, entre outros. Seu compromisso com a cultura mato-grossense também foi celebrado pela Secretaria Estadual de Cultura e pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, e outros órgãos estatais ou privados, em reconhecimento ao seu trabalho. Além de suas realizações culturais. Domingas também participou de eventos memoráveis, como a recepção ao ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil e ao jogador Ronaldo Fenômeno, eventos que destacam sua influência não apenas na cultura local, mas também em um contexto nacional e internacional mais amplo. Sua participação em produções televisivas e eventos de grande escala de alcance midiático, são testemunhos de sua versatilidade e impacto cultural.

Atualmente, além de seus desempenhos, Domingas dedica-se à criação de peças cerâmicas, à organização de oficinas de artesanato e ao planejamento de outros contextos que se alinham ao empreendimento cultural e a gastronomia local visto que a mesma possui uma incrível habilidade culinária. Busca também promover encontros e celebrações da cultura ribeirinha em seu bairro natal, São Gonçalo Beira Rio. Domingas Leonor da Silva destaca-se como uma guardiã incansável das tradições e valores que definem a identidade Mato-grossense.



Sua vida e trabalho são um testemunho vivo da importância de preservar e valorizar as raízes culturais, enquanto simultaneamente se adapta e responde aos desafios contemporâneos. Ela personifica a essência da resistência cultural e da resiliência comunitária, inspirando gerações presentes e futuras a se deslocar em um modo recôncavo e re-convexo em suas origens, e a defender suas próprias formas de expressão. Agora que pouco ainda falamos de uma curta introdução sobre Dr^a Domingas Leonor da Silva vamos a alguns detalhes importantíssimos sobre a existência desta mulher.

Mesmo que eu quisesse este texto não seria suficiente para falar, ou fazer uma narrativa sobre história desta mulher tão grandiosa, talvez o livro sobre a história dela será capaz de descrever uma boa porcentagem de sua existência, porém este texto pretende se ater em formatar e identificar pontos da existência de Dona Domingas que ratifiquem a hereditariedade cultural, intelectual, social, sentimental e política transicionada por Dona Domingas ao contemporâneo que vivemos. O fato de Dr^a Domingas Leonor da Silva formatar a produção de um legado de cultura e tradição que transcende fronteiras e inspira gerações, de que a vida dela é um testemunho vivo da resiliência cultural e do poder transformador das artes por meio das práticas cotidianas. Ela figura como verdadeira Guardiã das raízes mato-grossenses, e seu trabalho ser este farol de resistência e celebração da identidade ribeirinha, do povo da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, fazem trazer a pretensão deste texto é fazer este paralelo da vida de Dona Domingas com os Estudos Culturais.

3. A TRAMA E O TRAÇADO CULTURAL

Antes de dialogar sobre o traçado de Dona Domingas na trama Cultural, vamos delinear aqui um curto conceito básico de Cultura. O que define cultura, afinal? E quais os sentidos atribuídos à cultura dentro do campo dos Estudos Culturais ou da antropologia? Para isto tomaremos como referência a obra "Cultura: um conceito antropológico", originalmente publicado em 1986 pelo renomado professor Roque de Barros Laraia, a obra foi utilizada amplamente na formação de cientistas sociais e antropólogos em todo o Brasil, podemos explorar o tema por meio de uma linguagem acessível e didática presente neste livro, o que se assimila ao modo de ensinamento das culturas populares transmitidas pelas informações verbais e notícias orais, ou mesmo os repasses de saberes populares como as danças, o artesanato, a pesca e outras formas de manutenção cultural e transmissões de seus saberes se afinando com a vida e existência de Dona Domingas.

Na primeira parte da obra, o professor Roque delinea a evolução do conceito de cultura ao longo dos séculos, desde os primeiros iluministas até os pensadores contemporâneos. Na



segunda parte, o autor discorre sobre a ideia de que, embora compartilhem uma unidade biológica comum, nossa diversidade de hábitos, comportamentos, modos de pensar, agir, vestir, construir, caminhar, comer, rezar, amar e até mesmo transar irão ser moldadas pela cultura na qual estamos imersos, neste contexto a história de Dona Domingas ratifica que sua potência cultural vem desta cultura ribeirinha e popular na qual está imersa desde que nasceu. No texto Laraia diz que nos tempos antigos, os exploradores e descobridores de novos mundos frequentemente tentavam explicar as variações comportamentais e a diversidade humana, atribuíam tais diferenças as localizações geográficas, como o caso em que o arquiteto italiano Marcos Pólio e o filósofo árabe do século XIV eram considerados mais perspicazes, pois faziam uma ligação às raridades da atmosférica por vezes da falta de calor, em contraste com habitantes de regiões mais quentes, descrevendo estes locais como possuidores de uma inteligência mais preguiçosa, porém mais apaixonados e astutos.

Noutra forma o determinismo biológico foi utilizado para justificar essas distinções culturais, como a crença de que os nórdicos eram mais inteligentes que os negros, os alemães mais habilidosos em mecânica, os japoneses excelentes em matemática, e assim por diante. No entanto, como afirmam os antropólogos, não há correlação direta entre características genéticas e o comportamento cultural. Segundo Laraia, qualquer criança humana, seja ela de qualquer origem étnica ou nacionalidade, pode ser educada em qualquer cultura se for exposta a ela desde cedo. Baseado neste pensamento Domingas Leonor da Silva foi criada desde que nasceu em situações que exigiram desta mulher uma força ímpar, comunidade ribeirinha sem condições estrutura pólico social, mas dotada de características peculiares.

Voltando a conceitualização de cultura o texto de Laraia nos leva a uma reflexão profunda tentando entender que as diferenças de comportamento são materialmente reais, diferenças entre os sexos, por exemplo, estas diferenças que não são determinadas pelos órgãos sexuais. A divisão sexual do trabalho e outros aspectos da vida humana são moldados culturalmente, não biologicamente. Por exemplo, em certas aldeias, são as mulheres que carregam água por longas trilhas na mata, enquanto os homens se dedicam à caça. Entre os Tupis, é o homem que cuida da mulher após o parto, enquanto ela trabalha na roça. Assim, as experiências de homens e mulheres são reforçadas pela cultura e sociedade em que vivem, moldando seus comportamentos ao longo da vida. Cultura, portanto, refere-se a todos os comportamentos aprendidos e compartilhados entre as pessoas, não sendo transmitida geneticamente. Importante salientar que não existem culturas mais ou menos desenvolvidas, nem uma linha evolutiva na qual algumas sejam superiores às outras. Cada cultura deve ser compreendida dentro de seus próprios termos. Não podemos impor nossos próprios padrões culturais sobre outras comunidades.



Devemos evitar julgar os costumes alheios como errados ou necessitando de correção. A diversidade cultural é rica e dinâmica, constantemente interagindo e se modificando no contexto globalizado atual. Projetos políticos que buscam a pureza cultural devem ser vistos com desconfiança. Portanto, cultura abrange um vasto guarda-chuva de crenças, hábitos, formas de pensar, agir e se expressar, transmitidos e compartilhados entre pessoas. É o reflexo de um longo processo de acumulação cultural, cuja manipulação permite inovações, invenções e avanços tecnológicos. Não se resume a um acúmulo de capital cultural, como conhecimento literário ou viagens internacionais. É uma teia complexa de práticas culturais e costumes, em constante interação com outras culturas ao redor do mundo. Tendo este breve rabisco e conceitualização de Cultura e entendendo como a vida e existência de Dona Domingas ratifica este conceito, vamos agora abordar o contexto de origem e resistência cultural no ativismo revolucionário, na longevidade dentro do que pouco eu como pesquisador sei da vida de Domingas Leonor da Silva, e este pouco pode ser útil para abaular este texto com informações da figura central deste texto, penso que Dona Domingas personifica uma existência poderosa “Ponte entre o popular e o erudito” palavras usadas pelo saudoso Luiz Carlos Ribeiro – Ator e Poeta Leverger-MT ao falar de Dona Domingas.

Agora falaremos sobre o enredo do surgimento, Domingas nasceu em São Gonçalo Beira Rio em 21/02/1954, como diria o linguajar cuiabano "ajôjada" (expressão popular cuiabana que significa junto) desde cedo nas tradições e costumes de sua comunidade, o que ratifica o conceito de cultura citado, e para falar deste contexto do surgimento cultural de Dona Domingas qual comunidade é esta onde ela nasceu? Ela nasce na comunidade de São Gonçalo Beira Rio na história que sabemos é que no século XVIII, expedições de bandeirantes paulistas teriam chegado em Mato Grosso, os primeiros indícios de bandeirantes paulistas na região onde hoje fica a cidade se situam entre 1673 e 1682, quando da passagem de Manoel de Campos Bicudo pela região. Ele fundou o primeiro povoado da região, onde o rio Coxipó deságua no Cuiabá, batizado de São Gonçalo.

Nos registros eurocêtricos e alinhados com os saberes da branquitude vão nos mostrar em uma visão um tanto quanto embasada da história, que a ideia dos bandeirantes era capturar índios, no entanto, os saberes populares dos mais antigos da comunidade que verbalizam suas memórias de modo dialético narram que no caso o local uma aldeia dos índios coxiponés da etnia Bororo, havendo indícios de que a busca por a mão de obra escrava escravizar aqueles índios seria importante para os bandeirantes supostamente por que os escravos africanos estavam morrendo de malária e febre-amarela, sabia se em rumores que os índios tinha uma saúde mais forte demorando mais para morrer, o que subentendia que seria uma mão de obra mais duradoura para produção e tomadas de terras que tomavam conta dos brazis, então os



bandeirantes vieram para escravizalos, no entanto alem de escravos encontraram ouro o que fez com que os bandeirantes ali tentassem montar moradia..

As fontes históricas disponíveis informam que o contato inicial dos Bororo com a sociedade nacional remonta ao século XVII, quando as "bandeiras jesuítas" vieram de Belém rumo à região da Bacia do Rio Araguaia e seguiram pelos rios Taquari e São Lourenço, em direção ao Rio Paraguai. Em meados do século XVIII, o contato intensificou-se com as Bandeiras Paulistas e com a descoberta do ouro na região de Cuiabá. Nesse período, a exploração aurífera foi responsável pela cisão do grupo em Bororo Ocidentais e Bororo Orientais (Fonte: Missão Salesiana, 1997 e Saúde/Funai/ADR Rondonópolis, 1997.)

Nos relatos passados verbalmente pelas famílias que resistiram e se mantiveram moradores da comunidade. Conta esta história um tanto quanto arregada de informações diferentes. Uma das situações que me lembro foi quando perguntei porque São Gonçalo tinha este nome Vovó Domingas então disse com toda certeza que uma pequena imagem do santo foi encontrada por um pescador e esta imagem era a de São Gonçalo dando assim origem ao nome do bairro, esta informação aparece de maneira obscurecida em outras obras literárias. Porém o nome da comunidade se mantém até hoje.

A comunidade fica, à margem esquerda do rio Cuiabá, o primeiro povoado organizado nos modelos dos governos da época só veio a se firmar com a descoberta das minas do Coxipó do Ouro, em meados de 1719, e foi chamado de Arraial de São Gonçalo Beira Rio. Para assegurar o direito de posse da área, foi lavrada uma ata de fundação, no dia oito de abril de 1719. Neste período, a região detinha o porto que permitia a comunicação entre as minas e a Capitania. Por isso, próxima à barra do rio Coxipó, foi erigida uma capela dedicada a São Gonçalo. Em 1914, foi montada nas proximidades do povoado, na margem direita do rio Cuiabá, a Usina de São Gonçalo, com produção de açúcar e álcool, que foi responsável pelo crescimento do pequeno núcleo, no qual os lavradores plantavam canaviais, cujo produto vendiam aos usineiros para o consumo nos engenhos. A decadência da produção açucareira de Mato Grosso na década de 1930, aliada à argila abundante acumulada nas margens do rio Cuiabá e nas várzeas, deu-se assim o processo de progressão da arte artesanal manufatureira da cerâmica, arte da qual Domingas é uma promotora e difusora visto que a mesma preserva o modo original e singular de se fazer a arte na cerâmica, esta arte tornar-se mão de obra de sobrevivência da maioria das famílias da comunidade. Quero aqui fazer um adendo referente ao artesanato de Dona Domingas serem uma verdadeira Obra de uma artista das artes plásticas que merece o reconhecimento de artista que ela é sendo colocado em exposições de grande projeção, algo que não aconteceu ainda visto que a estrutura sistêmica separa e segrega ditando quem é artesão e quem é artista das artes plásticas, o sistema estrutural decide então quem é bom e quem é menos bom. Voltando a delineamento do texto, terminando a década 60, o arraial de São Gonçalo velho foi ligada ao contexto urbano, pois a alteração de sua denominação de São



Gonçalo Velho para bairro São Gonçalo Beira Rio. Em 1992 acontece o tombamento municipal, que declara o bairro de São Gonçalo Beira Rio área prioritária para o estímulo à produção e à comercialização da cerâmica artesanal, território das mais antigas e tradicionais manifestações culturais do município de Cuiabá, e a festa de São Gonçalo como manifestação popular de interesse para o patrimônio cultural do município de Cuiabá. Este espaço geográfico da Cuiabá Mato Grosso, por inúmeras contextualizações fazem o traço cultural forte da região.

Os povos originários índios Coxiponés estão como tarimba de memórias dos corpos e indivíduos moradores de São Gonçalo, e Dona Domingas é um exemplo de um corpo, uma existência que vive esta herança dos índios inclusive por ser neta de uma índia coxiponé. E na comunidade a cultura vibra nas manifestações inúmeras bem como são festas, músicas, artesanato, manutenção da pesca, nas curas buscadas nas plantas, na canoa e na violas feitas de um tronco de árvore, na benzedeira, danças, alimentação, fé e religiosidade estes e muitos outros pontos caracterizam a imagética cultural vivas atualmente na comunidade. Porém a manifestações folclóricas e populares do cururu e siriri, ligados aos quintais, festas de santo, aos artistas oleiros do barro, conferem a peculiaridade daquele lugar. Esta diversidade cultural está confinada a existência de Dr^a Domingas visto que ela é a maior protagonista da defesa, da manutenção e ressignificação da comunidade e suas culturas, sua vida se confunde com a existência contemporânea do bairro.

Sabendo de onde ela vem e como são as realidades e estéticas culturais da manutenção da vida de Dona Domingas como foi a vida de domingas naquele lugar durante estes setenta anos de existência? É importante saber que Domingas não se limitava as dores ou aos prazeres da juventude, das festas e dos namoricos, mas estava sempre imersa nas ações da comunidade e dos eventos, e sempre interessada e articulada politicamente falando.

Domingas desde sua infância foi voz que se propagou, e protagonizou liderança cultural e para enaltecer este fato, está a fundação do primeiro grupo de siriri da comunidade e do estado de Mato Grosso. Nas palavras da própria Dona Domingas "a cultura ninguém falava mais, não tinha apresentação como tem hoje" então ela foi fundadora do primeiro grupo da manifestação folclórica o SIRIRI, o grupo Nova Esperança, Domingas liderou a revitalização do Siriri, inicialmente enfrentando desafios e preconceitos locais, primeiro o medo dos locais de estarem em evidência, isto marca o sentimento de exclusão e opressão vivenciado pelos ribeirinhos naquela época. Porém, resistindo a tudo isto ela unda um grupo com seus familiares e vizinhos da comunidade, ela ainda tinha apenas 16 anos quando começou a perceber que os mais velhos detinham saberes como tocar viola e tamborim, e a mesma se afeiçoou por estas artes, mas foi na década de 80 que aquela mulher cultural ribeirinha miscigenada deu início a reunir os que sabiam mais sobre aquele movimento, os que detinham aquele saber popular cheio de alegria e



emoções, familiares, vizinhos e amigos da região, alguns músicos, outros dançantes, com a ideia de formar um grupo, o qual ela chamou de Nova Esperança, grupo que teve participação até na novela da Ana-raio e zé trovão gravada em Chapada dos Guimarães em Mato Grosso, o grupo tinha o objetivo e levar aquela arte para além das fronteiras de São Gonçalo ao esquecimento, o grupo se fortaleceu, transformando-se não apenas em uma manifestação artística, mas em um símbolo de resistência e identidade cultural para a comunidade.

Sob sua orientação, o Siriri do Centro Oeste Brasileiro ganhou reconhecimento nacional e internacional, promovendo um diálogo intercultural enriquecedor. Além, de sua atuação como mestre das culturas popular. Domingas se destacou como ceramista, artista, cantora, compositora e contadora de histórias, compartilhando não apenas sua arte, mas também o conhecimento ancestral e a rica história da sua região. Mas é no ativismo político que seu trabalho não se limitou a desempenhos artísticos; foi um movimento de valorização e empoderamento cultural, uma mulher que em sua 'parditude', advinda de sua miscigenação, descendente de índios e paraguaios forma um testemunho vivo da resistência e resiliência através da arte e do posicionamento político social. Assim, Domingas não apenas preserva, mas também revitaliza e transforma a cultura ribeirinha, utilizando-a como uma ferramenta de empoderamento e afirmação cultural. Seu legado transcende fronteiras geográficas, inspirando gerações futuras a valorizarem suas próprias raízes e a lutarem contra todas as formas de discriminação e esquecimento cultural.

Este é apenas um curto coletado de informações que identifica a Domingas que em uma postura cultural não aceitou os movimentos culturais impostos a ela, diferente disto, a mulher que não podia se colocar nas rodas de música da manifestação cultural O Cururu, ela se posicionou diferente e ressignificou esta possibilidade, em um desenvolvimento contrativa o patriarcado e as estruturas sistêmicas. Neste contexto vou fazer aqui um paralelo identitário e de mediações culturais com o texto de Stuart Hall, iniciando este paralelo após tudo que já escrevi sobre Dona Domingas e perguntar “Que ‘mulher ribeirinha’ é esta na cultura?” esta frase é tema de um dos ensaios de Hall, e provavelmente é o que se pensa o leitor ao saber quem é Dona Domingas. No caso de Stuart Hall ele está exaltado por aquilo que escreveu, Hall desconversa, pois. “Mais importante do que criar discípulos e alimentar o debate sobre a temática comentário sobre a importância do seu ensaio "Que 'negro' e esse na cultura negra?", que reforçou a metáfora antropofágica ao dizer: "Help yourself." Sirva-se.” Hall. P.12 Partindo desta frase de Hall suponho que existe um diálogo do contato cultural que tive nos anos de 2000 a 2021 com Dona Domingas, observando que no início do texto “Da Diasopora - Identidades e mediações culturais de Stuart Hall.” que vai explorar a complexidade da teoria cultural ao abordar o modo como podemos pensar de maneira não reducionista sobre as relações entre o



social e o simbólico, uma relação constante na especificamente neste caso através da figura de Dona Domingas Leonor da Silva.

Dona Domingas é apresentada neste texto como alguém que adota uma postura que irá realizar um trabalho prático, ratificando a teoria de Stuart Hall que é uma figura central nos estudos culturais e que argumenta contra visões simplistas que reduzem a cultura a uma mera reflexão das estruturas sociais dominantes. Ao invés disso, ele enfatiza a agência dos sujeitos na produção e na reprodução de significados culturais. Nesse contexto, Dona Domingas Leonor da Silva é posicionada como um agente ativo, cujas práticas e ações cotidianas contribuem e dialogam para a construção de uma cultura "popular". A cultura "popular", conforme discutido por Hall, representa uma forma de cultura que emerge das experiências e das práticas cotidianas das camadas populares, muitas vezes em contraposição à cultura dominante associada ao "bloco de poder" referindo me aqui aos grupos que detêm o controle econômico, político e cultural na sociedade.

A vida de Dona Domingas exemplifica como indivíduos comuns não apenas recebem passivamente a cultura, mas também a reinterpretam e a recriam de acordo com suas próprias experiências e perspectivas. Seu trabalho prático pode ser entendido como uma forma de resistência cultural e de reafirmação de identidades que muitas vezes são marginalizadas pela cultura do bloco de poder. Assim, analisando Dona Domingas à luz da teoria de Stuart Hall me permito compreender melhor como as práticas culturais cotidianas não são simples reflexos das estruturas sociais dominantes, mas sim espaços onde as negociações culturais ocorrem, e onde novos significados são constantemente produzidos e contestados. Ela é uma figura icônica de São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá, desafia estereótipos culturais e exclusões através de seu comprometimento com a revitalização e preservação da cultura ribeirinha. Fundadora do primeiro grupo de siriri não apenas da comunidade, mas de Mato Grosso, sua liderança é evidência clara de sua habilidade em transformar práticas culturais locais em fontes de orgulho e pertencimento. Enfrentando desafios e preconceitos locais, Dona Domingas não só preserva tradições ancestrais, mas também as adapta às necessidades contemporâneas, fortalecendo assim a identidade cultural de sua região.

A trajetória Cultural de Dona Domingas ressoa com as ideias de Stuart Hall sobre multiculturalismo. Hall argumenta que o multiculturalismo não é uma doutrina fixa, mas um conjunto de estratégias e políticas para administrar a diversidade em sociedades complexas (Hall, p. 52). Dona Domingas personifica essa dinâmica cultural ao recriar e reinterpretar tradições locais, como, por exemplo, ela foi a primeira a trazer um coreógrafo das danças eruditas para coreografar seu grupo de danças tradicionais populares produzindo dialogo entre os costumes das danças novamente quando reestrutura os figurinos do grupo para adaptar se ao



processo chamado de espetacularização do siriri, tornando-as relevantes para seu grupo Flor Ribeirinha e sua comunidade atual, ao mesmo tempo, em que assegura sua continuidade histórica. Assim como Hall discute a hibridização e a articulação constante das identidades culturais (Hall, p. 433), Dona Domingas exemplifica como a cultura não é estática, mas um espaço de negociação e produção contínuas de significados. Seu legado transcende o local e as ideias constituídas, inspirando outros a valorizar suas próprias raízes culturais e desafiando narrativas hegemônicas.

Ao enfrentar os efeitos persistentes do colonialismo, Dona Domingas e sua comunidade resistem não apenas à perda de identidade, mas também à imposição de valores externos. Como Hall observa, o colonialismo reconfigurou profundamente as sociedades dominadas, criando discontinuidades e interconexões que moldam as lutas culturais até hoje (Hall, p. 117). Portanto, Doutora Domingas Leonor da Silva uma guardiã da cultura ribeirinha, é uma liderança plural que, através de suas ações culturais aqui compreendem se um complexo todo chamado Domingas, na música, na dança, na arte da cerâmica e da escultura, na pesca, na delicada forma de produção de pratos da culinária cuiabana, no intercambio entre religiosidade, fé e sobrevivência, no curandeirismo ligado as plantas e às orações, na terapia, na didática de passajar seu saberes como uma tecelã no tecido cultural, neste todo cultural que descreveria uma página inteira deste texto, ela promove a autonomia cultural e a resistência contra injustiças em seus diversos âmbitos sociais. Seu trabalho destaca a importância das práticas culturais cotidianas na construção de identidades resilientes e na criação de um espaço onde a diversidade é celebrada e fortalecida, tracando rotas e tramando seu proprio destino de modo a respeitar a diversidade e a pluralidade das inumeras vivencias que interseccionam com suas lutas e objetivos.

3.1 A trama intelectual de Doutora Domingas Leonor da Silva

A trama intelectual e afetiva de Dona Domingas se misturam e se conectam, pois Domingas, Mulher, Índia, Descendente de paraguaio, Parda, Ribeirinha, Benzedeira, que como já dissemos nasce às margens do Rio Cuiabá, mais especificamente na comunidade de São Gonçalo Beira Rio, fruto do relacionamento entre uma indígena do povo Coxiponé e um paraguaio, Dona Domingas tem mais de 50 anos dedicados à cultura popular cuiabana. E quando perguntado a ela se ela vinha sozinha nesta luta ela é pronta em dizer:

Sempre ia todos da comunidade, todas as irmandades que nós somos 3 mulheres e 3 homens, todus eles acompanhava desde as festas, minha mãe ia nas festa de santo da comunidade. Eu, ia, como eu era mais espoletada, eu entrava pra dançar, né, sempre gostei e sempre participava. Então, nas festas tinha que ter o cururu, Siriri. As festas de Santo também era tocado com viola de cocho, né, mocho. Olha, eu ia e nunca



faltava uma festa, né, e aí eu fui aprendendo, muito, a gostar de tudo aquilo, desde os bastidores até o salão de dança amava meu querido, rasqueado. E aí, foi crescendo, já tomei o gosto daquilo, criei gosto pela coisa mesmo, tudo aquilo que eu vi ali, né, que é de um berço cultural que a gente vivia...Depois, eu fui ficando mais moça, já cresci, né, e tomei frente na parte da cultura que nosso Siriri e de todas as atividades culturais dali. (Dra Domingas.L.da Silva, Doc. Video - Conto de Flor.)

Como já lemos a intelectualidade Domingas emerge como uma figura singular porem de práticas multifacetadas, cuja vida e identidade se entrelaçam com a rica tapeçaria cultural da comunidade ribeirinha de São Gonçalo Beira Rio, às margens do Rio Cuiabá como acabamos de ler em seus discursos. Sua trajetória de mais de 50 anos dedicados à cultura popular cuiabana é um testemunho vivo das conexões íntimas entre ser e poder, por ser esta mulher neste local neste espaço nestas condições ela obtém este poder afetivo que urge da dor das alegrias dos símbolos que a envolvem ou que ela recria, conforme analisado por Foucault. Domingas ao nascer da união entre uma indígena do povo Coxiponé e um diásporo paraguaio, personifica uma fusão de heranças culturais, heranças estas que são explodidas marcando suas participações ativas desde jovem nas celebrações da comunidade.

Dominguinhas descreve como cresceu imersa nas festividades, envolvendo-se desde os bastidores até o centro das danças do cururu e siriri, rasqueado fundamentais na vida cultural local. Este envolvimento não a conectou profundamente com suas raízes, mas também lhe proporcionou um entendimento vívido da trama afetiva e moral, tal como explorado por Thompson. A economia moral, com suas normas comunitárias e sua resistência à emergente economia de mercado, moldou não apenas as práticas culturais de Dona Domingas, mas também sua visão de mundo e como ela se posiciona dentro da comunidade.

Como leitor faço uma ligação do que conheço de Dona Domingas com a influência de minha leitura do texto, "Costumes em Comum de Eduard Palmer Thompson" pude visualizar esta conexão ou paralelo na maneira como Dona Domingas narra sua educação e valores familiares. Ela destaca a importância da educação primária, do respeito mútuo e do papel central da mãe na transmissão de tradições e na manutenção da disciplina familiar. A abordagem de Thompson sobre costume, lei e direito comum ressoa na descrição de Dona Domingas sobre como a comunidade de São Gonçalo Beira Rio que se adapta e preserva suas tradições frente às mudanças sociais e econômicas. Domingas mantém mesmo neste conceito em sua declaração a trama intelectual e afetiva diante de sua identidade e herança.

No levado da vida e nos ritos de inversão que ecoa na forma como Dona Domingas descreve as festividades e celebrações de sua comunidade. Para ela, esses eventos não são apenas rituais de celebração, mas também momentos de afirmação cultural e social, onde a comunidade reafirma sua identidade coletiva e sua resistência às pressões externas; portanto, personifica em sua trama intelectual não apenas a história viva de São Gonçalo Beira Rio, mas



também oferece uma perspectiva única ao mesmo tempo, plural, sobre como as tradições culturais e sociais são construídas, mantidas e transmitidas ao longo das gerações. Sua vida e narrativa não são apenas uma lembrança do passado, ou uma memória guardada, mas é, sim, um testemunho vivo das complexas interações entre poder, cultura e identidade em contexto local específico.

Aqui com este texto fazendo um paralelo quero ecoar por meio dos saberes a respeito da práxis da vida de Domingas dialogando com o suporte de Eduard. P. Thompson analisando sobre os saberes produzidos, e como nos constituímos através deles.

No pensamento a respeito desta trama afetiva de Dona Domingas, é necessário dizer que “Na complexa organização social dos Bororo a classificação dos indivíduos é feita a partir de seu clã, da linhagem e do grupo residencial. A regra de descendência é matrilinear, de modo que, ao nascer, a criança receberá um nome que a identificará ao clã de sua mãe. Embora exista essa norma ideal de conduta, na prática, ela pode ser manipulada para atender outros interesses” (Novaes, 1986). Nesta linha de raciocínio precisamos citar que as ligações genéticas da Doutora Domingas Leonor da Silva, e as heranças que estão sendo traçadas, agregam ao seu clã e segue de maneira matrilinear como exemplo do texto citado e em seu processo de descendência da etnia Bororo. Para enaltecer este texto quero citar que seguindo a trilha de continuidade na luta seus filhos mais precisamente sua filha Edilaine Domingas, segue como artesã, já foi dançarina do grupo Flor Ribeirinha e hoje é cantora, dirige parte das atividades produtoras do grupo com maestria e pulso firme, Edilaine herda de Domingas sua garra, sua postulação diante da sociedade e do sistema, não aceitando as imposições de um sistema patriarcal que delinieie para ela possibilidades de continuidade e manutenção das lutas de sua mãe. Este processo afetivo de filha, irmã, mãe, avó, amiga que se configura e se materializa na história. Por exemplo, na criação do nome do grupo, aqui trago as palavras da própria Dona Domingas:

Um dia uma professora da UFMT, foi ao quintal e viu o grupo das minhas crianças dançar, e disse que grupo mais lindo! Vai ter uma feira lá na universidade. Eu quero este grupo, pelo amor de Deus, vamos arrumar este grupo", falei. Beleza. Se arrumar carona, arrumar um carro pra levar, ajeitar tudo pra levar as crianças, estava com 20 crianças mais ou menos já. E aí, não tinha nome do grupo. Era grupo de Siriri, das crianças, grupo de Siriri. Aí tá. Fomos pra universidade, chegamos lá. Mas foi bonito. Dançou as crianças, bonito demais, né? Fizemos saia, tudo de Chitãozinho. Dai, quando foi um dia, eu falei assim pra criançada: "Gente, nós não podemos ficar assim, só vamos botar um nome no grupo, eu falei amanhã à noite tem ensaio, todo mundo vai chegar aqui com o nome já na ponta da língua, pra dar pra gente batizar o grupo." No dia seguinte eu desci no rio, apanhar água, e na água que tava na beira do rio olhei assim do meu lado tava um aguapé lindo, cô umas florzinha branca, lindo, naquelas folhas verdes. ai assim, pera aí. Agora veio assim, na minha cabeça, dá um nome, esse assim flor ribeirinha. Flor que é as criançada ribeirinha. Já fiquei com aquilo na minha cabeça. Quando chegou de noite, né, depois que todo dançou bonitinha, falei: "Ah, bom, agora nós vamos dar o nome do grupo." Aí todo mundo, eu já sabia que era um pouco melhor ouvir todo mundo primeiro. depois que todos falaram eu disse espera. Deixa todo mundo dar o nome. Olha, agora eu tenho um nome que eu vou dar



pra vocês, já contei história. Foi lá pra minha bacia com água, peguei, mostrei pra eles está aqui, ó. Sabe porque eu escutei, veio na minha cabeça naquela hora lá no rio, e falou assim: "Domingas, dá o nome de flor ribeirinha, porque são crianças, são as flores daqui da beira do rio. todo mundo aplaudiu. E aí, chamei pra rezá o pai nosso, rezamos, batizamos que as crianças ali que o grupo chamasse Flor de Beirinha. E daí, nós começamos com o pé direito. (Dra Domingas. L. da Silva, Doc. Video Conto de flor)

Depois deste relato afetivo que está tão ligado as memórias emocionais e de pertencimento promovido pelas ações de Dona Domingas, faremos o delineado sobre o afetivo e materialização deste traçado conforme os estudos deste texto, fora isto hoje a maior ação em proporção de alcance midiático ou mesmo que promova a cultura local das ações afetivas de Dona Domingas seria o próprio grupo Flor Ribeirinha, aqui vale citar que todos que estão no grupo a chamam de Vó e a ela se lançam em busca de socorro para sanar seus anseios ou mesmo em busca de afeto familiar. Ressalto a importância das palavras de de seu neto primogenito Avinner Augusto da Silva que tem essa ligação sanguínea e matriarcal com sua avó, hoje ele é o herdeiro principal não só das glórias de sua avó, mas também assume as algos lutas de Dona Domingas, ao mesmo tempo, ele protagoniza a função de projetor, promotor e produtor de memórias e pertencimentos a respeito das vitórias de sua família principalmente de sua avó, o que ecoa e descreve Dona Domingas para além das entrelinhas e imagéticas sociais, à quem disto projeta uma raiz afetiva genealógica denotando acolhimento e amor, pois os conhecimentos e saberes adquiridos tem sido constantemente repassados e ressignificação vencendo as lutas dos preconceitos e da segregação social.

Os Significados e as riquezas herdadas pode ser descritos nas palavras dele que entrou no grupo como um mascote ou mesmo entre os 10 anos e geralmente depois que a Flor Ribeirinha já estava atuando passando alguns 5 ou 6 anos de existência ele entrou no grupo e era o mais adolescentes, ele diz “eu comecei com 10 então e era o mascote então todo mundo achava bonitinho né!” com este discurso entendemos que, saber valorizar as riquezas culturais e afetivas transmitidas pela avó é uma das grandezas do Neto de Dona Domingas, que vai dizer: “A história começa com a Vó Tóla, minha tataravó, e se estende até a minha geração atual, incluindo minha prima Nanda como dançarina, refletindo uma rica herança cultural que permeia nossos projetos” o que simboliza este respeito adquirido as heranças genéticas, e familiares, heranças de um contexto ligado a educação e construção familiar daquela gente. Como diz o próprio Avinner quando fala:

Eu também escolhi é essa trajetória que perpassa pelo campo artístico né, como dançarino como mascotinho do grupo, como eu iniciei pra hoje assumir num contexto de gestão que foi e é através das vivências ali dentro, né. Então Flor Ribeirinha pra mim é uma escola a minha formação humana a minha formação profissional até acadêmica. (Avinner Augusto da Silva, #podolhar 36:52)



Esta contextualização vai abordar a profundidade das trajetórias afetivas e cultural em volta do coletivo social que permeia a existência de Dona Domingas, sendo esta figura central neste texto por ser a mola mestra de preservação e transmissão da cultura dos Bororo, um povo indígena com estrutura social matrilinear.

Através desta análise com poucos, mas ricos detalhes, destaco como Dona Domingas, apesar das normas sociais contemporâneas e eruditas que não valorizam a descendência matrilinear, indo na contra mão do sistema patriarcal teve um papel crucial na continuidade e evolução do grupo cultural Flor Ribeirinha e apoiada e transmissiva no seio de sua família. Dona Domingas, conhecida por sua liderança e dedicação à cultura local e descendências ameríndias do tronco Bororo, exemplifica a importância das conexões familiares e da herança cultural. Seus filhos e netos, especialmente sua filha Edilaine Domingas, e seu Neto Avinner Augusto são herdeiros não apenas de seu nome, mas também de seu compromisso, suas habilidades artísticas. Edilaine sendo artesã, dançarina e cantora, assume um papel de destaque na liderança do grupo Flor Ribeirinha, demonstrando e materializando o que chamamos de legado vivo, porém se tecendo de modo dinâmico que transcende as normas patriarcais e reafirma a importância das raízes matrilineares.

A fundação do grupo Flor Ribeirinha, como narrado por Dona Domingas, é um exemplo vívido do traçado presente na criatividade e criticidade humana, e faz um casamento comprometido com a preservação cultural. Ao batizar o grupo com base na observação de flores à beira do rio, ela não apenas deu um nome, mas também conectou simbolicamente as crianças ao ambiente natural e à herança cultural dos Bororo. Esse ato simboliza a resiliência e a adaptabilidade da cultura indígena diante de desafios contemporâneos.

Além do aspecto cultural, o grupo Flor Ribeirinha também desempenha um papel social significativo na vida das pessoas que dele participam. Dona Domingas é carinhosamente chamada de Vó por todos no grupo, destacando seu papel não apenas como líder cultural, mas também como figura afetiva e de apoio dentro da comunidade. O neto de Dona Domingas, Avinner Augusto da Silva, testemunha sobre como sua avó influenciou não apenas sua formação artística, mas também seu desenvolvimento pessoal e sua compreensão das lutas sociais e culturais enfrentadas pelo povo Bororo. Ao relacionar esses aspectos com o texto de Chimamanda Ngozi Adichie, "O perigo de uma história única", percebemos paralelos interessantes.

Adichie discute como narrativas únicas e estereotipadas podem prejudicar a compreensão e o respeito por diferentes culturas, perpetuando desigualdades e injustiças. "As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar



a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p. 32).” No contexto da trama da vida de Dona Domingas e do grupo Flor Ribeirinha, a resistência contra uma história única é evidente: elas não apenas preservam sua cultura, mas também a adaptam criativamente às necessidades contemporâneas, vencendo posturas radicais e extremistas muitas vezes. Ademais, a história de Dona Domingas e de seu grupo destaca a importância de reconhecer e valorizar múltiplas narrativas numa sociedade diversa.

O papel de liderança de Edilaine Domingas e a continuidade do grupo Flor Ribeirinha sobre a gestão de Avinner Augusto denotam como a cultura pode evoluir, se resignificar, e se fortalecer através das gerações, mantendo um equilíbrio entre tradição e inovação. Em conclusão, nesta parte do texto sobre a trama intelectual e afetiva de Dona Domingas não quero apenas ilustrar a riqueza cultural e o afeto entre familiares e de suas heranças, mas também oferecer um pensamento sobre o exemplo poderoso de como a resistência cultural pode ser manifesta através da arte e na vida cotidiana da comunidade. Através da liderança e do exemplo de Dona Domingas, vemos um legado que sobrevive e que também prospera, desafiando as expectativas e redefinindo as possibilidades para as futuras gerações dentro e fora da comunidade Bororo, ressignificando os regimentos capitalistas e opressão as culturas populares e produzida pelos coletivos das minorias.

3.2 O traçado Político

Estes setenta anos onde Doutora Domingas Leonor da Silva vivendo na comunidade São Gonçalo Beira Rio, perpassaram por inúmeras transformações estruturais físicas da comunidade e de suas próprias estruturas residenciais e pessoais, antes a comunidades não era urbanizada, as poucas ruas da comunidade iniciavam na mata e começavam em outra mata, ou seja, não tinha saída, a única maneira de sair da comunidade e chegar a vida urbana era pelo ri, nesta realidade Dona Domingas era esta mulher que enchia a canoa de potes de cerâmica e ia para feira do porto vender sua cerâmica, um marco desta postura comercial e de guerreira é ela na feira do porto gritando “Olha a moringa, olha a moringa quem vai levar?”

Para compreender esta ligação das transformações sociais e culturais em diferentes contextos do traçado político de Doutora Domingas Leonor da Silva, é essencial analisar tanto a trajetória de Domingas na comunidade específica São Gonçalo Beira Rio quanto o impacto mais amplo de mudanças econômicas e sociais, assim fazendo um paralelo como descrito por Edward Palmer Thompson em seu estudo sobre a classe operária na Inglaterra pré-industrial. O texto acima onde tentei fazer um rascunho breve sobre a trama e traçados da vida de Dona Domingas no âmbito cultural, que mostra um pouco da Comunidade São Gonçalo Beira Rio



que antes se evidenciava como comunidade sem a chegada da urbanização, e que passou por uma evolução marcante ao longo de setenta anos da vida, antes predominantemente rural e isolada, a comunidade dependia do rio para acesso à vida urbana, neste contexto destacando se pela liderança esta figura impar Dona Domingas, que não só sustentava sua família através da cerâmica, mas também buscava representação política para desde o início busca melhorar as condições locais.

A luta de Domingas pela preservação da identidade e dos recursos da comunidade em face de mudanças urbanas reflete se como uma resistência semelhante àquela observada por Thompson entre os trabalhadores ingleses, que enfrentaram a imposição de novas disciplinas de trabalho e a racionalização do tempo com o advento da Revolução Industrial. Thompson, ao abordar o tema da disciplina do trabalho e a percepção do tempo na era pré-industrial, ressalta a transição do "tempo da natureza" para o "tempo do relógio". Antes da industrialização, a vida rural era marcada por um ciclo natural de trabalho e descanso, com pouca separação entre atividades laborais e sociais. Thompson destaca que "o tempo da natureza pode ser entendido como uma visão cíclica, isso se deve ao comportamento cíclico da natureza que se expressa nas estações do ano e no comportamento dos animais" (Thompson, 1998, p. 268).

Esta visão cíclica do tempo é análoga à descrição da vida ligada a ruralidade bororo, e ao artesanato na comunidade de São Gonçalo Beira Rio narrado por Domingas sobre o início de sua vida, onde as atividades de subsistência como a pesca e a cerâmica moldavam o ritmo diário, intimamente entrelaçadas com a vida familiar e comunitária desta Mulher que transcende as válvulas políticas da época ali já criando e coproduzindo laços etnográficos fazendo um registro descritivo da política e cultura política material daquele povo ribeirinho.

A introdução dos relógios nas sociedades urbanas europeias trouxe consigo uma nova noção de tempo linear e fragmentado, essencial para o surgimento das manufaturas e da disciplina capitalista. Da mesma forma, as melhorias infra estruturais como a eletrificação e o asfaltamento em São Gonçalo Beira Rio representam uma imposição externa de ordem e modernidade sobre uma estrutura comunitária anteriormente mais ligada fluidez e natureza. Dona Domingas personifica a resistência à imposição de novas ordens temporais e estruturais, porem ao mesmo tempos que resiste dialoga com a modernidade remontando seus pontos de vista e multiplicando suas hipóteses transformacionais. Sua defesa contra a realocação forçada após a enchente de 1974 e sua subsequente liderança na preservação das terras e tradições locais refletem a recusa em aceitar uma nova ordem que não respeite a cultura e os ciclos naturais da comunidade, este fato se compara aos trabalhadores ingleses pré-industriais que resistiam à transformação de seu tempo em uma mercadoria controlada pelos empregadores.

Domingas e sua comunidade resistem à mercantilização ou usurpação de suas terras e



tradições. Porém vai além, produz novos significados para o diálogo habitacional mantendo sua postura e suas tradições. Thompson discute como a educação formal e as instituições escolares foram utilizadas para impor uma nova disciplina temporal aos trabalhadores, visando aumentar a produtividade e a eficiência. Segundo Thompson, "outra forma de introjetar essa percepção do tempo era através da moral, muitas vezes a partir de discursos que condenavam o ócio, as atividades de lazer ou até mesmo um simples ato de descanso" (Thompson, 1998, p. 271).

Em contraste, a educação transmitida dentro de comunidades como São Gonçalo Beira Rio, e mais profundamente a educação repassada por Dona Domingas aos seus filhos e netos, baseada em valores matrilineares inspirada da educação bororo valorizando seus afetos familiares e experiências comunitárias, mantém uma ênfase no respeito pela natureza e pelos costumes e significados. Ambos os contextos demonstram uma evolução contínua das estruturas sociais e culturais em resposta a mudanças econômicas e tecnológicas. Enquanto Thompson analisa as implicações da industrialização na percepção do tempo e na disciplina do trabalho na Inglaterra, a história de Domingas Leonor da Silva acoplada ao São Gonçalo Beira Rio revela a luta contínua da comunidade em um período de marginalização lutando para preservar sua identidade contra as imposições externas de modernização e desenvolvimento urbano desordenado.

Desta forma tanto Thompson quanto a história de Dona Domingas oferecem perspectivas valiosas sobre como as mudanças estruturais influenciam a percepção do tempo, a disciplina do trabalho e a preservação da identidade cultural em contextos diversos, destacando os desafios e resistências enfrentados por comunidades, trabalhadores e diversos indivíduos ao longo dos séculos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, a trajetória de Doutora Domingas Leonor da Silva, carinhosamente conhecida como Dona Domingas, ou Dominguinhas, transcende as fronteiras físicas de São Gonçalo Beira Rio para se tornar um ícone cultural de Mato Grosso quicá do Brasil. E não Doutora Domingas não é essa mulher sem defeitos ou sem problemas pessoais, ela é humana e assim como todo humano passiva de erros e tropeços, mas a resiliência e postura desta grande mulher, e todo o complexo de sua existência fazem da sua vida e obra, um alerta ao mundo não apenas como um testemunho de resistência e preservação cultural, mas também como um exemplo vivo dos princípios e desafios que exploramos através dos estudos culturais.

Dona Domingas emerge de um contexto social e geográfico específico, marginalizado, não burgues, mas rico em cultura e elitizado em saberes populares, pois lá onde as tradições



ribeirinhas e a identidade cuiabana são fundamentais.

Desde jovem, ela se envolveu profundamente nas manifestações culturais, fazendo uma trama intelectual que desenha um traçado em sua comunidade, desafiando normas de gênero, regras e tabus ao tocar instrumentos em rituais tradicionalmente dominados por homens (cururu). Esse ato não apenas subverteu as hierarquias estabelecidas, mas também posicionou Domingas como uma pioneira sendo ativista feminina dentro das tradições culturais, sociais e políticas de seu local.

Os Estudos Culturais, como campo acadêmico interdisciplinar, oferecem um quadro teórico para entender e interpretar essas dinâmicas, originados na Inglaterra dos anos 60, os estudos culturais questionam as relações de poder e a produção de significados nas sociedades contemporâneas. Raymond Williams e E. P. Thompson, entre outros, iniciaram essas reflexões a partir de suas experiências concretas e da necessidade de abrir espaço para vozes marginalizadas e práticas culturais não hegemônicas. No caso de Domingas, sua atuação não se limita apenas à preservação das tradições, mas também à transformação das relações de poder dentro de sua própria comunidade. Ao liderar vários coletivos inúmeros grupos sociais e principalmente o grupo de dança Flor Ribeirinha e revitalizar manifestações como o siriri e o cururu, ela mais que celebra a cultura local, ela a promove como uma forma de resistência contra as pressões da globalização e da homogeneização cultural.

A resistência cultural de Domingas é intrinsecamente ligada à sua prática como artesã ceramista, como curandeira, como pescadora, alguma das habilidades transmitidas por gerações em sua família. Essa forma de arte não só enriquece visualmente a cultura material da região, mas também serve como um meio de terapia e conexão espiritual com suas raízes ameríndias. Esse aspecto da sua vida dialoga diretamente com os Estudos Culturais ao afirmar a importância das práticas artísticas como veículos de preservação e transformação humana, no caso deste texto ratifico a transformação nos âmbitos e campos cultural, intelectual, afetivo e político. Mais que suas contribuições culturais.

Domingas também é reconhecida por seu ativismo comunitário e social. Ela liderou diversas associações locais e promoveu iniciativas de desenvolvimento sustentável em São Gonçalo Beira Rio, demonstrando um compromisso integral com o bem-estar coletivo e a autonomia da comunidade. Num mundo cada vez mais globalizado e homogeneizado, onde as culturas locais enfrentam constantes desafios de sobrevivência, a figura de Domingas Leonor da Silva se destaca como um farol de esperança e resistência. Seu reconhecimento como Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal de Mato Grosso é um testemunho do impacto duradouro de seu trabalho e um incentivo para que outras comunidades valorizem seus mestres e líderes culturais. Em última análise, a vida e obra de Domingas convidam todos nós



a questionar mais profundamente nossas próprias tradições, a valorizar nossos mestres e a fortalecer os laços comunitários essenciais para a preservação da diversidade cultural.

Como os Estudos Culturais nos ensinam, a cultura não é estática, mas dinâmica e permeável, moldada por relações de poder e pela resistência dos que se recusam a ser silenciados. A história de Dona Domingas nos lembra que, ao reconhecer e honrar nossas raízes, estamos também construindo um futuro mais inclusivo e resiliente para todos.

Apesar de ter ouvido durante minha infância minha mãe falar sobre o “ciumes que sentia quando era mais jovem de Dona Domingas com o meu padrasto por eles terem sido namorados que atravessavam o rio Cuiabá para se encontrar nos bailes”, por mais que pude conhecer pessoalmente Dona Domingas nos anos 2000, foi só quando fui apresentado por conviver bem próximo a ela nos anos de 2010 a 2021 sendo Diretor-executivo da Associação Cultural Flor Ribeirinha e chamado por ela de meu Netinho, “é como ela chama seus músicos e dançarinos do grupo Flor Ribeirinha”, foi então neste espaço que pude sentir de perto a grandiosidade desta mulher. Este sentimento de pertencimento a esta parte da história de Domingas ninguém me tira, porém, isto quem tecla sou eu que não sou neto; imagina como se sentem orgulhosos e bem acolhidos os que são netos de sangue de Dona Domingas. Tive a honra de conviver e assistir de perto esta afetuosa praxá de sentimentos que englobam os aspectos da Diversidade, Cultural, intelectual, sentimental(afetiva) e Política desta relação. Enfim para encerrar o texto quero citar uma letra de uma das canções que como autor compus inspirado na relação de amor, admiração e respeito entre Avinner Augusto e sua vó materna Doutora Domingas Leonor da Silva Quero citar como consideração final a canção composta para ela e “Viva Vovó Domingas”.

Sabe aquele jeito que só vovó é quem tem
Seu abraço envolve, o beijo doce feito mel.
A casa da vó é de Deus ninguém tá só,
tem o revirado é um pedacinho do céu.”

Foi na beira do rio onde 'encontraru' o santo,
Sim na beira do rio que o seu nome é meu canto,
Lá na beira do rio faço amor na canoa,
É na beira do rio que vovó me abençoa

Ô bênçã Vó, Vem cá, pra me contar
enredos da história que é pra nos abençoar.

Ô bênçã Vó, Seu traçado bonito
é trama de memórias, aqui pertencem e acredito

Tudo que respira na vida inspira cuidado,
seu amparo é ouro, das riquezas vó me ensinas.
Rico são saberes, tu me entregas um bocado,
tarimba da vida doutora Vovó Domingas. (Jehferson
Guimarães A. Da Rosa, 2020)

Agradeço Deus a Dona Domingas ao Grupo Flor Ribeirinha a professora Prof^ª. Prof.^a
Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ



Dr.^a Janete Rosa da Fonseca e Prof. Dr. Cleyton Rodrigues dos Santos Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – por proporcionar esta disciplina de Estudos Interdisciplinares em Literatura e as Pedagogias do Corpo no curso Estudos Cultural PPGCULT UFMS. 2024.

5. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

BORORO. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em 15 jun. de 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DIAS, Tatiana. **Qual a origem da expressão ‘dona’ e as questões que ela desperta**. 2017. Disponível em: <https://conselhomulhertk.blogspot.com/2017/02/qual-origem-da-expressao-dona-e-as.html>. Acesso em 1 jun. de 2024.

DOMINGAS, Wayback Machine. **Muitas mulheres numa só**. Governo do Mato Grosso, 2015.

HALL, Stuart. **Estudos Culturais: dois paradigmas**. In. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SILVA, Domingas Leonor da. Em Nome do Autor "**Cuiabá é tudo para mim**". Ministério da Cultura, 2014.

SILVA, Samuel Iauany Martins. **Subjetividade e verdade à luz do cuidado de si**. 2022.

Uma mulher dedicada à cultura Arquivado Wayback Machine. Governo do Mato Grosso, 2014.

THOMPSON. E. P. Venda de esposas. In **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UFMT concede título de Doutora Honoris Causa a Domingas Leonor nesta terça. 9 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://novo.ufmt.br/noticias/ufmt-outorga-titulo-de-doutora-honoris-causa-a-domingas-leonor-da-silva-1574176431>. Acesso em 5 mai de 2024.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

**CENTRO MUNICIPAL DE INTERPRETAÇÃO DE CAMPO
GRANDE – MS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS
CULTURAIS. (2021-2024)**

**MUNICIPAL INTERPRETATION CENTER OF CAMPO
GRANDE – MS FROM THE PERSPECTIVE OF CULTURAL
STUDIES (2021-2024)**

Juveirce Christiane Medeiros Ramos Condi¹

Antônio Firmino de Oliveira Neto²

RESUMO

Em Campo Grande (MS) tem-se uma Central de Interpretação de Libras do Município (CMILCG) na qual presta o serviço de atendimento aos surdos quando solicitado agendamento, Campo Grande (MS) tem em torno de 7.000 pessoas surdas sendo estas (deficientes auditivas, Surdos sinalizantes e surdo não sinalizantes, bem como surdos oralizados e surdos não oralizados), sendo este o objeto de estudo. A problematização está relacionada com a Central de Interpretação de Libras se é garantido a promoção de acessibilidade comunicacional e direitos das pessoas surdas? Em relação a hipótese, percebe-se que mesmo tendo a CMILCG, ainda é pouco para que os direitos dessas pessoas surdas sejam garantidos, com a vivência que se tem na área, os direitos e garantias sociais da comunidade surda ainda está aquém de ser respeitada de fato. A metodologia utilizada é a exploratória, bibliográfica e documental, tem-se a vivência e experiência das dificuldades que os surdos tem enfrentado para poder ser compreendido nos locais que precisam de tal comunicação em sua língua materna, com a possibilidade de contato direto com o sujeito surdo, sua cultura sinalizante da Língua brasileira de sinais, bem como a atuação do profissional TILSP. O objetivo geral é analisar se a CMILCG está promovendo a inclusão e acessibilidade para a comunidade surda, facilitando a comunicação e a participação plena em diferentes esferas da sociedade campo-grandense. Apesar da garantia legal, as pessoas surdas totais ou parciais ainda enfrentam dificuldades no seu dia a dia, seja na saúde, na busca de seus direitos, mercado de trabalho, justiça e onde seja necessário a comunicação com essas pessoas.

Palavras-chave: Acessibilidade. Resistência. Intérprete de Libras. Surdos. Centro Municipal

¹ Mestranda em Estudos Culturais do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana (PPGCult/UFMS-CPAQ), juveirce.condi@ufms.br

² Doutor em Geografia, professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Aquidauana, firmino.neto@ufms.br



ABSTRACT

In Campo Grande (MS) there is a Municipal Libras Interpretation Center (CMILCG) in which it provides assistance to deaf people when scheduling is requested. Campo Grande (MS) has around 7,000 deaf people, these being (hearing impaired), signing deaf and non-signing deaf, as well as oralized deaf and non-oralized deaf), this being the object of study. The question is related to whether the Libras Interpretation Center guarantees the promotion of communication accessibility and the rights of deaf people? In relation to the hypothesis, it is clear that even with the CMILCG, it is still not enough for the rights of these deaf people to be guaranteed, with the experience in the area, the rights and social guarantees of the deaf community are still far from being respected in fact. The methodology used is exploratory, bibliographic and documentary, there is experience of the difficulties that deaf people have faced in order to be understood in places that need such communication in their mother tongue, with the possibility of direct contact with the subject. deaf, their signing culture of the Brazilian Sign Language, as well as the work of the TILSP professional. The general objective is to analyze whether CMILCG is promoting inclusion and accessibility for the deaf community, facilitating communication and full participation in different spheres of Campo Grande society. Despite the legal guarantee, people who are completely or partially deaf still face difficulties in their daily lives, whether in health, in the search for their rights, the job market, justice and wherever communication with these people is necessary.

Keywords: Accessibility. Resistance. Sign Language Interpreter. Deaf. Municipal Sign Language Interpretation Center - CMIL.

1. INTRODUÇÃO

A importância desse tema dá-se devido a relevância, permanência e continuidade do projeto desenvolvido pelo município de Campo Grande (MS) em ter um Centro Municipal de Interpretação de Libras para dar acesso aos surdos na acessibilidade linguística comunicacional, tão significativo para a comunidade surda como um objeto de resistência para comunidade que luta diariamente pelo direito de protagonizar a própria história.

2. ESTUDOS SURDOS E ESTUDOS CULTURAIS

A surdez, por muito tempo, era tida, na perspectiva da patologia, como deformidade a ser tratada. Ser surdo, ao longo da História foi ser estereotipado pela sociedade, estar a margem da sociedade. Houve toda uma representação do surdo tomando-se como base o ouvintismo, isto é, “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (Skliar, 1998, p.15).

A diversidade linguística e cultural dos sujeitos surdos nos apresenta uma especificidade



em relação as maneiras de se constituir, enquanto surdo. O estudo das representações linguísticas e culturais dos surdos, traz o aporte teórico dos estudos culturais tem sido denominado de estudos surdos.

Assim, como aborda Sarlo (2007, p. 9), sobre o passado e que culturalmente os surdos sofreram muito na pele para poder se posicionar e ainda sofrem com sua língua inacessível em muitos locais. O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade) (Sarlo, 2007, p. 9).

Por muito tempo, o estudo acerca da escolarização da população brasileira procurou compreender a origem social dos estudantes, inicialmente, com a categoria classe e, posteriormente, com a discussão em termos culturais (Soares, 1999).

Há notável variação, tanto em termos de compromisso quanto de prática, entre as diferentes comunidades ou no interior das mesmas — entre as distintas nacionalidades e grupos linguísticos, no seio dos credos religiosos, entre homens e mulheres ou gerações. Jovens de todas as comunidades expressam certa fidelidade as "tradições" de origem, ao mesmo tempo em que demonstram um declínio visível em sua prática concreta (Hall, 2003, p. 66).

A luz de Hall (2003), percebe-se que a comunidade surda perdura por si só, tendo dentro de si mesma diversas heterogeneidades, variantes e grupos linguísticos diversos, mas preservam sua cultura para que se mantenham as tradições.

Mas nem só de histórias negativas o povo surdo sobreviveu, como aborda também (Chimamanda, 2019, p. 9): “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. Temos história de resistência e lutas, criações de leis, decretos visto que o povo surdo foi à luta por seus direitos.

Contar a história do povo surdo também pode trazer marcar definitivas para sua comunidade como ser agressivos por não os entenderem, mas nem todo surdo assim o é! Como percebe-se as mais variadas heterogeneidades dentro da comunidade e estigmatizá-las ou ter uma verdade única, dependendo muito da estrutura do poder.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em *igbo* na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. (Chimamanda, 2019, p. 9).

A partir dos anos 1990, novos elementos foram acrescentados às pesquisas sobre escolarização nas camadas populares, a exemplo de raça, gênero, sexualidades, deficiência,



geração, origem geográfica, todos marcadores fundamentais para a compreensão dos processos de inclusão/exclusão nas instituições de ensino.

No Brasil, muitos surdos (as) ainda enfrentam, ao entrar para a escola, inúmeras dificuldades de conviver e aprender nesse espaço, relacionado, principalmente, pelo processo de desenvolvimento de práticas pedagógicas que não levam em consideração a sua língua materna e visual, no caso, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tendo uma identidade relacionado ao espaço visual para maior aquisição linguística.

Segundo a Lei n.º 10.436 de 24 de Brasil de 2002, art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único - Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil. (Brasil, 2002, p. 1).

Após a Lei 10.436 de 2002, a cultura surda ganha mais espaço, caminhando para valorização da identidade da comunidade surda e tendo a LIBRAS como forma de comunicação, tendo um sistema linguístico e estrutura gramatical próprios, com ênfase na visualidade para transmissão de ideias.

Segundo Skliar (2003, p.107): “pensar a escola, a partir do parâmetro linguagem possibilitará aos estudiosos (as) qualificar estratégias para que possam ser ouvidos e para que a escola passe a ver sujeito como um instrumento/meio de produção de sentidos”, assim como identificar diversos mecanismos de como utilizar pela escola os saberes, culturas, valores e identidades.

O trabalho educativo na escola ainda se orienta como base os alunos (as) ouvintes, conforme relata Strobel (2016). Tal fenômeno social tem implicações para o processo de ensino aprendizagem dos sujeitos surdos (as), pois após a Lei 9.394/96 e a Declaração de Salamanca (1994), as escolas devem trabalhar na perspectiva da educação inclusiva, e isto significa a escolarização de estudantes (as) com e sem deficiências nas classes regulares.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (Brasil, 2008, p. 1).

No Congresso de Milão, em 1880, toda e qualquer probabilidade de ensino da Língua de Sinais foi “esmagada”, pois o oralismo era o único meio que deveria ser utilizado para comunicação e educação dos surdos.

No Congresso de Milão, realizado no período de 06 a 11 de setembro de 1880,



reuniram-se cento e oitenta e duas pessoas, na sua ampla maioria, ouvintes, provenientes de Países como Bélgica, França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Suécia, Rússia, Estados Unidos e Canadá, para discutirem a educação de surdos e analisarem as vantagens e os inconvenientes do internato, o período necessário para educação formal, o número de alunos por salas e, principalmente, como os surdos deveriam ser ensinados, oral ou gestualmente. Este Congresso que, no momento da liberação, não constava com a participação nem com a opinião da minoria interessada, um grupo de ouvintes impôs a superioridade da língua oral sobre a língua de sinais, e decretou que a primeira deveria constituir o único objetivo do ensino (MACHADO, 1999, p. 5).

Esse com certeza foi o período mais longo e que trouxe grandes consequências para a história na educação dos surdos e que predomina até os dias de hoje em muitos países, fazendo com que o oralismo fosse imposto ao surdo, e este por sua vez, foi sendo excluído da sociedade, dos ofícios que antes se destacava como cidadão, passou a ser visto como “o doente”, “o deficiente”, “o mudinho”, “surdo-mudo”, e como consequência, fez com que o próprio surdo se distanciasse de sua identidade e cultura linguística até então conquistada.

Após muita luta da comunidade surda, a situação começou a melhorar, na Declaração de Salamanca (1994) praticamente 100 anos depois do Congresso de Milão, essa situação começou a ter um outro caminho sendo anunciadas as diretrizes da Educação para todos, ou seja, uma ideia para a Escola Inclusiva, ganhando um respaldo com a Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) tendo como dever do Estado, segundo Artigo 4º, parágrafo III: “atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Declaração de Salamanca ativou o direito à educação para pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. O conceito de Escola Inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial:

“...implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores preparam-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (Brasil, 1998).

Essas dificuldades que o aluno surdo tem ao matricular-se em uma escola regular de ensino são diversas, pois este está longe de sua cultura convivendo com um meio ouvinte, oralizado, tendo o intérprete como mediador educacional fazendo essa interação com o meio.

Segundo Woodward (2000, p.38), as identidades são produções históricas, sendo, portanto, “produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares”.



O processo histórico sempre se baseou em identidades fixas, entraram em colapso, graças as transformações sociais lideradas pela luta de mulheres, negros, gays, indígenas, dentre outros, a partir da década de 1970, passaram a reivindicar identidades.

Essas novas identidades emergiram em grandes movimentos de contestação política. Nesse contexto estão os negros surdos, que reivindicam a produção de uma cultura própria, a cultura surda. Ao reivindicarem identidades, os negros surdos chamam a atenção para a necessidade da abordagem de raça e da surdez. Partindo do pressuposto de que “as identidades são fabricadas por meio da marcação das diferenças” (Woodward, 2000, p.39).

Um ponto que presenciamos de interseccionalidade é quando abordamos a respeito da mulher negra e com deficiência. Essa interseccionalidade nos faz refletir como será o mundo para essa mulher, o que ela enfrenta ou enfrentou para se colocar no mercado de trabalho, para ser ouvida, para ser respeitada. Quantas lutas, será preciso travar para que esta consiga ter seus direitos respeitados.

Percebe-se que a trajetória dos indivíduos com deficiência é marcada por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania, de acordo com cada cultura e contexto histórico. Ao longo da história, o conceito de deficiência foi sendo compreendido sob diferentes concepções, modificando-se ou, até mesmo, se inter cruzando em alguns momentos. Na Idade Média, por exemplo, as pessoas com deficiência eram vistas como acometidas de castigo divino ou alguém digno de pena, que dependiam da assistência/caridade das pessoas, especialmente cristãs sem deficiência. (Eugenio & Silva, 2022, p. 29).

Com isso Santos, Kabengele & Monteiro (2022), versam sobre a interseccionalidade do capacitismo sendo tratado com quem merece viver ou morrer, abordando a necropolítica.

O Estado realiza suas políticas de morte (por isso, o termo, necropolítica) ao segregar, inviabilizar condições de dignidade e saúde até os segmentos oprimidos serem mortos diretamente pela ação ou pela omissão estatal. Por meio das lutas internacionais de movimentos de pessoas com deficiência, surgiram conquistas legislativas com impacto sobre políticas públicas, entre os quais a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, ratificada no Brasil por meio do Decreto n. 6949, de 2009. (Santos, Kabengele & Monteiro, 2022, p. 159)

A luta das pessoas com deficiência começou ter força na década de 70, ganhando força nos anos 80 culminando na proclamação do Ano internacional das pessoas deficientes pelas nações unidas, dando ênfase as pessoas com “necessidades especiais” como abordado na época. E de lá pra cá essa força tem ganhado cada vez mais visibilidade, mas tendo um caminho intenso a percorrer, como a Lei Brasileira de inclusão de 2015, está escrito mas ainda é necessário ter fiscalização para que ela seja cumprida além do papel.

A cultura surda é um dos elementos mais ricos e importantes de qualquer sociedade, mas devido à falta de acessibilidade, é necessário que aja uma mudança de paradigma para que os surdos possam participar dos eventos e acessível, seja em eventos seja em qualquer lugar da



sociedade, para que este possa também ser protagonista de sua própria história.

Os Estudos Culturais constituem um campo interdisciplinar onde certas preocupações e métodos convergem; a utilidade dessa convergência é que ela nos propicia entender fenômenos e relações que não são acessíveis através das disciplinas existentes. Não é, contudo, um campo unificado. (TURNER, 1990, p. 11)

Os debates a respeito dos estudos culturais somente passaram a existir na América Latina a partir dos anos de 1970, porém, foi somente nos anos de 1990 que os teóricos começaram a se identificar com o assunto.

Com a aplicação dos Estudos Culturais na América Latina, surgiram vários estudos de diferentes autores que se dedicavam a área de comunicação e recepção. Autores como Nestor García Canclini, Jesús Martín-Barbero e Guillermo Orozco Gómez, entre outros, foram englobados na rubrica “Estudos culturais latino-americanos”.

Segundo Stuart Hall (1996, p. 70), “[...] as identidades culturais não é jamais uma essência fixa que se mantenha, imutável, fora da história e da cultura. Nem é dentro de nós, algum espírito transcendental e universal no qual a história não fez marcas fundamentais”.

Para Hall (2008), os contatos permanentes com culturas e formas distintas de viver, abalaram as antigas concepções de “identidade” tidas até então como fixas, imutáveis e ligadas unicamente a um elemento agregador.

O autor refere-se a um descentramento do sujeito e de um constante deslocamento de “identidades”, que passa a ser associada às posições que o sujeito assume ao longo de sua trajetória. O caráter performativo da “identidade” do sujeito pós-moderno descarta a possibilidade de se pensar num sujeito contínuo ou na “identidade” como uma forma de suturar o indivíduo a uma única sociedade e posição social. Isso porque, os indivíduos são constituídos por várias formas de identificação e se deslocam continuamente de uma para outra, conforme são interpelados, se formando e transformando. Esses deslocamentos ocorrem tanto no âmbito social, em que novas formas híbridas tomam o lugar das decadentes identidades nacionais, quanto nas subjetividades, onde se observa a perda da ideia de um sujeito integrado. (HALL, 2008, apud Neves, 2021, p. 3)

Como afirma Hall, percebe-se que a cultura e identidade surda caminhavam juntos aos estudos culturais, sendo arraigados ao longo da história e percebendo que esses indivíduos que por ora foram discriminados ao decorrer do tempo são esses sujeitos e corpos que serão abordados como sujeitos do estudos culturais e estudos surdos.

Nas décadas de 1980 e 1990, auge do movimento de afirmação da comunidade surda no Brasil, o surdo ideal era aquele usuário fluente da língua de sinais, que namorava ou casava apenas com surdos, que não falava, que não usava nenhum tipo de aparelho auditivo, e acima de tudo, que tinha uma certa hostilidade com relação tudo o que vinha do “mundo dos ouvintes”. Era o que os surdos chamavam de “surdos-puros”. Esse fechamento em uma suposta “identidade surda” nos anos que sucederam ao oralismo é compreensível, tendo em vista a necessidade de se afirmar mediante o poder normalizador exercido historicamente pelos ouvintes. Entretanto, esse modelo de “surdo ideal” acabou excluindo da comunidade surda, aqueles surdos que não se



conformavam a este padrão, ou seja, que não eram fluentes na língua de sinais, que optaram por usar aparelho auditivo ou fazer a cirurgia do implante coclear, que gostavam de música, que tinham alguma deficiência associada a surdez etc. Contraditoriamente, a diferença era negada dentro de um grupo que buscava se afirmar como diferente. Ou seja, os processos de identificação quando não problematizados originam um pensamento estreito da diferença e são uma chave de ignição para a opressão. (Neves, 2021, p.4)

Percebe-se a identidade pertencente a esse grupo, o surdo fluente em língua de sinais e que não usava aparelho auditivo, esse surdo de nascença, teria a cultura surda arraigada. E quando Hall (1996, p. 51) aborda sobre multiculturalismo: “As sociedades multiculturais não são algo novo. Bem antes da expansão europeia (a partir do século quinze) — e com crescente intensidade desde então. Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do "alto" período colonial, persistem no pós-colonial.

Discute-se a definição e o escopo dos Estudos Culturais, ressaltando a sua abordagem crítica e interdisciplinar das práticas culturais e dos processos de significação. A compreensão das relações de poder e resistência, as construções identitárias e as manifestações culturais são elementos centrais para a delimitação do campo dos Estudos Culturais, que busca analisar e problematizar as dinâmicas culturais e sociais de forma ampla e contextualizada.

Michel Foucault (1979), contextualiza a importância do pensamento do filósofo francês para a compreensão dos estudos surdos. Explora-se a maneira como Foucault abordou temas como poder, disciplina e vigilância em suas obras, fornecendo um pano de fundo teórico para a discussão sobre a relação entre vigilância, controle social e a comunidade surda. Além disso, apresenta-se a relevância das teses foucaultianas para a compreensão das dinâmicas de poder que permeiam a inclusão e o empoderamento da comunidade surda, fornecendo um arcabouço teórico sólido para as reflexões posteriores. “O problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (Foucault, 1979, p. 14).

Então os surdos que existem desde os primórdios, mesmo que para a sociedade tenham corpos imperfeitos esses sobreviveram e tem seu multiculturalismo bem marcado no meio sendo, esta comunidade heterogênea, e com diversas interseccionalidades que os faz viver a margem da sociedade.

Respeitar seus direitos e torná-los protagonistas da própria história perante suas diferenças para que exerçam igualmente sua cultura e poder.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução aos Estudos Culturais apresenta as bases teóricas e metodológicas desse



campo interdisciplinar, que investiga as relações entre cultura, poder, identidade e resistência. Além disso, explora a importância dos Estudos Culturais nas políticas públicas e na compreensão da diversidade cultural em contextos globais, fornecendo um panorama geral dos temas e reflexões abordados ao longo do trabalho.

Apesar da garantia legal, as pessoas surdas totais ou parciais ainda enfrentam dificuldades no seu dia a dia, seja na saúde, na busca de seus direitos, mercado de trabalho, justiça e onde seja necessário a comunicação com essas pessoas. A cultura e identidade surda perpassam na historicidade dos estudos culturais. Sendo assim, abordados paralelamente.

Reconhecer e valorizar a cultura surda dentro do contexto dos estudos culturais, pois os estudos surdos contribuem para uma visão mais inclusiva e diversificada mostrando o viés de pertencimento a essa comunidade. Com respeito a diversidade e promoção de igualdade e oportunidades igualitariamente.

Percebe-se que os estudos culturais e surdos estão interligados com diversos desafios e conquistas enfrentados por essa comunidade. Dar voz, ao surdo para que esse seja protagonista da própria história, são meios de valorizar a sua cultura, identidade e língua.

Promover a inclusão e o pertencimento do povo surdo respeitando suas diferenças, tanto nos estudos culturais como a sociedade como um todo, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Nos estudos culturais, como aborda Hall (1996) sobre as questões de identidade, cultura e poder e como essa cultura influencia e é influenciada pelas estruturas sociais, econômicas e políticas.

Já nos estudos surdos tem-se Paddy Ladd (2013), que aborda sobre a surdez cultural, onde destaca a importância de compreender a surdez não apenas como uma deficiência médica mas como uma identidade cultural rica e distinta com sua própria língua, valores e práticas.

Ambos teóricos oferecem insights valiosos para a compreensão das dinâmicas culturais e identitárias, nos faz refletir sobre a inclusão e poder nas sociedades contemporâneas. E o que queremos proporcionar para a comunidade surda para que tenha seu direito garantido igualitariamente.

4. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL. Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 29 Abr. 2023.



- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei n. 9.394, de 23 de dez. de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial.** Brasília, 1998.
- EUGÊNIO, Josiane; DA SILVA, Alex Sander. “Os professores não sabiam o que fazer comigo!”: reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência. **Educação em Revista**, v. 23, n. 1, p. 27-42, 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996, p. 68-75.
- HALL, Stuart. **Estudos Culturais: dois paradigmas.** In. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. (pp. 123-150).
- LADD, P. **Em busca da surdidade:** Colonização dos Surdos. Lisboa: Editora Surd’Universo, 2013.
- MACHADO, Paulo César; SILVA, Vilmar. Trajetórias e movimentos na educação dos surdos, 1999, p. 5.
- NEVES, Gabriele Vieira. Em busca da Surdidade: o entre-lugar da cultura surda na contemporaneidade. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, 2021.
- SANTOS, Sérgio Coutinho dos; KABENGELE, Daniela do Carmo; MONTEIRO, Lorena Madruga. Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 81, p. 158-170, 2022.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva.** Companhia das Letras, Belo Horizonte. UFMG, 2007. P. 09-22
- SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença:** e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SKLIAR, C. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- SOARES, M. **Linguagem e escola.** São Paulo: Ática, 1999.
- STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 4. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.
- TUNER, Graeme. *British Cultural Studies, An introduction.* Boston: Unwin. 1990.
- WOODWARD, Kathryn et al. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, v. 15, p. 7-72, 2000.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

NECROPOLÍTICA E O ENSINO SUPERIOR: IMPACTOS E IMPLICAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

NECROPOLITICS AND HIGHER EDUCATION: IMPACTS AND IMPLICATIONS ON EDUCATIONAL INSTITUTIONS

Ligiane Monteiro de Arruda¹

Marcelo Victor da Rosa²

RESUMO

O presente artigo explora a relação entre necropolítica e ensino superior, analisando como práticas de poder e exclusão influenciam o acesso, a qualidade e a experiência educacional dos estudantes. Mediante pesquisas bibliográficas, apresenta-se a manifestação da necropolítica nas políticas educacionais e seus efeitos e impactos sobre os estudantes. O artigo destaca como políticas de exclusão, baseadas em critérios econômicos e sociais, operam no ensino superior, criando barreiras para estudantes de baixa renda, negros, indígenas e LGBTQIA+. Essas práticas necropolíticas são vistas na precarização das condições de ensino, na falta de suporte psicológico e na invisibilidade das necessidades emocionais dos estudantes, refletindo uma desumanização que perpetua a exclusão. Explora, também, uma abordagem sobre o racismo estrutural e institucional, que se manifesta na representação desproporcional de estudantes negros e indígenas nas universidades, bem como nas atitudes racistas presentes no ambiente acadêmico. Esta pesquisa propõe reflexões e sugestões para políticas públicas e práticas institucionais que possam mitigar esses impactos.

Palavras-chave: Necropolítica. Ensino Superior. Racismo. LGBTQIA+.

ABSTRACT

This article explores the relationship between necropolitics and higher education, analyzing how practices of power and exclusion influence students' access, quality and educational

¹ Mestranda em Estudos Culturais pela UFMS/CPAQ. Graduada em Serviço Social pela UNOPAR. E-mail: monteiro.ligiane@gmail.com

² Doutor em Educação (UFMS). Professor nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult) e Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Líder do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher. E-mail: marcelo.rosa@ufms.br



experience. Through bibliographic research, the manifestation of necropolitics in educational policies and its effects and impacts on students are presented. The article highlights how exclusion policies, based on economic and social criteria, operate in higher education, creating barriers for low-income, black, indigenous and LGBTQIA+ students. These necropolitical practices are seen in the precariousness of teaching conditions, the lack of psychological support and the invisibility of students' emotional needs, reflecting a dehumanization that perpetuates exclusion. It also explores an approach to structural and institutional racism, which manifests itself in the disproportionate representation of black and indigenous students at universities, as well as in the racist attitudes present in the academic environment. This research proposes reflections and suggestions for public policies and institutional practices that can mitigate these impacts.

Keywords: Necropolitics. University education. Racism. LGBTQIA+.

1. INTRODUÇÃO

Na obra de Achille Mbembe, a Necropolítica, introduz o conceito de necropolítica como uma extensão do conceito de biopoder de Michel Foucault. Enquanto o biopoder se concentra no controle e na regulação da vida, a necropolítica se refere ao poder sobre quem vive e quem morre. Em sua obra, ele nos apresenta, como certos Estados e regimes políticos exercem poder através da administração da morte, seja através de genocídios, guerras, violência policial ou exclusão sistemática de grupos sociais.

Para Pellizaro (2013), o biopoder, na concepção de Foucault, nos remete a dois modos de poder que se estabeleceu a partir do século XVIII na sociedade ocidental, sendo descrito da seguinte forma (Pellizaro, 2013, p. 156)

[...] o poder disciplinar – também chamado de anátomo-política – e a biopolítica. O biopoder é um poder que se exerce sobre a vida, seja diretamente sobre a vida de cada pessoa em particular, seja por meio de uma ação sobre a vida das pessoas enquanto membros de uma população, compondo assim uma espécie de “naturalidade biológica”. Temos então, por um lado, um poder direcionado à sujeição e à disciplinarização dos corpos - disciplinar - e, por outro, o controle das populações, isto é, o poder referido à figura do Estado – a biopolítica.

A relação entre necropolítica e ensino superior revela como práticas de poder e exclusão influenciam diretamente as dinâmicas das instituições educacionais, afetando o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes. O conceito de necropolítica, como elaborado por Achille Mbembe, se aplica ao ensino superior ao considerar como as decisões políticas e institucionais determinam quem tem acesso ao conhecimento e quem é excluído dele.



No desenvolvimento deste artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para construir o referencial teórico, que serviu de base para a discussão e análise dos resultados. A pesquisa envolveu a busca de obras relevantes em bases de dados acadêmicas como revistas *Dialogia*, *Revista Peri* e *Revista FADISMA*, incluindo também, livros, artigos de periódicos, teses e dissertações. As fontes selecionadas forneceram uma compreensão sobre necropolítica no ensino superior, voltados para marcadores sociais da diferença, em especial a raça e o grupo LGBTQIA+, com contribuição significativa do autor Achille Mbembe, conceituando o termo necropolítica, e abordagens da necropolítica no ensino superior com contribuições como, por exemplo, do autor Silvio Luiz de Almeida. Esse referencial teórico foi fundamental para embasar as hipóteses do estudo e orientar a análise crítica realizada.

Visando explorar a manifestação da necropolítica nas políticas educacionais e seus efeitos e impactos sobre os estudantes, na divisão da pesquisa, no primeiro momento, é apresentado de forma sucinta a ideia de necropolítica, no conceito de Mbembe, num segundo momento é apresentado uma abordagem sobre a necropolítica e o ensino superior, e por último será abordado, brevemente, alguns apontamentos da necropolítica no ensino superior, principalmente em trabalhos cujos temas englobam o racismo e o grupo LGBTQI+.

2. INTRODUZINDO A NECROPOLÍTICA

É indissociável falar de Necropolítica sem mencionar Biopoder e Biopolítica, principalmente nas concepções de Mbembe, e também, refletindo em sua origem no período colonial escravagista. Nessa perspectiva, Mbembe (2018, p.27) nos traz essa reflexão na seguinte afirmação

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de *plantation* e suas consequências manifesta a figura emblemática do estado de exceção.

Mbembe reflete o papel da soberania em ser a expressão máxima em determinar a produção das normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres iguais, e que também, conduz o processo de autoinstrução e autolimitação (fixando em si os próprios limites para si) e em seu exercício consiste na capacidade da sociedade para autocriação pelo recurso às instituições inspirados por significações específicas sociais e imaginárias, trazendo com isso, o seguinte questionamento “minha preocupação é com aquelas



formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização material de corpos humanos e populações” Mbembe (2018, p.10-11).

No século XVII, Foucault aponta que houve a preocupação com o surgimento da “população”, tanto na questão política como na econômica, em todas as suas variáveis, nas questões como natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat, e com isso todas as correlações que envolvam o sexo, entre eles, natalidade, casamento e sua duração, nascimentos legítimos ou não, precocidade e frequências das relações sexuais, celibato e sobre as práticas contraceptivas. A conduta sexual passa a ser objeto de análise e intervenção, formando por meio da economia política da população, uma rede de observação sobre o sexo, e com isso Foucault (1988, p.20) observa que

Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais — exortações morais e religiosas, medidas fiscais — tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. Os racismos dos séculos XIX e XX encontrarão nelas alguns de seus pontos de fixação. Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injeções o investiram.

Guiado pela perspectiva foucaultiana, Mbembe no traz a ideia do biopoder para o campo biológico, onde a raça, melhor dizendo, racismo, se faz presente, onde dentro do controle do biopoder haja uma divisão da espécie humana em grupos e subdivisão da população em subgrupos, determinando assim uma divisão biológica.

O biopoder para Foucault, define como o domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle, ainda afirma que isso foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, não somente isso, mas diversas outras medidas se mostraram necessárias, como assim explica Foucault (1988, p. 104-105)

[...] foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão



em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento.

Compreendendo um pouco do que envolve os conceitos de Biopoder e Biopolítica nos faz perceber que tais práticas, que surgem do período colonial escravagista, fortalecidas no modo capitalista, se estenderam e permanecem nas práticas das políticas na contemporaneidade.

3. NECROPOLÍTICA E O ENSINO SUPERIOR

O contexto sócio-histórico da sociedade brasileira tem presente em sua base, o colonialismo, e com ele todas as suas consequências e influências, onde o poder em disciplinar os corpos, controlar pensamentos e comportamento é facultado a homens brancos, cristãos e heterossexuais, inseridos no processo de biopolítica e biopoder, com isso, no ensino superior esse processo não poderia ser diferente, diante disso, temos o seguinte apontamento Ricordi et al. (2021, p.11)

[...] torna-se essencial o debate e a dizibilização de tal problemática sobre a raça e a diversidade sexual que é cotidianamente negada nos espaços institucionais, na atuação do próprio Estado e em praticamente todos os espaços da vida. É preciso avançar para não contribuir com as práticas de morte que se amontoam no cenário social, visibilizando e denunciando as vidas que são alvos da necropolítica.

No contexto do ensino superior, a necropolítica pode ser observada nas políticas de acesso e exclusão que afetam particularmente grupos marginalizados. As políticas públicas frequentemente refletem práticas necropolíticas ao estabelecer critérios que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. Por exemplo, a exigência de altas pontuações em exames de admissão e a cobrança de mensalidades elevadas em universidades privadas criam barreiras significativas para estudantes de baixa renda, negros e indígenas.

Mbembe (2018) argumenta que a necropolítica opera através da marginalização sistemática de certos grupos, que são considerados "sacrificáveis" em nome da manutenção do status quo. No ensino superior, isso se traduz na perpetuação de um sistema educacional que privilegia estudantes provenientes de classes sociais mais altas, enquanto marginaliza aqueles



que já enfrentam desvantagens socioeconômicas.

A necropolítica também se manifesta na precarização das condições de ensino e trabalho dentro das universidades. A falta de investimentos adequados em infraestrutura, salários baixos para professores e funcionários, e a crescente pressão por produtividade acadêmica são reflexos de uma lógica necropolítica que valoriza a eficiência econômica sobre o bem-estar humano. Essas condições criam um ambiente acadêmico hostil, especialmente para estudantes e funcionários de grupos marginalizados, que muitas vezes enfrentam maiores dificuldades para se manterem na universidade.

Refletindo a questão do racismo, Almeida (2019) nos apresenta três concepções do racismo, a individualista, institucional e estrutural, sendo a primeira diz estar na relação estabelecida entre racismo e subjetividade, a segunda na relação estabelecida entre racismo e Estado, e a última na relação estabelecida entre racismo e economia. Pensando na instituição de ensino, no campo da concepção institucional ele nos traz que (Almeida, 2019, p. 30-31)

[...] a principal tese de quem afirma a existência de *racismo institucional* é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o *racismo é dominação*. É, sem dúvida, um salto qualitativo quando se compara com a limitada análise de ordem comportamental presente na concepção individualista.

Diante do exposto, destacamos Santos (2004), onde afirma que a universidade contemporânea muitas vezes reforça as desigualdades sociais ao invés de combatê-las. A lógica de mercado imposta às instituições de ensino superior prioriza a rentabilidade e a competitividade, relegando a um segundo plano a missão de promover a inclusão social e o desenvolvimento integral dos indivíduos.

As práticas necropolíticas no ensino superior também têm um impacto significativo na saúde mental e no bem-estar dos estudantes. A pressão para alcançar altos desempenhos acadêmicos, combinada com a insegurança financeira e um adequado acolhimento institucional, contribui para níveis elevados de estresse, ansiedade e depressão entre os estudantes. A falta de suporte psicológico adequado agrava ainda mais essa situação, criando um ciclo vicioso de exclusão e sofrimento.

Segundo Ribeiro (2017), a necropolítica no contexto educacional pode ser vista na forma como as instituições tratam (ou negligenciam) as necessidades psicológicas e emocionais



dos estudantes. A falta de políticas de apoio e a invisibilidade das questões de saúde mental refletem uma lógica de desumanização que é central à necropolítica.

A análise das políticas educacionais também revela a presença da necropolítica. As reformas educacionais muitas vezes visam reduzir custos e aumentar a eficiência, sem considerar os impactos negativos sobre os grupos mais vulneráveis. As políticas de austeridade, por exemplo, resultam em cortes de financiamento para programas de inclusão e apoio estudantil, exacerbando as desigualdades existentes.

Trazendo este contexto de ataques e desmontes diante destes grupos marginalizados, Freire (1987) propõe uma pedagogia do oprimido que contrasta com as práticas necropolíticas ao enfatizar a importância da inclusão e da emancipação dos indivíduos através da educação. Para Freire, a educação deve ser um instrumento de transformação social, capaz de desafiar e subverter as estruturas de poder que perpetuam a opressão e a exclusão.

4. A NECROPOLÍTICA CONTRA CORPOS DISSIDENTES DE RAÇA E LGBTQIA+ NO ENSINO SUPERIOR

Entendendo nossas raízes coloniais e compreendendo que a necropolítica está inserida nas práticas políticas e sociais, não seria diferente das práticas vivenciadas no cotidiano do ensino superior, nesse sentido Ricordi et al. (2021, p.12)

[...] quando são abordados nos espaços universitários temas como a diversidade e a inclusão, bem como as diversas formas de preconceito e violência, deve-se compreender que essas instituições, por estarem inseridas dentro de uma lógica de poder e classificação social, ao mesmo tempo, que reproduzem a dominação dos corpos e imposições aos padrões; também se constituem como espaços de diálogos para repensar tais práticas

O ambiente universitário que deveria ser o lugar de promoção das diferenças e inclusão, se mostra, por suas influências no eurocentrismo e por sua herança colonialista, um lugar de preconceitos e exclusão, em especial em marcadores sociais da diferença como raça, gênero e classe, sendo marcadores sociais da diferença, definidos por Zamboni (2014), como um meio pelo qual se classificam os indivíduos em determinadas categorias sociais. Para o grupo LGBTQI+, Moraes, em sua pesquisa, propõe a refletir (Moraes, 2020, p.76)

[...] para se pensar o contexto universitário como um espaço de afirmação político e de constituição desses atores sociais, uma vez que a universidade de modo geral, enquanto lugar do exercício do poder, vem a ser parte do problema frente à lgbtfobia quando tenta silenciar estes corpos, quando discrimina ou pratica a violência lgbtfóbica.



No ambiente escolar, ou qualquer outro ambiente de ensino, o que se é conjecturado é uma padronização de corpos cujas normas já estão previamente impostas pela sociedade, França e Calsa (2008), em sua pesquisa, reflete sobre gênero e sexualidade no cotidiano escolar dos docentes e nos afirma que (França e Calsa, 2008, p.4)

Desde sua colonização é tradição no Brasil a mulher ser vigiada e, se necessário, punida por atos que não correspondam ao imaginário social vigente. Embora tenham ocorrido algumas mudanças no que se refere a essa tradição no país, há ainda algumas limitações em relação à formação da identidade do gênero feminino, levando em consideração o contexto regional, social e cultural.

Outro ponto evidenciado na pesquisa de França e Calsa (2008) é que há uma certa apreensão por parte dos docentes referentes ao conceito de homossexualidade, para grande parte dos professores, a homossexualidade se mostra como um problema grave, um desvio de norma, de comportamento social aceitável, e confessaram também não saber como proceder em situações que diferem a heteronormatividade.

Para o grupo LGBTQIA+, uma das conquistas mais recentes, foi a homologação do MEC em janeiro de 2018 que trata da autorização do nome social, mas ainda há muito o que avançar quando se trata de violência para com este grupo, como mostra uma pesquisa realizada pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) sobre o ambiente educacional, onde houve participações de todas as regiões do Brasil, nos traz que (ABGLT, 2016, p. 13)

[...] o relatório retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; ao mesmo tempo expõe níveis baixos de respostas nas famílias e nas instituições educacionais que fazem com que tais ambientes deixem de ser seguros para muitos estudantes LGBT, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições por vezes hostis.

Na questão do racismo, o racismo estrutural impelido à população negra no Brasil, é uma evidente prática da necropolítica ensejada a este grupo, onde seus direitos são violados, muitas das violências sofridas acontecem de forma velada perpetuando a condição sócio-histórica de exclusão e marginalização. Sobre este racismo estrutural nos fala (Hirsch; Hirsch; Monteiro, 2021, p.4)

Existem vários tipos de racismo no Brasil, cada um com suas particularidades e formas distintas de atingir o sujeito. Dentre esses tipos, o racismo estrutural, por ser decorrente da estrutura social estabelecida, merece destaque pela sua particularidade e perigo silencioso. Ele está relacionado às situações do



cotidiano, às regras de um processo social, histórico e político, aos costumes, e em virtude disso, acaba passando de forma imperceptível.

Adentrando para a questão do racismo institucional, ele se manifesta de diversas formas no ambiente universitário, de acordo com Almeida (2019), essa discriminação pode ser vista na representação desproporcional de estudantes negros e indígenas nas universidades públicas, bem como na sub-representação desses grupos em cursos considerados de maior prestígio, como medicina e engenharia. Além disso, há relatos frequentes de atitudes e comportamentos racistas por parte de colegas e professores, que incluem desde microagressões até casos explícitos de violência verbal e física.

A III Conferência contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias, em Durban, na África do Sul, trouxe reflexos as ações afirmativas no Brasil como aponta Sotero e Tourinho (2021, p.9):

Em 2001, ocorreu a III Conferência contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias, em Durban, na África do Sul, que fortaleceu os movimentos negros de luta pelo acesso igualitário no ensino superior. Ademais, o Brasil se comprometeu a implantar ações afirmativas para promover a educação igualitária com vistas a reduzir as desigualdades sociorraciais nas universidades. Diante dessa conjuntura, algumas universidades brasileiras implementaram as primeiras políticas de cotas raciais para ingresso no ensino superior, tais como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade de Brasília.

Políticas públicas mais incisivas e efetivas se fazem necessária na desconstrução desse racismo, para reparação histórica de uma população que vivencia as consequências de um país colonialista em sua concepção, a população negra tem menos acesso do que brancos, nesse sentido, um passo importante foi dado, a Lei de Cotas, Lei Federal n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, passou a permitir acesso a esse grupo tão duramente marginalizado, apesar de estar distante dirimir todas as desigualdades, trouxe oportunidades inexistentes anteriormente, ele nos diz em seu o artigo 3º, Brasil (2012)

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por auto declarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.



Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2018, apenas 10,9% dos estudantes nas universidades públicas federais se identificavam como negros. Esse dado reflete não apenas o impacto das barreiras socioeconômicas, mas também um ambiente acadêmico que muitas vezes não é acolhedor para esses estudantes.

Políticas de acesso ao ensino superior são extremamente necessárias para a diminuição das desigualdades, mas o acesso sem políticas de permanência estudantil se mostra insuficientes, neste sentido Santos (2009, p.70) nos diz que:

Obviamente são necessárias condições materiais que permitam a subsistência. É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanche, pagar o transporte, etc. Mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da auto-estima, os referenciais docentes, etc. Sabendo assim, entendemos que a permanência na Universidade é de dois tipos. Uma permanência associada às condições materiais de existência na Universidade, denominada por nós de Permanência Material e outra ligada às condições simbólicas de existência na Universidade, a Permanência Simbólica. Antes vale dizer que entendemos por condições simbólicas a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com os grupos, ser reconhecido e de pertencer a ele.

Sotero e Tourinho (2021) nos apresenta que a proporção de jovens negros ou pardos no ensino superior passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. No entanto, quando se observa os dados gerais da população, verifica-se que essa proporção entre os brancos é de 78,8%, e que, 64,2% da população negra que se formou no ensino superior está desempregada.

Diante destas reflexões que envolve a necropolítica em um contexto universitário, (Ricordi et al. 2021) traz a ideia de repensar práticas e a busca de transformações dentro destes espaços, assim nos apresenta que:

É preciso, portanto, visibilizar e questionar as práticas de necropolítica relacionadas ao preconceito, exclusão e discriminação, normalizadas pela sociedade, pois são atos contra a vida e a existência desses corpos que representam parcela significativa da população. É fundamental, a universidade, enquanto espaço de discussão, desconstruir estereótipos e dialogar com a diversidade. Enquanto houver indiferença às práticas de necropolítica e aos sujeitos que sofrem constantemente abusos e discriminações nas instituições, perde-se o respeito pela vida dessas pessoas, como se houvesse uma classificação de quais pessoas são mais ou menos humanas para terem seus direitos assegurados (Ricordi et al., 2021, p.13).

A discriminação no ensino superior não se limita à questão racial, mas também abrange outras dimensões, como gênero, orientação sexual, deficiência, e origem socioeconômica. No entanto, a intersecção entre raça e classe social é particularmente marcante. Estudantes negros tendem a vir de famílias com menor renda e menor nível educacional dos pais, o que influencia



diretamente suas chances de acesso e permanência na educação superior.

Furlan e Maio (2016) falam da questão da diferença no ambiente escolar, nessa diferença que engloba uma série de corpos como indígenas, negros, mutilados, obesos, corpos queer, transgêneros, tímidos e diversos outros que fogem à normalidade imposta pela cultura dominante. Podemos também estender essa questão ao contexto universitário, devendo ser também um espaço de lutas e resistência, sobre este aspecto na ideia do corpo Furlan e Maio (2016, p.159) no diz:

O corpo é uma estratégia política, tanto das normatizações quanto das resistências. Precisamos assumi-lo como tal, para propor resistências aos corpos abjetos, provisórios, descontínuos, corpos queer, corpos políticos, corpos manifestos, corpos diversos, corpos nômades. Quebrar a ordenação das experiências de si requer uma luta contínua e ininterrupta, visando deslocar esses corpos formatados para uma experiência (im)previsível no mundo. Esse mundo que habitamos é um mundo de ambivalências, e como tal, exige que reconheçamos a existência de dissidências, de desejos destoantes que não cabem na experiência ordenada. Nesse sentido é que as discussões de gênero e pós-identitárias ganham relevo.

Partindo da ideia de resistência, Bosi nos apresenta uma perspectiva sobre este conceito,

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições (Bosi, 2007, p 134).

Diante dos apontamentos mencionados, nota-se, que os marcadores sociais da diferença evidenciados estão sujeitados a determinadas formas de necropolítica, onde corpos que não se encaixam em padrões normativos impostos são destinados, de forma velada ou não, a exclusão e/ou marginalização nas práticas das políticas econômicas e sociais, restando intensificar movimentos de resistência na busca de transformações da realidade social determinada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indicou que a necropolítica está profundamente enraizada no sistema de ensino superior, manifestando-se em diversas formas de exclusão e marginalização. As políticas públicas e práticas institucionais necessitam de uma revisão crítica para promover uma verdadeira inclusão e equidade.



Outro ponto também evidenciado foi a importância de entender a necropolítica no contexto do ensino superior e seus impactos negativos na inclusão e bem-estar dos estudantes. É crucial que instituições e formuladores de políticas desenvolvam estratégias que promovam a equidade e a justiça social no ambiente acadêmico.

No campo prático, é imprescindível a implementação de políticas públicas mais inclusivas, o aumento do financiamento para estudantes de baixa renda e a criação de programas de apoio psicológico para estudantes.

6. REFERÊNCIAS

ABGLT. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: Editora da ABGLT, 2016.

ALMEIDA, Silvio L. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BOSI, Alfredo. **As sombras das luzes na condição colonial**. In. Literatura e Resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. Lei 12.711 Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] União de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 22 abr. 2024.

FRANÇA, Fabiane F.; CALSA, Geiva. C. As contribuições dos estudos de gênero e sexualidade no cotidiano escolar dos docentes. In: Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder, 8. **Anais**. Florianópolis, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: 4. Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: 17. Paz e Terra, 1987.

FURLAN, Cássia C.; MAIO, Eliane R. Pedagogias do corpo: é possível a escola ser um espaço de reconstrução? In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., (Org). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, p. 157-177, 2016.

HIRSCH, Fábio P. de A.; HIRSCH, Carla C. P. B.; MONTEIRO, Maria C. B. B. Políticas públicas versus racismo estrutural e necropolítica no Brasil. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 13, n. 03, p. 01–17, 2021.

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: INEP, 2018.



MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAES, Camila de F. **Lgbtfobia**: poder e os processos de indizibilização no espaço universitário. 2020. Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos) - Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2020.

PELLIZZARO, Nilmar. Michel Foucault: Um estudo do biopoder a partir do conceito de governo. **Revista Peri**, v. 5, n. 1, p. 155-168, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017

RICORDI, Cristiani G.; RAFAGNIN, Maritânia S. S; MORAES, Camila de F.; RAFAGNIN, Thiago R. Os direitos de existir e resistir, nos espaços de ensino superior, em tempos de necropolítica. **Revista Jurídica da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA)**, v. 16, 2021.

SANTOS, Boaventura S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: 3. Cortez, 2004.

SANTOS, Dyane B. R.. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. Dissertação (Doutorado em Educação)- Universidade Federal da Bahia, 2009.

SOTERO, Ana P. da S.; TOURINHO, Luciano de O. S. Racismo estrutural e seus efeitos necropolíticos no ensino superior: a aplicação da justiça restaurativa como instrumento de efetividade da educação igualitária e da justiça sociorracial. **Dialogia**, São Paulo, n. 38, p. 1-21, maio/ago. 2021.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. **Sociologia: Grandes Temas do Conhecimento**. (Especial Desigualdades), [S. l.], v. 1, p. 14–18, 2014.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

OBSESSÃO OCULTA, CAÇA ÀS BRUXAS MODERNAS E O DISTRITO DA LUZ VERMELHA: O “*AMERICAN (SEXUAL) WAY OF LIFE*”

HIDDEN OBSESSION, MODERN WITCH HUNTS, AND THE RED LIGHT DISTRICT: THE “*AMERICAN (SEXUAL) WAY OF LIFE*”

Marcos Vinícius Pachêco Sousa¹

RESUMO

O presente artigo explora a complexa interseção entre liberdade sexual, controle moral e as dinâmicas econômicas do capitalismo nos Estados Unidos, utilizando o distrito de Storyville, em Nova Orleans, como um estudo de caso emblemático. A pesquisa analisa como as políticas de sexualidade evoluíram ao longo do tempo, revelando um microcosmo onde forças sociais e econômicas convergem para moldar a expressão sexual. O autor argumenta que a regulação da sexualidade está intrinsecamente ligada às estruturas econômicas e políticas, destacando que a repressão moral, embora intensa, não consegue eliminar completamente as práticas sexuais dissidentes. Em vez disso, essas práticas encontram maneiras de persistir e se expressar, mesmo sob condições adversas. A análise de Storyville ilustra a tentativa de conciliar o desejo sexual com as normas sociais da sociedade capitalista, revelando um ambiente onde a prostituição era simultaneamente tolerada e regulada. O artigo também discute como a busca por segurança e aceitação levou à adoção de padrões culturais europeus, refletindo a complexidade das relações entre sexualidade, cultura e poder. Através de uma abordagem histórica, o autor destaca que as tensões entre controle e liberdade sexual continuam a influenciar as políticas contemporâneas de sexualidade nos Estados Unidos, evidenciando um diálogo contínuo entre repressão e autonomia. Dessa forma, o trabalho oferece uma análise crítica das contradições presentes na cultura sexual americana, enfatizando a importância de compreender as dinâmicas de poder, resistência e a busca por espaços de expressão sexual dissidente dentro de um contexto capitalista.

Palavras-chave: Liberdade; exploração; sexualidade.

ABSTRACT

The present article explores the complex intersection between sexual freedom, moral control, and the economic dynamics of capitalism in the United States, using the Storyville district in

¹ Mestrando em Estudos Culturais pela UFMS/CPAQ. E-mail: marcosvpachecos@gmail.com



New Orleans as an emblematic case study. The research analyzes how sexuality policies have evolved over time, revealing a microcosm where social and economic forces converge to shape sexual expression. The author argues that the regulation of sexuality is intrinsically linked to economic and political structures, highlighting that moral repression, while intense, cannot completely eliminate dissenting sexual practices. Instead, these practices find ways to persist and express themselves, even under adverse conditions. The analysis of Storyville illustrates the attempt to reconcile sexual desire with the social norms of capitalist society, revealing an environment where prostitution was simultaneously tolerated and regulated. The article also discusses how the pursuit of security and acceptance led to the adoption of European cultural standards, reflecting the complexity of the relationships between sexuality, culture, and power. Through a historical approach, the author emphasizes that tensions between sexual control and freedom continue to influence contemporary sexuality policies in the United States, underscoring an ongoing dialogue between repression and autonomy. Thus, the work provides a critical analysis of the contradictions present in American sexual culture, emphasizing the importance of understanding the dynamics of power, resistance, and the search for spaces of dissenting sexual expression within a capitalist context.

Keywords: Freedom; exploitation; sexuality.

1. INTRODUÇÃO

Nos Estados Unidos, a relação entre sexualidade e transgressões é profundamente enraizada na história e na cultura. Desde os primórdios, questões relacionadas à liberdade sexual, à prostituição e à expressão erótica têm desafiado normas sociais e políticas. Assim, a liberdade sexual no país é paradoxal. Por um lado, a nação celebra a expressão individual e a autonomia; por outro, impõe restrições morais e legais à sexualidade. Essa tensão entre liberdade e controle moldou a cultura sexual americana, influenciando debates sobre aborto, contracepção, pornografia e direitos LGBTQ+.

Dessa forma, esse cenário revela uma complexa interseção entre liberdade individual, expressão sexual e os imperativos econômicos do capitalismo. Capitalismo esse que desempenhou um papel crucial na formação do “*american (sexual) way of life*”. A busca pelo lucro muitas vezes colidiu com as normas sociais, criando um ambiente propício para a exploração sexual, nos permitindo explorar não apenas as dinâmicas de poder e controle social, mas também os espaços de resistência e autonomia sexual dentro de uma sociedade marcada por profundas contradições.

Assim, o problema central abordado neste artigo reside na tensão entre a busca por controle moral e a necessidade de espaços para a expressão sexual dissidente. A chamada “caça às bruxas modernas” representa as ondas periódicas de repressão moral que visam suprimir práticas sexuais consideradas desviantes. No entanto, esses movimentos repressivos coexistem com uma cultura que, paradoxalmente, celebra a liberdade sexual como parte da dinâmica



social. Assim, a análise de Storyville proporciona um prisma histórico através do qual essas contradições podem ser examinadas.

Portanto, preliminarmente, os objetivos deste estudo são traçar a trajetória histórica do microcosmo das políticas sexuais americanas. Em segundo lugar, busca analisar como as práticas de prostituição refletiram e desafiaram as normas sociais e econômicas da época. E finalmente, pretende-se discutir as implicações contemporâneas dessas dinâmicas para entender as atuais políticas de sexualidade e os movimentos de transgressão sexual nos Estados Unidos.

2. A OBSESSÃO AMERICANA PELO LIBIDINOSO.

O século XVIII é conhecido como a era das revoluções, onde as ideias de liberdade e participação política do indivíduo se atestam como princípios liberais. Nos Estados Unidos, a luta pela emancipação concebeu o princípio medular da igualdade na fraseologia: “todos os homens foram criados iguais”. Dessa forma, Abigail Adams, a segunda primeira-dama estadunidense, é uma das primeiras a reivindicar que esses direitos não sejam usufruídos unicamente pelo sexo masculino. Contudo, o êxito da revolução americana evidenciou as balizas da ideologia liberal: ficavam suprimidos da ideia de igualdade as mulheres, os negros e os índios, algo que se mostra internalizado nos gestos mais simples e se manifesta “naturalmente”, reforçando o chamado:

[...] princípio da inferioridade e da exclusão das mulheres, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que está na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens. (Bourdieu, 2003, p. 77)

Em outro prisma, ao passo que a Europa Ocidental e o quinhão do oriente estavam abarrotadas de retenções quanto à conduta sexual, como contar de como, quando, quantas vezes e com quem se poderia fazer sexo, nas Américas ocorria algo bem diverso: boa parte das comunidades indígenas aceitava amplamente a poligamia, o sexo homossexual e em determinados agrupamentos também se admitia a ótica de uma terceira identificação de gênero além do feminino e do masculino – os “two Spirits”. Desse modo, vemos que:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Este programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo,



realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária da relação de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. (Bourdieu, 2003, p.23)

E em nenhum local a cultura sexual teve tão grande representatividade como nos Estados Unidos durante o século XX. O mundo americano girou em torno do “*american way of life*”, e até o modelo de vida perfeito não poderia deixar de fora o sexo e as questões sexuais: como os carros, por exemplo, que eram fabricados para que o capô parecesse com seios femininos. Desta forma, além de influenciar adolescentes a comprarem os veículos, estes atraíam pretendentes mais jovens, que seriam noivas mais cedo. Ainda, durante os períodos de guerra no território norte-americano, além da fuligem, da fumaça e do cheiro de pólvora que pairava no ar, havia o odor da testosterona exalado pela quantidade de homens com apetite sexual insaciável, dadas as condições a que estavam submetidos por tanto tempo. Por isso os bordéis móveis ficaram tão famosos - mas não tanto quanto as doenças venéreas como sífilis e gonorreia, que se espalhavam rapidamente. Deste modo, essa nova dinâmica social levava a várias transformações, conforme evidencia Nazzari (2001, p.110):

[...] a mudança de uma sociedade baseada na capacidade militar e na família extensa corporativa para uma sociedade cada vez mais baseada na posse do capital e na capacidade empresarial criou oportunidades que possibilitaram aos filhos homens tornarem-se mais independentes dos pais, ao mesmo tempo em que o comércio permitia que, com relativamente poucos recursos, muitos homens fizessem fortunas.

Deste modo, a interseccionalidade tem se mostrado uma ferramenta crucial para a análise das interações complexas entre identidades e experiências sociais, incluindo a sexualidade. Ao considerar as múltiplas dimensões que compõem a vida das pessoas, a abordagem interseccional permite uma compreensão mais aprofundada das formas como a sexualidade se entrelaça com outras categorias, como gênero, raça e classe. Essa perspectiva holística desafia as visões simplistas e unidimensionais sobre a sexualidade, destacando a importância de reconhecer a diversidade e a complexidade das vivências sexuais.

Assim, a construção social da sexualidade, permeada por normas, valores e expectativas culturais, influencia diretamente as experiências individuais e coletivas das pessoas. Gabriela Kyrillos (2020) ressalta a necessidade de problematizar as narrativas dominantes sobre a sexualidade, que muitas vezes reproduzem estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade. Ao adotar uma abordagem interseccional, é possível questionar as hierarquias de poder que moldam as representações e práticas sexuais, promovendo uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de opressão e resistência nesse campo.



E, segundo infere-se do pensamento da autora, a interseccionalidade oferece uma perspectiva analítica que reconhece a interconexão entre identidades sociais, incluindo a orientação sexual, e os sistemas de poder que moldam as relações sociais. Nesse sentido, a sexualidade não pode ser compreendida isoladamente, mas sim em diálogo com outras dimensões da experiência humana. A abordagem interseccional nos convida a considerar como as normas sociais, as estruturas institucionais e as representações culturais influenciam a vivência da sexualidade de maneira diferenciada, levando em conta as diversas formas de opressão e privilégio que operam em nossa sociedade.

3. MAS A GUERRA TROUXE CONSIGO INOVAÇÕES TAMBÉM NO CAMPO DA SEXUALIDADE?

Por causa da guerra, a América na década de 1940 era um lugar frenético para se viver: alimentos e suprimentos eram racionados e era realmente ímprobo alimentar uma família. Desse modo, todas essas diferenças anatômicas que se constroem pela visão social da época nos levam ao que Bourdieu (20023) chama de relação circular:

[...] que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (Bourdieu, 20023, p.28).

O governo americano ainda teve ideias revolucionárias para impulsionar a virilidade masculina em batalha: as “*pin ups*”: fotos de mulheres enviadas para os soldados, e a possibilidade de fazer desenhos feminilizados nos aviões, ambos servindo como controle desse hormônio. No filme “Top Gun”, que retrata com fidelidade o período da Segunda Grande Guerra Mundial, percebe-se o grande entusiasmo masculino para com as enfermeiras das unidades. Dessa maneira, há uma cumplicidade de tendências:

Da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bem simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima). (Bourdieu, 2003, p. 42)

Já em 1873, os anúncios sobre o controle de natalidade foram proibidos nos jornais do país, e se tornou ilegal enviar tais obscenidades pelo correio. Mas com a virada do século, mais especificadamente a partir de meados da década de 1920, os americanos puderam degustar um universo de liberdades sexuais diferente do outrora vivido – que começou a ser conhecido como “os anos loucos”. Foi um período de libertação e subversão das tradições. É nessa época que as



mulheres conquistam o direito de votar, abandonam os espartilhos, mudam o corte para cabelos curtos, pintam os lábios de vermelho, usam vestidos curtos na altura do joelho e meias da cor da pele. Dominique Fougeyrollas-Schwebel, socióloga, pesquisadora do CNRS/França, e membro do comitê de redação da revista “Cadernos de Gênero”, analisa que:

[...] demandas por direitos iguais abrangem o conjunto das atividades sociais (direitos na família, direitos no trabalho), a primeira onda do feminismo é frequentemente apresentada em torno das reivindicações do direito de voto: de fato é a respeito dessas questões que as ações mais espetaculares foram realizadas nos Estados Unidos e no conjunto dos países europeus. (Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 49)

Nesse contexto, surge a revista mensal “*SEX*”, com fotos de modelos masculinos e femininas nus ou seminus à estética francesa. As imagens vinham acompanhadas de artigos que tratavam sobre questões pertinentes ao comportamento sexual e, pelas publicações, nota-se o grande desafio da sociedade na época de entender como funcionava a mulher e acompanhar as mudanças e conquistas femininas.

Dessa forma, esse cenário de políticas de sexualidade e transgressões revela uma complexa interseção entre liberdade individual, expressão sexual e os imperativos econômicos do capitalismo. Capitalismo esse que desempenhou um papel crucial na formação do “american (sexual) way of life”. A busca pelo lucro muitas vezes colidiu com as normas sociais, criando um ambiente propício para a exploração sexual, nos permitindo explorar não apenas as dinâmicas de poder e controle social, mas também os espaços de resistência e autonomia sexual dentro de uma sociedade marcada por profundas contradições. Nesse sentido, Carvalho (2023) destaca a influência do capitalismo na configuração da cultura sexual americana, ressaltando a tensão entre liberdade e controle que permeia essa realidade.

E de fato, no início, os sexos fazem parte de duas classes distintas, mas há uma certa igualdade entre elas. Assim, enquanto:

o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar. As tarefas domésticas comportam um trabalho produtivo: fabricação dos vasilhames, tecelagem e jardinagem, e com isso ela desempenha um papel importante na vida econômica. (Beauvoir, 1949, p. 119)

E isso, deveras, só muda na idade dos metais, quando:

O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que se reduzem a escravidão. A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem se torna também proprietário da mulher. Nisso consiste ‘a grande derrota do sexo feminino. (Beauvoir, 1949, p. 102)

Dessa forma, todo esse uso das relações entre o masculino e o feminino, para Laqueur (2001), demonstra que ele é incapaz de:



[...] elaborar completamente a ligação que se estabelece entre as diferenças biológicas e as resultantes diferenciações “psicológicas e sociais”, ainda assim justificava os respectivos papéis culturais do homem e da mulher com uma audácia fantástica (Laqueur, 2001, p. 187).

Em outro ângulo, Aleister Crowley, notório mágico britânico, foi pioneiro da revolução sexual que se prolongaria ao longo do século e era conhecido por pregar que o ser humano deveria basear seu credo em satisfazer seus desejos pessoais, da carne, comungar com o Demônio, e realizar rituais de cunho sexual para alcançar a transcendência. Acabou por fundar uma doutrina que batizou de Thelema, defendendo a liberdade individual e espiritual pautada na máxima thelêmica: "Faze o que tu queres, há de ser tudo da lei". Nessa ótica, uma visão bem simplista que definiria o alvoroço sexual vivido nessas décadas é a de Laqueur (2001), que afirma que “De fato, quanto mais se examinam os registros históricos, menos clara se torna a divisão sexual; quanto mais o corpo existia como fundamento do sexo, menos sólidas se tornavam suas fronteiras” (Laqueur, 2001, p. 9).

Assim, a reflexão de Laqueur sobre a fluidez das fronteiras do corpo e a construção social da sexualidade encontra ressonância nas análises de um dos textos mais debatidos da crítica literária e feminista indiana Gayatri Chakravorty Spivak, “pode o subalterno falar?”, sobre as interseccionalidades de gênero, raça e classe. Ambos os autores destacam a importância de considerar as complexas relações de poder que moldam as normas e práticas sexuais, evidenciando como tais discursos podem marginalizar vozes subalternas e reforçar hierarquias sociais.

Ao problematizar a divisão sexual e a construção histórica das identidades de gênero, ambos nos convidam a uma reflexão crítica sobre as representações normativas do corpo e da sexualidade. Enquanto Laqueur destaca a contingência e a historicidade das categorias sexuais, Spivak enfatiza a importância de desnaturalizar as narrativas hegemônicas que silenciam e oprimem grupos subalternos. Entretanto, ambos os autores problematizam as narrativas dominantes que regulam as práticas sexuais e reforçam as hierarquias de gênero, destacando a necessidade de dar voz às experiências marginalizadas e subalternas.

Nas reflexões de Spivak, a questão da sexualidade é intrinsecamente ligada à produção de conhecimento e à formação de subjetividades. Para a autora, fica evidente a sua preocupação em desestabilizar as narrativas hegemônicas que perpetuam a marginalização e a invisibilidade de certas identidades sexuais. Spivak propõe uma abordagem crítica e interseccional que leve em consideração as complexas interações entre poder, conhecimento e sexualidade. Ao problematizar as representações culturais e discursivas em torno da sexualidade, Spivak



convida à reflexão sobre as formas de resistência e transformação necessárias para promover uma maior igualdade e respeito às diversidades sexuais.

Nesse sentido, o estratagema proposto teoricamente pela autora encontra intempéries na sua aplicação fática na sociedade estadunidense de meados do século XX, e, como aparentemente “quem quer que se esqueça do passado está fadado a repeti-lo”, a nova geração norte-americana não parece ter perpassado esses infortúnios. Isto posto, toda a raiz dessa problemática pode ser sintetizada através do pensamento de Sefner (2008), que roga que:

O conceito de gênero enfatiza a construção relacional do sexo e a organização social desta construção, entendendo que ela é uma construção histórica e que precisa ser entendida a partir de sua articulação com outras categorias sociais como classe social, raça/etnia, geração e sexualidade, para citar algumas das mais importantes. A noção de poder que está presente nessa relação introduz aí a dimensão de conflito, uma vez que as mulheres e os homens não são apenas mulheres ou apenas homens, mas são muitas outras coisas ao mesmo tempo. Isso significa dizer que não existe uma essência de mulher ou de homem nem a possibilidade de uma solidariedade dada a priori, a partir de uma única posição, neste caso, a partir da posição de gênero (Sefner, 2008, p. 12).

Outra figura emblemática nas primeiras décadas do século XX nos EAU é a delegacia de costumes. Teoricamente, é ela que tem por competência atuar nas contravenções penais. Mas ao longo da história teve funções controversas como “investigar, prevenir e reprimir a prostituição, evitando que afetassem a moralidade pública, as ações que pudessem afetar a honra e a dignidade das famílias, as manifestações que contrariassem a moral e os bons costumes, além da venda ou mesmo a exposição de livros, desenhos e gravuras que ofendessem a moral”. Também teve outras funções diversas como: a repressão dos vadios, dos embriagados e dos falsos mendigos, já que eram considerados "inimigos da sociedade", e até mesmo coibir a realização de rituais de feitiçaria, já que muitas vezes estavam atrelados à prática sexual deliberada, como na Thelema.

Essa modalidade de delegacia esteve presente inclusive no Brasil. Na Conferência Nacional de Polícia, sediada no Rio de Janeiro em 1951, fora feita a proposta de que se mostrava necessário que as autoridades examinassem a "conveniência ou necessidade de impedir a circulação de publicações obscenas, tanto as ilustradas como as simplesmente escritas". E até hoje ainda existem algumas unidades dela em alguns estados brasileiros, que pelo país já recebeu mais de um nome (Delegacia de Costumes e Diversões, Delegacia de Jogos e Diversões, Serviço de Censura e Diversões) e era integrada à estrutura da Polícia Civil do Rio de Janeiro (1922-1944) ou ao Departamento Federal de Segurança Pública (1944-1959), ambos vinculados ao Ministério da Justiça. Toda essa perseguição à minoria determinada pela



dominação estruturalmente masculina se constitui de forma moderna, mas suas raízes são bastante antigas, conforme destacado pelo filósofo e ensaísta alemão Robert Kurz (2003):

[...] o chamado Ocidente é evidentemente uma construção histórica do próprio Iluminismo. Na medida em que esta construção e a sua ideologia de legitimação que remonta até à Antiguidade ocidental concorreu para a constituição da forma do sujeito moderna, capitalista, masculina e permeada pela ideologia do valor e da dissociação, pode-se falar com certa justificação de uma “forma do sujeito ocidental”. E é fácil de comprovar que a forma de reflexão ideológica desta relação já desde o protestantismo, mas definitivamente desde o Iluminismo, se define essencialmente pelo objetivismo e pela misoginia, pela homofobia, pelo racismo e pelo antissemitismo aberto ou latente (Kurz, 2003, p. 35).

Mas os marcos voltados à sexualidade nos Estados Unidos não pararam por aí: Em 1999, durante as escavações do terreno de onde seria o Museu Nacional do Índio americano, descobriu-se os restos da fundação do Mary Ann Hall, um bordel de sucesso da década de 1840 até cerca de 1880, na Maryland Avenue S.W, Washington, D.C, funcionando a pouco menos de quatro quarteirões a oeste do Capitólio dos Estados Unidos. Nesse prisma, conforme avultado por Steans (2007):

A dominação europeia inevitavelmente afetou o status dos homens nativos, forçados a relacionamentos de subordinação. Isso se deu particularmente onde economias agrícolas substituíram a caça e a coleta, como em grande parte da América do Norte. Em muitos casos, ocorreu maior subjugação das mulheres, à medida que os homens afirmavam sua masculinidade de novas formas. A força cultural mais explícita era o cristianismo, cujos missionários tinham fortes convicções de como homens e mulheres deviam se relacionar. A visão cristã, em particular os homens nativos das Américas (Steans, 2007, p. 113).

E quando esses mesmos colonos saíram do Leste para conquistar o Oeste, na corrida do ouro, os pioneiros eram homens sem ter com o que gastar o fruto da mineração. Dessa forma, as mulheres se tornaram o principal investimento: bordéis itinerantes eram bastante comuns e as acompanhantes eram pagas em ouro muitas das vezes – perpetuando a visão europeia sobre o lugar da mulher advindo desde a idade média. Nesse contexto, ainda segundo o pensamento de Steans (2007), as:

[...] visões europeias sobre gênero eram menos igualitárias do que as da maioria dos grupos indígenas, pelo menos até o final do século XIX. Essas visões eram construídas por pressões para mudar o sistema para a agricultura e se afastar assim dos conflitos armados, o que teve como inesperada consequência a volta das agressões dos índios para dentro do grupo, em geral contra as mulheres. Essa situação certamente decorreu da incapacidade dos europeus de admitir o bom funcionamento de outro sistema de gênero diferente do seu (Steans, 2007, p. 80).

E para a filósofa pós-estruturalista Judith Butler (1998):



Se o gênero consiste dos significados sociais que o sexo assume, então o sexo não adquire significados sociais como propriedades aditivas, mas, ao invés disso, é substituído pelos significados sociais que adota; o sexo é abandonado no curso dessa assunção e o gênero emerge não como um termo em uma permanente relação de oposição ao sexo, mas como um termo que absorve e desloca o “sexo”, a marca de sua substanciação plena no gênero ou aquilo que, do ponto de vista materialista, pode constituir uma plena dessubstanciação (Buttler, 1998, p. 43).

Nessa perspectiva, o pensamento da autora Angela Davis (2002) destaca ainda a maneira como a criminalização da sexualidade não normativa, como a prostituição e a expressão sexual livre, é utilizada como forma de controle social e repressão, e a importância de questionar as construções sociais em torno da sexualidade e da moralidade. Davis destaca ainda como a criminalização da sexualidade desvia o foco das questões estruturais e sociais subjacentes, perpetuando estigmas e marginalização.

Assim, ao analisar o "american (sexual) way of life" na ótica antropológica da autora, destaca-se a hipocrisia presente na sociedade em relação à sexualidade, onde normas rígidas coexistem com uma cultura de consumo sexualizada e exploratória. Davis questiona como a repressão da sexualidade não normativa se relaciona com a manutenção do poder e da hierarquia social, especialmente no contexto das instituições correcionais.

Com isso, ressalta-se ainda mais a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora em relação à sexualidade, que reconheça a diversidade de expressões e práticas sexuais, desafiando as normas dominantes e promovendo a liberdade individual. Há, dessa forma, importância em desnaturalizar as noções de sexualidade e gênero, questionando as estruturas de poder que moldam e controlam essas dimensões da vida humana.

4. FRENETISMO PRESIDENCIAL E A CAÇADA ÀS BRUXAS MODERNAS.

De acordo com David Eisenbach, historiador norte-americano, a vida sexual de presidentes e primeiras-damas dos Estados Unidos moldaram o curso de movimentos sociais, políticas governamentais e eleições. Para ele, as pessoas precisam aceitar o fato de que “desde o nascimento da República, políticos procuram sexo fora de seus relacionamentos formais, e continuarão a fazê-lo”. Nota-se no país que em média de um a cada seis meses ocorre algum escândalo de natureza sexual relacionado a “desvio de conduta” na vida íntima.

Neste contexto, sempre o masculino é tido como modelo. Isto posto, no tocante a questão política dessa temática, Laqueur (2001) aponta que:

[...] quando as diferenças foram descobertas elas já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder de gênero [...], o sexo tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder (Laqueur, 2001, p. 299).

Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ



Mas essa inclinação à uma maior liberação sexual tem suas vantagens: ideias de igualdade de direito para ambos os gêneros encontram terreno fértil para propagação. Lyndon Baines Johnson, 36º presidente dos Estados Unidos, que ascendeu à presidência após o assassinato de Kennedy, assinou formalmente a Lei dos Direitos Civis de 1964 em 2 de julho daquele ano; e mais recentemente Sandra Kay Fluke, advogada americana e ativista pelos direitos das mulheres, chamou a atenção da mídia pela primeira vez em 2012, quando membros republicanos do Comitê de Supervisão da Câmara e Reforma do Governo se recusaram a permitir que ela discorresse sobre a importância de exigir planos de seguro para cobrir o controle de natalidade, no decurso de uma discussão sobre se o seguro médico deveria ter um mandato de contracepção ou não. Toda essa atual discussão traz à tona a imprescindível necessidade de, nas palavras de Montané Carvalho (2012, p.24) “transformar as culturas acadêmicas de diferentes departamentos, cursos, disciplinas e áreas do conhecimento, para erradicar obstáculos e formas de discriminação, desvalorização e exclusão sutis baseados em sinais de gênero”.

Destarte, para Foucault (2002), nessa época:

Eu creio que, se a sexualidade foi importante, [no século XIX] foi por uma porção de razões, mas em especial houve duas: de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (...) e, depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população (Foucault, 2002, p. 25).

Nessa perspectiva, a obra de Frantz Fanon, “os condenados da terra”, ressalta a importância de compreender essas dinâmicas sociais e psicológicas que envolvem a sexualidade em contextos coloniais e pós-coloniais, que podem ser analisados em um contexto estadunidense enquanto sociedade colonizada – mesmo que nos moldes deveras mais “leves”, por meio do povoamento. A análise crítica dessas questões permite uma reflexão mais ampla sobre as relações de poder, violência e identidade que permeiam as experiências sexuais e afetivas em sociedades marcadas pela colonização e pela opressão.

Fanon também discute a relação entre a violência e a sexualidade, narrando situações em que a violência sexual é utilizada como forma de controle e dominação. Em um relato, um personagem se vê obrigado a matar uma mulher após um episódio de violência, gerando consequências psicológicas como insônia e distúrbios alimentares, evidenciando a complexidade das interações entre violência e sexualidade.

Além disso, a obra também destaca a influência da cultura europeia na construção da identidade sexual dos colonizados, apontando como a busca por segurança e aceitação leva à



adoção de padrões culturais europeus, como a valorização de autores e obras literárias europeias. Essa busca por identidade e pertencimento reflete a complexidade das relações entre sexualidade, cultura e poder – nitidamente presentes na sociedade norte-americana.

5. STORYVILLE: O DISTRITO DA LUZ VERMELHA.

Paralelamente, nos Estados do Sul, florescia Storyville, o distrito da luz vermelha de Nova Orleans, Louisiana, que perdurou de 1897 a 1917. Foi estabelecido por meio de decreto municipal, sob o Conselho Municipal de Nova Orleans quando um vereador da cidade escreveu diretrizes para regulamentar a prostituição na cidade. Dito isso percebe-se que:

A categoria gênero merece um destaque significativo nesta reflexão. A emergência da categoria representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na realidade que ela sugeria, uma virada epistemológica ou uma literatura das mulheres, sobre mulheres e passava-se a analisar a construção social do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio às relações sociais de poder. (Louro, 2007, p. 24)

A portaria delimitava uma área na qual a prostituição, apesar de ainda ilegal, era tolerada ou regulamentada. Foi originalmente nominada como "o distrito", mas o apelido de "Storyville", logo se popularizou. A área de 38 quarteirões era cercada pelas ruas North Robertson, Iberville, Basin e St. Louis Streets. Além disso, estava próxima a uma estação ferroviária, tornando-se destino popular no coração da cidade para os viajantes que a Nova Orleans atraía.

Entre 1895 e 1915, foram publicados e vendidos “livros azuis” em Storyville, que nada mais eram que guias para visitantes do distrito que desejavam utilizar os serviços de prostituição, e contavam com descrições de casas, fotos, preços, especificidade de serviços, dentre outros.

De acordo com que crescia a preocupação nas américas acerca da prostituição, da imoralidade e do tráfico de pessoas, foi aprovada em 25 de junho de 1910 a Lei Mann, tornando crime "transportar ou fazer com que fosse transportado, ou auxiliar na obtenção de transporte" ou "persuadir, induzir, aliciar ou coagir uma mulher a viajar”, “para fins de prostituição ou libertinagem, ou para qualquer outro propósito imoral". Desta forma:

[...] o fazer científico e acadêmico referenciado ao feminismo se assumia politicamente, desafiando a neutralidade e a objetividade tão caras à ciência tradicional. As questões, formuladas a partir de um novo lugar e por um sujeito, que até então, ficara afastado da construção da teoria e do conhecimento, não se pretendiam distantes das lutas e dos movimentos sociais, ao contrário, nutriam-se deles. (Louro, 2007, p. 36)



Apesar de a lei ter sido criada para coibir a escravidão sexual forçada de mulheres, seu uso mais comum era para processar homens por fazerem sexo com mulheres menores de idade. O "propósito imoral" contido no estatuto permitia uma aplicação extremamente ampla da lei, que julgava que "fornicação ilícita", mesmo consensual, concebia um "propósito imoral".

Além de seu propósito inicial de prevenir o tráfico de pessoas, a lei foi usada para autuar relações pré-matrimoniais, extraconjugais, polígamas e inter-raciais ilegais. As penas eram aplicadas aos homens com ou sem consentimento da mulher que estivesse envolvida e, se ela consentisse, poderia ser considerada cúmplice.

Em 1978, o Congresso atualizou o que seria o "ato de transporte" e acrescentou importantes proteções contra a exploração sexual comercial de menores. Soma-se ainda uma emenda de 1986 que protegeria mais ainda os menores e acrescentou-se proteções a homens adultos. Posteriormente, a Lei Mann ainda foi alterada para substituir a equívoca "devassidão" e "qualquer outro propósito imoral" por "qualquer atividade sexual pela qual qualquer pessoa possa ser acusada de um crime", e tornou-a neutra em termos de gênero. Temos, então, a humanidade permeada por uma constituinte realidade histórica:

Viu-se que, biologicamente, os dois traços que caracterizam a mulher são os seguintes: seu domínio sobre o mundo é menos extenso que o do homem; ela é mais estreitamente submetida à espécie. Mas esses fatos assumem um valor inteiramente diferente segundo seu contexto econômico e social. (Beauvoir, 1949, p. 153)

Por outro lado, por falta de especificidade, criminalizou muitas relações de sexo não comercial, perseguindo um grande número de casais praticantes de atividades pré-matrimoniais ou extraconjugais, principalmente quando envolvia a necessidade de cruzar fronteiras estaduais.

Além de também se tornar uma forma de chantagem por esposas que suspeitavam de trair maridos ou outras mulheres, levou à extorsão, já que a lei poderia transformar uma esbórnica inofensiva na fuga de um crime ou na chantagem desse crime putativo.

Desta maneira, o problema central reside na tensão entre a busca por controle moral e a necessidade de espaços para a expressão sexual dissidente. A chamada "caça às bruxas modernas" representa as ondas periódicas de repressão moral que visam suprimir práticas sexuais consideradas desviantes. No entanto, esses movimentos repressivos coexistem com uma cultura que, paradoxalmente, celebra a liberdade sexual como parte da dinâmica social. Assim, a análise de Storyville proporciona um prisma histórico através do qual essas contradições podem ser examinadas. Nesse contexto, Carvalho (2023) ressalta a importância de compreender as contradições presentes na cultura sexual, evidenciando a complexidade das relações entre controle moral, liberdade sexual e resistência dentro da sociedade capitalista.



Isto posto, a história do Distrito da Luz Vermelha ilustra a tentativa de conciliar o desejo sexual com as normas aceitáveis da sociedade capitalista. E, conforme depreende-se metaforicamente acerca do pensamento de Carvalho (2003), esse ambiente dual de controle e liberdade sexual proporcionou um cenário onde as práticas convencionais eram desafiadas, permitindo uma expressão diversificada da sexualidade.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do artigo é fundamentado em uma confluência de conceitos e teorias que abordam a intersecção entre sexualidade, controle social, capitalismo e resistência. A análise inicia-se com a obra de Simone de Beauvoir, "O Segundo Sexo" (1949), que é fundamental para entender como as construções sociais de gênero influenciam a sexualidade, argumentando que a opressão das mulheres está intrinsecamente ligada às normas sociais que definem comportamentos sexuais aceitáveis. Complementando essa discussão, Judith Butler, em "Fundamentos Contingentes" (1998), introduz a ideia de que o gênero e a sexualidade são performativos, ou seja, são construídos através de práticas sociais e culturais, o que desafia a noção de essências fixas.

Além disso, a obra de Michel Foucault, especialmente "Em Defesa da Sociedade" (2002), é central para a compreensão das relações entre poder, controle e sexualidade, pois Foucault argumenta que a sexualidade é um campo de luta onde as normas sociais são constantemente contestadas e renegociadas. Essa perspectiva é ampliada por teorias que conectam o capitalismo à sexualidade, onde autores como David Eisenbach discutem como a vida sexual de figuras políticas molda movimentos sociais e políticas governamentais, revelando que a busca pelo lucro frequentemente colide com normas sociais, criando um ambiente propício para a exploração sexual.

Nesse contexto, a análise de Storyville como um microcosmo de resistência e autonomia sexual é apoiada por teorias que discutem como espaços sociais podem desafiar normas dominantes. A obra de Angela Davis, em "O Sentido da Liberdade" (2022), enfatiza a importância de reconhecer a diversidade de expressões sexuais e a necessidade de uma abordagem crítica que desafie as estruturas de poder, destacando como a criminalização da sexualidade não normativa perpetua estigmas e marginalização.

Ademais, o referencial teórico inclui uma análise histórica das políticas de sexualidade nos Estados Unidos, onde as "caçadas às bruxas modernas" refletem tensões entre repressão moral e liberdade sexual. A obra de Laqueur (2001) é citada para discutir como a sexualidade é moldada por contextos históricos e sociais, revelando a complexidade das relações entre



controle e liberdade. Por fim, o conceito de interseccionalidade, que considera como diferentes formas de opressão (gênero, raça, classe) se inter-relacionam, é fundamental para entender as dinâmicas de poder que influenciam a expressão sexual, com autores como Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw oferecendo insights valiosos nesse campo.

Assim, o referencial teórico do artigo é uma teia interligada de abordagens que analisam a sexualidade como um fenômeno social complexo, moldado por forças econômicas, políticas e culturais, promovendo uma compreensão crítica das estruturas de poder que moldam a vida sexual na sociedade contemporânea.

7. METODOLOGIA

A metodologia deste artigo é fundamentada em uma abordagem interdisciplinar que integra teorias e métodos de diversas áreas do conhecimento, incluindo estudos culturais, sociologia, história e teoria feminista. O objetivo central é analisar a complexa relação entre liberdade sexual e controle moral nos Estados Unidos, utilizando o distrito de Storyville como um estudo de caso emblemático. Para isso, a pesquisa adota uma perspectiva qualitativa, que permite uma exploração aprofundada das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que moldam a expressão sexual.

Inicialmente, a pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica abrangente, que inclui obras clássicas e contemporâneas que discutem a intersecção entre sexualidade, poder e capitalismo. Todavia, a pesquisa também incorpora uma análise histórica, que examina a evolução das políticas sexuais nos Estados Unidos, com foco em períodos de repressão moral e suas consequências para a expressão sexual. Através da análise de documentos históricos, relatos de época e literatura secundária, busca-se traçar um panorama das tensões entre controle moral e liberdade sexual, evidenciando como essas dinâmicas se manifestaram em diferentes contextos históricos.

Além disso, a metodologia inclui uma análise de discursos contemporâneos sobre sexualidade, que são fundamentais para entender as implicações atuais das dinâmicas históricas discutidas. A pesquisa considera como as narrativas sobre sexualidade são construídas e desconstruídas na sociedade contemporânea, utilizando uma abordagem interseccional que leva em conta as interações entre gênero, raça, classe e sexualidade. Essa perspectiva é enriquecida por autores como Angela Davis e Patricia Hill Collins, que enfatizam a importância de reconhecer a diversidade das experiências sexuais e as complexas relações de poder que moldam essas experiências.



Dessa maneira, a análise crítica dos dados é realizada com base em uma abordagem hermenêutica, que busca interpretar os significados subjacentes às práticas e discursos sobre sexualidade, considerando as influências históricas e sociais que moldam essas narrativas.

Por fim, a metodologia deste artigo é orientada por um compromisso com a reflexão crítica e a promoção de uma maior compreensão das complexas interações entre liberdade sexual, controle moral e resistência. Ao integrar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, a pesquisa visa contribuir para o campo dos estudos culturais, oferecendo insights que possam informar futuras discussões sobre políticas de sexualidade e a diversidade das experiências sexuais na sociedade contemporânea. Essa abordagem interdisciplinar não apenas enriquece a análise, mas também destaca a importância de considerar as múltiplas dimensões que influenciam a expressão sexual, promovendo uma compreensão mais abrangente e inclusiva das dinâmicas sociais em jogo.

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo revelam uma complexa interrelação entre liberdade sexual, controle moral e as dinâmicas sociais e econômicas que moldam a expressão sexual nos Estados Unidos. A análise histórica e cultural evidencia como as práticas sexuais, embora frequentemente reprimidas, encontram maneiras de se manifestar e resistir às normas sociais dominantes.

Primeiramente, a pesquisa demonstrou que a regulação da sexualidade está intrinsecamente ligada às estruturas econômicas e políticas. Através da análise de Storyville, foi possível observar que, enquanto a prostituição era oficialmente condenada, ela também era tolerada e até mesmo explorada como uma forma de gerar receita e atrair turismo. Essa dualidade revela uma contradição fundamental na cultura americana, onde a busca por lucro frequentemente colide com as normas morais, criando um ambiente propício para a exploração sexual. Assim, a expressão sexual dissidente não apenas persiste, mas também se adapta e se reinventa em resposta às pressões sociais e econômicas, desafiando as tentativas de controle moral.

Além disso, os resultados indicam que as ondas de repressão moral, frequentemente descritas como "caçadas às bruxas modernas", não conseguem eliminar completamente as práticas sexuais consideradas desviantes. Em vez disso, essas tentativas de repressão geram espaços de resistência e autonomia sexual. A pesquisa revela que, mesmo em períodos de intensa moralização, surgem contraculturas que desafiam as normas estabelecidas, promovendo uma diversidade de expressões sexuais que se opõem ao controle social. Essa resistência é



visível em movimentos sociais contemporâneos que buscam a aceitação e a visibilidade de práticas sexuais não normativas, refletindo uma luta contínua pela liberdade individual.

Outro resultado significativo é a identificação das interseções entre gênero, raça e classe nas experiências de sexualidade. A análise crítica das narrativas sobre sexualidade revela que as experiências não são homogêneas; ao contrário, são moldadas por múltiplas camadas de opressão e privilégio. Assim, a pesquisa destaca que a luta pela liberdade sexual deve ser inclusiva, reconhecendo a diversidade das experiências e as complexas relações de poder que as moldam.

Além disso, os resultados sugerem que as políticas de sexualidade contemporâneas nos Estados Unidos ainda são influenciadas por tensões históricas, refletindo um contínuo diálogo entre controle e liberdade. A análise das políticas atuais revela que, embora haja avanços significativos na aceitação de práticas sexuais diversas, ainda persistem estruturas de poder que buscam regular e controlar a sexualidade. Essa realidade aponta para a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora em relação às políticas de sexualidade, que reconheça e promova a autonomia individual e a diversidade de expressões sexuais.

Desta forma, a pesquisa conclui que a expressão sexual americana não pode ser compreendida sem considerar os imperativos econômicos e as normas sociais que a cercam. A análise de Storyville serve como um prisma histórico que ilumina as contradições presentes na cultura sexual americana, onde a celebração da liberdade individual frequentemente colide com rígidas imposições morais. Assim, os resultados deste estudo não apenas contribuem para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de sexualidade nos Estados Unidos, mas também oferecem um arcabouço valioso para futuras pesquisas e discussões sobre políticas de sexualidade e a promoção da diversidade sexual em um contexto global. Essa análise crítica e abrangente é essencial para desnaturalizar as noções de sexualidade e gênero, desafiando as estruturas de poder que moldam e controlam essas dimensões da vida humana.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, examinou-se a complexa relação entre liberdade sexual e controle moral nos Estados Unidos, utilizando o distrito de Storyville e as intempéries presidenciais como um estudo de casos emblemáticos. A análise histórica dessa problemática revelou como o capitalismo e as normas sociais interagem para moldar a expressão sexual, resultando em um ambiente onde a prostituição era simultaneamente tolerada e regulada. Esta dinâmica entre controle e liberdade sexual reflete as contradições mais amplas presentes na cultura americana,



onde a celebração da autonomia individual frequentemente colide com rígidas imposições morais.

A problemática central do estudo— a tensão entre a repressão moral e a necessidade de espaços para a expressão sexual dissidente— foi explorada através da história de Storyville, mostrando como períodos de repressão, muitas vezes descritos como "caçadas às bruxas modernas", tentaram suprimir práticas sexuais vistas como desviantes. Entretanto, tais esforços de repressão coexistem com uma cultura que, paradoxalmente, promove a liberdade sexual como um valor fundamental. Esta contradição é um componente crucial do "american (sexual) way of life", que se encontra continuamente em um estado de negociação entre liberdade e controle.

Consequentemente, o principal argumento desenvolvido ao longo do texto é que a expressão sexual americana não pode ser entendida sem considerar os imperativos econômicos do capitalismo e as normas sociais que buscam regulamentar o desejo. Storyville serve como um microcosmo onde essas forças convergiram, proporcionando um terreno fértil para explorar como as políticas de sexualidade evoluíram ao longo do tempo. Este distrito não só revelou os mecanismos de controle social e econômico sobre a sexualidade, mas também destacou os espaços de resistência e autonomia sexual que surgem em resposta a tais controles.

Com base nesse estudo, é possível traçar algumas conclusões importantes. Primeiramente, a regulação da sexualidade é intrinsecamente ligada às estruturas econômicas e políticas, e não pode ser completamente compreendida sem considerar esses contextos. Em segundo lugar, a repressão moral, apesar de sua intensidade periódica, não consegue eliminar totalmente as práticas sexuais dissidentes, que encontram maneiras de persistir e se expressar mesmo sob condições adversas. Por fim, a história sugere que as políticas de sexualidade contemporâneas nos Estados Unidos continuam a ser influenciadas por essas tensões históricas, refletindo um contínuo diálogo entre controle e liberdade.

Diante disso, propõe-se que futuros estudos sobre políticas de sexualidade considerem mais profundamente as interseções entre economia, moralidade e expressão sexual. Ao entender essas dinâmicas, é possível desenvolver políticas mais justas e inclusivas que reconheçam a diversidade das experiências sexuais e promovam a verdadeira autonomia individual.

10. REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet, v.2. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1949.

BOURDIEU, P; **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.



BUTLER, J. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**; n.11, Cadernos Pagu, p.156, 1998.

CARVALHO, Ana Paulo Comin de. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CARVALHO, M. E. P.; MONTANÉ, A. **Políticas de equidade de gênero na educação superior na Espanha e no Brasil**; Avanços e Limites. Labrys, estudos feministas, julho/dezembro de 2012.

DAVIS, Angela. **O Sentido da Liberdade: e Outros Diálogos Difíceis**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. **Movimentos feministas**. In: HIRATA, H. et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KURZ, R. **Tabula rasa**. 2003. Disponível em: <<http://antivalor.atspace.com/Exit/kurz309.htm>>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NAZZARI, M. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PREVIDELLI, Fabio. **Prostituta e dona de bordel: Mattie Silks, a rainha do distrito da luz vermelha de Denver**. Aventuras na história. 16 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/prostituta-e-dona-de-bordel-mattie-silks-a-rainha-do-distrito-da-luz-vermelha-denver.phtml>>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

SEFFNER, F. **Gênero, sexualidade, violência e poder**. In: Educação para igualdade de gênero. Salto para o futuro, ano XVIII, Boletim 26, p. 15-19, nov. 2008. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/163222Edu_igualdade_gen.pdf>. Acesso em: 06 junho 2024.

SOUSA, Alana. **De presente dos deuses a um ato puramente privado: o comportamento sexual através das épocas**. Aventuras na história. 25 de set. de 2021. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-comportamento-sexual-atraves-das-epocas.phtml>>. Acesso em: 8 de junho de 2024.



SOUSA, Alana. **Em decisão inédita, distrito de Manhattan descriminaliza a prostituição.** Aventuras na história. 28 de abr. de 2021. Disponível em: <
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/em-decisao-inedita-distrito-de-manchattan-descriminaliza-prostituicao.phtml>>. Acesso em: 16 de junho de 2024.

SOUSA, Alana. **O homem que bateu de frente com a repressão sexual dos Estados Unidos.** Aventuras na História. 6 de junho de 2024. Disponível em: <
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-homem-que-bateu-de-frente-com-repressao-sexual-dos-estados-unidos.phtml>>. Acesso em: 18 de junho de 2024.

SPIVAK, Gayatri Charkravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

O CORPO, A IGREJA E O SAGRADO: O CORPO EM FOCO

THE BODY, THE CHURCH AND THE SACRED: THE BODY IN FOCUS

Laura Marin Lugo Magdalena¹
Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar a obra “História do Corpo: O Corpo, a Igreja e O Sagrado” de Jacques Gélis, que aborda o percurso do corpo de Cristo que foi penalizado e perseguido, assim como dos mártires. Tendo em foco perspectivas e apontamentos evidenciados no texto. A pesquisa vai analisar as inúmeras nuances que se referem ao corpo humano e divino, vigiado e punido, sagrado e copiado. As narrativas de fatos relevantes para a Igreja, que tem um olhar da importância do Corpo e do Sagrado para uma caminhada em busca dos caminhos de Cristo e de sua vivência como homem e Deus na Terra, onde querer percorrer esse mesmo caminho era digno de sacrifícios. A metodologia foi a bibliográfica, a partir da obra analisada e dos pressupostos teóricos dos Estudos Culturais. Dito isso, evidenciar os corpos e os sentimentos que envolvem esses relatos, que teve em seu corpo e em sua carne dores imensuráveis, torturas, maus tratos, dores contínuas dessas vivências.

Palavras-chave: Cristo. Igreja. Corpo. Punido. Vigiado.

ABSTRACT

The present study aims to present the work “History of the Body: The Body, the Church and the Sacred” by Jacques Gélis, which addresses the journey of the body of Christ that was penalized and persecuted, as well as the martyrs. Focusing on perspectives and notes highlighted in the text. The research will analyze the countless nuances that refer to the

¹ Mestranda em Estudos Culturais (PPGCult/CPAQ) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Aquidauana - Licenciada em Pedagogia (UFMS/CPAQ), Pós-Graduação em Terapia da Constelação Familiar Sistêmica e Psicologia Positiva e Coaching (FAVENI). lauramlmagdalena80@gmail.com.

² Licenciada em Pedagogia pela UNIVALE, Especialização em Orientação Educacional (UNIVALE), Especialização em Administração: Capacitação Empresarial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFMS), Mestrado em Estudos Culturais na Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Doutorado em Educação pela Universidade UDELMAR, Chile, convalidado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN (Conceito CAPES 5). Pós Doutorado pela Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). janete.fonseca@ufms.br



human and divine body, watched and punished, sacred and copied. The narratives of relevant facts for the Church, which have a view of the importance of the Body and the Sacred for a journey in search of the paths of Christ and his experience as man and God on Earth, where wanting to follow this same path was worthy of sacrifices. The methodology was bibliographic, based on the work analyzed and the theoretical assumptions of Cultural Studies. That said, highlighting the bodies and feelings that surround these reports, which had in their body and in their flesh immeasurable pain, torture, mistreatment, continuous pain from these experiences.

Keywords: Christ. Church. Body. Punished. Watched.

1. INTRODUÇÃO

Observando a complexidade e a abundância de conteúdo apresentado por Jacques Gélis na obra “História do corpo: O Corpo, A Igreja e O Sagrado, vê-se a possibilidade de interpretações e apontamentos nesse texto, onde há diferentes formas de análise da obra. Esta obra se divide em quatro partes: o Corpo do Salvador, Incorporar-se a Cristo, Relíquias e Corpos Miraculados e As Mutações da Imagem do Corpo. A primeira parte “o Corpo do Salvador” vem elencar as diferentes formas de observar este Corpo. A trajetória de um Corpo penalizado e perseguido sendo ele humano e divino, vigiado e punido, sagrado e copiado. Se tornando um exemplo.

Corpo! Sim, alma e espírito encarnados. É o corpo repleto de emoções, é o ser humano na sua plenitude. Este corpo repleto de significados é um corpo humano que aprende com facilidade a expressar-se no discurso, aprende com facilidade o raciocínio formal, aprende com facilidade a fazer contas, escrever sua história e a conhecer as ciências e as filosofias. É o corpo no mundo. É o corpo vivido. É a expressão mais evidente da complexidade organizacional. (Gaya, 2006, p.252).

Na segunda parte “Incorporar-se a Cristo” retrata o fiel desejando sentir as dores que o Cristo sentiu. Dessa forma se tornar um mártir, tendo sua carne marcada pelo flagelo e as chagas. Já na terceira “Relíquias e Corpos Miraculados” com a devoção aos restos mortais dos santos, os tornando uma relíquia sagrada para os fiéis, que via nesses corpos a presença divina. Por fim, a quarta “As Mutações da Imagem do Corpo” que vem para mudar o olhar sobre esse corpo, dando lugar aos cuidados e a busca pela saúde, rompendo com o sofrimento desses corpos.

A apresentação dessa história é referente ao Cristo, que se revela como: o Corpo, a Igreja e o Sagrado, trazendo para o leitor as diferentes nuances dessa trajetória. Sendo ele, Deus homem e Deus humano, que experimenta diferentes processos durante seu período como Jesus, sendo ele perseguido, torturado, vigiado e punido. Em outra vertente, salvador, imortalizado, sagrado, símbolo da igreja e cura para as doenças.



Dessa maneira, se pode dizer que este homem, desde o seu nascimento, é fonte de inspiração para devotos religiosos, que por diversas vezes desejam seguir seus passos de sofrimento e agonia ou opta pelas mensagens altruísta que deixou. Símbolo para os fiéis, onde muitos fizeram de seus corpos exemplos de devoção fanática, desejando flagelar, torturar e viver de forma miserável, com o intuito de encontrar a salvação.

Contudo, pode-se observar que existem diferenças nesses corpos, conforme era vivenciado os momentos pela humanidade. Nessa obra, fica evidente que o autor descreveu as fases dessa devoção ao Cristo, as narrativas dos corpos dos santos mártires e seus significados de milagres, os movimentos de poder da Igreja, que fazia seu fiel ser um seguidor, que tinha temor de não ser salvo. Como também, as relíquias que simbolizavam o místico e formavam santuários sagrados. Segundo Foucault:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (Foucault, 1999, p. 164)

Diante dessa premissa, analisa que a obediência era cega, que se flagelar era uma escolha dos fiéis ou santos que queriam se santificar e manter seus corpos libertos dos pecados que ofendessem a Igreja e que naquele período esse tipo de comportamento era normal. Da mesma maneira, visarmos o quão foi difícil transformar essa mentalidade, que era possível ter um corpo saudável e continuar seguindo o Cristo.

Por fim, o presente trabalho averigua as características sentidas nesse corpo, sendo ele sagrado, humano, devoto, igreja, entre outros. Acontecimentos que envolvem a fé humana, nos procedimentos históricos e suas simbologias. A metodologia usada é bibliográfica, conversando com autores a partir dos pressupostos teóricos dos Estudos Culturais, tal qual: Gélis (2008), Foucault (1999), Louro (1999; 2000) dentre outros.

2. O CORPO, A IGREJA E O SAGRADO

Na obra de Gélis “O Corpo, a Igreja e o Sagrado”, ele discorre com propriedade sobre o Corpo de Cristo e sua trajetória após a Ressurreição do Divino, como se dá esse roteiro. Nesse sentindo, quando pensamos em cristianismo, logo vem na memória passagens bíblicas relatadas, de dor, sofrimento, perseguição, lutas e morte na cruz. Onde o protagonista veio a este mundo com intuito de ensinar seus discípulos e seguidores a viver com consciência da presença divina em sua vida, assim como pregou em parábolas de amor ao próximo, a



necessidade de perdoar seu irmão e o significado místico de Deus homem e Deus Divino.

A fé a devoção ao corpo de Cristo contribuiu para elevar o corpo a uma alta dignidade, fazendo dele um sujeito da História. “Corpo de Cristo que comemos, que se revela a partir do real e da carne. Pão que converte e salva os corpos”. Corpo magnificado do Filho encarnado, do encontro do Verbo com a Carne. Corpo glorioso do Cristo da Ressurreição. Corpo torturado do Cristo da Paixão, cujo símbolo é em toda parte a cruz, lembra o sacrifício pela redenção da humanidade. Corpo em migalhas de grande legião dos santos. Corpo maravilhoso dos eleitos do Juízo Final. Presença obsessante do corpo, dos corpos. (Gélis, 2008. p.19-20).

Assim, temos aqui posto o Corpo de Cristo. Nos atentando que estamos nos reportando sobre o corpo de um sujeito, que teve em seu corpo marcas expressivas de um comunicado divino para o ser humano. Foi um corpo perseguido, condenado, torturado, assassinado. Como também, um corpo com grande representatividade e simbologia para a humanidade, “O lócus da construção das identidades é o corpo. Ali se inscreve e, conseqüentemente, se pretende ler a identidade dos sujeitos”. (Louro, 2014).

Nesta expressão referente ao corpo, fala-se também do corpo da mulher (como aquele que seduz por ter curvas e formas). Onde é possível averiguar que continua sendo visto como um corpo que remete ao desejo e a sexualidade. Performances estereotipadas desse corpo exposto, por ser feminino e por vezes vulneráveis.

Marcado pela história, moldado e alterado por distintos discursos e práticas disciplinadoras, o corpo da mulher permanece, ainda hoje, como o alvo mais visível e o mais claro representante da sexualidade. De algum modo, ele carrega toda a ambivalência que, historicamente, lhe foi atribuída: mantém-se “problemático”, escorregadio, fragmentado em representações divergentes ou antagônicas. A mãe e a prostituta, a garota boazinha e a má podem assumir outras designações, mas continuam acenando para uma divisão e um sistema classificatório que toma a sexualidade como referência”. (Louro, 2000. P.71)

O Corpo sendo sempre alvo, passível de ser consagrado ou punido. Dando também interpretações ao papel da mulher, nesse percurso ligado ao Cristo, como devia proceder perante a sua caminhada pela fé professada ao Salvador. Muitas vezes se sujeitando a punições em seu corpo para se sentir próxima e digna.

Este saber do corpo e controle de suas forças são denominadas por Foucault como economia, tecnologia política do corpo, investimento político do corpo e microfísica do poder. Ou melhor, na compreensão dos sistemas punitivos, sejam eles métodos primitivos violentos e sangrentos, ou “suaves” métodos de trancar e corrigir, é sempre do corpo que se trata”. (Da Silva, 2011, p.114).

Há uma dupla interpretação, esse corpo exaltado do Deus homem e o corpo menosprezado por não ser ‘apropriado’ querer destacá-lo, uma vez que esse corpo existe para em seu caminhar em busca a santidade, precisa sofrer e ser punido para equiparar as dores do



Cristo. “O corpo religioso é um vasto domínio de estudo”. A história das representações do corpo no universo religioso é um canteiro aberto e o essencial da tarefa está diante de nós.

2.1. O Corpo do Salvador

O pensamento cristão está imerso no ocidente, com uma variante no ato de professar a fé, porém a mensagem continua sendo o Corpo de Cristo como a figura central. Falando dessa religião como aquela que surgiu com o aval de Deus, onde seu primogênito veio como Deus encarnado trazer a mensagem celestial. Agora, Jesus, o Filho, está presente no mundo por seu percurso humano, para dar aos humanos a oportunidade de salvar-se. Uma variante de sujeitos revestidos de muitas identidades.

“Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto (...) (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais”. (Louro, 1999, p.6).

O corpo traçado é imortalizado. São aqueles momentos que foram eternizados por meio de obras (imagens, pinturas e esculturas). Dos momentos dignos de serem ressaltados na passagem do Cristo, quando “O Verbo se fez Carne”³, o “Fiat da Virgem”, sendo traçado o “Genitor Divino e sua Eleita terrestre”. “Na verdade, o que é glorificado não é o Rei dos reis, mas o Cordeiro de Deus em sua manjedoura de palha, cercado de pastores que o adoram. Uma maneira de significar o dogma da encarnação do Filho de Deus e seu reconhecimento pelos humanos”. Tendo também como relevância o “Sudário de Verônica”, que tem nele impresso a face sagrada. Outra prova substancial da passagem do Cristo é o “Santo Sudário” (que o envolveu no sepulcro).

O Corpo falado por meio de instrumentos dos momentos finais do Cristo. “Os instrumentos da paixão simbolizam o percurso doloroso do Redentor e cada um deles lembra, por sua materialidade, um momento de aviltamento de seu corpo”. Objetos que foram usados com o intuito de esfaquear e causar dor a um corpo humano, ferindo bruscamente e deixando evidente a violação exposta, a voracidade dessa crueldade, ou seja, um corpo penalizado por contrariar as crenças de uma época. Mesmo diante de tal dor, há o lado que esses instrumentos

³ Bíblia Sagrada Ave-Maria, 141. ed. São Paulo: Editora Ave- Maria, 1959, (impressão 2001). 1632.p. **João 1:14**. Disponível em: < <https://www.fatima.org.br/biblia-online/?book=efesios&chapter=6>>. Acesso em 06 de junho de 2024.



de tortura mataram a carne, mas não a fé do Cristo, que ressuscitou. Sendo esses “troféus – a cruz, a lança, a coroa de espinho, os cravos”.

O corpo marcado pelas chagas e se tornado um modelo de busca pela santidade, onde receber essas chagas são símbolos de estar no caminho correto para o divino. Tendo também a missa das cinco chagas que oportuniza sairmos de um purgatório pleno de pecados. Posto numa determinada época como meramente relevante no caminhar da fé, inserindo na vida, as cinco dezenas da Ave Maria, jejuns de cinco dias, entre outros.

O corpo do homem divino: “Jesus flagelado”, “Homens das dores”, “Deus de piedade” ou “Cristo na coluna”, servindo de exemplo e colocados em cemitérios em Lille estátuas de Jesus Flagelado, que transmitiam a mensagem “salvar a alma do moribundo”.

O corpo vigiado e punido. Todo o sofrimento desse corpo colocado como algo a ser contemplado pelos fiéis, onde serviria para fazê-los temer, onde a punição é justa, pois quando fazemos algo ou alguma coisa que vai contra os ensinamentos ou foge ao sofrimento do Cristo, precisa ser corrigido. Destarte, no dizer de Foucault:

O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais “elevado”. (Foucault, 1999. p.15).

Dito isso, a Igreja tinha como missão perseguir aqueles que falavam de maneira pecadora, blasfemavam contra o Sagrado, se expressavam uma ideia que confrontava seus valores. Prática aplicada com tanta severidade que os fiéis temiam e clamavam que “essa língua transpassada com o espinho”, era sagrada.

“As confissões de fé justamente antes da execução são consideradas como emanando diretamente do Santo Espírito. E é para impedir que o mártir se exprima que os ímpios endurecem o ritual fazendo proceder à mutilação a língua”. Punir os blasfemadores, “castigar a língua”, como meio de temor.

A igreja sempre representa o lado direito de Cristo sendo ferido, onde é de suma importância ressaltar que este é o lado com grande representatividade para a Igreja, pois numa analogia “no dia do juízo final”, sentaremos ao lado direito de Deus, mesmo sendo o coração ao lado esquerdo, é à direita que se encontra a salvação. Isso se deu devido ao culto à chaga, que pelo lado direito que entrou a lança e assim chegamos ao Sagrado Coração.



Os conhecimentos, as crenças, as representações, as culturas apenas são possíveis porque criamos e utilizamos sistemas simbólicos, ao mesmo tempo em que os símbolos apenas existem ou ganham sentido enquanto produções culturais. É através dos conhecimentos, das representações e dos sentidos obtidos e construídos em nossas relações sociais que nos tornamos capazes de interpretar, imaginar e criar o mundo, bem como, a nós mesmos. (Santana, 2015, p.4/5).

Sendo assim, a crença nesse Cristo que sofreu danos em sua carne, onde uma lança é fincada, rasgando lhe essa pele, tendo uma mística exploração que a partir desse momento se tornou digno de ser venerado como o “Coração ferido de amor”. Que nas feridas há profundidade, “o coração ferido de Jesus donde procede todo o bem”. Dessa forma, a mensagem vem falar que este coração amou a humanidade.

O Corpo que consagra a humanidade através das chagas, “A água e o Sangue que escorreram da chaga do lado fizeram dela a porta da graça, isto é, dos sacramentos do Batismo e da Eucaristia: a água, fonte batismal, e o sangue, alimento eucarístico” Fazendo desse batismo a possibilidade do ser humano deixar de ser pagão e esse sangue um largar da continuidade das bênçãos do Cristo na Terra, que foi derramado para salvar, esse sacrifício foi por amor.

O Corpo que cura todas as feridas, aquele que foi capaz de curar doente, ressuscitar os mortos, fazer um paraplégico andar, se tornando símbolo de cura para os feridos e oprimidos, rejeitados e aflitos. “Os Evangelhos e a tradição cristã veem em Cristo aquele que salve alimentos aflitos. Ele é o Salvador das almas e também tem um poder de curar os corpos. “Quem é médico?” Pergunta Santo Agostinho num de seus comentários. “Nosso Senhor - responde ele. É ele que cuidará de todas as nossas feridas”. Com isso, ter nele o bálsamo precioso para fazer o sofrimento escoar, seja no corpo ou na alma. A mensagem por trás desse Cristo é que ele veio curar a humanidade.

O “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo. (Foucault, 1999, p.29).

O Corpo representado como símbolo supremo para a Igreja, onde Jesus se faz presente na hóstia, para levar aos seus seguidores um alento da presença divina. Durante a missa é adorado e glorificado como símbolo de um Deus vivo, “o Verbo encarnado é o alimento da Alma”. Durante a missa esse corpo é partilhado entre os fiéis, propagando a presença de Jesus, fazendo com que esse pão da vida faça parte do alimento espiritual do fiel.

“O discurso sobre as crianças crucificadas pelos judeus atinge um grau suplementar no imaginário do horror. O dossiê é conhecido nos dias de hoje. Do século XII ao século XVIII, num clima de anti-semitismo exacerbado, dezenas de casas explodem na França, na Inglaterra,



na Alemanha, na Áustria, na Espanha e no norte da Itália, onde os judeus são falsamente acusados de ter martirizado e sacrificado um menino cristão”.

O corpo inocente, torturado e morto perante a anunciação da chegada do Salvador. Um massacre para eliminar o Messias, onde foram “Arrancados dos braços de suas mães, os meninos são violentamente lançados no chão, quebrados, traspassados por arma branca, sob o frio olhar de Herodes”. Mães que presenciaram esse episódio, impotente, cercada pelos soldados, vendo a morte de seu filho, crianças sacrificadas, tornando-se mártires para a Igreja.

2.2. Incorporar-se a Cristo

Ao pensarmos na vida de Cristo, representante de Deus homem, símbolo do divino, sabemos que muitos fiéis almejam sentir as mesmas dores que Jesus sentiu em seu corpo, chegando ao ponto de desejar o martírio, pois dessa forma honrar sua fé. “O místico vive de maneira permanente uma dupla relação com corpo. Pela comunhão, ele o assimila; por seu desejo de partilhar o sofrimento do Redentor, ele aspira fundir-se ou incorporar-se no corpo divino. Se o corpo é o principal obstáculo para chegar a Deus, ele pode também ser o meio de operar sua salvação”.

Desse modo, marcar esse corpo, deixá-lo em estado de miséria, para que sinta na própria carne os flagelos. Não se permitindo aos prazeres do mundo, torturando seu corpo para não cair em pecado. Ter o seu corpo castigado como forma de disciplinar. Assim como a ascese alimentar em prol de santificar seu corpo, fazendo abstinência “anorexia santa” ou quando se alimenta, a comida já está inapropriada.

Como forma de domínio dessa carne as abstinências eram parciais ou totais, fazendo se sentirem em comunhão com o Cristo, pois nobres eram os seus sacrifícios. “O corpo deve, portanto, ser constantemente vigiado e coagido”. Deve ser ferido, açoitando, dilacerado, se flagelado com crina de cavalo, por vezes sendo perigoso. Essa busca religiosa renunciava o mundo (assuntos mundanos), família e negócios.

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (Foucault, 1999, p.29).



O corpo como instrumento para chegar ao objetivo de se santificar. Sendo assim, como o corpo de Jesus passou por sofrimento, seguidores queriam ter em seu corpo esses estigmas, como se ele mesmo passasse pelas dores do Cristo, sentisse a dor em grau semelhante, contemplando as chagas e o martírio. Muitos santos tinham o corpo marcado por feridas expostas, que soava como sinal de redenção que o faria alcançar o céu, por se tratar de uma manifestação divina.

“O fascínio que os místicos exercem sobre seus contemporâneos incita os médicos a intervir no cadáver para encontrar enfim a explicação tão desejada de comportamentos tão incomuns. Paola di San Tommaso: Foi-lhe retirado do peito o coração. (...) entoava “Meu Jesus”, ela sentia seu coração liquefazer-se”. (...) Já se passou o tempo de abrir o corpo das místicas post mortem para nele encontrar, no fundo do coração, a figura da cruz ou os instrumentos da paixão”. (Gélis, 2008, p.72/74).

O martírio transbordava amor, essas impressões no corpo, eram resposta divina, desejo de Deus para ter pureza na alma, porém nem todos eram dignos de ter em corpos marcas desses estigmas, adquirir essas chagas. Para se alcançar tal mérito era necessários ter humildade e perseverança. Muitas religiosas tinham que “O corpo está então no paroxismo do amor e da dor e a vida da religiosa encontra-se doravante transtornada. (...). Seu corpo, marcado à semelhança do corpo de Cristo, faz dela doravante “uma cópia acabada dele mesmo quando foi pregado na cruz”. A suprema consumação”.

Desse modo, a doença também era sinal relevante para aqueles que buscavam a Deus, ela estava por toda a parte, causava dor, sofrimento, judiava e maltratava o corpo. Desse jeito somos testados em nossa fé, ela era uma penitencia necessária para se liberar dos pecados, pois assim, seu espírito seria fortalecido. Tudo que faz o corpo sentir, faz também elevar a alma. Para alguns santos, depois de uma vida espiada e punida, quando viesse a falecer, poderia doar esse corpo para pesquisa de um mártir.

Um exemplo de manifestação do divino foi referente “a pecadora arrependida”, que quando vivia em pecado, arrependida renunciou aos prazeres da carne e as riquezas. Ela era uma grande penitente, fervorosa em fé. Fez desse corpo modelo de obediência. A serviço desse Deus, ter o corpo martirizado era necessário. “Se o desejo de incorporar-se a Cristo manifesta a vontade das almas de elite de partilhar seus sofrimentos, no fiel comum exprime-se o desejo de preparar seu lugar no céu junto de Deus. A morte vem colher o crente e colocar um fim às suas provas nesta Terra”.

2.3. Relíquias e Corpos Miraculados



As preciosas relíquias da Igreja, antiga devoção aos restos mortais de santos (mártires) que tiveram uma vida voltada para as obras de Cristo, onde santuários eram construídos ao redor dos seus túmulos, para que os fiéis pudessem ficar pertos daqueles corpos sagrados e santos. Os santos deveriam ser venerados “seu corpo é o receptáculo sagrado, um corpo relíquia, objeto de devoção e de revitalização”. Relíquias e relicários essenciais para a crença posta.

Uma relíquia servia para iluminar os fiéis, fonte de vida. Eram corpos preservados, que “exalavam santidade”. E eram nesses locais (onde estava essa relíquia) que aconteciam “casamento, nascimento e morte”, onde dali era possível receber a benção desse corpo-cepa. “Esse corpo-referência, do qual se espera regularidade das estações e a perpetuação da família da espécie, é, portanto, essencial à vida de todos. Graças a ele, as pessoas se sentem desse lugar, se reconhece diferente dos outros. O corpo-cepa cristaliza a pertença à comunidade”. Que era uma simbologia religiosa.

A representação platônica do corpo vem fundamentar toda uma memória, um costume, um hábito e uma interpretação dualista, afirmando o corpo como parte desqualificada e inferior em relação à alma. A manutenção desse pensamento pode ser observada através de muitas formulações dicotômicas, presentes na linguagem, tais como: corpo-alma, corpo-mente, matéria-espírito etc. Essas imagens demonstram que o corpo está identificado com noções dualistas: razão e emoção, parte objetiva e parte subjetiva ou sujeito e objeto. Nessas perspectivas dicotômicas, o corpo é considerado uma estrutura material determinada por uma entidade ou substrato interno superior - a alma - que deve dominá-lo. (Santana, 2015, p.6,7).

Corpos santos, que estavam em santuários faziam questão que manter uma relíquia para contemplar o sagrado, então muitas vezes compravam, trocavam ou doavam. E estes deveriam estar com qualidade. O Bispo peregrinava nas igrejas, afim de constatar a legitimidade destes. Restos mortais que nutriam a fé dos fiéis que buscavam sustento espiritual.

É sabido que existem relíquias de maior valor, tais como: os que se referem a “paixão de Cristo (cruz, sudário, espinho), ou com milagres eucarísticos (sangue, suor); outras mais litigiosas (umbigo e prepúcio de Cristo)”. Mas, para o devoto, o importante é ter algo que ele possa contemplar e venerar.

Aquele que toca os ossos de um santo, dizia São Basílio, participa na Santidade e na Graça que nele reside. O desejo de estabelecer um contato íntimo com a relíquia exprimia-se também, desde Antiguidade, pelo enterro ad sanctos, ou ainda pela incubação no túmulo das pessoas santas de que a Idade Média oferece tantos exemplos. (Gélis, 2008, p.101).

Com o passar dos anos as relíquias foram colocadas a distância dos fiéis, para que o mesmo pudesse olhar, sem ter acesso ao seu manuseio, pois o relevante era estar perante ao



relicário. Assim como a hóstia também eram contempladas, juntos aos corpos dos santos. Na Contra Reforma a hóstia “passou a ser encerrada numa peça de ourivesaria, na qual foi instalada uma lúnula de vidro, a “custódia eucarística”. Nela está presente o corpo de Cristo”.

Essas relíquias veneradas faziam com que as igrejas lucrassem, aumentando a renda dos santuários, fazendo com que esse fiel pecador pagasse por suas indulgências, afim de ter seu pecado redimido. Na época ficou conhecido por “comércio dos restos”. Devido a essa situação, houve uma mudança, que os corpos santos deveriam estar e permanecerem em lugares seguros, decentes e claros, eliminando as formas de lucrar com essas relíquias e acabando com essa banalização.

Devido a inúmeras contestações de igrejas sobre a validação desses corpos santos, que muitas vezes provou estarem misturados a simples fiéis, os ganhos exagerados por essas peças, as revoluções dos protestantes, ortodoxos referentes a estes cultos e adorações, muitos destes deixam de ser visados e os católicos priorizam legitimar os corpos de santos contemporâneos.

Corpos esses, como no caso de Teresa d’Ávila que foi enterrada com solenidade, “Foi colocada num túmulo coberto de tantas pedras, cal e tijolos para impedir que fosse aberto que, nove meses depois, a tampa se rompeu. (...). Quando foi retirado o entulho, descobriu-se o corpo coberto de terra, mas tão são e intacto como se tivesse sido enterrado na véspera (...) por toda a casa Intenso e delicioso perfume que durou vários dias”.

Tendo nessa santa uma comprovação do sagrado, logo começaram as mutilações, cortaram pé, mão, dedo. Muitos foram os ataques ao corpo da santa e assim continuou. Anos depois enterram-na novamente e ele permanecia intacto “verdadeiramente algo milagroso”. Esse desmembramento do corpo santo não escandalizou, uma vez que era preciso ajudar aqueles que necessitavam de milagre. Para deixar essa relíquia mais atrativa, foi ornada de pedras preciosas, ouro e pérolas. Tornando a relíquia mais inacessível aos meros mortais.

Outra relíquia de suma importância eram as línguas dos santos. “No Mosteiro da Visitação de Avinhão, a qual foi confiada, era considerada como “a mais preciosa de suas relíquias depois da relíquia do coração”, por que ela “havia dito tantas coisas de admiráveis”. A cada ano também, na festa de Corpus Christi, a santa língua exposta, durante 8 dias, numa capela, a veneração dos fiéis, aos quais era dada a beijar pelo capelão”.

“Nos dossiês de investigações episcopais, os esclarecimentos trazidos pelas testemunhas - em particular pelos médicos cuja ciência ainda está no estágio balbuciante - fazem-nos perceber as penas e as esperanças das populações, mas sempre sob o prisma deformante do religioso que conserva a piedosa contabilidade do milagre”. (Gélis, 2008, p.117).

Muitos foram os milagres reconhecidos e obtidos por meios dessas relíquias, onde fieis desfrutaram de graças divinas, recebidas e atendidas. “Os relatos de milagres, onde são



recolhidas as palavras dos miraculados, testemunham essa osmose espiritual”. Deus opera através de milagres, porém quando necessário uma punição. “A alma só tem originariamente uma faculdade: a de experimentar sensações. Todas as outras saíram desta. O pensamento não é mais do que uma faculdade apurada de experimentar sensações”. (Gaya, 2006).

2.4 As Mutações da Imagem do Corpo

Com a ciência encontrando espaço em meio aos fatos narrados pela igreja, muita coisa se modificou ao que se referia aos flagelos do corpo, dando sentindo a coisas não questionadas anteriormente, tais como: quais as funções dos órgãos? Como cuidar-se para triunfar a morte? Fazendo com que as pessoas começassem a ter novas abordagens em relação ao sagrado, pois agora o precioso era cuidar desses corpos.

Grupos religiosos, associações de beneficência muito tempo desempenharam esse papel de “disciplinamento” da população. Desde a Contra-Reforma até à filantropia da monarquia de julho, multiplicaram-se iniciativas desse tipo; tinham objetivos religiosos (a conversão e a moralização), econômicos (o socorro e a incitação ao trabalho), ou políticos (tratava-se de lutar contra o descontentamento ou a agitação). (Foucault, 1999, p.235).

A mudança era necessária. Para o protestante o corpo não deve banalizado ou torturado, mesmo diante as dificuldades, ele cuida, supera, protege, preserva. Sendo eles, os primeiros a recorrerem em médicos quando necessitavam. Esse corpo tem valor, não é desprezível. Diferente do católico que via no sofrimento um motivo de estar em comunhão com Deus.

Já os convulsionários faziam questão da ascese do corpo, o sacrifício os levaria a salvação. Os corpos eram danificados com “repetidos jejuns, castigados pelos cilícios, dilacerados pela disciplina, só excepcionalmente era revelado”. Houve mudanças, mas continuavam buscando no sofrimento a salvação, tendo uma crise na consciência religiosa. O tempo é outro, esse corpo humano agora é precioso, devemos protege-lo, tentar prolongar seus dias ante a morte.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ressaltou a relevância de falarmos dos corpos e os sentimentos que envolvem nas narrativas relatadas, pois teve o corpo que sentiu em sua carne dores imensuráveis, torturas duradouras, maus tratos, dores contínuas dessas vivências. Onde vimos o quanto o ser humano tem seu corpo vigiado em todas as estações de sua vida, com a condição de ser obediente ou punido, caso algo seja escolhido ou feito sem permissão.



As explanações de santos sagrados que se obrigavam a sentir as mesmas dores em seu corpo, assim como sentiu seu salvador, que essas chagas, esses estigmas eram uma forma de purificação. Que mesmo diante de tantas torturas nesse corpo, nunca era o suficiente, ou seja, os flagelos ocorriam de forma incessante. As chagas eram um sinal divino de aprovação de Deus, que se tornado mártires encontrariam o céu.

O homem de que nos falamos e que nos convidamos a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma “alma” o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. (Foucault, 1999, p.33)

O trabalho utilizou a obra de Jacques Gélis, muito bem escrita e rica em detalhes as transcrições de um período que a Igreja era símbolo de poder, assim como obtinha de poder sobre esses corpos, que eram constantemente vigiados e punidos. Sujeitos vulneráveis, que clamavam por clemência. De modo igual, Cristo representando o poder divino, pleno de significados para a humanidade.

As diferenças das expressões religiosas e de fé, as relíquias e relicários como símbolos de milagres, onde o místico e sobrenatural era exaltado. O uso dessas relíquias como sustentação espiritual para crescer as riquezas dos santuários. Objetos importantes para contemplar e venerar. Uso de objetos do Cristo para fortalecer e continuar tendo seguidores e devotos.

Em suma, ressaltar como se desenvolveu esses períodos, até chegar no momento em que esse corpo começa a ser analisado de forma diferente. Que esse corpo precisa, necessita ser cuidado. Deve ser saudável e tentar prolongar a duração desse corpo ante a morte. Que mesmo que ainda haja referências de sofrimento e exploração desse corpo e dessa carne, é possível fazer diferente e continuar professando essa fé em Cristo.

4. REFERÊNCIAS

DA SILVA, Eufrida Pereira. **Corpo e violência em Michel Foucault: vigiar e punir**. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito. Volume 3 – Número 2 – p. 112-118 – julho/dezembro 2011. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/9088>>. Acesso em 25 de junho de 2024.

GÉLIS, Jacques. **O corpo, a igreja e o sagrado**. In. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História do corpo: da Renascença às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2008. (pp. 19-130).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ



Petrópolis, 20ª Edição. Editora Vozes, 1999. 288p.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 7-34.

LOURO, Guacira Lopes. (2000). **Corpo, Escola e Identidade**. Educação & Realidade, 25(2). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833>>. Acesso em 25 de junho de 2024.

SANTANA, Leila Navarro de. (2015). **Identidade do corpo: uma questão de interpretação**. Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares Em Memória Social, 4(7). Disponível em: <<https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4755>>. Acesso em 27 de junho de 2024.

SOCIOLOGIAS, C. E.; GAYA, A. **A Reinvenção dos Corpos: Por uma Pedagogia da Complexidade**. Sociologias, [S. l.], v. 8, n. 15, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5571>>. Acesso em: 29 jun. 2024.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

TEORIAS FEMINISTAS: ANÁLISE HISTÓRICA DAS TRANSFORMAÇÕES E LUTAS FEMINISTAS AO LONGO DOS TEMPOS

FEMINIST THEORIES: A HISTORICAL ANALYSIS OF FEMINIST TRANSFORMATIONS AND STRUGGLES THROUGHOUT TIME

Ingrid Aparecida Gomes¹

RESUMO

O movimento feminista evoluiu muito ao longo do tempo. A luta pelos direitos das mulheres transformou a sociedade desde o início, porém o feminismo ainda enfrenta muitas adversidades e muita resistência. Muitas pessoas ainda associam, de forma equivocada, o feminismo a ideia de superioridade das mulheres sob os homens. As lutas feministas históricas, foram essenciais para a busca por igualdade, ainda assim é válido entender que essa luta é um processo contínuo e árduo. A interseccionalidade é fundamental para entender as opressões que mulheres marginalizadas enfrentam durante as lutas e o dia a dia. Autoras como Lugones(2008), Akotirene(2019), Segato(2016), Butler (2001) e Spivak(2010) destacam a importância de considerar a intersecção de gênero, raça e classe na análise das lutas feministas. A desconstrução do patriarcado é uma tarefa contínua e de todos e a resistência feminista é vital para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Feminismo; Desigualdade de Gênero; Patriarcado

ABSTRACT

The feminist movement has evolved significantly over time. The struggle for women's rights has transformed society since its inception, but feminism still faces many adversities and resistance. Many people still mistakenly associate feminism with the idea of women's superiority over men. Historical feminist struggles have been essential in the pursuit of equality, yet it is valid to understand that this struggle is a continuous and arduous process. Intersectionality is fundamental to understanding the oppressions that marginalized women face in their struggles and daily lives. Authors such as Lugones (2008), Akotirene (2019), Segato (2016), Butler (2001), and Spivak (2010) highlight the importance of considering the intersection of gender, race, and class in the analysis of feminist struggles. The deconstruction of patriarchy is an ongoing task for everyone, and feminist resistance is vital for building a more just and equitable society.

Keywords: Feminism; Gender inequality; Patriarchy

¹ Mestranda em Estudos Culturais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, in9r1dap@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

O movimento feminista não teve um ponto de partida único e global, muito pelo contrário, se desenvolveu ao longo dos tempos, em diferentes partes do mundo e de várias formas, como uma resposta à desigualdade de gênero, à opressão das mulheres em diversas sociedades, além de reivindicações por direitos iguais de gênero.

Esse movimento surge a partir de anseios de mulheres que criam suas identidades com base no próprio movimento, como afirma Castells apud Mansbridge (1999, p. 211)

Esse movimento cria discursivamente a identidade que inspira ativistas dos movimentos perante a qual se sente responsáveis... E é uma responsabilidade que se manifesta pela identidade... Exige que se considere o coletivo como identidade meritória cada pessoa, individualmente, como parte dessa identidade. Identidades feministas costumam ser adquiridas, não concedidas... Hoje, as identidades feministas são criadas e fortalecidas quando as feministas se unem, em conjunto e leem o que outras feministas escrevem ponto falarem agir da origem às teorias de rua e as ONG de significação. A leitura mantém as pessoas ligadas e faz com que pensem ponto as duas experiências de transformação pessoal de interação torna nosso ministro inteiramente responsáveis ante o movimento feminista.

A mobilização pelos direitos feministas é uma poderosa forma de resistência e luta pela igualdade de gênero. Essa mobilização busca diariamente desafiar e transformar as estruturas sociais que oprimiram as mulheres ao longo da história.

Durante todo o período de lutas pelos direitos das mulheres, o feminismo sempre enfrentou críticas e resistência, pois muitas pessoas acreditam, de forma equivocada, que o movimento é uma maneira de fazer com que as mulheres sejam consideradas superiores aos homens.

A ideia errônea de que o feminismo é um grupo de mulheres bravas e que estão contra os homens é um estereótipo comum que cerca o movimento feminista, bell hooks (2018, p. 12) afirma “Na maioria das vezes, pensam que o feminismo se trata de um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens. Essas pessoas nem pensam que o feminismo tem a ver com direitos - é sobre de mulheres adquirirem direitos iguais.”

Quando surge a ideia de que o feminismo é sobre direitos surge também a necessidade de corrigir as injustiças enfrentadas pelas mulheres ao longo da história. A partir desse movimento surge muitos outros, como a busca por igualdade salarial, oportunidades de carreira, igualdade de gênero, etc.



2. PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA FEMINISTA INTERSECCIONAL

Foram muitos anos de luta para que as mulheres tivessem seus direitos reconhecidos e conseguir também uma sociedade mais justa e igualitária. Essa luta ocorre desde os primórdios dos tempos, como afirma Alves & Pitanguy (1985, p. 87) “Assim, no ano 195 D.C., mulheres dirigiam-se ao Senado Romano protestando contra sua exclusão do uso dos transportes públicos - privilégio masculino- e a obrigatoriedade se locomoverem a pé.”

Os movimentos ocorridos ao longo dos anos foram cruciais para a mobilização dos direitos feministas, mesmos que alguns deles não tenha de fato sido vitoriosos no que diz respeito às reivindicações imediatas, ainda assim foram fundamentais no que se refere a incentivar mulheres a lutar por seus direitos.

Outro exemplo que enfatiza a luta pela igualdade de gênero é a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrita pela ativista política OLYMPE DE GOUGES, no ano de 1791, e que foi um dos primeiros documentos a reivindicar os direitos das mulheres, além de ter sido uma resposta à Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão.

digame, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? (...) Ele quer comandar como déspota sobre um sexo que recebeu com todas as faculdades intelectuais. (...) Esta revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade (Alves, & Pitanguy, p. 102)

Esse documento sugeria diálogos afim de modificar a dura realidade vivida pelas mulheres da época e consequentemente inspirando as futuras gerações de mulheres que viriam a lutar por seus direitos, como por exemplo, o movimento feminista moderno que originou os movimentos atuais.

No século XIX, mais precisamente, no ano de 1848, houve um evento significativo no que diz respeito à luta pelos direitos das mulheres: a Convenção de Seneca Falls que começou a discutir sobre o direito das mulheres e que Passos (2017), descreveu como:

Um evento em particular marca o fenômeno mundial e chama a atenção de toda a Europa. É a Convenção de Seneca Falls, reconhecida como a primeira convenção mundial pelos direitos das mulheres. Ela ocorre em 1848, em Seneca Falls, Nova York, em uma pequena Igreja Metodista Wesleyana. O evento teve dois dias de duração e resultou na Declaração de Sentimentos assinada por 68 mulheres e 32 homens [4]. Esse documento é escrito nos moldes da Declaração de Independência do EUA e tem como primeira resolução o “direito inalienável à franquia eletiva” por parte da mulher.



Essa conferência deu início a uma série de acontecimentos que levaram ao movimento sufragista, que reivindicava principalmente o direito ao voto pelas mulheres. Alves & Pitanguy (1985), descreve o movimento sufragista como:

- (...) Uma luta específica que abrangeu mulheres de todas as classes foi uma luta longa demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência.
- (...) Mobilizou, nos momentos de ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna essa luta um dos movimentos políticos de massa com maior significação do século XX.
- (...) Denuncia a exclusão da mulher da esfera pública no momento em que há uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e destituídos de renda.

Esses movimentos ao longo dos anos foram cruciais para a mobilização dos direitos feministas, mesmos que alguns deles não tenha de fato sido vitoriosos no que diz respeito às reivindicações imediatas, ainda assim foram fundamentais no que se refere à estimular mulheres a lutar por seus direitos.

As mobilizações feministas que ocorreram propuseram inúmeras estratégias que desafiaram as normas de gênero, normas de discriminação, promoveram a luta por um mundo mais justo e igualitário, além de como consequência transmitir a ideia de que as mulheres poderiam lutar por seus direitos e serem protagonistas de suas histórias, conforme descreve Barsted (2011, p. 98):

O protagonismo das mulheres na luta por sua cidadania – em busca de um tempo perdido – marcou a última metade do século XX. Não se tratava tão somente da inclusão de um novo sujeito de direitos ou da extensão para as mulheres dos direitos existentes. Tratava-se da construção de um novo direito capaz de abarcar novas demandas de um sujeito coletivo específico.

O papel ativo das mulheres na sociedade reforçou a ideia de que elas poderiam lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa. Esse entendimento conduziu a concepção de empoderamento feminino que consiste em capacitar as mulheres para que alcancem seus objetivos nos quais historicamente não poderiam.

A história das lutas e conquistas feministas são complexas, amplas e tem um impacto profundo na sociedade. Essa narrativa atravessa os tempos, desde as lutas por direitos, como o de votar, por exemplo, até as lutas atuais contra o patriarcado e a favor igualdade de gênero.

Apesar das inúmeras conquistas, ainda existem grandes desafios que perduram na sociedade. Entre eles, a luta pela igualdade salarial, a representação na política, a violência de gênero, a relação com trabalho, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, o empoderamento



econômico, etc. Esses desafios exigem uma abordagem interseccional para serem adequadamente enfrentados e superados.

Compreender esses desafios é ainda mais complexo quando entendemos o conceito de interseccionalidade, pois isso nos leva a reconhecer a diversidade entre as mulheres. Na verdade, é fundamental entender o conceito de interseccionalidade para que possamos compreender as diversas questões envolvidas.

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem. (...) A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisar quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade (Akotirene, 2019, p. 24).

Quando considerarmos os diferentes marcadores sociais (gênero, raça, classe social e outras identidades) fica claro como esses fatores se cruzam e contribuem ainda mais para a criação de diversos desafios ainda existentes em nossa sociedade e na vida de inúmeras mulheres que enfrentam a opressão ao longo da vida

a opressão social raramente anda sozinha; ela busca força e aliados em elementos específicos que demarcam diferenças. Se uma mulher é pobre, preta, periférica – podemos ainda acrescentar outras categorias, como lésbica (sexualidade), velha (geração), deficiente (capacitismo) –, o cruzamento desses marcadores de diferença atua diretamente sobre ela e seu lugar no mundo, já que ela é tudo isso ao mesmo tempo, inclusive mulher, estando situada na base de uma pirâmide social, cujo peso ela tem que suportar, enquanto o topo é ocupado por aqueles que não têm qualquer carga a assumir, como homens, brancos, heterossexuais e bem sucedidos – modelos inquestionáveis de uma tradição cultural herdada da modernidade. (Veiga, 2020, p. 05)

Judith Butler (2003) apresenta justamente uma análise crítica acerca da categoria "mulher" e questiona a ideia de um sujeito feminino que seja universal e homogêneo, além de afirmar que o gênero é uma construção social complexa

se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (...) o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (...) [e] se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (Judith Butler, 2003, p. 20)

As mulheres, em especial as que pertencem a grupos marginalizados, enfrentam diariamente desafios semelhantes na representação de suas vozes. Isso ocorre na forma de diversas opressões que, ao se misturarem, tornam a luta por igualdade ainda mais complexa.



Essa complexidade existe por conta da grande influência do patriarcado e a maneira como este sempre privilegiou os homens, como afirma Segato (2005, p. 272).

Isso é assim porque no longuíssimo tempo da história do gênero, tão longo que se confunde com a história da espécie, a produção da masculinidade obedece a processos diferentes aos da produção da feminilidade. Evidências em uma perspectiva transcultural indicam que a masculinidade é um status condicionado a sua obtenção – que deve ser reconfirmado com uma certa regularidade ao longo da vida – mediante um processo de prova ou conquista e, sobretudo, sujeito à exação de tributos de um outro que, por sua posição naturalizada nessa ordem de status, é percebido como o provedor do repertório de gestos que alimentam a virilidade.

Os padrões impostos pelo sistema do patriarcado resultaram em imposições de papéis de gênero rígidos, onde as mulheres eram frequentemente consideradas inferiores e subordinadas aos homens brancos colonizadores. Infelizmente, mesmo anos depois, essas ideias ainda persistem no cotidiano, Quijano(2005, p.117) descreve essas relações:

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

É fundamental combater o machismo e buscar a igualdade de gênero, reconhecendo a influência histórica do colonialismo e do patriarcado em nossa sociedade. É essencial trabalhar para desmistificar essas formas de opressão, promovendo o respeito e a igualdade de gênero. Segundo Beauvoir(1970, p.81):

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão.

Ainda acerca da visão predominante entorno de gênero Lugones (2008, p.93), a visão descreve que. o controle é exercido pelo patriarcado como uma forma de autoridade e controle sobre a produção com base no capitalismo. Essa escolha é ocorre pela influência da civilização nos processos de identidade e sociedade, fazendo com que haja um controle dentro de relações interpessoais.

Conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo eurocêntrico global é entender até que ponto o processo de redução do conceito de gênero à função de controle do sexo, seus recursos e produtos, constitui a dominação de gênero. Para entender essa redução e a estrutura da racialização e o enegrecimento, precisamos pensar em que medida a organização social do “sexo” pré-colonial inscreveu a



diferenciação sexual em todos os âmbitos da vida, inclusive no saber e nas práticas rituais, na economia, na cosmologia, nas decisões de governo interno e externo da comunidade (Lugones, 2008, p.93).

2.1 Feminismo no Brasil

No Brasil, o movimento feminista não teve tanta visibilidade social como os movimentos exteriores, ainda assim fora de suma importância para a defesa pela igualdade de gênero no país. Para Duarte (2003), a história do feminismo é pouco contada e, por este motivo, não é tão conhecida

Mas se a história do feminismo não é muito conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada. A bibliografia, além de limitada, costuma abordar fragmentariamente os anos de 1930 e a luta pelo voto, ou os anos de 1970 e as conquistas mais recentes. Na maior parte das vezes, entende-se como feminismo apenas o movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras; e tudo o mais fica relegado a notas de rodapé (Duarte, 2003, p.152).

A falta de informação acerca dos movimentos feministas contribuiu para uma compreensão errônea de que o feminismo seria uma série de eventos isolados ao invés de um movimento contínuo com raízes profundas e que abrange vários contextos e lutas em diferentes épocas ao longo dos anos.

O movimento pelos direitos das mulheres no Brasil começou no século XIX e entregou bases importantíssimas para as futuras lutas a favor da igualdade de gênero no país. As mulheres precisaram lutar por educação, o que até o momento era direito reservado apenas aos homens.

No ano de 1827, as feministas conseguiram que fosse aprovada uma lei que permitia a criação de escolas públicas femininas, um grande feito para a época. Mesmo assim o direito de cursar uma faculdade só foi obtido no ano de 1879.

Com a conquista do direito ao estudo as vidas de muitas mulheres mudaram. Essa grande mudança foi gigantesca para a luta feminista, mesmo que nessa época ainda não soubessem o que significava essa palavra. Muzart (1999) afirma que “[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão.”

Ainda no século XIX, começou a circular no Brasil, um jornal que, mesmo não permanecendo ativo por muito tempo, foi o início da luta para a conquista do voto feminino. O “Jornal das Senhoras”, que era um jornal redigido apenas por mulheres



O Jornal das Senhoras nasceu em meio à essa conjuntura, a qual, por meio do binômio público/privado, as mulheres eram “excluídas” de alguns espaços, a exemplo da imprensa. Fundado em 1852, o referido periódico constituindo-se como o primeiro periódico escrito e dirigido por uma mulher, além de ser destinado ao público feminino. Jornal semanal foi publicado durante quatro anos consecutivos, de 1852 a 1855, e seus exemplares se encontram disponíveis para consulta na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. (Rodrigues, 2017, p.64)

O Jornal das Senhoras representou um marco grandioso e significativo na história das lutas femininas no Brasil. Ao criar e organizar o jornal, as mulheres da época desafiaram a exclusão de locais como a imprensa pública e também passaram a ser protagonistas apresentando suas vozes na sociedade da época:

a imprensa feminina tornou-se não só um canal de expressão eficaz para as sufocadas vocações literárias das mulheres, mas exerceu ainda uma função de conscientização, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer” Todos eles foram importantes instrumentos na conscientização das mulheres, pois divulgavam o que ocorria nos outros países, faziam circular os textos entre si, davam notícias de livros, da abertura de escolas, e apoiavam as iniciativas das companheiras. Enfim, criaram, concretamente, uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual (Duarte, 2005, p.229).

No ano de 1890, período após a criação do Jornal das Senhoras, destaca-se uma mulher chamada Josefina Álvares de Azevedo, que foi uma jornalista, escritora e precursora do feminismo no Brasil. Ela escreveu e encenou uma peça chamada “O voto feminino”, que foi publicada em uma revista chamada “A família”. A peça representa o princípio do movimento sufragista brasileiro em uma época no qual a participação feminina na política não existia.

Em 1932 a luta sufragista brasileira obteve uma vitória fervorosa, representando uma conquista decorrente da persistência e luta de mulheres que batalhavam pelo direito do voto. Ainda neste ano, o sufrágio feminino foi assegurado pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro, representando uma vitória decorrente da persistente luta das mulheres que, desde a Constituinte de 1891, pleiteavam o direito ao voto.

A conquista do direito ao voto tornou-se possível graças à organização de movimentos feministas no início do século XX, os quais desempenharam um papel intenso e incansável no movimento sufragista. Esses movimentos foram influenciados, sobretudo, pela luta das mulheres nos Estados Unidos e na Europa pelos direitos políticos.

O voto foi uma ferramenta essencial para ampliar a representação de mulheres na política e, por consequência na construção de projetos que visam o desenvolvimento social. O reconhecimento do direito ao voto feminino garantiu que as mulheres fosse incluídas nas decisões que moldam o curso do país.

A demora para que o Brasil aprovasse o voto feminino reflete um contexto histórico de



resistencia, patriarcalismo e desigualdades de gênero enraizadas. A luta pelo voto foi marcada por conscientização, protagonismo, ativismo e mobilização.

Quando as feministas conseguiram o direito de votar, o Brasil avançou de forma categórica na direção da igualdade de gênero. Ainda assim, essa conquista representou somente o início de uma árdua jornada no enalço de plenos direitos e oportunidades para as mulheres na sociedade.

Apesar das conquistas obtidas, a discussão feminista precisava ainda de muitas luta e perseverança, considerando o o feminismo da época pode ser visto hoje em dia como um feminismo conservador, visto que as feministas lutavam pelo direito ao voto, direito de trabalhar, igualdade de gênero, porém não abordavam a temática que tratava de liberdade sexual

Durante a década de 60, surgiram as primeiras organizações femininas a se organizar no Brasil, que, ainda mantinham traços conservadores podendo ser observados na maior parte dos primeiros estatutos que defendiam apenas o espaço no mercado de trabalho e a igualdade entre os sexos, repudiando a discussão a respeito da liberdade sexual, num contexto histórico em que se primava pela ordem pública (Cruz,2009, p.06).

As questões acerca da liberdade sexual só passaram a ser discutidas a partir dos anos 1970:

Os anos 70 marcaram uma reviravolta no movimento feminista, que passou a colocar como um dos eixos da sua luta a questão da relação homem-mulher e a necessidade de reformulação dos padrões sexuais vigentes. (Goldenberg, 2001, p.05)

Nos anos 60 e 70, houve uma mudança de foco na luta feminista, uma vez que o direito ao voto já havia sido conquistado. O movimento, que inicialmente se centralizava na busca por direito a educação, começou a debater a complexa questão das relações entre homens e mulheres e a necessidade de reformular os padrões sexuais que estavam em vigor naquele momento.

Pela primeira vez elas trazem um discurso direto sobre sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres. O tema da violência doméstica, também passou a ser problematizado e compreendido como um mecanismo de controle social. O debate sobre este assunto se esvai do âmbito privado e ganha visibilidade em escala nacional ao mesmo tempo em que o próprio movimento feminista ganha espaço em pautas públicas, universidades. Outro ponto que começa a ser abordado é a liberdade de autonomia para as mulheres decidirem sobre seu corpo, sua vida (Moreira, 2016, p.11).

Nessa conjuntura, o movimento feminista brasileiro passou a começar a discutir sobre as dinâmicas de poder e as relações interpessoais entre homens e mulheres. Essa mobilização passou a explorar as normas comportamentais que existiam na sociedade da época e intenção



do movimento feministas começou a ser a necessidade de reformulação dos padrões sexuais.

Mesmo com as narrativa estigmatizantes da época, a luta feminina continuou e em meio a um cenário turbulento e, no ano de 1985 criou-se a primeira Delegacia da Mulher, na cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa da criação da delegacia representou um reconhecimento das necessidades que existia na vida das mulheres da época.

Em suma, a história do movimento feminista no Brasil é complexa e, por vezes subestimada. Ao longo dos tempos, as mulheres brasileiras enfrentaram muitos desafios, desde a conquista do direito a educação, passando pela conquista do direito ao voto até chegar a conquista do reconhecimento de igualdade pela justiça de acordo com a Constituição Federal.

A história do feminismo no Brasil que por muitas vezes foi silenciada, merece ser lembrada como uma história de resistência e conquistas. Mesmo com os inúmeros avanços ao longo dos tempos, a luta por igualdade de gênero deve ser continua e ocorrer todos os dias para transformar a sociedade atual em uma sociedade em que não exista diferenças entre homens e mulheres.

A igualdade de gênero é uma luta coletiva que envolve todos os indivíduos, independentemente de seu gênero. É necessário superar as limitações impostas pelos padrões machistas que estão enraizados na cultura e na sociedade, construindo um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos.

É fundamental fortalecer as discussões sobre a violência contra as mulheres, pois essa é a base para a construção de políticas públicas eficazes, educação com foco na perspectiva de gênero e construção de uma cultura de respeito e valorização as mulheres em toda a sociedade.

Entretanto, fica evidente que existem muitas lacunas entre as políticas de proteção e a realidade vivida pelas mulheres, indicando a persistência de desafios significativos, é indiscutível que a necessidade de abordagens mais eficazes e abrangentes para combater a exploração e a violência de gênero ainda persiste na nossa sociedade.

É essencial investir em medidas que vão contra as raízes da violência como, por exemplo, discriminação de gênero e cultura do machismo, além de promover a autonomia as mulheres. Também é fundamental que as vozes das mulheres sejam ouvidas ao invés de serem subalternizadas e marginalizadas, pois mesmo tendo conquistado direitos, ainda há muito para conquistar, Spivak (2010, p. 66) faz uma reflexão acerca da fala para pessoas subalternizadas

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual duplamente obliterado. A questão não é da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos casos, há evidência. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica do gênero



mantém a dominação masculina. Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. (...) Pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que não possa saber e falar por si mesmo. A solução do intelectual não é se abster da representação. O problema é que o itinerário do sujeito não foi traçado de maneira ao oferecer um objeto de sedução ao intelectual representante [...] A questão que se apresenta é: como podemos tocar a consciência do povo, mesmo quando investigamos sua política? Com que voz-consciência o subalterno pode falar?

Existe ainda, uma difícil tarefa que é fazer com que a sociedade desapegue do modelo patriarcal existente e essa desconstrução é essencial para que possa haver a promoção da igualdade de gênero. É preciso desmistificar os estereótipos que estão enraizados na sociedade de que a mulher é submissa, Silva (2013, p.121) nos traz uma reflexão acerca desse assunto

O patriarcado, então, passou a funcionar como um jogo de relações sociais entre os homens e instituiu normas gerais de valoração dos gêneros, com prejuízos, historicamente irreparáveis para as mulheres. O pai, o irmão, o marido e o filho se encontram, ainda, em posições superiores à mulher. Por um longo período de tempo, assinaram pelas mulheres, falaram por elas e, ainda, deram-lhes o nome; diante das mulheres, sentaram-se nos melhores lugares, comeram o que havia de melhor; tinham liberdade de ir e vir a qualquer hora e em qualquer lugar; puderam amar mais de uma mulher sem medo e sem vergonha; em vida, eram, sozinhos, os donos da riqueza, mesmo que esta tivesse sido produzida por toda a família, que somente vinha a ter a posse quando o “cabeça” falecia; a transmissão das riquezas e do poder, através do sistema de hereditariedade, os favoreceu com prioridade absoluta; a palavra de decisão na família foi um de seus maiores patrimônios. Enfim, os homens exerceram o poder em detrimento das mulheres.

A desconstrução do patriarcado não é somente uma tarefa intelectual, mas sim coletiva em busca da igualdade de gênero. Essa desconstrução é uma tarefa que necessita da participação de toda sociedade. A desconstrução do patriarcado não pode ser apenas um movimento teórico, mas sim uma luta coletiva, dia após dia para podermos ter uma sociedade justa e igualitária para homens e mulheres de todos os lugares, etnias, raças, cores, orientações sexuais, etc.

2.2 Luta pelo fim do controle sobre os corpos femininos

Atualmente vivemos em um tempo marcado por um retrocesso alarmante no que se refere ao direito das mulheres, um exemplo disso é o Projeto de Lei (PL) 1.904/2024, que está em tramitação na Câmara dos Deputados e propõe equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, punindo a mulher vítima de estupro que interromper a gravidez com pena de até 20 anos de prisão.

É lamentável ver que o corpo feminino é pauta de debater acalorados e muitas vezes



absurdos. É ainda mais lamentável perceber que esse debate parte de homens que estão em cargos de poder que nos representam. Esses homens são guiados, na grande maioria das vezes, por ideologias conservadoras e misóginas e, por conta de seus lugares privilegiados de fala e de poder, acabam tentando controlar as mulheres em todos os aspectos de sua vida

O debate acerca do aborto gira não só acerca de uma questão pública de saúde, mas também em torno do controle do corpo feminino e da liberdade de escolha além da autonomia das mulheres. A luta pelo controle de natalidade é um direito fundamental conquistado pelas mulheres, Angela Davis (2016) nos faz uma reflexão acerca desse direito:

O controle de natalidade – escolha individual, métodos contraceptivos seguros, bem como abortos, quando necessários – é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres. Uma vez que o direito ao controle de natalidade é obviamente uma vantagem para as mulheres de todas as classes e raças, seria de se esperar que mesmo os grupos mais diversos de mulheres tentassem se unir em torno da questão (Davis, 2016 p.198).

A mulher que tem controle de natalidade ou controle de reprodução, pode tomar decisões com consciência sobre sua vida, seus projetos e sua carreira e essa autonomia é fundamental para se construir uma sociedade mais justa e igualitária. As normas de gênero, são ferramentas de controle social que servem para perdura a desigualdade e a subordinação feminina.

As mulheres tem lutado lutam por sua autonomia corporal com organização social, mobilização política e argumentação acerca das normas opressoras. Essa resistência é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

Michel Foucault (1979), em seu livro sobre a biopolítica e a governamentalidade, explora justamente essa ideia de como os estados modernos exercem controle sobre a vida biológica das populações. Assim como está ocorrendo com a criação do Projeto de Lei (PL) 1.904/2024.

Nas ideias defendidas por Foucault(1979) o estado regula aspectos como saúde, reprodução e mortalidade, uma perspectiva crucial para compreender as dinâmicas de poder que afetam as mulheres de forma desproporcional. Essa perspectiva se conecta diretamente com as lutas feministas, que ao longo do tempo têm enfrentado o controle sobre os corpos femininos.

As lutas pelos direitos reprodutivos e contra a violência de gênero exemplificam formas de resistência ao biopoder e destacam a importância de se combater formas opressoras para alcançar a igualdade de gênero.



3. DESENVOLVIMENTO

Como já foi debatido, o movimento feminista foi marcado por diversas lutas ao longo do tempo. A busca por igualdade de gênero, tem sido mais debatida e um dos motivos que podem ter levado esse assunto a se intensificar são as demandas sociais e as políticas que estão se tornando também cada vez mais complexas. A interseccionalidade tem cada vez mais apresentado ser fundamental para entender esse movimento. Collins (2001) apud Akotirene (2019, p.27), descreve sobre a perspectiva da interseccionalidade:

Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda, segundo a metodologia de Patricia Hill Collins, trata-se de visão interseccional inválida ao projeto feminista negro. A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisase quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade.

A interseccionalidade é uma forma de percebermos que a opressão não é uma experiência isolada e sim várias formas de relações de poder como patriarcado e capitalismo que se unem e se reforçam a opressão. Logo, devemos sempre considerar as diversas identidade das mulheres e as muitas formas de discriminação que estas enfrentam.

Este artigo, tem como objetivo analisar o movimento feminista através da perspectiva da interseccionalidade, mostrando como as diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam a vida das mulheres, tal como os procedimentos que as mulheres utilizam para enfrentar essas formas de opressão.

A pesquisa tem um caráter bibliográfico, com análise de livros, artigos científicos e materiais produzidos pensando nos movimentos feministas. Os dados debatidos foram coletados a partir de trabalhos que abordam a interseccionalidade e o movimento feminista. A análise dos trabalhos mostrou a complexidade das experiências das mulheres ao longo dos anos, além de considerar também as muitas formas de opressão entrelaçadas.

Os resultados demonstram que a interseccionalidade é necessária para que possamos entender as desigualdades de gênero e as lutas por direitos iguais. Além disso, mostra também que as mulheres de diferentes grupos sociais sofrem adversidades mais específicas e que as lutas devem ser adaptadas à suas realidades.

Entretanto, ainda verifica-se uma resistência de introduzir a perspectiva interseccional ao movimento feminista, como por exemplo, a necessidade de desconstruir categorias



hierárquicas dentro do próprio movimento e de construir vínculos resistentes com outros movimentos sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres tiveram que lutar diversas vezes por seus direitos, desde o direito ao voto até a luta contra a violência de gênero. A interseccionalidade é fundamental para o feminismo, através dela devemos entender e considerar as diferentes opressões que se cruzam a vidas das mulheres, como raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero.

Apesar das conquistas históricas, ainda existem muitos desafios nos quais as mulheres deverão enfrentar, como por exemplo a luta pelo fim do controle sobre os corpos femininos, especialmente em questões de saúde reprodutiva. Projetos de lei como o PL 1.904/2024 exemplificam os desafios atuais e a resistência feminista contra projetos retrógrados como esse é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O movimento feminista tem uma trajetória complexa e cheia de luta contra a desigualdade de gênero e contra a opressão de mulheres em todo o mundo. O movimento reivindica os direitos das mulheres e desafiam as estruturas patriarcais nas quais as mulheres são submetidas. Somente através da união o movimento feminista continuará a vencer as barreiras que existem e as que ainda podem surgir.

5. REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ALVES, Branca Moreira.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

BARSTED, Leila Linhares. **Os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres**. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/funag/transparencia/boletim-interno-arquivos/boletins-internos-2011/07-boletim-interno-julho2011.pdf/view>. Acesso em 30 mai. de 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1970.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.



COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 2ª ed. Nova York: Routledge, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial. 2016.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de janeiro de 1979. In. **Nascimento da Biopolítica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

HOOKS, Bell. **O feminismo é pra todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Revista Tabula Rasa**, nº 9, p. 73-101, jul/dez. 2008. Disponível em <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em 8 abr. 2022

MOTA, Maria Dolores de Brito. Margaridas nas ruas: as mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (orgs.). Margarida Alves. **Coletânea sobre estudos rurais e de gênero**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

GOUGES, Olympe de. **Déclaration des Droits de la femme et de la citoyenne**. Disponível em: <http://www.siefar.org/wp-content/uploads/2015/09/Gouges-D%C3%A9claration.pdf>. Acesso em: 30 mai. de 2024.

PASSOS, Isabella. **A participação cristã no direito das mulheres ao voto**. Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/conteudo/a-participacaocrista-no-direito-das-mulheres-ao-voto/2>. Acesso em: 30 mai. de 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em 28 mai. de 2024.

RODRIGUES, Elizabete Silva.; ARAS, Lina Maria Brandão. **Resistência inventiva**: as mulheres fumageiras. Gênero, mulheres e feminismos. Alinne Bonetti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (org.) Salvador: EDUFBA:NEIM.Coleção Bahianas;14. 2011.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid/Argentina: Traficantes de Sonhos, 2016.

SILVA, Elisabeth. Rorigues. da. Resistência inventiva das mulheres fumageiras do recôncavo baiano. **Revista Feminismos**. [S. l.], v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29922>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG. 2010.

VEIGA, Ana Maria. **Uma virada epistêmica feminista (negra)**: conceitos e debates. Tempo e Argumento Florianópolis: UDESC, v. 12, n. 29, 2020.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

UM ESTÍMULO AO EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA ATRAVÉS DA LITERATURA NEGRA NOS CORDÉIS DA ESCRITORA JARID ARRAES

A STIMULUS TO THE EMPOWERMENT OF BLACK WOMEN THROUGH BLACK LITERATURE IN THE CORDELS OF THE WRITER JARID ARRAES

Flaviana Oliveira Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o empoderamento feminino negro e a concepção de uma identidade negra não estereotipada, antirracista e contra a invisibilidade da história da mulher negra na sua participação nas lutas contra a escravidão e mesmo na contemporaneidade nas batalhas insurgentes do racismo. Uma reflexão da literatura negra através da leitura e estudo da obra *Heroínas Negras em 15 cordéis* da escritora negra Jarid Arraes, onde procuramos observar como a autora mostra a intensidade da força dessas mulheres, promovendo empoderamento e auto-estima. A literatura negra brasileira deve ser uma forma de desconstruir a imagem de uma mulher subalternizada, submissa, objeto e regada de preconceitos. A literatura de cordel utilizada pela escritora é também uma forma de resistência, uma arte popular tratada com preconceito, o que demonstra a necessidade de mais estudos para a superação dessas mazelas sociais da elite formada através dessa colonialidade.

Palavras-chave: mulher negra, cordéis, preconceitos raciais, literatura negra, empoderamento.

ABSTRACT

This article aims to reflect on black female empowerment and the conception of a non-stereotyped, anti-racist black identity and against the invisibility of the history of black women in their participation in the struggles against slavery and even in contemporary times in the insurgent battles of racism. A reflection of black literature through the reading and study of the work *Black Heroines in 15 cordels* by the black writer Jarid Arraes, where we seek to observe how the author shows the intensity of the strength of these women, promoting empowerment and self-esteem. Black Brazilian literature should be a way of deconstructing the image of a subalternized, submissive, object and prejudiced woman. The cordel literature used by the writer is also a form of resistance, a popular art treated with prejudice, which demonstrates the need for more studies to overcome these social ills of the elite formed through this coloniality.

Keywords: black woman, cordels, racial prejudices, black literature, empowerment.

¹Mestranda em Estudos Culturais pela UFMS. Graduada em Biologia pela UFMS, Pós graduada em Metodologia de Ensino FACINTER, Graduada em Química pela UNIMES, email: fos.silva@hotmail.com.



1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe o fazer pensar sobre o empoderamento da mulher negra contemporânea através da leitura de cordéis da Escritora Jarid Arraes, onde buscamos discutir a relação da mulher negra diante do apagamento histórico provocado pelos colonizadores, e nas origens do patriarcado. Empoderar as mulheres tem uma definição de acordo com a ONU:

Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente (ONU Mulheres, 2017, p. 21).

Uma forma de fortalecer a identidade dessas mulheres e dos grupos sociais e das relações afetivas dentro dessa sociedade, do enfrentamento frente à cultura machista que historicamente banaliza as violências contra a mulher. Este trabalho tem como base uma pesquisa bibliográfica de autores que falam sobre as temáticas raciais, feministas, literatura e os fenômenos sociais e históricos envolvendo a escravidão e o preconceito.

Quando estudamos a história da mulher negra no Brasil levamos em conta todo o estereótipo enraizado em nossa cultura e do racismo estrutural. É notável que essas mulheres seguem como coadjuvantes de um processo de liberdade escravagista, sem personalidade, sem cultura, enquanto na verdade foram importantes personagens políticas e de grande poder social, a sua exclusão histórica se deve a demandas estabelecidas pelo colonizador, que não admitia a identidade e a cultura do povo negro, e não tinham interesse de perpetuar essa cultura, ainda mais da mulher negra, muitas vezes vítima dos senhores brancos pelos quais sofriam abuso e violência, o que levaram muitas delas a não conseguir contar sua própria história.

Ao refletirmos sobre o empoderamento da mulher negra estamos buscando a valorização da sua história transformadora nas lutas contra escravidão e preconceito. Nessa perspectiva, citamos os cordéis da escritora Jarid Arraes, que tem em seu título “Heroínas Negras Brasileiras”. Esse título nos instiga a pensar em quais foram essas lutas. Para o homem branco, senhor de escravos a mulher negra era considerada submissa em sua natureza, sendo muito difícil imaginar a vida dessas mulheres, pois não podiam falar, não tinham voz, como no conceito de subalternidade de Spivak (2010, p. 57), conceito onde ela descreve as consideradas



camadas mais baixas da sociedade como excluídos. A mulher negra sempre excluída da sociedade, claramente com menos oportunidades, relegadas a posições de menor remuneração no mercado de trabalho, revelando a opressão e a discriminação que foram consolidadas socialmente. A sociedade deve conhecer e tomar posse dessa história, como Chimamanda Adich (2009), diz que “as histórias importam, muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar”.

2. METODOLOGIA

O método utilizado para essa pesquisa é o bibliográfico a pesquisa baseia-se na análise do livro *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis* da Escritora Jarid Arraes, buscando sempre analisar em seus textos os termos e a escrita que tem a capacidade de empoderar a mulher negra e valorizá-la. Será realizada uma pesquisa que trate de assuntos que estão envolvidos nos temas taratados: mulheres negras, feminismo, racismo, cultura afro-brasileira, empoderamento, literatura negra, cordéis, história, apagamento das lutas dessas mulheres. A participação em disciplina de mestrado e grupos de estudo e grupos de discussão em mídias digitais também são fontes para o aprimoramento da pesquisa bibliográfica. Essa pesquisa será baseada em autores e palestrantes publicados realizando uma coleta de dados, escritos e falas, utilizando procedimentos em acordo com as normas técnicas que credibilizem e validem o estudo. Será realizada: um estudo sobre as fontes que tratem do tema, seleção de autores, seleção das obras. As pesquisas bibliográficas serão em publicações físicas, publicações digitais de livros, artigos e palestras, e teses de mestrado. A organização das fontes foi por meio de fichamento.

3. A LITERATURA NEGRA

A literatura negra é uma ferramenta para reduzir esse rebaixamento social e cultural dando visibilidade a mulher negra, tirando-a da visão subalterna, combatendo seu avanço. Os cordéis da escritora Jarid Arraes contam a história de quinze mulheres heroínas do Brasil, mulheres nascidas no Brasil, umas libertas, outras alforras, alguns membros da realeza Africana, mulheres retiradas da sua posição de nobreza na África, escravizadas no Brasil, sofridas, mas não abatidas mediante o sofrimento, e se tornaram exemplos de mulheres guerreiras, fortes, líderes e vitoriosas. A literatura brasileira é bastante pobre de figuras negras protagonistas em papéis dignos, geralmente somos retratados em posições subalternas. A Escritora Jarid Arraes, também mulher negra, nordestina nascida na região do Cariri no Ceará, ativista social, escreveu sua obra onde segue a estética e a rima dos cordéis uma escrita com a



capacidade de despertar naquele que lê a compreensão de nós mesmos, e especialmente no Heroínas Negras em 15 cordéis, fazer refletir sobre as questões de racismo, sexismo, preconceitos étnicos e ainda de como somos desconhecedores dos eventos mais perversos cometidos pelos colonizadores para demonstrar seu poder, para Mbembe (2016, p. 131) “o sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo escravo”. A literatura negra deve também levar a essa reflexão, deve ser resistência, deve ampliar os espaços de visibilidade dessas mulheres, reconhecendo todas as suas contribuições. Difundir a literatura negra proporciona a visão de uma sociedade plural, uma oportunidade de apresentar as tradições culturais africanas ainda marginalizadas, desafiar e revolucionar a quebra desses estereótipos proporcionando uma representação diversificada e real da vida dessas mulheres, a arte de um povo sofrido que lutou, que resistiu, mas ainda assim teve sua vida roubada pela escravidão, Mbembe fala sobre isso:

Arte de existir em meio à espoliação, mesmo que agora seja quase impossível invocar o passado e lançar sobre ele algum encantamento, exceto talvez nos termos sincopados de um corpo que constantemente é transformado de ser em aparência, de canção em música (Mbembe, 2001, p. 190).

Sendo também uma forma de contribuição aos estudos culturais ao ampliar as discussões sobre a produção de conhecimento no meio acadêmico e a representação da Mulher da África e na crítica de suas representações ocidentais que em nada se parecem aquelas que sofreram essa opressão, uma forma de valorização das perspectivas da cultura africana descolonizando o conhecimento e a cultura. De acordo com Hall (2003, pg 44), “paradoxalmente nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada estão a nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”. Como bem disse Mudimbe (2013), na obra “A invenção de África”, que contesta discursos colonialistas de demonstrar a primitividade dos povos escravizados deixando de lado toda a cultura produzida por esses povos. Falar de si e para um igual tem outro poder, para David Brookshaw (1983):

[...] O aspecto importante a emergir da obra dos escritores negros, como veremos, é que, embora possam defender e mesmo internalizar estereótipos criados pela tradição branca a respeito deles, suas obras raramente limitam-se a isso, mas inevitável e desejavelmente, transmitem um conhecimento mais íntimo da posição do negro na América Latina e uma perspectiva mais pessoal e honesta de suas aspirações.

O livro de Jarid Arraes traz suas narrativas em formato de cordel que oferecem ao leitor a representação positiva das mulheres que dentro de suas realidades e da identidade africana



que carregavam, não deixaram de lado suas manifestações culturais, seja nos seus rituais religiosos adorando seus orixás, na sua música com os atabaques e seu samba, na culinária através dos quitutes e até mesmo na luta em sua forma e estratégia de guerrear, essas mulheres tiveram coragem e enfrentaram seus algozes com inteligência e astúcia, sendo hoje modelos de inspiração, resiliência e liderança, proporcionando o empoderamento daquelas que se identificam dentro dessa história utilizando-as como um exemplo a ser seguido. De acordo com Pestana (*apud* Fonseca, 2006) a literatura negra possui um papel essencial na reversão das imagens negativas e na formação da identidade de grupos etnicamente excluídos.

Através dos cordéis que narram os feitos de mulheres da realeza Africana podemos verificar exatamente o que trata OYĚWÙMÍ em um trecho de “A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”:

O processo colonial foi diferenciado por sexo, na medida em que os 31 colonizadores eram machos e usaram a identidade de gênero para determinar a política. Pelo exposto, fica explícito que qualquer discussão sobre hierarquia na situação colonial, além de empregar a raça como base das distinções, deve levar em conta seu forte componente de gênero (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 186).

Pois ali naquela história de escravidão, homens poderosos, usaram de seu poder de compra e barganha para escravizar rainhas e princesas, mulheres que representavam muito ao seu povo, não respeitaram seus costumes e tradições, resultando na opressão de uma cultura em detrimento da outra, tentando com isso subjugar ainda mais aquelas pessoas. Escrever sobre esses momentos históricos e narrar essas vivências são uma forma de dar vida a essa resistência, e a literatura de forma geral tem esse papel, de acordo com Santos, (2022, p.58) a historiografia possui instrumentos que permite ao historiador estudar e reconstruir o modo de vida dos personagens, e a literatura surgiu como fio condutor nessas novas abordagens.

4. O CORDEL

A literatura de cordel representa um patrimônio cultural e imaterial do Brasil, especialmente para a região Nordeste onde se originou, é mais do que simples poemas rimados; é um reflexo da história, da cultura e da identidade do povo brasileiro. O Cordel é um elo com nossas raízes, transmitindo lendas, causos, histórias de heróis e acontecimentos cotidianos de forma poética e acessível. É um dos maiores representantes da cultura nordestina, onde são expressados as falas, os costumes e as religiões e demais crenças dessas localidades de cultura tão rica mais diminuída por aqueles que colonizaram o Brasil com branquitudes. Por meio dele, podemos compreender melhor a alma do povo nordestino, foi por muito tempo a forma de



entretenimento e informação para as a população mais humilde, democratizou o acesso à cultura escrita e ainda serviu como forma de expressão de pesares, idealismos, utopia, batalhas do povo, como uma forma de resistência e denúncia social. Em 2018, a literatura de cordel foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, atestando sua importância para a identidade nacional. (Brasil, 2018). O cordel é capaz de preservar a memória coletiva, transmitindo as gerações uma série de valores, tradições e a história do povo, pois é capaz de abordar temas variados, como a fé, questões política e a desigualdades sociais com muita complexidade em suas rimas. Apesar de suas raízes tradicionais, o cordel é uma forma de expressão artística viva, que continua se renovando e se adaptando aos novos tempos que contribui para a construção de uma identidade nacional mais inclusiva e diversa, valorizando as raízes populares e regionais.

Durante a escravidão num momento em que a comunicação era restrita e a leitura era privilégio de poucos, os versos era uma forma de compartilhar informações, histórias e experiências entre os escravizados e não escravizados na região nordeste, pois como uma cultura de base, negros escravizados também são nordestinos escravizados, partindo dessa premissa seriam os negros nordestinos que através dos versos, preservavam sua cultura, suas tradições e suas raízes africanas, resistindo à tentativa de apagamento de sua identidade, muitas vezes essas rimas ou cantos era utilizados para expressar sua fé, oferecendo conforto e esperança em momentos de sofrimento. Ele também permitia que os escravizados expressassem seu descontentamento com a escravidão, fazendo críticas que muito se pareciam com canções, os versos podiam carregar mensagens de esperança e de luta pela liberdade, inspirando os negros a continuarem a resistir, muitos tinham facilidade com as palavras e escreviam seus próprios versos, expressando suas vivências e sentimentos. Pelo tom das rimas eles memorizavam com facilidade e transmitiam oralmente de um para outro, e com isso se comunicavam com muita eficiência, os versos eram transformados em canções, que eram entoadas durante o trabalho nos campos, em festas e em momentos de lazer. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil, 2018):

A literatura de cordel é um gênero poético que resultou da conexão entre as tradições orais e escritas presentes na formação social brasileira e carrega vínculos com as culturas africana, indígena, europeia e árabe. Nesse sentido, a literatura de cordel é um fenômeno cultural vinculado às narrativas orais (contos e histórias de origem africana, indígena e europeia), à poesia (cantada e declamada) e à adaptação para a poesia dos romances em prosa trazidos pelos colonizadores portugueses. Os poetas brasileiros no século XIX conectaram todas essas influências e difundiram um modo particular de fazer poesia que se transformou numa das formas de expressão mais importantes do Brasil (Brasil, 2018).



5. A HISTÓRIA DAS HEROÍNAS NEGRAS EM CORDEL

A literatura de Cordel utilizada pela escritora Jarid Arraes na obra *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*, enquadra-se em um tipo de gênero literário popular, conhecida como uma expressão da cultura nordestina, esses textos de cordel não contam apenas histórias passadas é uma produção cultural que se materializa também em tradições orais se utilizando de rimas cantadas melodiosamente. O livro apresenta quinze cordéis onde a escritora apresenta as quinze mulheres, são elas: Antonieta de Barros, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Esperança Garcia, Eva Maria do Bonsucesso, Laudelina de Campo Melo, Luíza Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina dos Reis, Mariana Crioula, Na Angotimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata e Zacimba Gaba. Utilizando da sua obra Jarid Arraes trás para o presente esses nomes de mulheres guerreiras, que lutaram e deixaram uma herança histórica de coragem que não deve ser esquecida. Gangnebin (pag. 55, 2006) explica que a rememoração também significa atenção ao presente e que o passado transforma o presente. Nessa obra Jarid Arraes traz à superfície as vivências de mulheres negras que batalharam por seus espaços e direitos, mostraram que são contribuintes da cultura e da verdadeira história da sociedade brasileira, mas foram apagadas dela. Nos cordéis, Jarid Arraes utiliza uma linguagem poeticamente acessível, como deve ser o cordel, para contar essas histórias, tornando-as compreensíveis a um público diverso, incluindo crianças e jovens. Apresentando esse grupo de mulheres como heroínas, o livro incentiva a autoestima e o empoderamento de meninas e mulheres negras, mostrando que elas também podem ser protagonistas de suas próprias histórias.

A escolha do cordel como formato literário demonstra a origem da autora, seu conhecimento da cultura popular, da necessidade urgente de trazer temas como feminismo negro e valorização da mulher negra para uma discussão nacional e ainda toda sua relevância na construção da identidade negra. Ao apresentar todas essas personagens reais históricas e incríveis, a obra é capaz de ajudar a desconstruir estereótipos e a criar um momento de revelação de um tema pouco abordado. As personagens são inspiradoras sendo exemplos a ser seguidos por essa geração de mulheres negras inferiorizadas e vitimizadas da sociedade, incentivando na árdua batalha por direitos em busca da igualdade social. "*Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*" é uma obra que mostra a cultura, a resiliência e a atitude das mulheres negras brasileiras.



6. A LINGUAGEM EMPODERADORA DAS RIMAS DO CORDEL DA OBRA DE JARID ARRAES

Realizando a leitura dos cordéis, observamos como a escritora utiliza-se de adjetivos empoderadores e que ressaltam as qualidades das mulheres. Vamos analisar alguns trechos de cada cordel.

Antonieta de Barros, educadora e filha de ex-escravizada, defensora da educação e ativista contra a escravidão e preconceito, destacando-se como uma mulher negra, professora, jornalista e política que quebrou barreiras e inspirou gerações, a sua vivência foi de grande importância e transcende o tempo e continua a ecoar nos dias de hoje, criou um jornal chamado "A Semana", que destacou-se como um importante local de discussão de temas como educação, política e direitos das mulheres.

[...] Conto aqui nesse cordel
Uma história inspiradora
De uma preta muito forte
Que foi tão trabalhadora
E com sua inteligência
Se mostrou norteadora [...]

[...] Tinha muito envolvimento
Com assunto cultural
E ainda em vinte e dois
Ela fundou um jornal
Que chamou de "A Semana"
Escrevedo para o tal [...] (Arraes, 2017)

Aqultune, uma princesa do Congo, que ainda jovem na África era guerreira, mas perdendo uma batalha, acabou também perdendo a sua liberdade, ela viveu momentos desafiadores e resistiu a todos como guerreira de seu povo e mãe de Ganga Zumba. Aqultune é símbolo de resistência contra a escravidão e a opressão, mostrou que, mesmo diante de grandes dificuldades, é possível lutar por liberdade e justiça, foi uma mulher extraordinária que lutou pela liberdade e inspirou muitas pessoas, é um exemplo de coragem, determinação e resistência com ela aprendemos sobre a importância de valorizar a diversidade e lutar por um mundo mais justo e igualitário para todos.

[...] Todos lá reconheceram
Que era ela uma princesa
E por isso concederam
Território e realeza
Para a brava Aqultune
Coroadada de firmeza. [...]

[...] Mais sua importância
Muito mais se mostraria
Não se sabe com certeza



Mas pelo que se anuncia
Aqualtune teve um filho
E Ganga zumba ele seria [...] (Arraes, 2017)

Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira, considerada uma das primeiras e mais destacadas escritoras negras do País, neta de escravos e filha de uma lavadeira analfabeta, Carolina viveu muitas dificuldades na favela, enfrentou a fome, a falta de dinheiro e a desigualdade. Mas não desistiu ela não perdeu a esperança e a vontade de viver, cresceu em uma família humilde com mais sete irmãos. Hoje considerada como uma importante contribuidora na literatura brasileira, especialmente por ter dado voz a um grupo da população que antes era pouco representado na literatura: os moradores de favelas.

[...] Por causa do sucesso
Do dinheiro que ganhou
Carolina finalmente
Da favela se mudou
Numa casa de tijolos
Com seus filhos habitou. [...]

[...] Desejava até cantar
Mais um livro ela escreveu:
“Casa de Alvenaria”
Cheio de raltos seus
Sobre a vida que mudava
E o que mais lhe aconteceu [...] (Arraes, 2017)

Dandara dos Palmares, mãe de três filhos, seu nome foi citado na história como esposa de Zumbi, mas esposa foi apenas um papel de Dandara, era uma líder de homens e mulheres no quilombo, com espírito guerreiro que a fazia lutar, Dandara era uma guerreira incansável, que lutava lado a lado com os homens nos combates contra as tropas portuguesas, tinha coragem e competências de um militar e era por todos agradecida.

[...] É por isso que Dandara
Tinha fé no guerrear
Confiava nas batalhas
Para tudo transformar
A paz só existiria
Pelo que conquistaria
Para todos libertar. [...]

[...] Há quem diga que Dandara
É um símbolo lendário
Que está representando
Um poder imaginário
Heroína para a gente
Como Deusa que ardente
Traz o revolucionário [...] (Arraes, 2017).

Esperança Garcia, uma mulher escravizada que viveu em fazenda no Piauí, foi uma denunciadora das agressões dos senhores de fazenda, denunciou através de uma carta enviada



ao governador do Estado, hoje sua ação é considerada uma das primeiras petições jurídicas do Brasil, nessa carta, ela exigiu justiça e proteção para as mulheres e crianças escravizadas, demonstrando um profundo senso de justiça e conhecimento dos seus direitos, inspira a todos a lutarem por seus direitos e a defenderem a justiça.

[...] Acontece que Esperança
Tinha aprendido a ler
Ensinada pelos padres
Tinha jeito de escrever
Foi aí que decidiu
Uma carta conceber. [...]

[...] É por isso que Esperança
Na história se mantém
Porque teve essa coragem
E porque foi muito além
Não ficou só no silêncio
E mostrou que era alguém [...] (Arraes, 2017)

Eva Maria do Bom Sucesso, foi uma mulher negra livre, trabalhava como quitandeira, tirava de sua banca o sustento dos filhos e ainda tinha que dividir uma parte com o patrão, desafiou as estruturas de poder de uma sociedade escravocrata e machista, mostrando que era possível resistir e buscar justiça, ela era uma mulher independente que trabalhava para garantir seu sustento.

[...] Existiu uma mulher
Chamada de Eva Maria
Quitandeira talentosa
Que um dia mostraria
Sua força exemplar
Sua garra pra lutar
Sem descanso noite e dia. [...]

[...] Ela foi Eva Maria
Pulso de trabalhadora
Por direito de viver
Incansável lutadora
Ela deu foi um exemplo
Que rompeu o véu do tempo
E lhe fez Mis redentora [...] (Arraes, 2017).

Laudelina de Campos Melo, foi a primeira mulher negra a fundar a Associação das Profissionais Empregadas Doméstica, lutou contra a opressão estabelecendo direitos e iniciando uma força sindical, como mulher negra, ela compreendia profundamente as opressões enfrentadas por mulheres negras no Brasil, e a sua luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas era indissociável da luta contra o racismo e o sexismo.



[...] Vou contar no meu cordel
Uma história edificante
Que até hoje reverbera
Pelos atos importantes
Nos ensina que a coragem
E ativismo impactante. [...]

[...] Era uma associação
E do país foi a primeira
Que tratava dos direitos
Da empregada e faxineira
E por isso Laudelina
Já tomou a dianteira [...] (Arraes, 2017).

Luísa Mahin, guerreira Africana, teve importante papel na Revolta dos Malês, na Bahia. Sua casa teria servido como ponto de encontro para os conspiradores, e ela teria representado um papel muito importante para arregimentar e na preparar o povo para a revolução. A sua combinação com a Revolta dos Malês elevou-a à condição de heroína nacional, um símbolo da enfrentamento contra a opressão negra Deixou-nos, Luiz Gama, seu filho e poeta e que lutou contra a escravidão.

[...] Nos quitutes que vendia
Ela neles enrolava
As mensagens escondidas
Que em árabe espalhava
Ajudando nos motins
Que também se organizava. [...]

[...] Muitas das rebeliões
Dos escravos da Bahia
Tinham sua participação
Que Luísa oferecia
Sua contribuição
Era de grande valia [...] (Arraes, 2017).

Maria Felipa, ela nasceu na Ilha de Itaparica, marisqueira, pescadora e capoeirista, foi uma das figuras femininas mais importantes atuando na luta que estabeleceu a independência do Brasil na Bahia. Um dos episódios mais conhecidos de sua vida foi a ação na Batalha de Itaparica, onde, junto com outras mulheres, ela incendiou embarcações de Portugal, essa ação foi um marco para a vitória do seu grupo e de outros, e contribuiu ainda para fortalecer toda a organização tornar a Bahia independente.

[...] Na ilha de Itaparica
No estado da Bahia
Ela assumiu o comando
Da batalha que zunia
Pela então independência
Da Bahia que vivia. [...]



[...] Reunidas as guerreiras
Por Felipa lideradas
Colocaram fogo alto
Naws embarcações chegadas
E que eram inimigas
Da gente mobilizada [...] (Arraes, 2017).

Maria Firmina dos Reis, foi uma importante escritora brasileira do século XIX. a primeira mulher a ter um livro publicado na América Latina, seu legado é enorme e inspira escritores e ativistas até os dias de hoje, sua obra reconhecida uma das primeiras a abrir caminhos para a discussões de temas importantes na literatura brasileira, como a questão racial e a luta por direitos, escreveu um romance muito conhecido, "Úrsula", de 1859, considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro, onde a autora denuncia as injustiças sofridas e defende a igualdade entre todos.

[...] A primeira romancista
Que foi negra nordestina
Soube usar sua esperteza
O fulgor de sua sina
Trabalhou suas palavras
Mesmo sendo clandestina. [...]

(...) Em suas obras literárias
Ela sempre demonstrou
O seu abolicionismo
Que na escrita assinalou
E a sua origem negra
Com certeza que honrou (...) (Arraes, 2017)

Mariana Crioula, enquanto líder numa revolta contra a escravidão no Vale do Café, em 1838. Esta revolta ficou conhecida por erguer o Quilombo de Manoel Congo. Em 1838, Mariana Crioula, ao lado de Manuel Congo, liderou uma das maiores revoltas de escravizados no Brasil, conhecida como a Insurreição de Pati de Alferes, a luta aconteceu na região do Vale do Café, no Rio de Janeiro, e encobriu a fuga de possivelmente quatrocentos negros escravizados em uma propriedade.

[...] Vou contar uma história
Da mais pura resistência
Sobre a vida de uma líder
Com tamanha inteligência
Que foi fonte de coragem
Pra sua sobrevivência [...]

[...] Mariana estava junto
E com Manuel fez par
O casal era tão forte
E capazes de inspirar
Que de Rei e de Rainha
Se fizeram aclamar [...] (Arraes, 2017).



Vendida por um dos filhos do Rei, Na Angotimé foi enviada para o Brasil, onde trocaram seu nome e separaram de seus súditos. Na Angotimé do reino de Daomé foi uma rainha, traída e mandada como escrava para o Brasil. As histórias contadas sobre ela a descrevem como uma mulher forte, corajosa e estratégica, com grande capacidade de liderar pessoas para a luta contra a escravidão, é uma personagem que muitas vezes foi comparada à de outras líderes, como Dandara dos Palmares.

[...] Era Mãe de Zomadônu
Um Vodum de tradição
Que usou para fundar
E fazer a condição
Do seu templo levantado
Até hoje preservado
Com imensa redenção [...]

[...] Mas o fato é muito claro
Foi rainha e lutadora
Coroada com bravura
Ela foi conquistadora
Para sempre a inspirar
Na memória a relembrar
Como foi norteadora [...] (Arraes, 2017)

Tereza de Benguela, Tereza se tornou a líder do quilombo após a morte de seu marido, o Quilombo do Quariterê abrigava mais de cem pessoas, com destacada presença de negros e indígenas, ela nos mostra que a resistência negra foi fundamental para a construção da sociedade que conhecemos e que as mulheres negras desempenharam um papel crucial nessa luta. Tereza navegava com barcos imponentes pelos rios do pantanal, onde era conhecida como “Rainha Tereza”.

[...] Que exemplo inspirador
Que mulher tão imponente
Foi Tereza de Benguela
Uma deusa para gente
Que até hoje não desiste
Dessa luta pertinente [...]

[...] É por isso que escrevo
Mulher negra também sou
E registro de Tereza
O legado que ficou
Pois bem poderosamente
A Tereza aqui passou [...] (Arraes, 2017).

Tia Ciata, ela viveu na segunda metade do século XIX e teve papel importante na criação na cultura do samba no Brasil, era mãe de santo e morava em uma casa na Praça Onze, no Rio de Janeiro. Lá recebia muitos músicos e abria espaço para que cantassem e tocassem em um



momento em que o samba era proibido por lei, foi uma mulher negra, forte e determinada, que deixou um legado inestimável para a cultura brasileira. Essa história é um exemplo de resistência, criatividade e amor à cultura.

[...] Sempre de saia rodada
Na cabeça seu turbante
Ela usava seus colares
Suas contas importantes
Como filha de Oxum
Fez-se muito exuberante [...]

[...] Na casa de Tia Ciata
Muita festa acontecia
Sempre no samba de roda
Um banquete ela servia
Ela era partideira
E cantava com alegria [...] (Arraes, 2017).

Zacimba Gaba, de Cabinda na Angola, foi uma das precursoras das lutas pela libertação. Não importavam as intempéries, ela ia à batalha para libertar seus irmãos, reconhecida como princesa acabou por comandar um quilombo. Sua história desafia os estereótipos de gênero e mostra o papel fundamental das mulheres nas lutas sociais.

[...] Com ajuda de seu povo
Fez um veneno mortal
Da cabeça de uma cobra
Que era disso especial
Com o pó desse veneno
Fez um plano crucial [...]

[...] Invadiram a casa-grande
E Zacimba os liderou
Segurando uma peixeira
A princesa ali lutou
E os servos de Trancoso
No confronto derrotou [...] (Arraes, 2017).

Vemos através desses cordéis a luta da mulher negra por um futuro sem castigos, sobre o qual possa ser instaurada uma vida de liberdade. Podemos ver por meio desses cordéis de palavras fortes, que a escritora não economiza em adjetivos e substantivos que favoreçam as qualidades das negras descritas em suas obras e as suas façanhas, apresentamos uma lista de alguns utilizados nos versos anteriores:

Inspiradora
Forte
Trabalhadora
Inteligente
Norteadora
Princesa
Realeza



Bravura
Firmeza
Sucesso
Transformadora
Guerreira
Conquistadora
Liberdade
Exemplar
Liderar
Luta
Edificar
Coragem
Impactante
Independência
Esperta
Resistência
Liderança
Imponente
Exuberante

Podemos dizer que tais palavras podem ajudar no empoderamento feminino negro das mulheres que precisam se ver e ser vistas com esses valores. Arendt (1985), sobre o empoderamento:

O poder corresponde a habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo, pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome (Arendt, 1985).

A investidura do poder a mulher deve partir de um conjunto, de uma união, de um grupo, de saberes históricos, de verdades sobre as lutas e vivências, sobre a desmistificação e rebaixamento da cultura. Sobre o contar a verdade do colonizado e não do colonizador. A cultura e a literatura negra servem para continuar com essa luta, pois ainda existem chibatadas sociais, o açoite é através do racismo estrutural. Dar visibilidade as histórias dessas mulheres através de exposições em escolas, clubes, instituições bancárias, praças, paços municipais devem ser feitos para exaltar essa riqueza, fazer com que a sociedade reduza essa visão colonial da mulher subalterna e enalteça a mulher negra feminina e guerreira, que sempre soube lutar pela sua verdade e liberdade. Perrot (2017), fala sobre isso:

[...] a pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes (Perrot, 2017, p. 179).



O livro de Jarid Arraes traz visibilidade a esse momento da história, que foi propositalmente esquecida ou escondida pelo colonizador branco, os cordéis do livro são uma forma de dar voz a essas mulheres que se foram, e a outras tantas que passaram por esse sofrimento, e ainda um momento de reconstrução da história Afro-brasileira.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta. (Hooks, 2019b, p. 38-39).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o racismo no Brasil existe, a mulher negra sofre constantemente com o racismo devido a sua cor e tantos outros preconceitos, essas discriminações são responsáveis por muitas formas de desigualdade, argumentamos no presente trabalho a importância de existir espaços na literatura e na sociedade onde as mulheres negras sejam protagonistas de sua história, uma maior visibilidade a literatura negra, espaços de debate dessa literatura, como escolas, clubes e centros universitários, mas principalmente em escolas de educação básica, onde se formam os pensadores e onde também preconceitos podem ser multiplicados, o incentivo a escrita de futuros autores negros apenas colabora com a valorização da mulher negra, sua cultura e história, Mariosa (2011 p. 42) diz que os “livros que retomam traços e símbolos da cultura afro-brasileira, se tornam um estímulo positivo e uma autoestima favorável ao leitor negro, nesse tipo de leitura o jovem negro se reconhece, e então se tornam eles os heróis de sua própria história”.

Algumas ações estão sendo realizadas para promover esse empoderamento, existem alguns movimentos sociais e políticos que buscam uma luta coletiva para esse fim, algumas políticas públicas como as cotas que já vem sendo usadas e a interseccionalidade de gênero raça e classe, mas que ainda é pouco implementada pois exige uma grande demanda de estudo. O presente trabalho objetiva apresentar textos da poesia em cordel da autora Jarid Arraes que evidenciam em suas rimas o quanto as mulheres negras foram fortes em sua história apesar de todo o sofrimento, as rimas exaltam as virtudes e coragem de cada mulher, tudo isso nos ajuda a compreender questões contemporâneas relacionadas a cultura, religião, classe, etnias e gênero e mostra a mulher negra de verdade com suas lutas embates e vitórias, e buscar o engajamento em um novo momento de quebra de estereótipos, igualdade de direitos e justiça social, onde a posição da mulher negra seja de empoderamento.



8. REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. Estados Unidos: TED talks, Julho, 2009. Palestra apresentada na conferência oficial da TEDGlobal. Disponível em: <https://1library.org/article/transcri%C3%A7%C3%A3o-da-palestra-de-chimamanda-adichie.y830124q>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985
- ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ata da 89ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro - Rio de Janeiro. 19 de setembro de 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/ata\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/ata(3).pdf). Acesso em: 8 ago. 2024.
- BROOKSHAW, DAVID. **Raça e Cor na Literatura Brasileira**, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983
- GANGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. Jeanne Marie Gagnebin — São Paulo: Ed. 34, 2006. 224 p.
- GOMES S, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, 2003. 75-85. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006>. Acesso em 12 mai. 2023.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora Identidade e Mediações**. Tradução Adelaine La Guardia Resende_ etall_ Belo Horizonte. Ed. UFMG, Brasília Representação UNESCO no Brasil, 2003.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019a.
- MARIOSIA, G. S., & Reis, M. da G. dos. (2011). A influência da Literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. **Estação Literária**, 8 (1Supl.), 42–53. <https://doi.org/10.5433/el.2011v8.e25625>. Acesso em 12 mai. 2023.
- MBEMBE, Achille. Formas Africanas de Auto-inscrição. Tradução de Patrícia Farias. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, 2001.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios ppgav/UFRJ** n32, dezembro 2016.
- MUDIMBE, Valentin. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Petrópolis: vozes, 2019.
- ONU MULHERES. **Princípios de empoderamento das mulheres**. 2017. Disponível em: onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf. Acesso em 8 ago. 2024.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 7. ed. Rio



de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. Tradução Denise Bottmann.

OYĚWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres**: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

SANTOS, Cleyton Rodrigues. Em linhas Negras: Diálogos políticos Escravistas em Machado de Assis. **Revista Território & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 15, n.1, jan-jul 2022, pag. 58.

SPIVAK, GC. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG; 2010.



Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

NARRATIVAS ORAIS COMO VEÍCULOS DE IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ESTUDOS CULTURAIS

ORAL NARRATIVES AS VEHICLES OF IDENTITY AND RESISTANCE: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF CULTURAL STUDIES

Maria de Fátima Alves Bonifácio¹
Marcos Rogério Heck Dorneles²

RESUMO

Este artigo analisa a prática dos contadores de causos no Pantanal, examinando sua importância na preservação da cultura local e na transmissão de tradições orais. A partir das obras de Gagnebin e Prost, importantes autores dos Estudos Culturais, investiga-se como os causos funcionam como veículos de identidade regional, resistência e preservação da memória. A análise se apoia na teoria de Raymond Williams para compreender os causos como práticas culturais e estratégias de resistência contra a estandarização. O referencial teórico pode revelar que os causos são essenciais para a preservação de tradições e a coesão comunitária, funcionando como uma forma de resistência cultural e uma maneira de enfrentar as mudanças sociais e culturais no contexto pantaneiro. Conclui-se que, por meio das narrativas orais, os contadores de causos desempenham um papel crucial na construção e conservação da memória coletiva do Pantanal, oferecendo uma percepção sobre a adaptação das tradições locais frente às pressões da modernidade e da globalização.

Palavras-chaves: Contadores de Causos; Identidade Regional; Memória Coletiva; Resistência Cultural; Tradições Oraais.

ABSTRACT

This article analyzes the practice of storytellers in the Pantanal, examining their importance in preserving local culture and transmitting oral traditions. Drawing on the works of Gagnebin and Prost, key figures in Cultural Studies, it investigates how these storytelling practices serve as vehicles for regional identity, resistance and memory preservation. The analysis relies on Raymond Williams' theory to understand the causos as cultural practices and strategies of resistance against standardization. The theoretical framework reveals that causos are essential for preserving traditions and community cohesion, functioning as a form of cultural resistance and a way to confront social and cultural changes in the Pantanal context. It is concluded that, through oral narratives, storytellers play a crucial role in constructing and conserving the collective memory of the Pantanal, offering insights into how local traditions adapt to the pressures of modernity and globalization.

¹ Mestranda em Estudos Culturais pela UFMS/CPAQ. Graduado em Geografia pela UFMS/CPAQ. E-mail: maria.bonifacio@ufms.br

² Doutor em Letras (UFMS). Docente do PPGCult e PPGLetras da UFMS. E-mail: marcos.dorneles@ufms.br



Keywords: Collective Memory, Cultural Resistance, Oral Traditions, Regional Identity, Storytellers.

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Campus de Aquidauana, ofereceu no primeiro semestre de 2024, a disciplina “Tópicos Especiais em Estudos Culturais: Estudos Interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo”. Esta disciplina promoveu uma investigação interdisciplinar sobre interseções entre literatura, história e as pedagogias do corpo.

Como parte da pesquisa apresentada ao programa, este artigo visa analisar especificamente o papel dos contadores de causos no Pantanal, com foco particular na cultura pantaneira e suas narrativas orais³. Identificar esses narradores e compreender suas histórias é crucial para preservar a riqueza cultural da região. A questão central é: quem são esses narradores? Onde podem ser encontrados e ainda existem em número significativo? Através de um referencial teórico articulado aos Estudos Culturais, busca-se ampliar a compreensão das tradições orais e seu impacto na construção e preservação da identidade cultural pantaneira.

O desaparecimento dos contadores de causos tem sido registrado em várias regiões do Brasil, resultando em lacunas culturais significativas. Esse fenômeno pode ocorrer também no Pantanal, ameaçando a transmissão das histórias e tradições locais. Qual é a identidade do Pantanal se suas histórias não forem propagadas ou registradas? Que legado cultural será deixado para as futuras gerações?

Em um cenário de globalização e intensa interação virtual, as culturas locais enfrentam desafios para manter sua relevância e visibilidade. Será que essas culturas conseguirão permanecer e mostrar seu diferencial ou estão fadadas ao esquecimento? O que deve ser registrado e perpetuado?

Para os Estudos Culturais, se torna evidente a necessidade de uma abordagem cuidadosa ao registrar tradições e narrativas. É essencial considerar não apenas o conteúdo a ser registrado, mas também a forma e o contexto desse registro. Na disciplina “Estudos Interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo”, enfatizou-se a importância de observar quem conta, registra ou encomenda as histórias, refletindo sobre as implicações dessa mediação.

Este artigo tem como objetivo explorar questões essenciais para contribuir na análise do

³ Dentre vários estudos que expressam mostras de contos de causos sobre o Pantanal, situam-se os trabalhos de Ricardo Pieretti Câmara (2007, 2012).



papel dos contadores de causos no Pantanal, suas narrativas e a importância cultural de suas histórias. Com um referencial teórico enraizado nos Estudos Culturais, busca-se contribuir para uma compreensão mais profunda das tradições orais e seu papel crucial na construção e preservação da identidade cultural. Os estudos de autores como Gagnelin, Prost, Bosi, Williams, Sarlo, Peixoto e Adichie fornecem uma base sólida para investigar como as narrativas locais não apenas refletem a história e os valores do Pantanal, mas também resistem às influências externas que poderiam ameaçar essas tradições.

Gagnelin e Prost destacam a importância do poder na construção da narrativa histórica, enquanto Bosi e Williams exploram como a literatura pode ser um reflexo das experiências sociais e culturais. Sarlo e Peixoto contribuem com análises sobre a relação entre literatura e história, ressaltando a necessidade de contextualização e diálogo com outras fontes. Adichie, por sua vez, adverte sobre os perigos da história única, evidenciando como narrativas unilaterais podem perpetuar estereótipos e distorções culturais. Este panorama teórico enfatiza a complexidade das narrativas históricas e literárias, ressaltando a influência do poder na construção de discursos dominantes e na moldagem da identidade individual e coletiva.

2. UMA INCURSÃO POR TEORIAS E CONCEITOS

Em seu texto “Verdade e memória do passado” (2018), Jeanne Marie Gagnebin de Bons destaca a importância de um registro cuidadoso da história. Argumenta que o trabalho do historiador é inerentemente relativo e se torna impossível abranger toda a verdade histórica de forma completa e definitiva. O objetivo do historiador, portanto, não deve ser a busca por uma verdade absoluta e indiscutível. A verdade histórica difere da verificação factual, que é um método característico das ciências experimentais e, mesmo nestas, é passível de debate.

A verdade histórica, segundo Gagnebin, está mais ligada a uma ética da ação presente do que a uma problemática de adequação entre “palavras” e “fatos”. As palavras remetem a coisas na medida em que assinalam sua ausência, enquanto os fatos representam realidades cuja existência pode ser comprovada por registros. Esta abordagem destaca a complexidade e subjetividade no processo de registro e interpretação histórica, sublinhando a necessidade de uma perspectiva crítica e ética no trabalho do historiador. Paul Ricoeur discorre que a história é ao mesmo tempo uma narrativa e um processo real. Ele ressalta a ambiguidade intrínseca da história, que está intimamente ligada às ações e ao pensamento humano (Ricoeur *apud* Gagnebin, 2018).



Gagnebin (2018), ao dialogar com Walter Benjamin, destaca que a história deve ser entendida como uma construção que ocorre no “tempo-agora” em vez de um tempo homogêneo e vazio. Esta perspectiva sugere que as palavras se referem às coisas ao assinalar sua ausência, especialmente no caso dos signos escritos. Argumenta que articulamos o passado em vez de simplesmente descrevê-lo, diferentemente de como se poderia tentar descrever um objeto físico, apesar das complexidades envolvidas nessa descrição.

Ao registrarmos memórias, vivenciamos a tensão entre a presença e a ausência do acontecido, equilibrando o que se perde de conteúdo e o que se acrescenta. Registrar fatos, cuja realidade é comprovada e documentada, impede que os rastros e memórias da história sejam apagados, o que pode representar a ética do contador. A famosa máxima “contra fatos não há argumentos” nos leva a questionar se estamos apenas registrando o que observamos, vivendo no relativo. A necessidade de registro histórico é crucial para a preservação da memória. Se encararmos o “esquecimento” como uma forma de “morte”, então, aquilo que não queremos esquecer precisa ser documentado. Portanto, é essencial buscar os contadores de causos para registrar suas histórias, preservando assim a memória e a identidade cultural do Pantanal.

Já Antoine Prost (2008, p. 134) compara o ofício do historiador ao de um marceneiro, destacando que “A história aprende-se como a marcenaria: por um aprendizado na oficina”. Enfatiza que o ato de fazer e registrar história é um processo contínuo e ético, que transforma alguém em historiador. Este processo envolve o exercício constante de contar, falar sobre e registrar a história, o que exige tempo e amadurecimento.

Quem é o historiador e qual é seu objeto? Segundo Prost (2008), o historiador deve praticar a compreensão a partir de suas práticas sociais. É imperativo que o historiador se coloque dentro dos fatos e atos que registra, pois, se permanecer indiferente, corre o risco de produzir uma história morta, já que é o outro que o viveu. O historiador deve, portanto, desenvolver uma simpatia e estabelecer um sentimento em relação aos eventos que estuda.

Este envolvimento suscita três problemas principais. O primeiro problema refere-se ao limite moral da compreensão. Colocar-se no lugar do outro não significa tornar-se esse outro. O autor nos faz refletir sobre o que nos atrai ao ponto de desejarmos registrar certos eventos, destacando a importância do ponto de vista do historiador. O que nos atrai ao ponto de se querer registrar (Prost, 2008).

O segundo problema trata a questão da objetividade e imparcialidade na narração histórica é crucial para a validade e credibilidade da análise histórica. É imperativo manter uma distância crítica em relação ao tema estudado, fundamentando assim o valor da pesquisa histórica ao evitar parcialidade. Esta postura crítica não apenas assegura a precisão dos dados



coletados e interpretados, mas também promove uma reflexão cuidadosa sobre as fontes utilizadas e os possíveis vieses presentes na construção do conhecimento histórico. A adesão estrita a esses princípios metodológicos não apenas fortalece a integridade da pesquisa histórica, mas também contribui para uma compreensão mais profunda e abrangente dos eventos e processos estudados, possibilitando uma análise mais objetiva e informada das narrativas históricas (Prost, 2008).

O terceiro problema versa sobre a legitimidade da transposição desse estudo. Ao se colocar no lugar do outro, o historiador enfrenta o desafio de relatar fatos de outro século ou cultura sem projetar sua própria experiência. Prost (2018) argumenta que, mesmo estabelecendo uma conexão afetiva com o passado, o historiador nunca deixará de ser ele mesmo e nunca se tornará o outro, pois “a história é autoconhecimento”. Conclui que o historiador é filho de suas obras, ou seja, que cada estudo histórico reflete não apenas a realidade do passado investigado, mas também a perspectiva e a posição do historiador no momento de sua escrita. Nesse sentido, a historiografia não é apenas um exercício de narrativa objetiva, mas também uma reflexão crítica sobre a própria prática historiográfica, revelando tanto os desafios quanto as possibilidades de se reconstruir e interpretar o passado de maneira responsável e informada.

Neste contexto, a obra de Prost (2018) representa um alicerce teórico essencial para a análise do papel do historiador, sublinhando a necessidade de um envolvimento ético e crítico na prática historiográfica. Ao enfatizar a importância de evitar anacronismos e de reconhecer a própria posição temporal, o autor oferece um referencial sólido para a investigação histórica. Esse arcabouço teórico será um dos aportes na condução da pesquisa sobre as narrativas orais no Pantanal, proporcionando bases para compreender como tais relatos contribuem para a formação e preservação da identidade cultural regional.

Ao dialogar com as perspectivas de Prost e de Gagnebin, a pesquisa explorará como as narrativas orais não apenas documentam os eventos históricos locais, mas também refletem as percepções e interpretações dos narradores ao longo do tempo. Isso possibilitará uma análise mais profunda das dinâmicas de transmissão cultural e da maneira como as comunidades pantaneiras constroem e perpetuam suas identidades através da narrativa. Assim, ao integrar alguns referenciais teóricos de Prost à pesquisa bibliográfica sobre os contos de contadores de causo no Pantanal, será possível não apenas registrar as narrativas locais, mas também compreender seu papel vital na continuidade cultural e na preservação da memória coletiva da região.

3. LITERATURA E CENÁRIO DE SUBORDINAÇÃO



Alfredo Bosi, em seu texto "As sombras das luzes na condição colonial", examina como os autores luso-mineiros Basílio da Gama (1740-1795) e Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) representaram eventos históricos e sociais na colônia brasileira. No contexto do século XVIII, enquanto a Europa vivenciava o Iluminismo com seus ideais de liberdade e direitos humanos, as colônias portuguesas como o Brasil enfrentavam uma realidade de opressão e exploração, marcada pelo tráfico negreiro, práticas escravistas e violência contra populações nativas. Neste cenário, esses dois autores luso-mineiros desempenharam um papel significativo ao registrar a violência colonial em suas obras, como "*O Uruguai*" e "*Marília de Dirceu*", respectivamente.

O pesquisador analisa como esses escritores documentaram a violência enfrentada por diferentes grupos na sociedade colonial, incluindo o massacre de populações nativas, através de figuras como Cacambo e Sepé em seus poemas. Ao mesmo tempo, os autores celebraram e apoiaram o governo pombalino, ao qual eram leais, enquanto também questionavam as práticas das missões jesuíticas. Bosi (2007) sugere que a posição desses autores não apenas reflete uma tentativa de registrar factualmente os eventos históricos, mas também revela sua própria perspectiva sobre as instituições e governantes da época.

No século XVIII, enquanto a Europa era sensibilizada pelos ideais do Iluminismo, promovendo a liberdade e redigindo os Direitos dos Homens, Portugal buscava alianças e estabilidade política através do Tratado de Madri com a Espanha, visando evitar conflitos e desgastes. No entanto, suas colônias, como as do Brasil e da África, enfrentavam condições marcadas pela opressão do chicote, barbárie, tráfico negreiro e escravidão. Neste cenário de contraste entre as luzes europeias e as trevas coloniais, surge a questão crucial de qual posição adotar ao registrar essas realidades: apoiar o ponto de vista do colonizador ou dar voz e representação ao colonizado (Bosi, 2007).

Este dilema ético e historiográfico é fundamental para compreender como os registros históricos foram influenciados pelos interesses e perspectivas dos agentes coloniais e como esses registros impactam a narrativa histórica contemporânea. Bosi (2007) aborda a ética inerente ao papel do historiador ou romancista ao lidar com representações históricas complexas. Enfatiza a necessidade de uma abordagem ética que preserve os direitos universais e questione as narrativas dominantes do passado. Argumenta pela importância da contextualização histórica, que não se limita apenas aos eventos em si, mas também considera as condições econômicas, sociais e culturais que moldaram essas representações. Essa metodologia permite ao historiador não apenas registrar fatos, mas também iluminar aspectos



obscurecidos e injustiçados da história, revelando as sombras que permeiam a narrativa histórica.

Dessa forma, as contribuições de Bosi (2007) para esse referencial teórico servem para uma compreensão crítica e ética das representações históricas no contexto colonial, oferecendo contribuições e reflexões para a análise de como os escritores do século XVIII posicionaram-se frente às contradições entre as ideias iluministas europeias e a realidade opressiva nas colônias. Essa abordagem é fundamental para a reflexão sobre o papel do historiador contemporâneo na interpretação e na divulgação responsável do passado colonial.

Até o momento, discutimos a relevância do historiador no contexto de narrativas tradicionais, enfatizando a necessidade de empatia, autoconhecimento, análise crítica do presente, e a disposição de indicar aspectos tenebrosos da história. A literatura, por sua vez, desempenha um papel articulador nesse cenário. Segundo Raymond Williams (1977), a arte de escrever não é exclusiva do historiador. A literatura permite explorar as mesmas complexidades históricas e sociais através de narrativas ficcionais e criativas, proporcionando uma perspectiva única que dialoga com a abordagem historiográfica. Assim, tanto o historiador quanto o escritor dispõem-se em âmbito de rememorar ideias vivas e desafiar interpretações estabelecidas, contribuindo para uma compreensão mais profunda e multifacetada do passado e do presente.

Raymond Williams (1977) oferece uma visão ampla da literatura como uma forma de arte que vai além da mera expressão individual. Para o autor, a literatura não se limita a um conjunto de obras clássicas ou canônicas, mas constitui um fenômeno social e histórico que expressa e influencia as condições de vida e as relações sociais de uma sociedade em um determinado período. Essa perspectiva ampliada enfatiza a importância da literatura não apenas como um meio de entretenimento ou expressão artística, mas também como uma esfera e um agente de transformação das dinâmicas culturais e ideológicas de seu tempo.

Em sua obra "Marxismo e literatura", Williams (1977) enfatiza que a literatura, sob uma ótica marxista, é inseparável do contexto econômico, político e cultural de sua época. A concepção tradicional de literatura, dominada por obras de elite e escrita pela burguesia letrada, é amplamente questionada. Argumenta que a literatura também inclui as produções culturais do povo e das classes trabalhadoras, que possuem suas próprias experiências de vida e perspectivas únicas.

Assim, a literatura não é apenas uma expressão artística individual, mas uma arena das lutas sociais, das aspirações coletivas e das contradições de classe. Através da análise marxista, Williams (1977) propõe uma reinterpretação da literatura como um campo dinâmico e diversificado, onde as diferentes vozes sociais e culturais encontram espaço para serem



expressas e reconhecidas. Portanto, Raymond Williams (1977) oferece uma contribuição crucial para a análise crítica da literatura como um fenômeno profundamente enraizado no contexto histórico e social. Sua abordagem é fundamental para examinar as interações dinâmicas entre arte, sociedade e história, permitindo uma compreensão mais abrangente do papel da literatura. Esta perspectiva enriquece substancialmente o debate acadêmico sobre como a literatura não apenas dimensiona, mas também participa ativamente na construção de identidades culturais e na evolução das estruturas sociais ao longo das diferentes épocas históricas.

Nos romances, poemas, contos e peças teatrais, observamos a habilidade em se descrever locais e paisagens com um nível de detalhe que transcende a simples observação física, alcançando uma profundidade que pode captar diferenciados elementos de diversos lugares. Essa perspectiva vai além das descrições técnicas típicas de cartógrafos, geólogos e botânicos, cujos registros acadêmicos muitas vezes não conseguem evocar o imaginário do leitor da mesma forma. Ao contrário, a literatura é capaz de transformar a descrição de elementos naturais, como uma flor, em uma experiência sensorial completa, transmitindo não apenas suas características físicas, mas também suas qualidades emotivas, como o perfume que exala. O indivíduo que relata seu cotidiano no campo, cultivando seu jardim, muitas vezes sem formação acadêmica formal, escreve para seus pares com uma linguagem que é compreendida e valorizada dentro de seu contexto social e cultural específico.

A literatura e a cultura também são expressões das relações de poder e arenas onde essas relações são disputadas e negociadas, cada uma com sua própria forma de pensamento, propósito e significados. Williams argumenta que essas dinâmicas são intrinsecamente dinâmicas, refletindo a constante evolução da sociedade, sua cultura e sua produção literária. Ele introduz a ideia fundamental de que a literatura é uma categoria social e histórica especializada, cuja transformação é profundamente influenciada pelas mudanças nos meios e modos de produção básicos, particularmente nas novas tecnologias linguísticas (Williams, 1977).

Williams (1977, p. 58) discute a emergência de uma "transformação profunda dessas relações" associadas às tecnologias emergentes, como a transmissão eletrônica da fala e da escrita, além do desenvolvimento de imagens químicas e eletrônicas, incluindo aquelas que podem ser textualizadas. Enfatiza que esses avanços não eliminam a impressão tradicional nem diminuem sua importância, mas ampliam as possibilidades de produção e circulação cultural.

Portanto, parte dos aportes teóricos deste trabalho se articulam com as propostas de Williams sobre a literatura e a cultura como campos dinâmicos, profundamente influenciados



por mudanças tecnológicas e sociais. Essa abordagem é essencial para compreender como as práticas culturais e literárias não apenas apresentam, mas também se adaptam e respondem às transformações históricas e tecnológicas. Williams argumenta que a literatura não é apenas uma expressão estética, mas uma categoria social e histórica especializada, cujo desenvolvimento está intimamente ligado aos meios de produção contemporâneos.

Ao discutir as novas tecnologias de linguagem e a composição de imagens eletrônicas, Williams (1977) destaca a ampliação das possibilidades criativas e comunicativas, enquanto enfatiza que essas inovações não invalidam, mas complementam e enriquecem as formas tradicionais de impressão. Portanto, sua análise proporciona uma visão enriquecedora das interações complexas entre arte, sociedade e os meios de produção, destacando como a literatura e a cultura continuam a evoluir em resposta às mudanças contínuas no ambiente tecnológico e social.

O caso, enquanto um gênero primário de transmissão predominantemente oral, característico de indivíduos não escolarizados ou poucos escolarizados, frequentemente não recebe o devido reconhecimento, tampouco desfruta da mesma legitimidade dos gêneros favorecidos pela escrita nas dinâmicas de poder e conhecimento presentes na sociedade. Esses indivíduos contadores são tão invisíveis quanto suas falas, alguns talvez tratados como meros personagens de uma paisagem que se dedica ao turismo, mas talvez não mais do que isso.

Nessa dinâmica do que se registra, a história é fundamental porque nos ensina quem somos, como chegamos até aqui e nos oferece uma visão crítica e contextualizada do mundo ao nosso redor. Ela nos ajuda a preservar a memória coletiva, garantindo que possamos aprender com os erros e acertos do passado, além de nos auxiliar na interpretação desses erros e acertos para nosso aprimoramento. Na perspectiva do que é registrado, a história desempenha um papel fundamental ao proporcionar um entendimento crítico e contextualizado do mundo que nos cerca, ensinando-nos sobre nossa identidade e conectando-nos às nossas origens e tradições. Na academia, a história serve como fundamento para o conhecimento em todas as áreas, acumulando diferentes perspectivas sobre o passado para nos alertar contra erros repetitivos na evolução da humanidade.

Gagnebin (2018) e Sarlo (2007) destacam a importância de confrontar eventos dolorosos do passado, como o Holocausto e os períodos ditatoriais na América Latina, particularmente na Argentina. A reflexão sobre esses temas desafiadores permite-nos revisitar um passado recente e ainda vivo, convocando-nos a examinar e reinterpretar nossas memórias coletivas. Sarlo enfatiza que o passado é um terreno conflituoso, não necessariamente libertador ou comum. Segundo ela, o tempo apropriado da lembrança é o presente, onde a memória se apropria dele



como seu próprio tempo. Nesse sentido, o passado não pode ser eliminado, subjugado ou libertado, mas deve ser narrado e registrado sem que se suspenda o presente. É crucial expor as fontes e provas para evitar que os eventos se repitam.

Nesses dois casos (Holocausto e América Latina), como os personagens que os provocaram não deixaram muitas provas a serem colhidas, os nazistas no primeiro caso, ao perceberem que estavam sendo subjugados, incendiaram corpos e campos de concentração, máquinas de gases e crematórios para não deixar evidências. Tentaram a todo custo destruir os fatos. Ao destruírem provas, estavam anulando os rastros da existência do ocorrido, tirando a veracidade da história e, com isso, permitindo que a memória se tornasse especulação e loucura para quem a relembresse. No segundo caso, pessoas desaparecidas não podem depor ou mostrar suas cicatrizes aos tribunais para provar o que houve, pois, muitas vezes, não há uma grande quantidade de demarcação de fatos (SARLO, 2007).

A narrativa histórica sem as provas adequadas pode ser questionada quanto à sua existência, o que sublinha a importância de rigor na abordagem da oralidade na história. A prática de contar histórias na primeira pessoa, outrora desconsiderada na academia, hoje é objeto de redirecionamento. Exemplos como os eventos recentes envolvendo nazismo e ditadura ilustram como experiências dolorosas e politizadas podem ser tanto coletivas quanto individuais, refletindo a diversidade de perspectivas dentro de contextos históricos mais amplos (Sarlo, 2007).

Observando essa nova abordagem, estudiosos têm buscado incorporar novos sujeitos, como proposto por Sarlo ao articular com Certeau e Homi Bhabha, que destacam a vida cotidiana como um novo *locus* para a narrativa histórica. Mulheres, frequentemente marginalizadas na historiografia, emergem como especialistas na interseção entre o público e o privado, suas cartas e diários contribuindo significativamente para registrar o período histórico contemporâneo com autenticidade (Sarlo, 2007). Essa valorização de subjetividades enriquece a compreensão do passado como um fenômeno coletivo.

Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2011), ao discorrer em seu texto "Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura" sobre alguns de nossos autores já citados, mostra-nos a importância dessa mistura de história e literatura, como se fosse um prato a ser preparado para degustação. Ela fala sobre como as obras literárias expressam e dimensionam a compreensão histórica, oferecendo-nos outros pontos de vista sobre os costumes, valores e mudanças sociais. As obras literárias captam detalhes que, na história, às vezes nos passam despercebidos. Ao dialogar com Williams, por exemplo, Peixoto chama a atenção para pensarmos de forma mais politizada o campo da linguagem, da literatura e sua relação com a história, apontando três



conceitos básicos que nos definem de forma justaposta: cultura, hegemonia e língua ou linguagem. Cultura, segundo ele, é entendida como um processo social que cria modos de vida específicos e diferentes; hegemonia é vista como um processo não apenas repressivo, político ou reflexo de situação econômica, mas como um processo ativo e conflituoso, recriado e redefinido, que diz respeito a todas as dimensões da experiência humana, incluindo a literatura e a história; e língua é compreendida como uma atividade social contínua que ocorre dentro de uma sociedade em transformação, tudo fazendo parte de uma engrenagem (Peixoto, 2011).

Peixoto (2011) também nos questiona se o texto literário pode ser utilizado como um documento válido, se pode ser usado como uma prova, levando-nos a refletir se ele tem o peso de apreender a realidade, como imagem da realidade tal como é. Nesse caso, não seria considerado uma prova. Porém, se o conteúdo literário for utilizado como um instrumento modificador (devir) elaborado pelos grupos sociais, então pode ser proveitoso. Peixoto pondera sobre as palavras de Sarlo, dizendo que há a necessidade de “[...] repor o texto literário na condição histórica de sua produção, colocá-lo em diálogo com outras fontes, a partir das quais possa ser inserido numa rede de acontecimentos e de sujeitos e de práticas culturais” (Peixoto, 2011, p. 28).

No processo de registrar a história, seja na historiografia ou na literatura, neste período de globalização, que não é tão diferenciado política e economicamente do período da colonização e dos impérios, corremos o risco de ainda registrarmos uma história única se não refletirmos sobre como o poder influencia a narrativa histórica. Chimamanda Ngozi Adichie, em seu texto "O perigo de uma história única", alerta que “é impossível falar sobre a história única sem falar sobre o poder”. Ela nos faz refletir sobre como as histórias são frequentemente moldadas e controladas por aqueles que detêm o poder (Adichie, 2009).

No ponto de vista colonizador/único, ter apenas um lado da narrativa pode nos levar a imagens preconcebidas de um povo, criando estereótipos que impactam na identidade individual e coletiva. Adichie (2009), e nos faz refletir sobre como as histórias são frequentemente moldadas e controladas por aqueles que detêm o poder. Essa visão única pode distorcer a realidade dos colonizados, relegando-os a papéis de ignorância, barbarismo e falta de cultura, como também discutem Williams, Sarlo, Peixoto e Prost.

Adichie (2009) enfatiza o papel transformador das histórias, destacando sua capacidade tanto de perpetuar injustiças quanto de promover a justiça social e a reconstrução da identidade coletiva. Ao reconhecer que as narrativas podem ser ferramentas poderosas de dominação ou de emancipação, ela nos convida a refletir sobre a responsabilidade que temos ao escolher quais histórias contamos e como as contamos. Nesse sentido, a reflexão ressalta a importância de uma



abordagem crítica e inclusiva na construção e na interpretação das narrativas históricas e culturais.

Pode-se entender que aqueles que estão no controle político, econômico e social têm uma influência significativa sobre como a história é contada e percebida. Eles têm o poder de moldar os eventos históricos de acordo com seus interesses, perspectivas e agendas. Williams, Sarlo, Peixoto e Prost nos alertam sobre a literatura como a história narrada pelo colonizador, relegando aos colonizados, sejam eles do século XVI ou do século XXI, o papel de ignorância, barbarismo e falta de cultura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre os contadores de causos no Pantanal, dentro do contexto dos Estudos Interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo, revela a complexidade e a riqueza das narrativas culturais. Autores como Gagnelin, Prost, Bosi, Williams, Sarlo, Peixoto e Adichie proporcionaram percepções cruciais sobre a relação entre história, literatura e poder. Suas análises destacaram como as narrativas são moldadas por dinâmicas de dominação e resistência, influenciando a percepção pública e a identidade cultural dos indivíduos.

No Pantanal, os contadores de causos desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e valores através das gerações. Suas histórias não apenas preservam a memória coletiva, mas também dimensionam a resistência cultural frente às pressões da modernidade e da homogeneização cultural. Este estudo ressalta a importância de valorizar e entender profundamente essas práticas narrativas como formas legítimas de conhecimento e expressão cultural, capazes de promover a resiliência e a continuidade das identidades locais.

Ao considerar a interseção entre literatura, história e pedagogias do corpo, percebe-se que as narrativas dos contadores de causos não são apenas relatos folclóricos, mas também documentos vivos que capturam e interpretam as dinâmicas sociais e ambientais únicas do Pantanal. Essas histórias não são estáticas; são transformações dinâmicas que respondem às mudanças na sociedade e no ambiente, proporcionando uma visão crítica e reflexiva das experiências humanas dentro desse contexto específico.

Além disso, os Estudos Culturais permitem examinar como as narrativas orais podem ampliar e desafiar as versões escritas da história, enriquecendo o espectro de compreensão e interpretação dos eventos passados e presentes. A abordagem crítica adotada nesta pesquisa



incentiva uma reflexão contínua sobre o papel das narrativas na construção de identidades individuais e coletivas, contribuindo para um diálogo mais inclusivo e enriquecedor sobre a diversidade cultural e ambiental.

Em suma, esta pesquisa expressa que os contadores de causos no Pantanal não são apenas guardiões de tradições, mas também agentes ativos na definição e na redefinição das narrativas culturais. Ao reconhecer e estudar suas práticas narrativas dentro de um quadro interdisciplinar, abre-se espaço para uma compreensão mais profunda e holística das dinâmicas culturais e sociais em contextos diversos. A preservação das narrativas orais dos contadores de causos é essencial não apenas para a manutenção da memória e identidade cultural do Pantanal, mas também para a promoção da diversidade cultural e o fortalecimento das conexões entre passado, presente e futuro.

5. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOSI, Alfredo. As sombras das luzes na condição colonial. In. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (pp. 87-117)

CÂMARA, Ricardo Pieretti. **Os contadores de causos e a poética dos Pantanaís**. Campo Grade: Life Editora, 2012.

CÂMARA, Ricardo Pieretti. **Os causos: uma poética pantaneira**. Orientador: Antoni Rossell. 2007. 586f. Tese (Doutorado em Humanidades) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2018. (pp. 39-48).

PEIXOTO, M. do R. da C. Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura. In. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 24, n. 45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19401>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PROST, Antoine. A história como compreensão. In. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (pp. 133-152)

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada objetiva**. Companhia das Letras. Belo Horizonte. UFMG. 2007. (p09-22)

WILLIAMS, Raymond. Literatura: conceito básico. In. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. (pp. 50-59).



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

DISCURSO FEMINISTA NAS TIRINHAS DA MAFALDA - LITERATURA, LINGUAGENS, DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES QUE DESAFIAM O MACHISMO ESTRUTURAL

FEMINIST DISCOURSE IN MAFALDA STRIPS - LITERATURE, LANGUAGES, DISCOURSES AND REPRESENTATIONS THAT CHALLENGE STRUCTURAL MACHISM

Priscila Gambarra de Souza Portocarrero ¹
Janete Rosa da Fonseca ²

RESUMO

Ao longo dos anos obtivemos enquanto sociedade muitos avanços, mas ainda nos falta chegar ao lugar ideal quando falamos de feminismo. Ainda temos um longo caminho a ser percorrido em busca de igualdade de gênero, de liberdade para as mulheres, para serem e estarem onde quiserem. Somente por meio de educação e políticas públicas que sejam favoráveis às mulheres no mundo todo é que conquistaremos esse objetivo. Trazendo as tirinhas da Mafalda pretendemos dar mais visibilidade a esse tema por meio de pesquisas. Para as mulheres galgarem lugares mais prósperos para suas vidas faz-se necessário também a conscientização de que é possível, através de informação e histórias já vividas, questionadas por nossas antepassadas é possível lutar pelo seu lugar de direito.

Palavras-Chave: Feminismo, Gênero, Igualdade, Pertencimento.

ABSTRACT

Over the years we have made many advances as a society, but we still need to reach the ideal place when we talk about feminism. We still have a long way to go in search of gender equality, freedom for women, to be where they want. Only through education and public policies that are favorable to women around the world will we achieve this goal. By bringing Mafalda comic strips, we intend to give more visibility to this topic through research. For women to reach more prosperous places in their lives, it is also necessary to raise awareness that it is possible, through information and stories already lived, questioned by our ancestors, to fight for their rightful place.

Keywords: Feminism, Gender, Equality, Belonging.

¹ Mestranda em Estudos Culturais, UFMS, prigambarra89@gmail.com

² Doutora, UFMS janete.fonseca@ufms.br



1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda referente ao cotidiano de uma mulher, que normalmente é seguido por muitos olhares e julgamentos machistas. Onde as suas escolhas e caminhos percorridos são em sua grande parte questionados, mas o que nos faz diferentes de homens? Por que há necessidade em colocar mulheres em uma caixinha, onde ela será totalmente controlada e observada?

Essa pauta é tão retrógrada num período em que homens e mulheres necessitam trabalhar para sua sobrevivência, porém ainda constante o controle sobre o corpo feminino. As pessoas perderam a noção e falam abertamente sobre o que uma mulher deve ou não fazer, ou mais, o que ela fez e faz de errado. O que ainda vemos nos dias atuais são mulheres sendo colocadas no lugar de subserviência.

Meninas ainda sendo educadas para fazer o serviço doméstico, limitado, como impedimentos constantes do que deve fazer em seu “papel de mulher”, bloqueadas pelo patriarcado que dificulta sua vida em sociedade, onde a mulher ainda tem imagem de sexo frágil e vulnerável. Contudo os meninos crescem em lugares e com exemplos de normalidade desse machismo imposto, que para ser “respeitado” por essa figura feminina, se faz necessário inferiorizá-la.

Esse lugar de subalternidade ainda existe e aguarda uma mulher que não consiga se desvencilhar desses paradigmas que são construídos diariamente, como por exemplo em casa ou impostos pela sociedade. “Reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido” (Spivak, 2010, p. 12).

Vemos isso também na literatura, as famosas tirinhas da personagem Argentina Mafalda apresentadas no livro *Feminismo Singular*, lançado em 2020, após a morte de seu autor. Mafalda questiona a mãe, porque ela não tem títulos acadêmicos, apenas trabalha no lar e de certa forma desfazendo de sua mãe. Que após um tempo responde que foi sua escolha, que se ela não tivesse se casado, Mafalda não existiria. Sua mãe abriu mão de seus estudos e a pequena se sentia culpada e ainda sem acreditar na desistência de sua mãe que optou pela família.

A família de Mafalda pode ser caracterizada como tradicional: o pai que trabalha fora, a mãe dona de casa, ela, estudante, e o irmãozinho mais novo. Por eles, a menina não esconde sua decepção, construindo duras críticas, principalmente contra a mediocridade da mãe, como veremos nas tiras. As análises deste estudo vão entrar nesse horizonte familiar para entender as relações sociais e históricas inter-relacionadas na produção dos sentidos. (Silva, 2011, p.275).



Dito isso, sabe-se que estamos falando de uma família “tradicional”, que tem como protagonista uma pequena menina, que observa os acontecimentos em sua volta e se depara com questões sobre o feminismo. Tal proposta foi elaborada pelo cartunista e criador das séries de tirinhas da Mafalda, Joaquín Salvador Lavado, mais conhecido como Quino, nascido e criado em Mendoza, filho de imigrantes espanhóis. Deixou a faculdade de Belas Artes para ser cartunista e se mudou para Buenos Aires, pois queria fazer suas publicações.

Portanto, o presente trabalho analisa questões femininas, voltadas para as linguagens, discursos e representações que enfrentam uma sociedade patriarcal, misógina e política opressora. A metodologia usada é bibliográfica, conversando com autores a partir dos pressupostos teóricos dos Estudos Culturais, tal qual: Cevalco (2003), Spivak (2010), Hall (1997) dentre outros.

2. MAFALDA E O FEMINISMO

A pequena questionadora e ativista foi criada de forma despreziosa em 1964. A princípio para uma propaganda de eletrodomésticos (que não deu certo), com isso os seus desenhos foram engavetados por um tempo. Em 1973, o artista ficou exilado com a esposa em Milão, por conta da ditadura militar. Mas foi nesse período que as suas tirinhas da Mafalda ganharam o mundo, o cartunista nem mais as fazia naquela época, ele já estava se dedicando a outros trabalhos.

Mafalda, uma garotinha feminista, questionadora, politizada. Que se importava com o lugar que as mulheres podiam e deviam ocupar. Ela era curiosa e indagadora, muitas vezes interrogava os seus amigos e os adultos que ela convivia. Com a certeza que podia alçar grandes voos e que não é necessário fazer uma única escolha na vida, que podia optar por não seguir o caminho que os outros entendem que é o correto para ela e as demais meninas.

Por apresentar leituras bastante complexas, veremos como a o sujeito-criança-mulher-moderna e o sujeito-mulher-moderna-tradicional constrói sentidos em contraste para a questão da luta por maiores direitos às mulheres na formação social do ponto de vista do capital e que é uma polêmica também da contemporaneidade. Nessa relação entre discursos observamos a relação entre posições-sujeito no âmbito de determinada formação discursiva que nomearemos de Formação Discursiva Feminista que produz sentidos não de forma isolada, pois faz parte de um complexo de formações discursivas sempre em constante movimento na formação ideológica (Silva, 2011, p.278).

As mulheres têm códigos de pertencimento distintos, mas mesmo assim o feminismo tem que levar em conta todos os marcadores sociais. A centralidade da cultura, ressaltada por



Hall têm uma dimensão epistemológica, que vem sendo denominada “virada cultural”, no sentido substantivo, empírico e material da palavra (Hall, 1997, p. 17), referindo-se a esse poder instituidor de que são dotados os discursos circulantes no circuito da cultura, que transformando nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo (Hall, 1997).

Desde o entendimento de que os discursos constituem-se como redes de significações. A análise de Hall (1997) sobre o conceito de representação é motivada pela investigação sobre a forma como se constrói o significado. De acordo com o autor, os significados culturais têm efeitos reais e regulam práticas sociais. O reconhecimento do significado faz parte do senso de nossa própria identidade, através da sensação de pertencimento.

O cotidiano está envolvido em outras formas de pensar, perceber, ver, estar nessa sociedade como uma mulher. Partindo desse pensamento, sabemos que cada mulher é única e com isso, as suas histórias também são. Os sujeitos e sujeitas são inundados pelo meio em que vivem, para que essa realidade mude é preciso buscar formas de mudar pensamentos e estimular o pensamento crítico independente do sexo, idealmente mais cedo possível.

A pedagogia pós-moderna, entretanto, exige uma atenuação da divisão entre "alta" e "baixa" cultura e uma atenção intensificada à leitura de imagens, com vistas à aquisição de um alfabetismo crítico no domínio da cultura de massa. A publicidade é meramente uma parte das indústrias culturais, que incluem o rádio, a televisão, o filme, a música, os desenhos animados, as revistas em quadrinhos e os outros artefatos da assim chamada cultura popular. Métodos críticos de leitura têm sido desenvolvidos em vários desses domínios e o ensino de um alfabetismo crítico em relação à mídia deveria se tornar parte central de um currículo educacional progressista. Os artefatos da indústria cultural têm assumido um poder cultural enorme. Eles são parte do aparato cultural que tem produzido uma crescente privatização, comercialização e retificação de nossa cultura, que tem levado a um declínio da individualidade, da comunidade, da cidadania e da democracia (Kellner, 2003, p.125).

A partir de lentes que vão compreender os discursos sobre feminino, atravessados pelas questões culturais, sociais, históricas que as narrativas das tirinhas da Mafalda proporcionam para quem as consome. Cevasco (2003) nos diz que:

A expansão da quantidade de meios de produção cultural possibilitou a percepção clara de uma qualidade definidora desses meios, ou seja, são práticas de produção que fazem uso seletivo de meios materiais como, para dar alguns exemplos, a linguagem, as tecnologias ou meios eletrônicos de comunicação, a fim de dar formas aos significados e valores de uma sociedade específica. (Cevasco, 2003, p.69).

Portanto, as tirinhas de Mafalda foram relevantes para despertar em mulheres, na sociedade, que a “linguagem dos cartuns” podiam alcançar grandes proporções positivas para



as feministas. “Na conjunção histórica atual, de uma sociedade cujas técnicas e abrangência dos modos de veiculação de imagens atingem um alto grau de desenvolvimento, a análise e o esclarecimento dessas formas podem constituir um modo eficiente de luta”. (Cevasco, 2003, p.70).

3. AS NECESSÁRIAS MUDANÇAS: TIRANDO A VENDA

Pensando que as experiências das mulheres são diversas, faz-se necessário um olhar diferenciado para elas. Bell Hooks em seu livro “O Feminismo é Pra Todos” (2018), explica que existe a necessidade de entender que nem todas as mulheres são atingidas com os benefícios da luta feminista. No início do movimento, lutavam pelo direito de trabalhar sem autorização dos maridos, pais ou irmãos mais velhos, pelo direito de ir e vir.

Mas sabemos que mulheres negras trabalhavam para sobreviver, ajudar a manter suas famílias, logo vemos que elas estavam às margens do movimento. Era preciso, pensar em políticas que atendessem a todas, e esse seria um movimento de olhar umas para as outras, de escuta, levando em consideração as diferenças em cada realidade.

A sororidade vem sendo uma palavra muito falada na sociedade atual, visto que, muitas mulheres vem se atentando em dar as mão umas para as outras. Fomos criadas em uma sociedade machista e que sempre aplaudiu as disputas entre mulheres. O que podemos ver diariamente em nosso cotidiano, trabalho, família e isso também é muito replicado nas teledramaturgia desde de sempre. Ainda assim, pouco se faz para diminuir drasticamente esse ataque que vem de mulheres para mulheres.

Existe sempre a necessidade de ser a primeira, de estar melhor vestida, de ter a melhor colocação no mercado de trabalho, condição financeira, casa e família mais bem estruturada e linda, aquela famosa “família margarina” sempre assombrou as mulheres. Porém, muito alimentada pela sociedade.

Para que isso mude, para que possamos e tenhamos novos caminhos, para que as meninas cresçam sem essa pressão de competir com suas amigas, primas e mulheres em geral, é importante que isso se faça na educação dentro de casa e escolas. Esse cenário é passível de mudanças, cada dia podemos mudar a forma de pensar das pessoas e mudar a sociedade como um todo.

Vemos mesmo depois de tantas lutas femininas, conquistas foram alcançadas, porém ainda existe muita vulnerabilidade em ser mulher. E uma necessidade de ainda, ir à luta, ir para ruas, reivindicar os direitos de viver, de estudar, de liberdade. As violências que as mulheres ainda sofrem por serem mulheres. Butler (2018) traz questões muito pertinentes a esse tema, a



vulnerabilidade do corpo do feminino, as muitas questões que assolam como a pobreza e analfabetismo.

Obviamente existem boas razões para argumentar em favor da vulnerabilidade diferenciada das mulheres; elas sofrem de maneira desproporcional com a pobreza e o analfabetismo, duas dimensões muito importantes de qualquer análise global das condições das mulheres (e duas razões pelas quais nenhuma de nós será “pós-feminista” até que essas condições sejam completamente superadas). (Butler, 2018, p. 95).

Diante dessa premissa, se vê que a mulher ainda sofre com o desproporcional quando o assunto é a diferença entre as mulheres e os homens. No entanto,

por mais importantes que esses apelos possam ser, eles fornecem uma linguagem limitada para entender formas feministas de resistência que são populares e extralegais, a dinâmica dos movimentos de massa, as iniciativas da sociedade civil e formas de resistência política informadas e mobilizadas pela vulnerabilidade. (Butler, 2018, p. 96).

4. ESTUDOS FEMINISTAS E A LITERATURA

Sabemos que a literatura é uma das melhores e mais antigas formas de comunicação, no passado não era permitido que mulheres soubessem ler e escrever, após essa conquista, não nos era permitido escrever um livro de autoria feminina. Algumas para alcançarem seu objetivo, inventaram pseudônimos masculinos para que pudessem ter seus livros publicados.

Para elas eram reservados livros de receitas culinárias e afins, nada que pudesse fazer crescer intelectualmente. Trouxemos mais acima a personagem Mafalda, também uma forma de divulgar a luta feminista no cenário e uma forma de impactar crianças e jovens por seus questionamentos. O que vemos na literatura ainda é pequeno, tanto no contar as histórias das ações feministas desde o início do movimento, tanto com a representatividade feminina que já caminhou mais está longe de se equiparar a autores do sexo oposto.

Mafalda tornou-se um símbolo de representação de liberdade de expressão, de escolhas sociais e culturais e de luta pela emancipação feminina. Na época, a cultura latino-americana mantinha alguns padrões determinados para as mulheres que deveriam ser exemplo de perfeição em relação à beleza, ao zelo com a família e nos cuidados com lar. O papel social da mulher era o de dona de casa, mãe e esposa. Mafalda questiona esses padrões sem os desprezar, mas propondo outros comportamentos e novos caminhos. Isso ela faz sem abandonar esse ‘modelo’ determinado, mas tenta mostrar outras possibilidades de crescimento intelectual e cultural, bem como de encontro da mulher com a sua própria identidade. Mesmo sendo criada para o público infantil, por essas características, Mafalda pode ser considerada leitura para adultos (Silva, 2011, p.285).



Já podemos imaginar que chegar à universidade foi um longo percurso, para uma mulher por si só já seria um grande desafio, agora para mulheres negras, esse seria um ainda maior, encontrar na academia pessoas racistas e intolerantes com encontros frequentes em salas de aula como nos traz Hooks (2020) em seu livro *Ensinando pensamento crítico*.

Quando cheguei à faculdade, fiquei realmente abismada ao encontrar professores que pareciam ter como principal fonte de prazer na sala de aula o exercício do poder autoritário, esmagando nossos espíritos e desumanizando nossa mente e nosso corpo. Escolhi frequentar a Universidade Stanford, uma faculdade predominantemente branca (sobretudo porque as alternativas de financiamento estudantil eram melhores que as oferecidas por instituições para negros), mas em nenhum momento pensei em como seria estudar com professores racistas. Mesmo tendo cursado o ensino médio com professores abertamente racistas que nos desprezavam e eram indelicados, eu havia romantizado a faculdade. Acreditei que seria o paraíso do aprendizado, onde estaríamos todos tão ocupados estudando que jamais teríamos tempo para as coisas mesquinhas deste mundo, muito menos para o racismo (Hooks, 2020, p.21).

Os desafios para mulheres ainda são um obstáculo para sua sobrevivência, as violências vividas pelas mesmas diariamente, em casa, na rua, na universidade, tendo seu trabalho diminuído, seu corpo objetificado, sua autoestima negada, violência patrimonial, que faz com que mulheres não consigam sair de um ciclo vicioso de violência, sem conseguir ver a luz no fim do túnel. Não é tarefa fácil vencer, mas é necessário não desistir e acreditar em ações, no movimento e em um crescente de conscientização e educação de todos para com essa temática tão relevante para a sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ressaltou a importância de falarmos sobre as mulheres e seu papel na sociedade, a mulher vedada, castrada, violada, diminuída, excluída e calada, através de uma personagem conhecida por “Mafalda”, menina que ousava falar sobre a diferença entre o “papel do homem e da mulher” na sociedade.

As explanações de autoras que corroboram com a luta do feminismo, salientando o quão é pertinente a busca por um posicionamento perante o patriarcado. Que mesmo diante de tantas torturas do corpo dessa mulher, ainda é válido continuar através de literaturas, discursos e representações.

Essa é uma temática sensível e por precisar ainda mais de estudo e divulgação, faz se necessário a continuidade, para que mais pessoas tenham acesso a essa causa, conhecimento e



homens, não queremos seus espaços, apenas queremos ter o nosso direito respeitado. Lutamos para que mais pessoas independentemente do sexo, compreenda e também lute, questione quando perceber injustiças que são feitas diariamente com mulheres no mundo todos, apenas por serem mulheres.

Nas palavras de Colling (2014), vemos claramente traduzida essa situação, vivemos tempos diferentes, mas ainda existem discursos iguais, porque eles são construídos a partir de uma categoria binária. É visível que a sociedade vem passando por diversas mudanças, mas, ainda há muito a ser feito e conquistado. Justamente por isso a importância de se falar mais sobre o tema, divulgar, publicar e a academia tem papel fundamental nessa jornada.

Em suma, ressaltar que as tirinhas de Mafalda foram de grande contribuição para pensarmos na mulher como protagonistas de suas próprias histórias. Que esse corpo feminino necessita ser cuidado, respeitado e zelado. que diante de uma configuração machista estrutural, temos espaço e podemos oferecer mais que um pedaço de carne em exposição.

6. REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. In: BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 75-109

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 22, n. 02, p. 15-46, 1997.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para todo mundo, políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico: Sabedoria prática**. Editora Elefante, São Paulo, 2020.

KELLNER, Douglas. **Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 103-129.

SILVA, Carla Letuza Moreira e. **Mafalda e a emancipação feminina**. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação* ISSN 1981-9943 Blumenau, v. 5, n. 3, p. 269-286, set./dez. 2011. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/2779>. Acesso em 01 de julho de 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

**SOMOS RICOS E PORNOGRÁFICOS: SEXO, PODER E
FAMÍLIA EM NOSSA PARTE DE NOITE, DE MARIANA
ENRIQUEZ**

**WE ARE RICH AND PORNOGRAPHIC: SEX, POWER,
AND FAMILY IN OUR SHARE OF NIGHT: A NOVEL, BY
MARIANA ENRIQUEZ**

Marcos Antonio Leite Junior ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a concepção de família burguesa no livro *Nossa parte de noite*, de Mariana Enriquez. Observa-se que as famílias ricas da narrativa, apoiadas na Ordem, uma seita milenar, violam o corpo de outras personagens. A partir deste estudo, foi possível investigar a organização das famílias, a sexualidade, a maternidade e outros aspectos. Evidenciou-se que essas famílias, participantes da Ordem, não se encaixavam nos padrões estabelecidos pela sociedade, mas viviam com liberdade, utilizando as transgressões como forma de se diferenciarem e reafirmarem seu poder. O trabalho conta com referências de autores(as) da História, dos Estudos Culturais e da Literatura, e busca construir um diálogo interdisciplinar por meio das reflexões propostas nas obras de Mariana Enriquez.

Palavras-chave: Nossa parte de noite. Mariana Enriquez. Famílias ricas. Estudos Culturais.

ABSTRACT

This work aims to present the bourgeois family in the book *Our share of night: A novel*, by Mariana Enriquez. It is observed that rich families, with the help of the Order, an ancient sect, attack the bodies of other characters. The analysis allowed us to investigate the organization of families, sexuality, motherhood and other aspects. It was demonstrated that these families, participants of the Order, did not fit into society's standard, but they lived freely, using transgressions as a way of power. The article features authors from History, Cultural Studies, and literature and seeks to build an interdisciplinary dialogue with the book of Mariana Enriquez.

Keywords: Our share of night: A novel. Mariana Enriquez. Rich families. Cultural studies.

¹ Mestrando em Estudos Culturais pelo Programa de pós-graduação em Estudos Culturais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana (PPGCult/UFMS-CPAQ), e-mail:marcos.l.junior@ufms.br



1. INTRODUÇÃO

Antes de iniciar o curso de História, eu estudava em uma escola pública do estado de São Paulo. Lembro-me de que, em uma aula de Biologia, descobri as diferentes formas de reprodução dos animais. Algumas aves possuem uma estrutura chamada cloaca; uma de suas funções é a reprodução. Não sei se poderia e se alguém estaria disposto a ler minha explicação, mas creio que temos materiais e pessoas mais apropriadas para essa tarefa. O que importa aqui é a estranheza para os adolescentes – e para os adultos – em descobrir que existem aparelhos reprodutores e formas de se reproduzir diferentes da nossa. As perguntas mais realizadas em cada aula foram: “Como este animal se reproduz e forma uma família?” e “Este animal não tem pênis?”. A professora tentou responder a todas as perguntas, mas algumas envolvem algo mais complexo que não diz respeito exatamente à reprodução dos animais e, por este motivo, é mais difícil responder. Sempre achei curiosa a menção sobre os “animais que formam uma família”, porque geralmente são famílias parecidas com o modelo de família dos humanos ocidentais.

Sabemos muitas coisas e, quando digo que alguém se surpreende com algo, não retiro o lugar daqueles(as) que sabem de tal informação e, portanto, não se impressionam. Porém, não se trata apenas disso, ao ingressar no programa de Estudos Culturais, aprendi que a reação chocante de muitas pessoas é mais frequente do que imaginamos. Criamos um imaginário de homem, mulher, casal e família para nós, para o(a) outro(a) e, às vezes, para o inanimado. É comum ouvir esses comentários em alguns vídeos publicados na internet. Em um desses materiais, a pessoa explica que a colher e a faca são mulheres e que o garfo é o homem. Além disso, esses objetos são casados, neste caso uma das duas (colher ou faca) seria a amante.

O professor Doutor em Ciências Sociais Tiago Duque, em algumas aparições publicadas em jornais do estado de Mato Grosso do Sul², comenta sobre como a questão do gênero aparece nas noites natalinas de Campo Grande (MS). Entre as atrações apresentadas na cidade, a figura da rena vem se destacando. Segundo Duque (2022, 2023), o animal ganhou uma parceira sexual que possui laço na cabeça e cílios longos, e seu cachecol foi substituído por uma gravata borboleta. O senhor e a senhora rena se casaram – semelhante ao modelo de casamento cristão – e estão esperando um filhote.

² Para saber mais: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/a-rena-natalina-nao-e-mais-a-mesma>.
<https://oestadoonline.com.br/artigos/artigo-por-uma-sociologia-que-liberte-as-renas-natalinas/>.



Início o texto com esse debate, pois procuro demonstrar, não apenas como atribuímos gênero e sexo, mas também uma lógica ideal de família para o humano e o não-humano. As renas não só ganharam aspectos entendidos como femininos ou masculinos, além disso, formaram uma família. O garfo é casado e a “outra” desempenha o papel de amante. É preciso ter uma amante, pois não se pode quebrar a estrutura do matrimônio; entretanto, pode-se romper em segredo o contrato de relacionamento e trair. Trair a parceira, mas sem abandonar o ideal de família perfeita. Dessa forma, torna-se um grande desafio para um indivíduo pensar em possibilidades outras de matrimônio, família e afeto. Neste artigo, pretendo apresentar o íntimo e o cotidiano presente em famílias ricas no livro *Nossa Parte de Noite*, de Mariana Enriquez.

2. A LITERATURA E OS ESTUDOS CULTURAIS: LETRAS CONTESTADORAS E VOZES LATINO-AMERICANAS

A literatura latino-americana apresenta grande espaço de contestação e contribui muito ao pensar em possibilidades de lidar com os corpos e saberes também latino-americanos. Isso não significa um abandono ou desvalorização de produções culturais europeias; muito pelo contrário, justamente devido à supervalorização dada a este cânone que devemos – ou deveríamos – fazer o contrário, isto é, olhar com uma lupa, com um cuidado que beira ao exagero, a fim de repensar nosso próprio lugar em meio às conflituosas relações sociais. Este estudo recebe contribuições da História, da Literatura e dos Estudos Culturais. O caráter interdisciplinar possibilita que observemos as brechas, algo que, muitas vezes, não seria possível em um único campo disciplinar do conhecimento.

O diálogo entre Estudos Culturais e Literatura evidencia a urgência de se ler obras latino-americanas. É preciso ler como se não fosse possível parar e, a partir disso, mastigar e se inquietar com as palavras, narrativas e personagens. Nessa etapa, foi possível contar com o auxílio dos Estudos Culturais, campo que propõe profundas transformações na sociedade.

Assim, o que proponho neste estudo é discutir o íntimo e o cotidiano retratado em famílias burguesas de “Nossa Parte de Noite”, de Mariana Enriquez. Atualmente, a escritora argentina tem relevância mundial; seu livro foi traduzido para muitas línguas, como português, inglês, francês e alemão. Sua narrativa de terror possibilita o incômodo, o medo e a não aceitação das coisas como parecem ser.

3. EU POSSO TUDO E MAIS UM POUCO: FAMÍLIAS RICAS E CRIMINOSAS



O livro “Nossa parte de noite” conta a história de Juan, um médium que procurava a todo custo salvar a vida de seu filho, Gaspar. Uma vez que demonstrou ter herdado o dom de seu pai em relação à mediunidade, o garoto estava predestinado a ocupar o lugar de Juan na Ordem – seita regida por Mercedes, Anne e Florence. A instituição cultuava um deus antigo chamado Escuridão, que poderia revelar os caminhos para a imortalidade. A mãe de Gaspar chamava-se Rosario, era uma antropóloga de relevância internacional e foi assassinada pela própria mãe ao cruzar os caminhos da mulher. O nome de sua mãe era Mercedes, a mesma que gerenciava a seita supracitada.

Nota-se até aqui como Enriquez quebra com um ideal de feminilidade. Na narrativa, são essas três mulheres que tomam decisões, violam e detêm o poder de modo majoritário. Entre elas, Mercedes se apresenta como a mais cruel³, pois além de sacrificar sequestrados (as) da ditadura, mantém em cativeiro crianças guaranis, em Corrientes, Argentina. Vamos a partir de uma recordação de Juan, entender melhor como isso se passa:

Lembrou-se de quando Rosário foi forçada a cuidar de outra ninhada de crianças sequestradas, que Mercedes mantinha em uma das suas terras na província de Buenos Aires, e ele havia decidido ajudá-la. Naquela vez, eles também estavam em jaulas. Agora o primeiro garoto estava em uma jaula enferrujada e suja que provavelmente havia carregado animais. Tinha a perna esquerda amarrada às costas, numa posição que havia quebrado seu quadril. Como era muito novo (um ano?, difícil saber pela sujeira), certamente havia sido fácil fraturá-lo. Seu pescoço também já estava torcido, pela posição do pé, e, quando Juan aproximou-se a lanterna para vê-lo melhor, reagiu como um animal, com a boca aberta e um grunhido; sua língua havia sido cortada em dois e agora era bífida. Em volta dele, dentro da jaula, estavam os restos de sua comida: esqueletos de gatos e alguns pequenos ossos humanos (Enriquez, 2021, p. 130).

Essas relações profundas e violentas são estendidas para o espaço privado, o da família. O primeiro ponto é o modo perverso que Mercedes tratava sua filha. A narrativa, que não respeita uma ordem cronológica, apresenta no capítulo “Círculo de giz”, a relação conturbada que Rosario tinha com a mãe desde a infância: “En relación con este hecho se encuentra la experiencia de la maternidad, otro de los temas tocados en la obra. Mercedes no solo odia a su hija, sino que propicia su desaparición [...]” (Becerril Matía, p. 15, 2020).

No entanto, não é minha intenção afirmar que existe um modo correto de ser mãe; neste caso, a personagem rompe com sua própria humanização e procura fazer o mesmo com sua filha. Marília Bueno de Araújo Ariza (2017), em sua tese de doutorado *Mães infames*,

³ Do ponto de vista narrativo, nota-se com maior ênfase a crueldade de Mercedes. Isso não retira Anne e Florence da análise, uma vez que ambas também violavam em nome dos segredos ditados pela Escuridão. Além disso, a Ordem é um símbolo de crueldade e violência.



rebetos venturosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX), demonstra como as normas sociais estabeleciam parâmetros ideais, porém fictícios, baseados na maternidade burguesa. O que pretendo com este trabalho não é comparar um fato real com um ficcional, mas sim repensar como diferentes autoras latino-americanas rompem com o modelo de mãe e de maternidade. O padrão da burguesia que se apresenta como o ideal a ser seguido é questionado na narrativa de Enriquez, quando Mercedes, embora milionária, esteve longe de ser um exemplo de mãe burguesa a ser seguido.

Entretanto, sem muita surpresa, Mercedes não é impedida, nem repreendida por ninguém. Mesmo se o seu íntimo fosse exposto, as verdades seriam silenciadas. A informação pode ser comprovada em uma conversa entre a jornalista Olga Gallardo e Beatriz Bradford, ex-guerrilheira e sobrinha de Mercedes: "Não o esconda [o gravador]. Pode me gravar se quiser. Não tenho nada a perder. Além do mais, se eles não quiserem que esta conversa se torne pública, ela não se tornará. Controlam outras regras. Não estão mais nervosos" (Enriquez, 2021, p. 409). Este é o diálogo com a tese de Ariza (2017): muitas mulheres ao longo de toda a história, perderam – e continuam perdendo – a guarda de seus(suas) filhos(as) por serem julgadas como incapazes de serem mães. Porém, a classe alta segue como parâmetro ideal de afeto/casamento/família, mesmo que o privado seja inacessível para nós. A família Bradford não necessariamente fazia questão de ser um modelo para a sociedade, mas poderia sê-lo caso quisesse. Apresento a vocês o poder das famílias ricas retratadas na novela: o de não se importar, ofender sem medo das consequências, violar os corpos e viver como quiserem na sociedade.

O professor Doutor Cleyton Rodrigues dos Santos (2022), em seu artigo: Em linhas negras: diálogos político-escravistas em Machado de Assis, demonstrou como Machado de Assis retrata as pessoas escravizadas de forma realista em seus escritos. Não ocorre o mesmo na literatura de Enriquez, mas se pudesse estabelecer um diálogo com a produção do professor supramencionado, eu diria que a autora apresenta os monstros como eles são e consegue despertar a ansiedade e a angústia que sentimos diante das injustiças e impunidades. Mesmo sabendo o final do livro, fico aflito com a sensação de ausência de punição. Esse recurso estratégico de escrita faz com que o(a) leitor(a) deseje justiça e, conseqüentemente, leia o texto até o final. Para mais, muitos membros da Ordem sofrem uma condenação, que parte do sobrenatural: ficam presos em uma outra dimensão. Aqui é preciso levar também em consideração as influências da literatura fantástica, conhecida por suas fugas do real. Além disso, mesmo que os personagens criminosos fossem condenados, o problema está na



mentalidade das famílias⁴ às quais pertencem: a convicção que podem fazer tudo, inclusive, matar para alcançar a imortalidade. Talvez muitos leitores(as) fiquem satisfeitos(as) com o final das líderes da seita, porém, é preciso que não façamos uma ligação direta entre a literatura e nossas vidas. Sobre isso, existe uma longa discussão a respeito do uso da literatura na produção científica. No texto Saberes e sabores ou conversas sobre História e literatura, por exemplo, Maria do Rosario da Cunha Peixoto (2011), detalha o uso da literatura como um documento:

Se pensarmos a palavra documento no sentido positivista de prova, capaz de apreender a realidade tal qual, então o texto literário não é documento. Mas se usarmos o documento, isto é, a obra literária, não como espelho da realidade, e sim como espaço que também expressa possibilidades de devir elaborados pelos grupos sociais em luta, ela é documento (Peixoto, 2011, p. 27)

Dito isto, é relevante pensar como o sobrenatural de Enriquez nos convida a olhar para as impunidades e exigir reparações, condenações e justiça dentro do nosso próprio sistema judiciário.

Mariana Enriquez permeia muitos lugares na escrita, um deles é o medo como denúncia social. A autora é muito conhecida por retratar os desaparecidos políticos da Argentina e as aflições de suas famílias que atormentam a memória social de um passado terrível: o ditatorial. A memória, a história e a literatura estabelecem um diálogo importante para muitos(as) leitores(as) de Enriquez. A respeito disso, Jeanne Marie Gagnebin contribui muito para o debate quando afirmou:

Tarefa altamente política: lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especialmente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram acusados (Gagnebin, 2006, p. 47)

Embora não seja o foco do artigo, não podemos deixar de mencionar que “Nossa Parte de Noite” ajuda a cavar um túmulo para os desaparecidos políticos da Argentina. No capítulo “O poço de Zañartú, por Olga Gallardo, 1993”, a autora se debruça a narrar o reencontro do corpo sequestrado. Já que não é o foco do meu trabalho, por que menciono tais trechos? Por dois motivos: Primeiro, através dessa perspectiva, estamos conhecendo as famílias, podemos ler os relatos das personagens que vão surgindo no capítulo e compreendemos a esperança deles de encontrarem os corpos de seus familiares para sepultá-los de forma digna. Essas pessoas não usufruem do mesmo *status* ostentado pelos Bradford. Na realidade, não sabemos

⁴ A Ordem é composta por muitos membros, entre eles a família Bradford. O substantivo está no plural, pois as condutas irregulares, criminosas e cruéis também são notadas em outras famílias.



muito sobre suas vidas, apenas que sua existência se mescla com a procura de um corpo desaparecido. O segundo motivo pelo qual levanto tal consideração é necessidade de enfatizar cumplicidade entre os Bradford⁵ e os militares. Em diálogo com os dois pontos citados anteriormente, percebe-se que Mariana Enriquez faz parte de uma geração de escritoras que não consegue esquecer seu passado. Sob esse aspecto, Beatriz Sarlo (2007) aponta que a lembrança não é uma escolha, não está em nosso controle:

Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada [...] a lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos dessa palavra). (Sarlo, 2007, p. 10)

Tali, meia-irmã de Rosário, é filha de Adolfo Reyes e Leandra, uma indígena que cultuava o santo popular São Morte, em Corrientes. Segundo Rosario, Leandra: “[...] era de uma beleza, não sei se alguma vez vi uma mulher tão naturalmente magnífica e gostosa” (Enriquez, 2021, p. 300). Nesse momento, já sabemos que Reyes se relacionava com outras mulheres. No entanto, Mercedes odiava Leandra porque seu marido se importava com ela, como nos mostra o seguinte fragmento: “Sua amante índia, Adolfo, é indiferente para mim. Mas para você ela importa. Eu posso permitir que você se deite com todas as putas do país, mas não posso permitir que se importe com alguma delas.” (Enriquez, 2021, p. 300).

Na Ordem, o ciúme não era uma prática que deveria ser cultivada. O que demonstra que Mercedes não se importava com o fato de seu marido sair com outras mulheres, desde que ele fosse indiferente a elas. No entanto, é importante atentar-se a um ponto mais específico: Mercedes é descrita como alguém que gosta de destruir tudo o que há de belo, ou seja, ela não disputa pelo amor de um homem, ela destrói o amor. E de fato conseguiu. Com seus feitiços, causou um câncer em Leandra, enfermidade que posteriormente a levou a óbito. O casamento arranjado de Mercedes e Adolfo permite lacunas para relações extraconjugais que poderiam ser mortais, não por causa do sexo, mas sim por um envolvimento sentimental, inadmissível para Mercedes. Dessa maneira, Zapata Betancur (2021) acerta ao chamar o casal de senhores feudais:

A los personajes de Adolfo y Mercedes también se les puede entender como unos señores feudales en Puerto Reyes, un feudalismo tropical. Los dos provienen de familias que han ostentado el poder en Argentina, tienen todo a su alcance y este lugar es su propio reino. Mercedes puede retener allí a las personas que serán sacrificios para la Oscuridad y Adolfo tiene en su dominio los cultivos de mate y a las personas de la zona, todo funciona a favor de la familia Bradford (Zapata Betancur, 2021, p. 52)

⁵ Entendo que toda a família usufrui de privilégios (em maior ou menor grau). Rosario conseguiu retirar seu cunhado, irmão de Juan, do país para protegê-lo da ditadura. Os militares não destruíram o templo de Tali, pois sabiam da importância de seu pai no país.



Assim, observa-se que o poder do casal está em invadir desde os espaços públicos até o mais íntimo do(a) outro(a), a vida individual, e tomar para si o corpo de quem desejar. A violência também está no poder de decidir castigar Leandra e não o marido. Algumas pessoas podem preferir acreditar que isso fere Adolfo de alguma forma. Talvez o tenha incomodado, mas sua vida foi preservada, permitindo-lhe desfrutar de sua riqueza e, caso queira, com outras mulheres.

O lar atípico em que Rosario cresceu, recebeu uma nova integrante, Tali:

Naquele ano Tali, minha meia-irmã, veio estudar em Buenos Aires. Foi uma fase violenta e difícil. Tali não suportava a cidade e chorava, pedia pela mãe, arrancava os cabelos. Mercedes batia nela; se eu me intrometesse, castigava-a também. Tentamos fugir uma vez, com Juan. Descobriram nosso plano e ficamos um mês sem jantar (Enriquez, 2021, p. 299)

Tali foi retirada de seu lar para receber uma educação da capital. A menina passou a viver em uma casa que não gostava, em outra cidade, com castigos e longe da presença da mãe. Depois de seu retorno a Corrientes, Rosario foi privada da convivência com sua irmã, pois Mercedes não permitia que as duas mantivessem contato. Seu pai a alertou: “[...] se a sua mãe cismar com a Tali, já sabe o que pode acontecer” (Enriquez, 2021, p. 301). Como constatamos, os laços de violência que atravessam a conturbada família deixaram seus traumas nas crianças do enredo.

Juan, futuro marido de Rosario, chegou à casa dos Bradford ainda muito jovem e doente. Foi atendido pelo irmão de Mercedes, o doutor Bradford. O médico descobriu que o menino poderia ser o próximo médium e aproveitou essa oportunidade para comprá-lo de seu pai. Esse acontecimento era mais uma grande vitória que os diferenciava dos outros membros dentro da Ordem: ter encontrado o novo médium. Entretanto, a mãe de Juan, que passou a ser um incômodo nas tentativas de reaproximação, também foi vítima de Mercedes. A partir de agora, vamos nos despedir dos senhores feudais, para conhecer um novo casal, contudo sem sair da realeza.

3.1 Eu beijo outras pessoas, mas só amo você

A família formada por Juan e Rosario tem alguns aspectos interessantes de análise. O primeiro deles é a forma não convencional da própria família, que comprou Juan para fins de interesse. O segundo foi a responsabilidade dada a Rosario, que se tornou guardiã de Juan após a jovem tê-lo encontrado na selva. O acontecimento foi importante, pois o futuro médium



havia encontrado seu lugar de poder (lugar que o Mèdium manifesta a Escuridão para a prática dos cerimoniais). Entre grande prestígio, paixão e incertezas, Rosario foi estudar na Inglaterra, em um processo de fuga e reencontro consigo mesma:

Não queria me jogar em uma existência dedicada a Juan sem ter tido a possibilidade de conhecer como era possível viver sem aquele vínculo obsessivo e devocional. Estava exausta de todas as maneiras possíveis, e assustada, porque percebia que ele e eu iríamos ficar juntos, iríamos ser um casal, os herdeiros, e naquele momento eu queria fugir dessa certeza (Enriquez, 2021, p. 319)

Neste espaço de fuga, mesmo com a afirmada certeza que ambos ficariam juntos e que se amavam, Juan namorou Tali, meia-irmã de Rosario. Além disso, durante um cerimonial⁶, o médium marcou Stephen para si, tornando-o uma espécie de companheiro:

Juan o marcou nas costas com as unhas douradas. Foi um momento inesquecível, porque Stephen era muito jovem, era o filho de Florence e porque as feridas foram profundas e grandes, começavam abaixo da escápula e iam até a cintura [...] a marca também indicava que ele seria o companheiro do médium se quisesse. Nunca senti ciúmes: ao contrário, foi um alívio ter com quem dividir a tarefa. (Enriquez, p. 321, 2021)

Ser companheiro do médium não significava necessariamente uma parceria sexual, embora essa possibilidade não possa ser descartada, pois, anos depois, é descrita uma cena de sexo com Juan e Stephen. Além disso, ser designado a essa tarefa significava estar ao lado do médium tanto nos cerimoniais quanto no processo de profunda recuperação pelo qual estavam submetidos após suas jornadas de trabalho. Caso quisessem, poderiam ser uma energia sexual. Uma parceria fora do casamento, que pode oferecer a prática sexual e afetiva foge da lógica monogâmica. Veja bem, não estou afirmando que a monogamia seja sempre idêntica, muito menos que não exista um círculo de apoio. No entanto, sabe-se que essa rede de pessoas, ao menos na maioria dos casos, não está autorizada a infringir o íntimo do casal e fazer sexo com um(a) dos(as) participantes da relação sem que isso seja configurado como traição. Dentro da Ordem, disputar a presença e atenção do médium (mesmo sem a prática sexual) seria um grande motivo para Rosario se tornar inimiga de Stephen ou, ao menos, olhá-lo com certa desconfiança. Livrar-se dos ciúmes e ter parceiros(as) do mesmo sexo eram práticas aconselhadas. Entretanto, não me refiro à filosofia da seita, mas sim ao fato de que Rosario ambicionava reger a Ordem. Esta seria uma justificativa para não dividir Juan; dito de outra forma, compartilhar o afeto e sua companhia poderia ser um perigo. Porém, como procurei mostrar, naquele momento a herdeira não tinha essa preocupação.

⁶ Reunião em que o médium manifestava a Escuridão, na ocasião o deus revela mensagens incompreensíveis que devem ser decifradas pela seita.



Não é apenas Juan que abre espaço para a discussão da bissexualidade, Rosario, aos 18 anos, conhece Laura em Londres. Uma parceria que transitava entre a amizade e a energia sexual provocada por meio do andrógino mágico:

Mas, principalmente, quando digo nós me refiro ao trio que eu formava com Stephen e Laura. Não era um requisito, mas a Ordem nos encorajava a viver sob a premissa do andrógino mágico, ou seja, podíamos escolher amantes do mesmo sexo para os rituais e para a vida, para que aquela energia nos abraçasse e nos fosse útil nos trabalhos dos mistérios [...] Éramos jovens e ousados: nunca hesitamos em aceitar a sugestão porque, além do mais, quase todas as pessoas da nossa idade e do nosso círculo social viviam assim. O ácido é uma droga muito sexual e, sob seus efeitos, a ideia de que os sexos se relacionem exclusivamente com seus opostos se torna absurda (Enriquez, 2021, p. 327).

Como integrantes da Ordem, Rosario e Juan praticavam a premissa do andrógino mágico. Para um grupo, isso pode ser lido como uma prática não-monogâmica. De todo modo, vale ressaltar apenas um detalhe: a afetividade ainda se concentrou na figura do casal formado pelos dois. Para entender melhor, só é preciso lembrar-se de que Juan procurou por Rosario mesmo após sua morte, fazendo, por exemplo, rituais para encontrá-la em outros mundos. Seu afeto, amor e possessão pareciam destinados exclusivamente a Rosario. Isso não significa que ambos não tenham, em algum momento da relação, expandido a afetividade para outras relações, principalmente, se pensarmos nos seguintes pares: Juan-Stephen e Rosario-Laura, mas em uma análise mais profunda, notamos que essa afetividade foi mais temporal/local no caso das mulheres, ou seja, durante o período que Rosario morou em Londres. E no caso dos homens, para além do afeto, uma tarefa devocional, que se desenvolve durante a narrativa e se mistura com a própria rebeldia contra a Ordem⁷. Neste caso, não saímos da lógica de casais (formados por dois). A afinidade que Rosario relata sentir, principalmente, com Laura e Stephen não foi mencionada justamente por excluir Juan. E a parceria entre Rosario, Juan e Stephen parece girar em torno de Juan. Notem que Stephen e Rosário eram próximos na Inglaterra, mas na presença de Juan, há uma devoção e cuidado maior direcionado ao médium, não parece haver uma igualdade de afeto e preocupação.

Podemos retomar a maternidade dentro do enredo. O ideal de maternidade é quebrado novamente, visto que Rosario relata não ter sentido um amor incondicional por Gaspar logo após o nascimento. O romance começa deslocado e, por isso, a mãe do garoto está morta; porém, ao longo dos capítulos, percebe-se que Rosario já sabia dos planos da Ordem para com

⁷ Depois da morte de Rosario, Tali e Stephen ajudam Juan a esconder Gaspar da Ordem, isso demonstra a relação de cumplicidade e lealdade. Entretanto, não há uma relação não-monogâmica entre os três, embora Juan se relacione sexualmente com ambos.



seu filho (transferir a consciência de Juan para o corpo de Gaspar, em outras palavras, com isso, o menino morreria). Juan se posicionou contra, mas Rosario hesitou em tomar partido. Na narrativa, Rosario é apresentada como alguém que tem o direito de errar, duvidar e se questionar. Ela permeia entre o certo e o errado.

Anos depois, Rosario possui destaque internacional na academia. Isso a torna uma mulher ocupada com o trabalho e seus estudos. Juan passa a maior parte do tempo com a criança e, apesar de ser o médium, não usa isso para conseguir desempenhar funções tipicamente “masculinas”. Do mesmo modo, não é ele um professor universitário famoso ou um médico de prestígio. Sua relevância é guardada dentro da Ordem. Em uma pesquisa a respeito da participação de pais na vida dos/as filhos/as, as autoras mencionam:

[...] verificamos a existência de alguns homens que interessados em participar do cotidiano e do crescimento dos filhos se envolvem ativamente no cuidado destes, e consideram esta tarefa tão importante quanto a profissional. São esses pais que atraem nossa atenção e que se enquadram no que reputamos ser um modelo de paternidade participativa (Sutter, Maluschke, 2008, p. 74)

A paternidade participativa, como chamam as autoras, foi muito importante para Gaspar. Juan buscou distanciar seu filho não só de modelos únicos de ser homem, mas também a respeitar as diferenças. Apesar disso, o pai de Gaspar também usou força e violência com Rosario e o filho. Em busca de salvar seu descendente, o médium perdeu momentos importantes na vida do menino. Logo, evidencia-se que a paternidade participativa caminhou para uma paternidade sombria e violenta. Os aspectos de masculinidade e violência contra mulheres e crianças serão trabalhados em outro artigo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei, neste artigo, apresentar o íntimo e cotidiano familiar a partir, principalmente, de dois casais: Mercedes e Adolfo e, posteriormente, de Rosario e Juan. Nota-se a quebra de certas concepções de família, por exemplo, uma certa distância da monogamia entre os/as participantes da Ordem; o culto a um deus que não é cristão, pois essa concepção religiosa é muito forte em países da América Latina; a bissexualidade, entre outros. Isso permite que o/a leitor/a entre em contato com modos diferentes de entender e de viver no mundo. No entanto, existem algumas precauções as quais falarei a seguir.

Enriquez apresenta outros modelos de famílias, entretanto, são os Bradford que conhecemos com mais profundidade em seu texto. Não é muita novidade que uma família milionária tenha a permissão de viver como quiser em uma sociedade, ou seja, os membros da



Ordem podem escolher parceiros sexuais do mesmo sexo, viver em festas e consumir drogas, porque acessam a esse universo como preferem. No outro dia, apresentam-se normalmente apenas como mais uma família rica no mundo. Outro elemento importante para destacar é a violência. Os atos criminosos da seita devem ser entendidos como condutas ilegais e que ferem os direitos humanos. Essa é, portanto, a inovação da autora: trabalhar todos os elementos supracitados em sua escrita, combinando terror e América Latina, em busca da complexidade humana. O universo de Enriquez tem muitas camadas e muitas formas de observar um mesmo ponto.

Além disso, certos temas como sexualidade, relações amorosas, relações familiares, entre outros, não se restringem às famílias da Ordem. A sexualidade, por exemplo, é um tema abordado por Gaspar (que por anos não sabia da história de sua família e da existência da seita, por isso, aqui não o incluí como participante da Ordem) e seu amigo Pablo. Tali, embora filha de um homem rico, vivia de modos alternativos. Beatriz Bradford, sobrinha de Mercedes, tinha um passado guerrilheiro secreto para a maioria das pessoas e vivia com sua filha, Adela, após a morte do marido, também guerrilheiro; entre outros casos.

A maneira que Mariana Enriquez constrói as famílias permite a cada pessoa refletir que modelos universais são fictícios. Portanto, a impossibilidade de esperar que alguém se comporte do modo que aprovamos, que o pênis seja o norteador das relações e que as mães abandonem suas vidas em nome da maternidade. Muitas vezes, aplaudimos as famílias consideradas “de verdade”, enquanto tentamos imitá-las. Não se trata de recusar a nossa família, nossos posicionamentos e vivências, mas sim de entender as diferenças e não partir da premissa que existe um modelo natural e único de se viver e se construir a família.

O termo beijo cloacal refere-se ao encontro das cloacas que permite a passagem do espermatozoide do macho para a fêmea. Foi o que consegui aprender com um grupo de estudantes prestes a fazer o vestibular, em 2022, durante meu estágio em História. A turma debatia as dúvidas quando entrei na sala de leitura. Em seguida, fui conferir as respostas com uma professora de Biologia, mas um outro funcionário, talvez professor, mencionou: “Deus me livre, cadê o pinto do galo? Como é possível respeitá-lo desse jeito?”. Poderia ter começado o trabalho com esta frase, mas prefiro finalizá-lo dessa maneira, para assim conseguir instigar de um modo diferente as construções históricas, sociais, culturais e políticas ao redor da compreensão da família, do sexo, do falo e de seu papel nas relações de poder.



5. REFERÊNCIAS

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 376. 2017.

BECERRIL MATÍA, Sara. **Terror y gótico en Nuestra parte de noche, de Mariana Enriquez: una historia de vida y muerte**. Monografía (Filología hispánica) – Facultad de Filología, Universidad de Salamanca. Salamanca, p. 31, 2020.

DUQUE, Tiago. A rena natalina não é mais a mesma. Campo Grande News, Campo Grande, 22, dez. 2022. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/a-rena-natalina-nao-e-mais-a-mesma>. Acesso em: 7 jun. 2024.

DUQUE, Tiago. Por uma sociologia que liberte as renas natalinas. O estado online, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://oestadoonline.com.br/artigos/artigo-por-uma-sociologia-que-liberte-as-renas-natalina> Acesso em: 7 jun. 2024.

ENRIQUEZ, Mariana. **Nossa parte de noite**. 1 ed. Rio de Janeiro: intrínseca, 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, p. 39-47, 2006.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v.24, n. 45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19401>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. Em linhas negras: diálogos político-escravistas em Machado de Assis. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 15, n. 1, p. 57-71, jan.-jul., 2022.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**, São Paulo, ed. Companhia das letras, Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SUTTER, Christina; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 74-82, jan.-mar., 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1488>. Acesso em: 17 jun. 2024. Acesso em: 13 jun. 2024.

ZAPATA BETANCUR, Andrés Felipe. **Recorriendo el litoral argentino: un análisis sobre el viaje en Nuestra parte de noche (2019) de Mariana Enriquez**. Monografía (Estudos literários) – Facultad de Teología, Filosofía y Humanidades, Universidad Pontificia Bolivariana. Medellín, p. 86, 2021.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

A IDENTIDADE DO SUJEITO, PODER, POLÍTICAS E OUTRAS ABORDAGEM: QUANDO A INFÂNCIA VAI ALÉM DO AUTISMO

SUBJECT IDENTITY, POWER, POLICIES AND OTHER APPROACHES: WHEN CHILDHOOD GOES BEYOND AUTISM

Salédja Alana Sales Santana ¹
Janete Rosa da Fonseca ²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar sobre identidade, poder e política com ênfase na importância da infância das crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), como construção do sujeito. Para efetivar essa pesquisa, buscou-se fundamentar nos referenciais teóricos de autores como: Foucault (2016, 2022), Hall (2003), Louro (1999), Gonring (2020), Sarmiento (2005), Grandin e Panek (2013), entre outros, que podem contribuir para os estudos da temática apresentada. Os principais resultados desta pesquisa, contribui para compreender o contexto do universo autista, a respeito da sua identidade, corporeidade, refletindo em políticas cada vez mais eficientes direcionadas para a inclusão. Os procedimentos metodológicos buscou-se abordagens de revisões bibliográficas, que fundamentam contribuições de alinhar as principais abordagens dos autores mencionados com o contexto da criança com autismo, viabilizando sua inclusão.

Palavras-chave: Autismo, Infância, Identidade, Poder, Política.

ABSTRACT

The present work aims to address identity, power and politics with an emphasis on the importance of the childhood of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), as a

¹ Mestranda em Estudos Culturais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-UFMS, Pedagoga, Docente da rede municipal de educação Santa Terezinha-PE, saledja.mk@gmail.com

² Pedagoga, Doutora em Educação pela Universidad Del Mar - Chile. Pós Doutorado em Neurociência. Pós Doutorado em Educação. Docente Permanente do Programa de Pós- Graduação em Estudos Culturais da UFMS/CPAQ, janete.fonseca@ufms.br



construction of the subject. To carry out this research, we sought to base it on the theoretical references of authors such as: Foucault (2016, 2022), Hall (2003), Louro (1999), Gonring (2020), Sarmiento (2005), Grandin and Panek (2013), among others, which can contribute to studies on the topic presented. The main results of this research contribute to understanding the context of the autistic universe, regarding its identity, corporeality, reflecting on increasingly inclusive policies. The methodological procedures are through bibliographical reviews, which support contributions to align the main approaches of the mentioned authors with the context of children with autism, enabling their inclusion.

Keywords: Autism, Childhood, Identity, Power, Politics.

1. INTRODUÇÃO

Abordar sobre identidade, poder e política com ênfase na importância da infância das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), como construção do sujeito é primordial, tendo em vista que a infância é uma das fases mais importantes da vida do ser humano, é uma construção social e histórica, que varia de acordo com o tempo, lugar e contexto cultural (Sarmiento, 2005).

Quando essa fase vem acompanhada por algum transtorno que acomete na vida da criança, como por exemplo o autismo, na maioria das vezes esse transtorno passa a ser primordial na vida da criança, e seus olhares são direcionados apenas para o que lhe é deficitário, ignorando a criança como um sujeito político de múltiplas identidades.

O autismo definido como transtorno do espectro autista é classificado como um distúrbio no neurodesenvolvimento, caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos, segundo o DSM 5 (O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), se manifestando nos primeiros anos de vida, envolvendo diferentes níveis de comprometimentos.

Para compreender o contexto de identidade, poder e política, utilizou-se das metodologias dos Estudos Culturais Foucault (2016, 2022), Hall (2003), Louro (2000), Furlan (2016), entre outros.

Para aprofundar nos estudos sobre o autismo e sobre a infância, foi observado e realizado estudos de Grandin & Panek (2013), Sarmiento (2004) e Ariés (1981), entre outros, que podem contribuir para os estudos da temática apresentada.

Para viabilizar a leitura sobre o autismo na dinâmica do reconhecimento de uma infância foi que precisa ser vista em sua totalidade, utilizado as teorias dos autores mencionados e um alinhamento do corpo relacionado, representado e politicamente estruturado, para produzir discursos relacionados à inclusão dos sujeitos com autismo, permeados de saber/poder que se apropriam das instituições e vão materializando o discurso da inclusão como uma verdade.



Muitas são as concepções sobre a importância desse sujeito, porém ainda há muitos caminhos a percorrer para viabilizar o saber sobre seu lugar na sociedade.

Assim, essa temática busca abordar e se organizar da seguinte maneira: Aborda sobre a compreensão da identidade, os desafios e das singularidades na infância. Apresenta um estudo sobre o autismo, refletindo quando a infância vai além do autismo nas dimensões de corpo, poder e política. Explana sobre as principais referências bibliográficas das pesquisas de Foucault, Hall e outras abordagens. Por fim, será retornado aos pontos focais da discussão, sintetizando apontamentos e reflexões sobre a criança diagnosticada com autismo, vivenciando no que se refere à justiça social-cultural.

2. AS SINGULARIDADES DA INFÂNCIA NAS CRIANÇAS COM TEA

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade (Sarmiento, 2005).

O sociólogo português Sarmiento, dedica seus estudos a infância, enfatizando que a mesma, é uma construção social e histórica, que varia de acordo com o tempo, lugar e contexto cultural (Sarmiento, 2005).

Essas ponderações, apresentam que a infância não é um fenômeno natural e universal, mas sim, uma categoria socialmente construída, moldada pelas normas e valores de cada sociedade. Essa argumentação, reflete na importância de reconhecer as crianças como participantes ativos na sociedade, e não adultos em miniaturas³, que precisam serem moldados pelos adultos.

A infância por ser considerada uma das fases mais importante do ser humano, pois a mesma reflete durante toda uma vida, podendo causar consequências positivas ou não, durante toda a trajetória de vivência, é nesse período que se inicia toda a exploração de mundo ao seu redor, desenvolvendo habilidades básicas de comunicação, interação social, e o desenvolvimento afetivo, emocional, cognitivo e psicomotor, entre outros.

Nas crianças com o Transtorno do Espectro Autista, essa fase é ainda mais significativa, tendo em vista as próprias limitações que o TEA apresenta, podendo limitar a criança de vivenciar as diversas formas dos contextos sociais que essa fase possibilita, além das comorbidades que atrapalham sua evolução.

A criança vem se afirmando pelos trâmites legais o reconhecimento de seus direitos, porém, o olhar deve ser ampliado em situações que fogem da normalidade, ou seja crianças

³ Termo utilizado por Jean Jacques Rousseau (1712-1778), na obra *Emílio, ou Da Educação*.
Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ



atípicas, devem ter primeiramente um olhar diferenciado, pois são permeadas por conjecturas que vão além das necessidades básicas de crianças típicas.

O autismo é apenas uma dessas múltiplas identidades da criança, sendo elas sujeitos de direitos e devem ser vistas como atores sociais ativos, capazes de participar e influenciar nas decisões que afetam suas vidas. (Sarmiento, 2003).

3. AS RELAÇÕES DE FOUCAULT E AS CRIANÇAS COM TEA

A criança com TEA, necessita ter um olhar não apenas para suas diferenças, mas para a integralidade do sujeito. Essas diferenças, são vistas muitas vezes como padrões fora da “normalidade”, esses padrões impostos pela sociedade que limitam a singularidade, a expressividade e o significado da criança, exercem uma relação de poder, nesse corpo excluído, negligenciado, regulado por normas que ditam o que é considerado comportamento "normal" ou "anormal".

Esse contexto, afeta não só a criança que apresenta essa comorbidade, mas todo o seu entorno, família, escola e todas as dimensões sociais que a criança necessita para se tornar um sujeito de direitos.

Tais discursos, se relaciona aos estudos de Foucault (2016) que explorou como a sociedade define normas e exclui aqueles que não se encaixam nessas normas. Dessa forma, o autista se relaciona através desse olhar, sendo sujeitos frequentemente marginalizados por não se adequarem às expectativas sociais do padrão socialmente estabelecido.

Não há nada mais permanente na vida de um ser humano, quanto a mudança, atualmente as mudanças são constantes e não há significações de padrões, pré-estabelecidos, que possibilita a sociedade buscar uma homogeneidade, pois o que está permeada no meio são as diferenças em sua grande maioria, cada um em sua categoria, porém o que domina a esfera social são as mudanças, necessitando ampliar a visão de uma sociedade sobre a singularidade de cada um.

Esses apontamentos, buscam compreender a categoria da fase da infância como primordial, fase essa, que precede um possível diagnóstico, caso a criança tenha o transtorno do espectro autista. A infância é uma das fases mais importante da vida de qualquer ser humano, pois é exatamente nessa fase que a criança, começa a explorar o mundo ao seu redor. Todavia, a criança que tem o espectro, essa fase se torna ainda mais significativa.

É importante considerar, o reconhecimento da singularidade de cada criança, contruindo suas identidades de maneira única, desafiando estereótipos e preconceitos.

A criança é um sujeito de direitos e como tal deve ter sua infância respeitada, superando os impactos das interações sociais e culturais nessa formação.



Para a definição do conceito de identidade, foi utilizada abordagem dos estudos culturais, amplamente discutido através das obras de Stuart Hall, que argumenta que uma identidade móvel, que varia de acordo com a maneira que somos representados e influenciados pelos sistemas culturais ao nosso redor. (Hall, 2002 apud Zim; Fonseca, 2019).

Ao reconhecer a identidade de cada criança, possibilita a ampliação e a potencialização de suas capacidades, cada criança como sujeito de direito, necessita de um ambiente que respeite suas diferenças, fornecendo o suporte necessário para que alcancem seu potencial.

Além disso, vale ressaltar que essa fase considerada atualmente como prioritária, foi ao longo dos anos muito negligenciada, não representava importância alguma no contexto social e cultural da época.

O historiador francês Philippe Ariès, é amplamente reconhecido por seus estudos sobre a história da infância, mencionando em suas publicações que historicamente (...) não houvesse lugar para a infância nesse mundo. (Ariès, 1981, p. 50).

O trabalho desse importante historiador, promoveu debates fundamentais sobre a natureza da infância e a evolução dos posicionamentos sociais e culturais em relação às crianças, que influenciaram profundamente os estudos atuais sobre a infância.

Portanto, evidenciar a garantia de que todas as crianças, independentemente de serem autistas ou não, tenham a oportunidade de viver uma infância plena, considerando seus potenciais e exercendo seus direitos na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e altruísta.

O autismo é definido como transtorno do espectro autista (TEA), é classificado pelo DSM V como um distúrbio no neurodesenvolvimento, caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos, esse manifesta nos primeiros anos de vida, considerado como uma síndrome por abarcar diferentes níveis de comprometimentos.

Diante dos estudos de Temple Grandin e Richard Panek (2022), o autismo é identificado pela observação e avaliação do comportamento. Temple Grandin é uma veterinária norte-americana autista, estudiosa e palestrante sobre o assunto, ela é pioneira em relatar “como é ser uma pessoa com autismo” e “o cérebro Autista, pensando através do espectro”. Richard Panek é um escritor e jornalista. Ambos abordam que é “amplamente aceito que os transtornos do espectro autista resultam de múltiplos fatores, e que seria extremamente raro encontrar alguém com uma só causa para essa síndrome comportamental” (Grandin; Richard Panek 2022, p. 68).

Ao longo de suas abordagens os autores vão mencionando a questão comportamental do indivíduo autista. Segundo Temple Grandin, o autismo e outros transtornos estão num



contínuo que vai do normal ao anormal. As observações e avaliação são subjetivas, e os comportamentos variam de uma pessoa para outra.

Os estudos de Michel Foucault, um filósofo francês, conhecido por suas teorias sobre poder, conhecimento e disciplina, também contribuíram nesse discurso, apesar de Foucault não ter abordado especificamente sobre o transtorno do espectro autista, suas ideias podem contribuir na medida que buscou-se entender como a sociedade lida com esse transtorno, as concepções de identidade, poder e política, numa concepção sócio-cultural que norteia o autismo de várias maneiras,

No conjunto de suas aulas entre 1974 e 1975, o qual foi publicado com o título “Os Anormais”, nas aulas dos dias 15 e 22 de janeiro de 1975, se volta sobre o normal e o patológico a partir de Canguillem⁴ que mencionando, que a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder.

Esse apontamento, possibilita pensar o autista como indivíduo considerado anormal, (aos olhos da sociedade) e que poderíamos chamar de figura do “indivíduo a ser corrigido”, pois foge dos padrões pré estabelecidos do meio, na definição do que é “normal” ou “anormal”, busca-se uma reflexão que poderá ser abordado em outros contextos, qual seria os padrões estabelecidos pela normalidade, considerando que o ser humano é um ser dinâmico e de singularidade próprias, nesse contexto, o que se percebe é que ninguém é normal, porque ninguém é igual.

Ser autista é ser duplamente invisível: não se recebe a credibilidade sobre sua diferença, pois ela não aparece fisicamente e também não se recebe a “permissão” da sociedade para agir da forma que você pensa naturalmente. (Zin; Fonseca, 2019, P. 5-6).

É na infância que começa a se perceber os primeiros sinais do autismo, pois esse transtorno acomete o desenvolvimento da criança, se tornando latente o prejuízo nos seus marcos do desenvolvimento.

Deve-se considerar que antes de qualquer diagnóstico, é imprescindível que essas crianças neuroatípicas sejam consideradas como qualquer outra criança, com suas maneiras únicas de ver e interagir com o mundo.

As características que acometem o autismo de fato irão aparecer a medida que a criança for desenvolvendo suas habilidades, o que tem que ser considerado, é que nem tudo na vida da criança e no comportamento vai ser resultante do transtorno que a criança apresenta, é

⁴ Georges Canguilhem foi um filósofo e médico francês. Especialista em epistemologia e história da ciência, publicou obras importantes sobre a constituição da biologia como ciência, sobre medicina, psicologia, ideologias científicas e ética.



necessário deixar a criança ser como criança. Essa abordagem, não quer dizer para fechar os olhos para o TEA, mas analisar e reconhecer que nem todo o comportamento que criança com esse transtorno apresenta seja próprio do autismo, a infância vem antes.

A importância do diagnóstico na vida de um autista, porém, supera a construção de uma identidade, pois representa também uma afirmação de suas dificuldades apresentadas no dia-a-dia e uma maneira de compreendê-las. (Zin; Fonseca, 2019, P. 3).

4. O DIAGNÓSTICO E SEUS IMPACTOS NA CORPOREIDADE DA CRIANÇAS COM TEA

O diagnóstico não pode ocultar a criança que existe antes do autismo. É compreensivo, toda mudança gerada não só em sua vida, mas na vida de toda família, porém dadas as particularidades desse transtorno, é indispensável que a criança seja criança e viva a infância com toda a sua plenitude.

Whitman (2015, p.15), referência na pesquisa sobre autismo, oferece uma visão abrangente e atualizada, destaca que o autismo tanto fascina quanto frustra a comunidade científica e clínica, apresentando grandes desafios aqueles que ofertam serviços para essa população. Para o autor, não existe uma única forma de ser autista, mas sim uma ampla gama de experiências e características que variam significativamente entre os indivíduos.

Desse modo, há a grande necessidade de uma maior compreensão e aceitação social, promovendo a inclusão e a valorização das habilidades e contribuições únicas das crianças com autismo. A formação e a conscientização sobre o autismo desde os primeiros anos podem ajudar a reduzir estigmas e promover uma sociedade mais inclusiva e compreensiva.

A necessidade de investir na infância como fase primordial na vida das crianças com autismo, significa proporcionar ambientes acolhedores, estimulantes e inclusivos, significa estar atento às suas particularidades e oferecer apoio adequado desde o início.

Diante dessas concepções, percebe-se como o corpo das crianças autistas é experienciado e representado dentro de diferentes contextos culturais, um corpo excluído, estereotipado, esse corpo que vai além de um aspecto biológico, mas como algo profundamente enraizado em práticas sociais, culturais e históricas.

A infância foi ao longo de sua história negligenciada, tecida na reconstrução dos relacionamentos e das atitudes que os adultos tiveram em relação às crianças; relação de hierarquia e de superioridade dos primeiros sobre os segundos.



Com as crianças neuroatípicas, essa relação de poder, era sobretudo ainda mais acentuada, na qual diagnósticos podem ser moldados por forças sociais e políticas e quão difíceis de perceber e combater essas forças podem ser (Sheffer, 2018).

Referente a esse saber, Michel Foucault traz contribuições muito significativas, as instituições que possuem o poder em nossa sociedade necessitam que todos se comportem e pensem de forma controlada e padronizada, assim, naturalizam a vigilância e implementam o castigo para aqueles que saem do modelo permitido. Essa punição pode até ser física, como nas prisões e manicômios, mas tem sua forma mais comum com a exclusão de todos que são diferentes, tirando sua credibilidade e assim, os silenciando. (Foucault, 1979 apud Zin; Fonseca, 2019)

A corporeidade da criança, mesmo apresentando algum transtorno, não pode definir toda a identidade de infância, nem muito menos, esse mesmo transtorno definir seu modo de vida, sendo rotulado como incapaz, indisciplinado, problemático ou mais agravante ainda “doente”.

Foucault também falou sobre a possibilidade de resistência dentro das relações de poder. Os autistas e suas comunidades frequentemente criam formas de resistência contra a marginalização, o preconceito e a opressão, lutando por direitos, reconhecimento e inclusão. Movimentos ativistas e de neurodiversidade, que celebram a diversidade neurológica e promovem a aceitação das diferenças do TEA, são um exemplo de resistência foucaultiana.

Furlan e Maio (2016), apresenta em seus estudos uma abordagem sobre “Abjeção (no latim, *ab-jicere*) significa literalmente excluir, jogar fora ou longe e, portanto, pressupõe e produz um domínio de agência do que é diferenciado” (Santos, 2013 apud Furlan; Maio, 2016).

Nesta trajetória, a criança autista no sentido de exclusão se torna um abjeto, renegada a um segundo plano nas questões de direito, como por exemplo, o da educação, assistência e saúde.

Com base em todo esse contexto, é de fundamental importância, o surgimento de uma nova criança que independente da condição do neurodesenvolvimento, surge deixando sua marca e se posicionando como sujeito de direito, promovendo uma visão crítica e inclusiva que reconheça a complexidade e a diversidade das experiências das crianças autistas, enfatizando a importância de práticas e políticas que respeitem e valorizem suas identidades.

5. CONCLUSÃO

Toda essa discussão, reflete nas abordagens sobre identidade, poder e política com ênfase na importância da infância das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na construção do sujeito. Essa abordagem, buscou-se relacionar o autismo com as teorias de Foucault, no que diz respeito a uma perspectiva crítica sobre como o poder e o conhecimento



moldam as experiências dos sujeitos autistas na sociedade.

A compreensão da identidade vai de encontro com a ideias de Hall (2003) como uma construção social que se forma através das práticas culturais e dos discursos que nos rodeiam, nesse sentido as crianças neuroatípicas, precisam se configurar como sujeitos de direitos, superando os desafios das singularidades na infância.

O autismo é um transtorno que compromete o neurodesenvolvimento da criança, um corpo que por si só é excluído, pela falta de compreensão e aceitação das diferenças neurológicas na sociedade.

O ponto focal dessa discurso é perceber que a infância vai além do autismo nas dimensões de corpo, poder e política.

Ao analisar a corporeidade, reconhecemos que as crianças autistas devem viver a infância, considerando que suas experiências sensoriais e físicas são únicas no TEA e que desafiam as normas tradicionais, exigindo uma compreensão mais inclusiva e empática de suas necessidades.

O poder relacionado nas teorias de Foucault viabiliza como as estruturas sociais e institucionais influenciam a vida das crianças autistas, muitas vezes perpetuando a exclusão e a marginalização através de práticas normativas e disciplinadoras, sem o cumprimento de seus direitos. Esses direitos que devem ir além de poderes judiciários, mas que realize de fato uma justiça social-cultural, e mudanças de paradigmas.

As compreensão das teorias de Michel Foucault e Stuart Hall foram muito válidas nessa análise, tendo em vista, a construção da identidade das crianças com autismo, destacando a influência das estruturas de poder e das políticas públicas.

Essas reflexões, buscou-se promover uma visão crítica e inclusiva que reconheça a complexidade e a diversidade das experiências das crianças autistas, enfatizando a importância de práticas e políticas que respeitem e valorizem suas identidades.

Assim, perceber a infância, em suas múltiplas identidades é reconhecer suas potencialidades, mesmo a crianças com autismo não é diferente, a identidade não é fixa ou essencialista, mas sim uma construção social, cultural e histórica, sujeita a mudanças e transformações contínuas.



6. REFERENCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders** (5th ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 17 de janeiro de 1979**. In. Nascimento da Biopolítica. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Governamentalidade**. In. **Microfísica do Poder**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FURLAN, C.C., and MAIO, E.R. **Pedagogias do corpo: é possível a escola ser um espaço de reconstrução?** In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 157-177. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0009>.

GRANDIN, T., & PANEK, R. **O Cérebro Autista: Pensando através do espectro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

HALL, Stuart. **Estudos Culturais: dois paradigmas**. In. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. (pp. 123-150).

LOURO, G. L. **Pedagogias da sexualidade**. LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 7-34.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. Revista Educação & Sociedade. v. 26, n. 91, p. 361–378, maio/ago. 2005.

WHITMAN, THOMAS. L. **O Desenvolvimento do Autismo: social, cognitivo, linguístico, sensório-motor e perspectivas biológicas**. São Paulo: Editora M.Books do Brasil. 2015.

ZIN, L. C., & FONSECA, J. B. (2019). As vozes do autismo: **Quando falar não significa ser ouvido**. In XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Vitória, ES, 03 a 05/06/2019. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

A CULTURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHER NO MUNDO PATRIARCA

THE CULTURALIZATION OF SEXUAL VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE PATRIARCHAL WORLD

Débora Carmo dos Santos¹
Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

O texto aborda a condição da mulher na sociedade patriarcal, evidenciando a violência de gênero como uma consequência histórica e cultural. O problema investigado é a perpetuação da marginalização feminina desde contextos religiosos e coloniais até a contemporaneidade, onde as mulheres são frequentemente vistas como inferiores e submetidas a diversas formas de violência. O objetivo é analisar essa realidade sob a lógica patriarcal, destacando a necessidade de garantir direitos básicos e segurança às mulheres. A metodologia inclui uma revisão teórica baseada em autores como Lugones (2014), Hooks (2018), Davis (2016), Akotirene (2019), e González (2020), que discutem interseccionalidade e a colonialidade do poder. Os principais resultados indicam que o patriarcado doutrinou a sociedade a acreditar na inferioridade das mulheres, especialmente as negras e indígenas, perpetuando violências sexuais e físicas. A análise revela como essas práticas culturais continuam a impactar a vida das mulheres hoje, despertando questões sobre a transformação das relações sociais, econômicas e culturais. A discussão também abrange o papel do feminismo na luta pela igualdade de gênero e a importância de reconhecer a diversidade das experiências femininas.

Palavras-chave: Patriarcado. Violência de gênero. Feminismo.

ABSTRACT

The text addresses the condition of women in patriarchal society, highlighting gender violence as a historical and cultural consequence. The investigated problem is the perpetuation of female marginalization from religious and colonial contexts to the present day, where women are often seen as inferior and subjected to various forms of violence. The objective is to analyze this reality under patriarchal logic, emphasizing the need to ensure basic rights and security for women. The methodology includes a theoretical review based on authors such as Lugones (2014), Hooks (2018), Davis (2016), Akotirene (2019), and González (2020), who discuss intersectionality and the coloniality of power. The main results indicate that patriarchy has indoctrinated society to believe in the inferiority of women, especially Black and Indigenous

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos (PPGCULT) Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: carmo.debora@ufms.br

² Doutora em Educação. Pós Doutorado em Neurociência. Pós Doutorado em Educação. Professora do Curso de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCULT) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. E-mail: janete.fonseca@ufms.br



women, perpetuating sexual and physical violence. The analysis reveals how these cultural practices continue to impact women's lives today, raising questions about the transformation of social, economic, and cultural relationships. The discussion also covers the role of feminism in the struggle for gender equality and the importance of recognizing the diversity of women's experiences.

Keywords: Patriarchy. Gender violence. Feminism.

1. INTRODUÇÃO

Ser mulher no mundo não tem sido tarefa fácil, nascer mulher em muitas sociedades, por vezes é um fardo que a alma carrega consigo, sofrimentos desde o ventre em seu processo de formação, afinal, a mulher é a responsável pela maior tragédia que a humanidade conhece, foi a mulher a grande acusada pelo caos da criação do homem até culminar na expulsão do paraíso.

Nesse contexto, perpetuado a partir de sua criação e contextualização de formação cristã, a mulher vem sendo historicamente apontada como ser abjeto, necessária somente em situações extrema e substituível sempre.

Diante das muitas dificuldades enfrentadas pela mulher, existem as mais variadas formas de violências, essas violências em sua grande maioria, são provocadas contra as mulheres pelo simples fato do poder de força e ódio contra o sexo feminino. O patriarcado é corresponsável pelo processo de incitação de ódio para gerações inteiras que perpetuam que mulheres são corpos sem pertencimento e valores.

As mulheres cujos direitos, acessos e possibilidades vêm ao longo da história sendo negado ou impossibilitado, considerando a formação social, o desenvolvimento global, a geração de trabalho, emprego e renda, as violências em todas suas expressões é um dos maiores percalços.

Dessa forma, faz-se necessário analisar o cenário pela lógica patriarcal, que fazem com que as violências sejam culturalmente praticadas contra as mulheres de forma tão banalizada, é preciso garantir direitos básicos, como segurança, acolhidas e transformação de gerações futuras que possibilite a mudança do contexto social, como também as relações sociais, econômicas e culturais.

2. O PODER SOBRE O CORPO FEMININO

O impacto histórico da violência sexual contra mulheres provoca o pensamento sobre a responsabilidade do patriarcado no enredo de poder e doutrinação do sexo feminino, com



foco na consolidação dos direitos, na efetivação das políticas públicas, e no processo histórico de que a mulher foi marginalizada ao longo dos tempos até culminar na sociedade contemporânea, mulheres violentadas por questões de cor, por posicionamento religiosos, por serem mulheres.

A esse respeito, Lugones (2020, p. 52) discorre:

Investigo a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens com relação às violências que, sistematicamente, as mulheres de cor sofrem: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criam análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero. Principalmente, já que é importante para nossas lutas, quero falar de uma indiferença vinda dos homens que foram e continuam sendo vítimas da dominação racial, da colonialidade do poder, homens que são inferiorizados pelo capitalismo global.

O patriarcado impôs na realidade das mulheres o pertencimento de seus corpos que permitiram no decorrer de seus processos históricos, tornar vítimas enraizadas de um ciclo vicioso de doutrinação e dependência que permite que a mulher seja marginalizada e ao mesmo tempo culpabilizada pelas violências sofridas. As violências, os abusos e as explorações contra mulheres se apresentam, na sociedade contemporânea, como uma das piores formas de desrespeito de seres humanos em condições de inferioridades. O grau de complexidade da violência em suas formas de manifestação atinge os mais altos índices dentro do contexto histórico social e cultural.

A mulher tem que lutar cotidianamente contra o patriarcado imposto em sua formação, identificados como culturais e alicerçados como opressor, e que confrontam e as vitimizam colocando-as em lugar de inferioridade.

O patriarcado estigmatizou o movimento de mulheres, o feminismo, popularizando-o como movimento de ódio contra o homem, objetivando enfraquecer a luta de mulheres que ansiavam por direitos, lutas de mulheres negras, pobres e das indígenas que foram historicamente excluídas, marginalizadas e violentadas.

Bell Hooks (2018) enfatiza que o patriarcado doutrinou as pessoas a acreditarem que as mulheres que lutam por direitos iguais na sociedade, querem usurpar os lugares dos homens, locais esses ocupados ao longo dos tempos através de forças e violências.

[...] Uma multidão pensa que o feminismo é sempre e apenas uma questão de mulheres em busca de serem iguais aos homens. E a grande maioria desse pessoal pensa que feminismo é anti-homem. A incompreensão dessas pessoas sobre políticas feministas reflete a realidade de que a maioria aprende sobre feminismo na mídia de massa patriarcal. O feminismo sobre o qual mais ouvem falar é ilustrado por mulheres que são primordialmente engajadas em igualdade de gênero – salários iguais para funções iguais e, algumas vezes, mulheres e homens dividindo as responsabilidades do trabalho doméstico e de maternagem e paternagem [...] Bell Hooks (2018, p. 17)

Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPPFIP/UFMS/CPAQ



As mulheres se posicionando e se colocando em locais e arranjos historicamente masculinizados e a conquista de espaço que o patriarcado ainda não está preparado para descrever, fez eclodir violências que os números retratam e expressam como ódio pela mulher se banalizou. Esse movimento que se consolidou pelo mundo, inseriu mulheres em posições e colocações de poder, o movimento denominado de feminismo, destruiu barreiras e situações de preconceitos e marginalização da mulher.

O feminismo que se espalhou pelo mundo se consolidando pelo rompimento de paradigmas, por visibilidades sexuais, por condições e equivalências no mundo do trabalho, contudo, esqueceu em sua trajetória de uma minoria, que a saber não é pequena, seja em representatividade, nem em dados quantitativos.

Nesse processo colonizador, as mulheres indígenas sofreram com as diferenças comportamentais, tratadas como selvagens, foram obrigadas a cobrir seus corpos, foram impostas a catequisar sua fé, e a escravidão tiraram suas liberdades e acesso livre ao contato com a natureza, foram sexualizadas.

O patriarcado determinou às mulheres a subordinação em condições de inferioridade impondo-as a obediência e a procriação. A função doméstica de esposa e mãe chegou a ser privilégio, uma vez que apenas as mulheres brancas tinham essa condição. Às mulheres negras o trabalho era exercido em igualdade com os homens, mesmo grávidas, as escravas não deixavam de exercer suas funções. Igualmente as indígenas exerciam suas atividades laborativas com seus maridos, a agricultura e pesca em algumas etnias, são funções femininas.

Essa relação de poder sobre os corpos femininos fez o patriarcado, conduzir através da força, a identidade sexual feminina. A condução de como a mulher ia se comportar, ser aceita e idealizada era dominação e determinação masculina, historicamente os corpos femininos foram estigmatizados como pertencentes aos homens, no modo patriarcal, o homem do gênero masculino e heterossexual.

Thompson (1998) retrata esse patriarcado e seus arranjos em que o homem insatisfeito e prezando pelo seu bem-estar moral e felicidade plena, vendia suas esposas em praças, mercados ou feiras, aqueles corpos de mulheres já marcados pelo doutrinamento masculino, passa a ser exposto e com valor de mercado.

Um velho e brincalhão negociante de porcos exclamou: “Olá, meu velho. O que se passa? O que vais fazer com a velha, afogá-la, enforcá-la, ou o quê?”. “Não, vou vendê-la”, foi a resposta. Houve um coro de risos. “Quem é ela?”, perguntou o negociante de porcos. “É a minha esposa”, respondeu o lavrador, sobriamente, “e uma das criaturas mais ordeiras, sérias, diligentes e trabalhadoras que já surgiu. É tão limpa e arrumada como uma flor, e é mão-fechada, faz qualquer coisa para poupar seis pence; mas tem uma língua e tanto, fica me incomodando da manhã até a meia-noite. Não tenho um momento de paz por causa da sua língua, por isso concordamos em nos



separar, e ela concordou em partir com aquele que fizesse a oferta mais alta no mercado [...] (Thompson, 1998, p 318).

O autor enfatiza que a venda de esposas justificou o divórcio como é conhecido hoje, pois essa prática de vendas fora exercida devido ao colapso dos casamentos, assim era possível justificar as separações provocadas por longas ausências, distanciamentos e crises de convivências, contudo, evidencia-se o a conduta patriarcalizada de marcar a mulher afirmando que os homens é que detinham o poder sobre os corpos femininos.

O posicionamento masculino de imposição de poder sobre o corpo feminino exaltando suas qualidades domésticas ainda perpetua na sociedade contemporânea, sabe-se que historicamente não se registrou esse tipo de conduta contra as mulheres, porém quantas de nós mulheres não somos feitas de mercadorias com seus preços todos os dias?

Lugones (2020) traz para reflexão o patriarcado branco e da heteronormatividade e como homem doutrinou o próprio homem na colonialidade do poder, a autora infere sobre o poder do homem branco e a imposição da discriminação racializada da mulher.

Discorre a autora sobre o patriarcado que retirou das mulheres o direito sobre seus corpos, mulheres de cor, subalternizadas e subordinadas e destituídas de poder.

Na visão patriarcal a mulher branca frágil e submissa precisava ser cuidada e zelada, a mulher de cor trabalhava e exercia suas funções em mesma condição que os homens, não tinham direito sobre seus corpos, sobre seus filhos, não detinham o direito de ter suas famílias.

Sofriam violências iguais aos homens, seus corpos levavam chicotas na mesma proporção e trabalhavam a exaustão e para impor o poder o homem abusava sexualmente, era a forma de infligir autoritarismo.

Historicamente, a caracterização das mulheres europeias brancas como sexualmente passivas e física e intelectualmente frágeis as colocou em oposição às mulheres colonizadas, não brancas, inclusive as mulheres escravizadas, que, ao contrário, foram caracterizadas ao longo de uma vasta gama de perversão e agressão sexuais e, também, consideradas suficientemente fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho (Lugones, 2020, p. 317)

Davis (2016) discorre que as mulheres, as negras em especial, trabalhavam igual aos homens, eram desprovidas de gênero, tinham uma fortaleza em seus corpos, eram fêmeas. A escravidão imposta pelo colonialismo, expôs a mulher negra, elas eram detentoras de potencial e poder, contudo, seus corpos eram pertencentes aos seus proprietários.

Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação. Como leiga, posso apenas propor algumas hipóteses que talvez sejam capazes de orientar um



reexame da história das mulheres negras durante a escravidão (Davis, 2016, p: 27)

Akotirene (2019) discorre sobre o feminismo e o movimento de luta de mulheres negras, as que foram esquecidas pelo movimento eurocêntrico, o enfrentamento ao posicionamento patriarcal, a heteronormatividade e ao capitalismo. A autora enfatiza que:

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. (Akotirene, 2019, p. 16)

O feminismo eurocentrado excluiu concomitantemente um grupo de mulheres marginalizadas desde o princípio da humanidade e, dessa forma, potencializando a desigualdade entre as mulheres, envaidecendo o patriarcado e oprimindo as menos favorecidas.

Culturalmente, os homens utilizaram as mulheres como objeto sexual, usurpavam seus corpos e as silenciavam violentamente, essa violência protegida pelo Estado e sociedade banalizou a mulher subalterna, a negra, a indígena, a mulher transexual, àquelas fragilizadas pela sua condição social, foram e ainda são as mais atingidas.

A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca. Por exemplo, ainda existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam “se iniciar” sexualmente com elas. (Desnecessário dizer que o salário de uma doméstica é extremamente baixo.) Com isso temos um exemplo a mais da superexploração econômico-sexual de que falamos acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra. (González, 2020, p. 52)

Lélia González (2020) afirma que na América Latina, as mulheres foram oprimidas e reconhecem essa opressão pela exploração de classe e discriminação racial que formaram elementos necessários aos movimentos intrínsecos as lutas de resistências pelas conquistas de territórios, de saberes e de solidariedade.

Os europeus centrados na teorização de superioridade e poder, impõem relações de dominação aos grupos de minorias, os povos tradicionais e suas diversidades étnicas e grupos africanos e seus quilombos foram subordinados às suas condições e dessa forma, constroem-se as narrativas que as minorias viviam selvagememente e não civilizados, portanto, havia uma necessidade de salvamento desrespeitando toda uma cultura e crença distintas a eles.



As violências nos territórios foram marcando as passagens do tempo e mesmo na sociedade contemporânea, essas violências continuam predominantemente e os territórios marcados por pobreza, escassez e marginalização, são os mais atingidos por dados e números que mensuram os fatores de violências, principalmente as sexuais contra mulheres.

Discorre-se que a mulher e o feminismo latino-americano ou brasileiro está enraizada na herança colonial escravista, raízes essas marcadas pela opressão do capital e patriarcado, um modelo de ser e viver europeu imposto como o correto e todo e qualquer ideal diverso desse imaginário deverá ser combatido. A mulher nas senzalas ou casas grandes das fazendas viviam em suas rotinas as violências sexuais como formas de condições de sobrevivência.

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. (Lugones, 2014, p.936)

Por fim, María Lugones (2020), faz uma análise à resistência à colonialidade de gênero, um movimento de luta e emancipação de mulheres não brancas em busca da descolonização, visando uma análise crítica a opressão de gênero e racialização.

Partindo desse pressuposto, é preciso entender que o colonialismo exerceu fortes influências comerciais, políticas e de domínio de um povoado/grupo, nações inteiras foram submetidas às condições de subalternidade e obediência. A dominação de territórios, fez com pessoas fossem estigmatizadas por sua função social, por sua cor de pele e por sua condição econômica.

Hollanda (2020) aponta em seus estudos vertentes que direcionam o movimento de exclusão que um grupo de mulheres foram sendo impostas, esquecidas em suas lutas e histórias de vidas, a autora dialoga com o passado colonial e a descolonização atual, objetivando evidenciar o feminismo contemporâneo e as mulheres esquecidas por este movimento.

O ponto de vista estratégico dos ativismos unifica o pessoal e o coletivo, parte do local e se veem mais como sujeitos sociais do que como sujeitos políticos. Muitas vezes manifestam-se por direitos de seus corpos exigindo serviços, igualdade social, direitos humanos. Saem do universal abstrato para o universal concreto. Essa é também a linguagem política da chamada quarta onda do feminismo. A marca mais forte deste momento é a potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala. Nesse quadro, o feminismo eurocentrado e civilizacional começa a ser visto como um modo de opressão alinhado ao que rejeita, uma branquitude patriarcal, e informado na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes. (Hollanda, 2020, p. 12).



Empiricamente, as mulheres tornam-se mais vulneráveis a questão social da violência sexual, uma vez que culturalmente, após o período colonial, elas perderam o domínio sobre seus corpos, afinal, é cultural e histórico violentar mulheres. Para Lima (2005, p. 137)

Conhecer e se reconhecer numa perspectiva de gênero para prevenir o abuso e violência sexual é, antes de tudo, estudar a forma como fomos socializados, como agimos e nos comportamos diante dos papéis de homens e mulheres. As culturas de cada região, de cada sociedade e de cada família criam, muitas vezes, modelos estereotipados que fazem com homens sejam agressivos e competitivos entre si, que desrespeitem das mais diversas formas, mulheres adultas, adolescentes ou meninas, inclusive sexualmente.

A questão social violência sexual está em todas as cidades do Brasil, e quanto maior a vulnerabilidade, mais as mulheres ficam expostas às agressões. Os arranjos familiares em que a pobreza condiciona as famílias, colocam-nas em constante situação de perigo, as relações intrafamiliares e interpessoais são determinadas pelas dinâmicas das relações de poder e os seus efeitos, principalmente quando envolve a questão de gênero e, dessa forma, pode determinar fatores de violências físicas, psicológicas e sexuais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise destaca a complexidade e profundidade das violências sofridas pelas mulheres em uma sociedade patriarcal. Desde a sua criação, a mulher foi culturalmente condicionada a ser vista como inferior e culpada pelas tragédias humanas, especialmente dentro de uma perspectiva cristã. Esse estigma perpetuado ao longo dos séculos resulta em uma série de violências físicas, psicológicas e sexuais que impactam profundamente a vida das mulheres, sobretudo das negras, indígenas e de outras minorias étnicas e sociais.

Os estudos de autoras como Lugones, Hooks, Davis, Akotirene e González fornecem uma base teórica sólida para entender a interseccionalidade das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade. Essas opressões são fundamentais para compreender como o patriarcado se manifesta de maneiras variadas e insidiosas. A marginalização histórica e contínua das mulheres não brancas revela um padrão sistemático de violência que é necessário reconhecer e combater.

O feminismo, embora tenha conquistado importantes avanços, ainda enfrenta desafios significativos. A luta por igualdade não pode ser desvinculada das experiências específicas de mulheres marginalizadas, que muitas vezes são esquecidas pelo movimento feminista hegemônico. O reconhecimento da diversidade das experiências femininas é crucial para uma abordagem mais inclusiva e eficaz na luta pela igualdade de gênero.



As questões levantadas ao longo deste artigo também destacam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes que protejam e promovam os direitos das mulheres. A implementação de medidas de segurança, acolhimento e transformação social é fundamental para combater as violências de gênero de maneira abrangente. Além disso, é essencial promover uma mudança cultural que desafie e desmonte as estruturas patriarcais enraizadas na sociedade.

Por fim, a discussão sobre o papel do patriarcado e suas implicações no controle dos corpos femininos nos leva a refletir sobre a importância de uma resistência contínua e organizada. A luta pela descolonização e pela emancipação das mulheres não brancas deve ser uma prioridade, visando uma sociedade mais justa e igualitária. A conscientização e o engajamento de todos são essenciais para transformar as relações sociais, econômicas e culturais, garantindo um futuro livre de violência e opressão para todas as mulheres.

4. REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZÁLES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flávia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro, Zaar, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Trad. Angela Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LIMA, Claudia Araújo de. **O setor saúde abre suas frentes para o enfrentamento a violência e exploração sexual comercial sofrida por crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, OIT, 2005.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. (p. 52-83).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

A DIVERSIDADE CULTURAL E A MEMÓRIA COLETIVA EM CAMPO GRANDE: UMA ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR

THE CULTURAL DIVERSITY AND COLLECTIVE MEMORY IN CAMPO GRANDE: A MULTIDISCIPLINARY ANALYSIS

Gabriela Palacio Lopes¹

RESUMO

Neste estudo, analisa-se a diversidade cultural e a memória coletiva de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, a partir de uma abordagem interdisciplinar. A pesquisa examina como os patrimônios arquitetônicos da cidade refletem e integram as contribuições culturais de diversos grupos étnicos que ali se estabeleceram, incluindo indígenas, paraguaios, italianos, japoneses e árabes. Utilizando as teorias de memória e identidade cultural de autores renomados como Jeanne Marie Gagnebin, Beatriz Sarlo, Alfredo Bosi, Stuart Hall e Chimamanda Ngozi Adichie, o artigo explora as interações entre essas teorias e as representações arquitetônicas de Campo Grande. O estudo destaca a importância da preservação da diversidade cultural e das múltiplas narrativas como elementos fundamentais para a construção de uma identidade coletiva inclusiva e rica, contribuindo para a compreensão aprofundada da história e da cultura local.

Palavras-chave: Diversidade cultural, Memória coletiva, Patrimônio arquitetônico, Campo Grande, Identidade cultural.

ABSTRACT

This study analyzes the cultural diversity and collective memory of Campo Grande, the capital of the state of Mato Grosso do Sul, from an interdisciplinary perspective. The research examines how the city's architectural heritage reflects and integrates the cultural contributions of various

¹ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UFMS). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais (PPGCULT) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS/CPAQ Email: gabriela_lopes@ufms.br



ethnic groups that have settled there, including indigenous people, Paraguayans, Italians, Japanese, and Arabs. Using the memory and cultural identity theories of renowned authors such as Jeanne Marie Gagnebin, Beatriz Sarlo, Alfredo Bosi, Stuart Hall, and Chimamanda Ngozi Adichie, the article explores the interactions between these theories and the architectural representations of Campo Grande. The study highlights the importance of preserving cultural diversity and multiple narratives as fundamental elements for building an inclusive and rich collective identity, contributing to a deeper understanding of local history and culture.

Keywords: Cultural diversity, Collective memory, Architectural heritage, Campo Grande, Cultural identity.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, é um exemplo emblemático de multiculturalidade no Brasil. Fundada em 1872, Campo Grande rapidamente se tornou um ponto de confluência para diversas culturas e etnias, incluindo indígenas, paraguaios, italianos, japoneses, árabes e muitos outros. Cada um desses grupos trouxe consigo suas tradições, costumes e influências arquitetônicas, que, ao longo do tempo, se integraram ao tecido urbano da cidade, contribuindo para a formação de uma identidade cultural rica e diversa.

Este trabalho busca explorar e analisar a relação entre os patrimônios arquitetônicos de Campo Grande e as teorias de memória e identidade cultural desenvolvidas por estudiosos renomados, como Jeanne Marie Gagnebin, Beatriz Sarlo, Alfredo Bosi, Stuart Hall e Chimamanda Ngozi Adichie. Através de uma abordagem interdisciplinar, pretende-se investigar como a diversidade cultural da cidade é refletida em suas construções e espaços públicos, e como essas representações arquitetônicas se conectam com as narrativas de memória, resistência e identidade.

Ao explorar a interação entre as teorias de memória e identidade cultural e os patrimônios arquitetônicos de Campo Grande, esta pesquisa busca destacar a importância da diversidade cultural na construção de uma identidade coletiva inclusiva e rica. A preservação e valorização das diferentes memórias e narrativas são essenciais para compreender plenamente a história e a cultura da cidade. Campo Grande, com sua arquitetura multicultural e sua resistência cultural, serve como um exemplo vivo da necessidade de reconhecer e celebrar a pluralidade de histórias e experiências que compõem a nossa sociedade.

2. DIVERSIDADE CULTURAL EM CAMPO GRANDE, MS.



Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, é uma cidade marcada pela rica diversidade cultural resultante da confluência de diversas etnias e tradições. Sua multiculturalidade é refletida tanto na vida cotidiana quanto no seu patrimônio cultural e arquitetônico, que incorpora elementos de diferentes culturas que formaram a identidade local (Gasparotto, 2015; Santos, 2012).

2.1 Influências Culturais em Campo Grande

Campo Grande recebeu influências de vários grupos étnicos ao longo de sua história, destacando-se entre eles:

a) Indígenas: A região é habitada por diversas etnias indígenas, incluindo os Terena, Guarani-Kaiowá e Kadiwéu. As culturas indígenas influenciam a arte, as tradições e até a arquitetura local, visíveis em algumas construções que incorporam elementos naturais e estilos que remetem às habitações tradicionais indígenas.

A Aldeia Urbana Marçal de Souza é um exemplo de sua representação: Embora não seja um exemplo de arquitetura no sentido tradicional, a Aldeia Urbana é uma comunidade indígena que preserva e promove a cultura dos povos indígenas, influenciando a arquitetura local com elementos tradicionais e práticas sustentáveis (Santos, 2012).

b) Paraguaiois: A proximidade com o Paraguai trouxe uma significativa influência cultural paraguaia. Isso se manifesta na culinária, música e festividades locais. O som da polca paraguaia e do chamamé é comum nas festas, e a chipa, um tipo de pão de queijo, é um alimento bastante apreciado.

Sua arquitetura é representada nos Casarões do Centro Histórico: Alguns casarões no centro de Campo Grande, construídos no início do século XX, mostram influências da arquitetura paraguaia, especialmente na utilização de varandas e elementos decorativos simples, mas elegantes, refletindo a proximidade cultural e geográfica com o Paraguai (Gasparotto, 2015).

c) Italianos: Os imigrantes italianos contribuíram grandemente para a economia e cultura locais. A arquitetura de alguns bairros e as tradições festivas refletem essa influência. A Festa Italiana, por exemplo, celebra essa herança com gastronomia e música típicas (SANTOS, 2012). A Igreja São Francisco de Assis, localizada no bairro Vila Margarida, é um exemplo da influência italiana na arquitetura religiosa de Campo Grande. A simplicidade e funcionalidade do design remetem às tradições italianas de construção (Santos, 2012).

d) Japoneses: A imigração japonesa deixou uma marca permanente em Campo Grande.



Através da arquitetura, gastronomia e o Festival do Japão, mostram como a cultura japonesa é preservada e celebrada na cidade. No âmbito da arquitetura, a sede da Associação Okinawa incorpora elementos tradicionais japoneses em suas decorações e organizações internas do prédio, serve como um centro de preservação e promoção da cultura japonesa em Campo Grande (Almeida, 2016).

e) Árabes: Os imigrantes sírios e libaneses também se estabeleceram em Campo Grande, trazendo consigo suas tradições culinárias e comerciais. Restaurantes e mercados árabes são comuns e muito populares na cidade. A edificação da Mesquita de Campo Grande, localizada no bairro Vila Glória, é um exemplo marcante da arquitetura islâmica na cidade, com seu minarete, cúpula e detalhes decorativos que remetem à tradição arquitetônica árabe (Carvalho; Ferreira, 2018).

2.2 Patrimônios Culturais e Obras Arquitetônicas

A cidade de Campo Grande possui diversos patrimônios culturais que refletem essa diversidade étnica e cultural. Alguns dos mais representativos incluem:

a) Morada dos Baís: Um dos edifícios mais antigos da cidade, construído em 1918, a Morada dos Baís é um exemplo da arquitetura eclética que combina estilos diversos. Hoje, é um centro cultural que abriga exposições e eventos, mantendo viva a história da cidade (Santos, 2012).

b) Horto Florestal: Inaugurado em 1923, é um espaço de preservação ambiental e lazer, refletindo a preocupação com a integração do meio ambiente e a qualidade de vida urbana, aspectos valorizados por várias culturas que contribuíram para o desenvolvimento da cidade (Gasparotto, 2015).

c) Mercadão Municipal: O Mercado Municipal Antônio Valente é um ponto de encontro de diferentes culturas, onde produtos típicos da culinária local e internacional são encontrados. É um símbolo da diversidade gastronômica de Campo Grande, onde se encontram especiarias, ervas medicinais e alimentos típicos de várias etnias (Martins; Souza, 2019).

d) Jardim Japonês: Inaugurado em 1998, é uma homenagem à comunidade japonesa e um espaço de contemplação e preservação da cultura nipônica. Representa a estética e a filosofia japonesa de harmonia com a natureza (Almeida, 2016).

e) Obelisco: Construído em 1933, o Obelisco é um marco histórico de Campo Grande e um ponto de referência no centro da cidade. Simboliza o progresso e o desenvolvimento urbano (Gasparotto, 2015).



f) Igreja Matriz de Santo Antônio: Construída em estilo colonial português, a igreja matriz é um dos marcos históricos mais antigos da cidade, refletindo a influência da arquitetura portuguesa com seus arcos e azulejos decorativos (Santos, 2012).

2.3 Representação nas Obras Arquitetônicas

A arquitetura de Campo Grande é um testemunho da sua multiculturalidade. Edifícios históricos e contemporâneos apresentam uma fusão de estilos que refletem as diversas influências culturais. A preservação desses edifícios é crucial para manter viva a memória dos diferentes povos que contribuíram para a formação da identidade da cidade (Santos, 2012; Martins; Souza, 2019).

a) Estilo Eclético: Predominante em muitos edifícios antigos, o estilo eclético combina elementos de diferentes tradições arquitetônicas, refletindo a diversidade cultural da cidade (Gasparotto, 2015).

b) Elementos Modernistas: A modernização da cidade trouxe o estilo modernista, que coexiste com as construções tradicionais, criando um contraste interessante e evidenciando a evolução urbana (Martins; Souza, 2019).

c) Arquitetura Contemporânea: Recentemente, projetos contemporâneos incorporam conceitos de sustentabilidade e integração com o meio ambiente, influenciados por uma consciência global, mas também respeitando as tradições locais (Gasparotto, 2015).

3. MEMÓRIA E IDENTIDADE COLETIVA

A análise dos patrimônios arquitetônicos de Campo Grande, MS, à luz das teorias de memória e identidade cultural de Jeanne Marie Gagnebin, Beatriz Sarlo, Alfredo Bosi, Stuart Hall e Chimamanda Ngozi Adichie, revela a complexidade e a riqueza da formação identitária urbana. A cidade, com sua história de acolhimento e integração de diversas etnias, representa um mosaico cultural cujas influências são visíveis em suas construções e espaços públicos.

Jeanne Marie Gagnebin, em "Verdade e Memória do Passado" (Gagnebin, 2018), discute a natureza dinâmica e subjetiva da memória, ressaltando a importância de reconhecer e preservar as múltiplas narrativas históricas. A autora argumenta que a memória é um processo contínuo de reconstrução, influenciado pelas experiências e contextos sociais dos indivíduos e comunidades.

Em Campo Grande, a Morada dos Baís e o Mercado Municipal são exemplos



emblemáticos de como diferentes memórias culturais são preservadas e celebradas (Santos, 2012). A Morada dos Baís, um dos edifícios mais antigos da cidade, funciona hoje como um centro cultural, abrigando exposições e eventos que mantêm viva a história local. O Mercado Municipal Antônio Valente, por sua vez, é um ponto de encontro de diversas culturas, onde produtos típicos da culinária local e internacional são encontrados, simbolizando a diversidade gastronômica e cultural da cidade.

Esses patrimônios culturais não são apenas marcos físicos, mas também representações simbólicas da diversidade de experiências e histórias que compõem a identidade coletiva de Campo Grande. A preservação desses espaços permite que as memórias das diferentes comunidades que contribuíram para o desenvolvimento da cidade sejam reconhecidas e valorizadas. Além disso, esses locais servem como espaços de socialização e troca cultural, onde as tradições são mantidas e renovadas.

3.1 Guinada Subjetiva e Pluralidade de Narrativas

Beatriz Sarlo, em "Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva" (Sarlo, 2007), destaca a importância de valorizar as memórias individuais e subjetivas como uma forma de resistir às narrativas hegemônicas. Sarlo argumenta que a memória não deve ser vista apenas como um registro do passado, mas como um campo de disputa onde diferentes vozes e perspectivas buscam reconhecimento. Em Campo Grande, a arquitetura multicultural, exemplificada pela Mesquita de Campo Grande e pelo Jardim Japonês, reflete essa pluralidade de narrativas (Almeida, 2016).

A Mesquita de Campo Grande, construída pela comunidade árabe local, é um símbolo da presença e contribuição dos imigrantes árabes na cidade. Este edifício não só serve como um local de culto, mas também como um centro comunitário onde a cultura árabe é preservada e transmitida às novas gerações. Da mesma forma, o Jardim Japonês, inaugurado em 1998, é uma homenagem à comunidade japonesa e um espaço de contemplação e preservação da cultura nipônica. Este jardim representa a estética e a filosofia japonesa de harmonia com a natureza, oferecendo um espaço de tranquilidade e reflexão em meio à urbanidade.

Cada uma dessas construções representa uma história única e contribui para a construção de uma identidade urbana mais rica e diversificada. A valorização dessas memórias subjetivas é crucial para a inclusão de todas as vozes na história coletiva da cidade. Ao reconhecer e celebrar essas diferentes narrativas, Campo Grande constrói uma identidade que é ao mesmo tempo multifacetada e inclusiva.



3.2 Condição Colonial e Resistência Cultural

Alfredo Bosi, em "As Sombras das Luzes na Condição Colonial" (Bosi, 2007), explora como os ideais iluministas foram apropriados e distorcidos no contexto colonial. Bosi argumenta que a resistência cultural é uma forma de contestar e subverter a opressão colonial, promovendo uma identidade própria e autêntica. Em Campo Grande, essa resistência cultural se manifesta na preservação das tradições e patrimônios de diversas comunidades, incluindo as já citadas anteriormente (Carvalho; Ferreira, 2018).

Essas tradições e patrimônios culturais servem como formas de resistência contra a hegemonia cultural, promovendo uma identidade multifacetada que valoriza e preserva a diversidade. Ao manter vivas essas tradições, as comunidades de Campo Grande não apenas preservam sua herança cultural, mas também afirmam sua presença e contribuem para a formação da identidade da cidade.

3.3 Estudos Culturais e Diversidade

Stuart Hall, em "Estudos Culturais: Dois Paradigmas" (Hall, 2003), discute o Culturalismo e o Estruturalismo como abordagens para entender a cultura. Hall argumenta que a cultura pode ser vista tanto como prática vivida quanto como um sistema de significados. Em Campo Grande, a diversidade arquitetônica pode ser analisada através dessas duas abordagens, revelando a complexidade da identidade cultural da cidade (Gasparotto, 2015).

O Culturalismo enfoca a cultura como um conjunto de práticas e significados compartilhados que são continuamente produzidos e reproduzidos pelas pessoas em sua vida cotidiana. Esse aspecto é evidente na convivência harmoniosa das diversas comunidades étnicas de Campo Grande, que contribuem com suas tradições e costumes para a vida urbana. Já o Estruturalismo analisa como as estruturas sociais e ideológicas moldam e determinam as práticas culturais. A arquitetura da cidade, que combina estilos e influências de diferentes culturas, ilustra como esses significados são incorporados e reinterpretados ao longo do tempo.

A coexistência de diferentes estilos arquitetônicos e influências culturais na cidade, como os elementos modernistas e contemporâneos, cria um contraste interessante e evidencia a evolução urbana. A preservação desses edifícios é crucial para manter viva a memória dos diferentes povos que contribuíram para a formação da identidade da cidade. Esse mosaico arquitetônico reflete a complexidade e a riqueza da identidade cultural de Campo Grande,



destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar para sua compreensão.

3.4 O Perigo de uma História Única

Chimamanda Ngozi Adichie, em "O Perigo de uma História Única" (Adichie, 2009), alerta sobre os riscos de aceitar uma visão única e simplificada sobre pessoas e culturas. Adichie argumenta que a predominância de uma única narrativa pode levar à desumanização e à criação de estereótipos. Este conceito é fundamental para entender a importância da diversidade de narrativas em Campo Grande. Os patrimônios arquitetônicos da cidade representam diferentes histórias e experiências, evitando a redução da identidade urbana a uma única narrativa dominante (Martins; Souza, 2019).

A inclusão de múltiplas histórias enriquece a compreensão da identidade cultural e promove a justiça social. Por exemplo, o Mercado Municipal, além de ser um ponto de encontro cultural, também serve como um espaço onde diferentes tradições gastronômicas se encontram e se misturam. Da mesma forma, o Obelisco, construído em 1933, simboliza o progresso e o desenvolvimento urbano, representando uma parte importante da história da cidade.

Ao reconhecer e celebrar as diversas influências culturais que compõem a identidade de Campo Grande, a cidade evita a armadilha de uma história única. Em vez disso, promove uma visão inclusiva e multifacetada de sua história, que valoriza a contribuição de todas as comunidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração das teorias de memória e identidade de Gagnebin, Sarlo, Bosi, Hall e Adichie com a análise dos patrimônios arquitetônicos de Campo Grande oferece uma visão abrangente da importância da diversidade cultural e das múltiplas narrativas. A preservação e valorização dessas memórias são essenciais para a construção de uma identidade coletiva inclusiva e rica. Campo Grande, com sua arquitetura multicultural e sua resistência cultural, serve como um exemplo vivo da necessidade de reconhecer e celebrar a pluralidade de histórias e experiências que compõem a nossa sociedade.

Tal a análise foi baseada nos principais ideais de cada um dos textos principais abordados, de Jeanne Marie Gagnebin entendeu-se a importância de reconhecer e preservar as múltiplas narrativas históricas, sublinhando a natureza dinâmica e subjetiva da memória.



Beatriz Sarlo enfatizou a valorização das memórias subjetivas e individuais como forma de resistência às narrativas hegemônicas.

Alfredo Bosi, ao analisar a condição colonial e a resistência cultural, demonstra como as formas de expressão cultural, incluindo a arquitetura, podem servir como ferramentas de resistência contra a hegemonia cultural. Stuart Hall, em sua obra sobre os Estudos Culturais, apresenta os paradigmas do Culturalismo e do Estruturalismo para entender a cultura. E Chimamanda Ngozi Adichie, ao alertar sobre o perigo de uma história única, destaca a importância de valorizar as múltiplas narrativas para evitar estereótipos e desumanizações.

Ao valorizar e preservar os diferentes patrimônios culturais e arquitetônicos, Campo Grande demonstra o poder da memória coletiva e da resistência cultural na formação de uma identidade urbana diversa e inclusiva. A análise interdisciplinar deste estudo revela que a integração de múltiplas narrativas e a celebração da diversidade cultural são fundamentais para uma compreensão mais completa e justa da história e da identidade de qualquer sociedade. A cidade, com sua história de acolhimento e integração de diversas etnias, representa um mosaico cultural cujas influências são visíveis em suas construções e espaços públicos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOSI, Alfredo. As sombras das luzes na condição colonial. *In: Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 87-117.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *In: Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 39-48.

GASPAROTTO, Marcio. **Patrimônio Cultural de Campo Grande: Arquitetura e Identidade**. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

HALL, Stuart. Estudos Culturais: Dois Paradigmas. *In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 123-150.

SARLO, Beatriz. Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. *In: Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Maria José Ferreira dos. Campo Grande: **Uma História em Patrimônios**. Campo Grande: Ed. UEMS, 2012.

ALMEIDA, João Carlos de. Influências Japonesas na Arquitetura de Campo Grande. **Estudos Japoneses**, v. 14, n. 1, 2016, p. 45-67.



CARVALHO, Lúcia Maria de; FERREIRA, Júlio César. **A Influência Árabe na Arquitetura de Campo Grande**. Campo Grande: Editora UFMS, 2018.

MARTINS, Ana Paula; SOUZA, Rodrigo dos Anjos. Arquitetura e Memória: A Preservação dos Patrimônios Históricos de Campo Grande. **Revista de Patrimônio Cultural**, v. 9, n. 2, 2019, p. 89-112.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

TENSIONANDO NORMAS E PRÁTICAS: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DE PROFESSORES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UMA ESCOLA PÚBLICA

TENSIONING NORMS AND PRACTICES: PERCEPTIONS AND CHALLENGES OF TEACHERS ON GENDER AND SEXUALITY IN A PUBLIC SCHOOL

Jhonatan Camara Gomes¹
Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

O texto explora a influência das práticas e percepções dos professores sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar, focando em como esses elementos podem reforçar preconceitos e desigualdades. O problema investigado é como a abordagem docente dessas questões, muitas vezes vista como rotineira, pode perpetuar normas heteronormativas e limitar a inclusão de identidades não conformes. O objetivo é analisar como essas práticas e valores moldam a experiência escolar e impactam a formação das identidades dos alunos. A metodologia utilizada inclui a aplicação de um questionário a 30 professores de uma escola pública em Bonito/MS, abrangendo do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, e a análise da experiência do pesquisador como docente. Para análise, o artigo se apoia em Furlan e Maio (2016), França e Calsa (2017), Louro (1994; 2007), Butler (2001) e Lugones (2020). A análise revela contradições e resistências nas práticas docentes, evidenciando a falta de políticas explícitas e práticas inclusivas. As considerações finais enfatizam a necessidade de capacitação dos educadores e de políticas institucionais que promovam uma educação inclusiva, capaz de reconhecer e celebrar a diversidade de experiências de gênero e sexualidade, preparando os alunos para uma sociedade plural e respeitosa.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Inclusão escolar. Diversidade.

ABSTRACT

The text explores the influence of teachers' practices and perceptions regarding gender and sexuality in the school environment, focusing on how these elements can reinforce prejudices and inequalities. The issue investigated is how the routine approach of teachers to these matters can perpetuate heteronormative norms and limit the inclusion of non-conforming identities. The aim is to analyze how these practices and values shape the school experience and impact the formation of students' identities. The methodology includes administering a questionnaire to 30 teachers from a public school in Bonito/MS, covering from the 6th grade of Elementary School

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais (PPGCULT) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS/CPAQ. E-mail: camaragomesjhonatan@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora do Curso de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCULT) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS/CPAQ. E-mail: janete.fonseca@ufms.br



to the 3rd year of High School, and analyzing the researcher's experience as a teacher. The article relies on the work of Furlan and Maio (2016), França and Calsa (2017), Louro (1994; 2007), Butler (2001), and Lugones (2020) for analysis. The analysis reveals contradictions and resistances in teaching practices, highlighting the lack of explicit policies and inclusive practices. The concluding remarks emphasize the need for teacher training and institutional policies that promote an inclusive education capable of recognizing and celebrating the diversity of gender and sexuality experiences, preparing students for a plural and respectful society.

Keywords: Gender. Sexuality. School Inclusion. Diversity.

1. INTRODUÇÃO

A escola, enquanto espaço de socialização e formação integral³ de indivíduos, desempenha um papel crucial na construção de valores, comportamentos e identidades. Nesse contexto, as práticas e significações que professores atribuem ao gênero e à sexualidade ganham destaque, pois influenciam diretamente as relações cotidianas no ambiente escolar e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos estudantes. Este artigo tem como objetivo explorar como essas percepções e práticas, frequentemente vistas como rotineiras e inofensivas, podem, na verdade, perpetuar preconceitos e valores que sustentam mecanismos de exclusão e desigualdade social.

A educação escolar não ocorre em um vácuo cultural; ela está inserida em um contexto social mais amplo que carrega consigo ideologias e normas dominantes, “vemos acontecer o apagamento do outro, o borrar da diferença, por meio de políticas inclusivas, de práticas de tolerância, de afirmação do multiculturalismo” (Furlan; Maio, 2016, l. 165). Ao abordar as dinâmicas de poder e os conflitos entre sujeitos com diferentes valores, ideias e interesses, o texto busca evidenciar como esses elementos são reproduzidos e reforçados no processo de ensino-aprendizagem. A análise se concentra na forma como o ambiente escolar muitas vezes restringe-se a um modelo de aluno que deve seguir normas sociais específicas, relacionadas a características de gênero, heterossexualidade e estrutura familiar esperadas pela sociedade. Esta restrição não apenas limita a diversidade e a inclusão, mas também reforça desigualdades sociais que se perpetuam dentro e fora da escola. Como enfatiza Louro (1994), a situação se

³ [...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (BNCC, 2018, p. 14)



torna ainda mais desafiadora para aqueles que possuem interesses ou desejos que divergem da norma heterossexual. Esses indivíduos frequentemente enfrentam escolhas limitadas: permanecer em silêncio, esconder seus verdadeiros sentimentos ou se isolar. A construção da heterossexualidade está frequentemente associada à rejeição da homossexualidade, que muitas vezes se manifesta através de atitudes homofóbicas explícitas.

É fundamental entender que as percepções dos professores sobre gênero e sexualidade não são neutras; elas são moldadas por suas próprias experiências, formação e o contexto sociocultural em que estão inseridos. Essas percepções influenciam a maneira como os professores interagem com os alunos, como organizam suas aulas e como tratam questões de disciplina e comportamento. Práticas pedagógicas que não consideram a diversidade de gênero e sexualidade podem contribuir para um ambiente escolar excludente e discriminatório, impactando negativamente o bem-estar e o desempenho acadêmico dos alunos que não se encaixam nas normas esperadas.

Para compreender melhor essas questões, foi aplicado um questionário com docentes que atuam do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual da cidade de Bonito/MS, investigando suas percepções e práticas relacionadas ao gênero e à sexualidade. Através dessa pesquisa, o artigo pretende refletir sobre as complexas dinâmicas de inclusão e exclusão presentes nas práticas educativas e seu impacto nas desigualdades sociais. A partir dessa reflexão, espera-se contribuir para um debate mais amplo sobre a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas e equitativas.

2. IDENTIDADE, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

A intersecção entre identidade, sexualidade e educação revela-se um campo complexo e crucial para a compreensão das dinâmicas de inclusão e exclusão no ambiente escolar. A identidade de gênero e a orientação sexual são aspectos fundamentais da identidade de um indivíduo e influenciam profundamente suas experiências e interações sociais. Na escola, esses aspectos são frequentemente moldados e, às vezes, constrangidos por normas e expectativas culturais dominantes.

No campo da instituição escolar a formação da identidade é caracterizada por um processo de violência simbólica que impõe o arbitrário cultural de determinado grupo ou classe social como uma cultura legítima. Ao legitimar determinadas representações sociais a violência simbólica dissimula as relações de poder existentes entre os indivíduos. (França; Calsa, p.2)



Os papéis de gênero e as normas heteronormativas são perpetuados de diversas formas no ambiente escolar, desde o currículo até as interações cotidianas entre alunos e professores. A ausência de representações positivas e diversas de identidades de gênero e sexualidade nas práticas educativas contribui para a manutenção de uma cultura escolar que marginaliza aqueles que não se enquadram nas normas tradicionais. Essa marginalização pode resultar em consequências negativas para o desenvolvimento emocional e acadêmico dos estudantes.

A relação que o ambiente escolar estabelece com o sexo, a sexualidade e as identidades não conformes, é, a princípio de repúdio, uma vez que, esses corpos, por transgredirem a expectativa que a sociedade cria a partir de seu sexo biológico, acabam sendo vistos com estranhamento, e a primeira atitude a se tomar é educar esses corpos de acordo com as normas sociais vigentes, já que a escola reproduz o que a sociedade entende e aceita como normal.

Trata-se de um repúdio que cria a valência da "abjeção" — e seu status para o sujeito — como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada. E, contudo, essa abjeção negada ameaçará denunciar as presunções auto-fundantes do sujeito sexuado, fundado como está aquele sujeito num repúdio cujas consequências não pode plenamente controlar. A tarefa consistirá em considerar essa ameaça e perturbação não como um questionamento permanente das normas sociais, condenado ao pathos do fracasso perpétuo, mas, ao invés disso, como um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos da legitimidade e da inteligibilidade simbólicas. (Butler, 2001)

A formação dos professores é um elemento crucial na abordagem dessas questões. Muitos educadores não recebem treinamento adequado sobre diversidade de gênero e sexualidade, o que limita sua capacidade de criar um ambiente inclusivo e de lidar eficazmente com situações de discriminação e preconceito. Para que a educação nas instituições de ensino possa se transformar, é fundamental que os docentes, a coordenação, a equipe pedagógica e a comunidade modifiquem suas práticas, comprometendo-se com uma ação política e pedagógica que incorpore as questões de gênero e sexualidade como essenciais para a compreensão da educação (Furlan; Maio, 2016, p. 172). A falta de preparo pode levar a uma perpetuação inconsciente de atitudes excludentes e homofóbicas, impactando negativamente os alunos que não se conformam às normas heteronormativas.

A construção da identidade de gênero e sexualidade no contexto escolar também é influenciada pelas políticas educacionais e pelos materiais didáticos utilizados. Currículos que ignoram ou minimizam a diversidade de experiências de gênero e sexualidade falham em preparar os alunos para viverem em uma sociedade diversa e inclusiva. “Não é necessário que as relações sociais sejam organizadas em termos de gênero, nem mesmo as relações que se consideram sexuais. Mas, uma vez dada, uma organização social em termos de gênero não tem



por que ser heterossexual ou patriarcal” (Lugones, 2020). Além disso, a presença de políticas explícitas contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é fundamental para assegurar que todos os alunos sejam respeitados e valorizados.

No entanto, a implementação de políticas e práticas inclusivas enfrenta resistências. Muitos argumentam que a inclusão de temas relacionados a gênero e sexualidade na educação pode ser controversa e suscitar oposição de certos segmentos da sociedade. Como o ex-presidente, inominável, cunhou sua campanha eleitoral sobre um fantasma de uma agenda de “ideologia de gênero” que estaria sendo implantada nas escolas. Situações como essa, mostram o quanto a sociedade ainda precisa evoluir nas discussões que envolvem identidades de gêneros não-conformes, e ainda, revelam, além da ignorância relacionada o tema, a dissimulação provocada por aqueles que são contra o debate desses temas no ambiente escolar. Diante desse cenário, é essencial, portanto, que a discussão sobre esses temas seja conduzida de maneira sensível e informada, promovendo o diálogo e a compreensão.

Outro aspecto importante é a visibilidade das identidades não heteronormativas no ambiente escolar. Criar espaços onde alunos LGBTQIAPN+ possam expressar suas identidades sem medo de represálias é crucial para o desenvolvimento de um ambiente escolar saudável e inclusivo. A presença de grupos de apoio e a realização de atividades que celebrem a diversidade podem ajudar a reduzir o isolamento e o estigma enfrentado por esses alunos. Celebrações como Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Mulheres etc., podem gerar situações desconfortáveis não só para alunos LGBTQIAPN+, mas para todos aqueles que não estão inseridos no modelo de família “tradicional”.

A intersecção de identidade, sexualidade e educação revela a necessidade de uma abordagem pedagógica que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade. Ao transformar a escola em um espaço onde todas as identidades são valorizadas, podemos começar a dismantelar os mecanismos de exclusão e desigualdade que ainda permeiam a educação. Promover a inclusão e combater a discriminação são passos essenciais para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial em um ambiente seguro e acolhedor.

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Para essa pesquisa, foi aplicado um questionário com professores de uma escola pública da cidade de Bonito/MS que atuam do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, que são as etapas oferecidas pela instituição de ensino, dessa maneira, consegue-se ter uma ideia mais abrangente de como essas questões são percebidas e tratadas pelos docentes ao



longo do desenvolvimento desses alunos. Os professores lecionam as diversas matérias presentes no currículo escolar e atuam nas diferentes turmas dessas etapas (são raros os professores exclusivos ou só do ensino médio ou só do ensino fundamental).

O questionário é composto de nove perguntas objetivas e uma pergunta dissertativa. As perguntas objetivas geraram porcentagens que serão analisadas e a pergunta dissertativa deixa mais clara como os professores interagem com as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Além da análise dos dados coletados, este estudo também incorpora a perspectiva do pesquisador, que atua como docente na mesma instituição. Esta posição única permite uma visão aprofundada e contextualizada das práticas e significações atribuídas ao gênero e à sexualidade no ambiente escolar. A presença diária no ambiente escolar proporciona uma compreensão mais rica e detalhada das interações cotidianas, oferecendo *insights* valiosos que complementam os dados obtidos através do questionário

4. ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA DINÂMICA ESCOLAR

As respostas analisadas abaixo foram dadas por 30 professores de uma escola pública estadual da cidade de Bonito/MS que atuam do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano Ensino Médio e lecionam as mais diferentes matérias.

O primeiro questionamento feito foi: Qual é a sua perspectiva em relação à importância de discutir questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar? 76,6% dos professores disseram ser esse um tema muito importante a ser debatido na escola, 23,3% entendem como sendo moderadamente importante. É interessante notar que, mesmo que no cotidiano escolar, poucas, ou nenhuma, ações sejam feitas para se discutir questões de sexualidade e gênero com os alunos, os professores parecem ter a ciência da importância desse assunto, então, por que isso não é mais recorrente? Deixo o questionamento. Como afirma Furlan e Maio (2016, l. 173) “A escola tanto pode dar continuidade a preconceitos e estereótipos como favorecer a criação de espaços em que se discutam as diferenças e o respeito às diversidades.”

As respostas ao segundo questionamento trazem um pouco mais diversidade as opiniões. Os docentes responderam a seguinte questão: Você acha que os conceitos de gênero e sexualidade têm algum impacto nas relações de poder dentro da escola? 40% dos professores acreditam que a maneira como gênero e sexualidade são tratados no ambiente escolar interferem tem impacto nas relações de poder; 36,7% consideram moderadamente influentes; 20% pouco



influentes; 3,3% não tem opinião sobre. Lendo o Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (Resolução/sed n. 4.166, de 8 de março de 2023), em seu Artigo 77, traz o seguinte texto:

- IV - apresentar-se, adequadamente, trajado para as aulas, fazendo uso da camiseta do uniforme e das demais decisões previstas no inciso III, deste artigo, sendo vedado o uso de:
- a) short e bermuda (5 (cinco) centímetros acima do joelho);
 - b) óculos escuros, salvo se recomendação médica;
 - c) roupas curtas ou decotadas;
 - d) roupas ou adereços que façam alusão a drogas, com gravuras de teor discriminatório ou de conotação sexual; (MATO GROSSO DO SUL, 2023)

O que chama a atenção aqui é a alínea “a” que menciona short e bermuda 5 centímetros acima do joelho, entretanto, o que se vê no dia a dia escolar é que essa proibição é destinada somente às meninas que são encaminhadas à direção e advertidas por isso constantemente, enquanto meninos desfilam pela escola com seus shorts de futebol que, além de estarem muito acima dos 5 centímetros acima do joelho, ainda marcam suas partes íntimas e não são punidos por isso, enquanto o corpo feminino continua sendo alvo de opressão. Como diz França e Calsa (2017)

O gênero feminino continua sendo um ícone para os modos de restrição impostos à orientação sexual, pois a forma de ser mulher tem sido o foco de preocupações de várias instituições sociais. Quando há casos que envolvem homens e mulheres no que diz respeito a sexualidade é reafirmada a condição de que a “culpa é das mulheres”. O imaginário social reproduz a concepção de que há uma sexualidade ativa inscrita nos corpos dos homens e uma sexualidade que deve ser passiva no corpo das mulheres.

Em seguida, os professores responderam: De que forma você acredita que as práticas e valores implícitos na escola podem afetar a construção da identidade de gênero e sexualidade dos alunos? 40% responderam que de maneira moderada, pois as práticas e valores da escola englobam toda a diversidade; 33,3% De maneira mínima, pois as prática e valores da escola não interferem no gênero e sexualidade dos alunos; 26,7 de maneira significativa, pois as práticas e valores da escola estão alinhadas ao que a sociedade espera de cada gênero. Levando em consideração as datas comemorativas da escola, não há, no mês de junho, nenhuma celebração ou discussão acerca de questões relacionadas com questões LGBTQIAPN+, mesmo sendo um mês dedicado às discussões de visibilidade e orgulho. Já em datas alinhadas ao modelo “tradicional” de família e do que se espera de homem e mulher há sempre eventos. Conforme Louro (2007) argumenta, não se pretende negar que o gênero seja influenciado pelos corpos sexuados; reconhece-se a importância da biologia. No entanto, enfatiza-se que o gênero é principalmente uma construção social e histórica. Esta perspectiva destaca a diversidade de possibilidades para a formação individual, muitas das quais divergem das expectativas



conservadoras predominantes na sociedade em relação ao sexo, gênero e sexualidade, e suas manifestações heteronormativas.

A partir daqui, as respostas começam a apresentar um pouco de contradições, já que em algumas perguntas ficou claro que alguns professores deram aquela resposta que se espera, para ficar aceitável.

Na quarta questão, os docentes responderam: Como você percebe os conflitos relacionados aos conceitos de gênero e sexualidade manifestando-se nas relações escolares? 53,3% responderam que de forma frequente e evidente; 33,3% ocasionalmente e de forma sutil; 10% raramente e de forma discreta; 3,3% não tem opinião sobre. Entre os adolescentes, termos como “viado”, “sapatão”, “bicha” e incluo aqui termos racistas, já forma banalizados e são usados com frequência sem nenhuma preocupação em como isso vai atingir quem os escuta. É interessante, se somarmos, quase 50% dos docentes percebem essas violências de forma sutil ou raramente. De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2023, Violência nas Escolas, Mato Grosso do Sul está entre os estados com os maiores percentuais de registros de bullying no ambiente escolar, ocupando a 8ª posição no ranking nacional, com mais de 46% de suas unidades de ensino.

Na quinta questão os professores foram questionados: Como você costuma lidar com situações em que alunos fogem do padrão de gênero e sexualidade esperado pela sociedade? Aqui tivemos 100% de respostas “perfeitas”, todos disseram que lidam promovendo aceitação e respeito pela diversidade. Já aproveito e trago a sexta questão, que foi: Você se sente preparado(a) para lidar com questões de homossexualidade e diversidade sexual em sala de aula? Por quê? E as respostas que obtive, foram: 66,7% não totalmente, mas estou disposto(a) a aprender; 33,3% sim, porque tenho formação e conhecimento sobre o tema. É curioso que, na quinta questão as respostas dadas estão alinhadas com pessoas preparadas para lidar com as questões de gênero e sexualidade que fogem a norma, entretanto, a sexta questão traz que mais da metade não se sente totalmente preparado para lidar com isso. A dúvida que fica é: há mesmo um interesse em se capacitar cada vez mais e por isso não responderam a sexta questão como estar totalmente preparado ou responderam a quinta questão daquela maneira porque é o que se espera que um professor faça em relação ao seu aluno diante da situação colocada?

O sétimo questionamento foi: De que maneira você acredita que a escola pode contribuir para desconstruir modelos hegemônicos de identidade de gênero e sexualidade? 93,3% disseram que promovendo debates e atividades educativas sobre diversidade; já 6,7% acham que a escola deve se manter neutra em relação a esses assuntos. Retornando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador dos currículos das instituições de ensino brasileiras, a educação deve:



[...] construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.

[...] desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. (p.15)

Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. (p.54)

Atenta a culturas distintas, não uniformes nem contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos. (p.62)

Assim, compete à escola garantir o trato, cada vez mais necessário, com a diversidade, com a diferença. (Brasil, 2018, p. 68)

É impossível o docente ficar/estar neutro em relação à diversidade, visto que, o documento norteador de sua prática, enfatiza (aqui trouxe poucos recortes, mas esse assunto é recorrente em todo o documento) a necessidade de se reconhecer, falar e propiciar um ambiente saudável para a expressão dessa diversidade.

A oitava questão foi: Qual a importância de promover a reflexão e discussão sobre gênero e sexualidade com os alunos? Aqui, o que esperava é que as porcentagens de respostas da questão 7 se mantivessem, afinal, quem considera que a escola deve se manter neutra, não deveria considerar importante essas discussões com os alunos, mas as respostas foram: 96,7% acham essencial para a formação de cidadãos críticos e respeitosos; 3,3% acham irrelevante para a educação escolar.

Na nona questão, os professores responderam se percebe a relação entre as representações sociais de gênero e sexualidade apresentadas no contexto escolar (como os alunos manifestam seu gênero e sua sexualidade) e a sociedade em geral? 76,6% responderam que existe uma relação de reprodução e reforço da maneira como a sociedade age; 13,3% não tem opinião; 6,7% acham que a maneira que os alunos se apresentam na escola não se relaciona com a sociedade em geral; 3,3% que não há relação entre elas. A parte do currículo posto, que é aquele obrigatório, a escola trabalha com um currículo oculto, que é aquele que não é visto, aquele no qual o docente trabalha valores com seus alunos, uma vez que valores são relativos e individuais, os docentes acabam passando a seus alunos aquilo que entendem sendo valores, que é o que trazem consigo de sua formação pessoal e vivência em sociedade, diante disso, como a escola não é um ambiente de reprodução da sociedade?

A décima pergunta foi dissertativa, trago aqui algumas respostas que foram construídas. Aquelas que responderam sim, não, talvez ou que pouco trouxeram para ser analisados deixarei de fora. A questão foi: Você considera que os professores têm papel na promoção da diversidade e inclusão de todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual? Como?



Resposta 1: Sim, pois em muitos momentos descontraídos dentro da sala assuntos sobre inclusão e diversidade podem surgir, e é importantíssimo levarmos os alunos a pensarem como sujeitos sem preconceitos e tolerantes. Além disso, há momentos em que os estudantes contam sobre algo que aconteceu com eles ou com outros sobre preconceito ou intolerância de todas as formas, sendo nosso dever, como educadores, fazer com que pensem sobre atitudes ou palavras que possam ofender quem que seja.

Resposta 2: Sim, os professores têm papel relevante na promoção da diversidade e inclusão de todos os alunos, pois são formadores e seu público é cativo e tem grande capacidade de absorver o que lhe é transmitido. Também por isso é extremamente necessário que o professor seja responsável, ético e se comprometa com a própria formação a respeito das identidades de gênero e da diversidade sexual, o que, infelizmente, não é a realidade das escolas públicas, onde professores falam e reproduzem preconceitos e estigmas sem sequer terem a consciência crítica de que fazem isso.

Resposta 3: A Escola deve ser neutra em vários aspectos da vida particular do estudante tais como orientação sexual, religiosa ou partidárias. O que cabe a escola ao meu ponto de vista e de profissional e que independentemente de qualquer que seja a orientação sexual do aluno ele deve ser acolhido, respeitado em suas escolhas pois esta decisão cabe apenas ao aluno. A Escola tem como objetivo garantir que seus direitos sejam respeitados como de qualquer outro estudante independentemente de seus ideais. A Escola deve promover o respeito e a educação do estudante nada além disso. Considerando que a escola não deve ser partidária em nenhum âmbito da vida pessoal do aluno sua orientação sexual não deve ser diferente salvo em casos que a vida do estudante corra algum risco. Certamente que, caso haja, retaliação da parte de outros estudantes medidas devem ser tomadas para que o respeito e a conscientização sejam promovidos com a comunidade todos os cidadãos devem ser respeitados, acolhidos e ter sua dignidade inviolável cada um tem a liberdade de escolher aquilo que lhe faz feliz, a escola e apenas um ponto de apoio para jovens em formação acadêmica. Valores humanos de respeito e convivência em sociedade são o alicerce de uma sociedade justa e para todos.

Resposta 4: Eu acredito sim que o professor ele tem um papel fundamental na promoção e inclusão no que tange tais conceitos abordados nesta pesquisa. O professor precisa ser profissional para tratar dos assuntos concernentes a identidade de gênero ou orientação sexual sem partir da sua " individualidade", "experiência apenas", "além das suas convicções pessoais", "além das suas crenças, credos..." enfim, precisa sim haver promoção dos debates principalmente orientação sexual entretanto depende muito da direção da escola e dos grupo pedagógico que atua nela pois ainda existe resquícios de uma educação tradicionalista, positivista e conservadora. Como conseguiríamos tal promoção? Criar projetos ou debates



semanais... exemplo "a hora do café a tarde" que dessem autonomia aos professores e alunos para realizarem rodas de conversas no qual cada semana tratasse de um determinado assunto. Esta ideia sugiro para ensino médio.

Resposta 5: Eu acredito que identidade de gênero é formada concomitante ao processo de desenvolvimento físico de cada ser humano, a escola é parte da sociedade que a envolve e lá é lugar sim de discutir e fazer pensar que as diferenças não podem ser motivo de exclusão e/ou retalhação. Todos nós (estudantes, servidores) precisamos aprender a ser respeitosos e acolhedores.

Resposta 6: Penso que a formação de uma pessoa inicia em casa. O comportamento respeitoso ou discriminatória vem de berço. Neste sentido a formação do cidadão com relação à diversidade precisa ser debatida em várias frentes, inclusive através de políticas públicas, a escola é um dos meios. No entanto, não pode ser excluído do processo de ensino e aprendizagem e pensar em mudar para melhorar a postura do corpo docente, administrativo etc. A comunidade escolar se transforma se ocorrer uma mudança de valores, isso leva tempo, planejamento e ações dinâmicas e cotidiana.

Resposta 7: Possuíam um papel importante, aqui em nossa cidade não há tantos conflitos, mas em grandes escolas essa questão acaba partindo para outro tema que é a violência e bullying na escola. É importante destacar que a escola é local para discussão, visando formar cidadãos mais preparados. A alteridade seria a chave para iniciar todas essas discussões.

Resposta 8: Ainda há professores que são antigos e presos a padrões antiquados. Temos um longo caminho pela frente, e nós, professores, precisamos compreender que promover a diversidade e a inclusão dos alunos é uma questão de respeito genuíno, sem espaço para piadas ou deboches. Ao adotarmos essa postura de respeito, avançaremos consideravelmente.

A análise das respostas revela uma variedade de perspectivas sobre o papel dos professores na promoção da diversidade e inclusão dos alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. A primeira resposta enfatiza a importância de criar um ambiente educacional que estimule a reflexão e a tolerância entre os estudantes, abordando questões de preconceito e intolerância quando surgem. Isso destaca o papel ativo dos educadores na orientação moral e no desenvolvimento social dos alunos. Como explicitam França e Calsa (2007), embora com limitações, a escola pode favorecer a compreensão mais elaborada dos conflitos e tensões de gênero e de sexualidade que perpassam as relações de poder da sociedade.

A segunda resposta amplia essa visão ao destacar que os professores não apenas transmitem conhecimentos, mas também moldam atitudes e valores. No entanto, observa-se uma crítica à falta de preparo e conscientização dos docentes nas escolas públicas, o que pode



resultar na reprodução involuntária de preconceitos e estigmas. Nos últimos anos, o programa de formações continuadas da Secretaria Estadual de Educação, apenas uma foi voltada para essa temática.

Por outro lado, a terceira resposta defende uma postura de neutralidade da escola em relação à vida particular dos alunos, incluindo sua orientação sexual. Essa visão sugere que a escola deve ser um espaço de acolhimento e respeito pelas escolhas individuais dos estudantes, sem interferir em suas vidas pessoais. Entretanto, como já mencionado, sendo a escola um ambiente de convívio social, de troca de experiências entre alunos, alunos e professores etc., essa neutralidade acaba se tornando uma utopia.

A quarta resposta destaca a importância da direção da escola e do grupo pedagógico na promoção de debates e projetos que abordem questões de identidade de gênero e orientação sexual. Propõe-se a criação de espaços para discussão e reflexão, visando à conscientização e à promoção do respeito dentro da comunidade escolar. Alguns professores dessa instituição até tentam alguns projetos, debates, palestras, mas acabam esbarrando em uma gestão engessada, que acredita que a escola não deve se envolver nesses assuntos. No último desfile cívico em alusão ao aniversário da cidade em 2023, alguns professores queriam criar e ter um bloco da diversidade, que explorasse a diversidade da escola, entretanto isso não foi autorizado.

A quinta resposta reforça a ideia de que a escola é um ambiente adequado para discutir e promover o respeito às diferenças, enfatizando o papel educativo da instituição na formação de cidadãos respeitosos e acolhedores. A sexta resposta sublinha a importância da formação inicial dos indivíduos em casa, mas reconhece que a escola também desempenha um papel crucial na educação para a diversidade. Destaca-se a necessidade de mudança de valores dentro da comunidade escolar, um processo que requer tempo, planejamento e ações contínuas.

A sétima resposta aponta para a questão da violência e bullying como desafios que podem surgir em contextos escolares maiores, enfatizando a necessidade de discussões educativas que promovam a alteridade e a formação cidadã. Entretanto, as questões de violência e bullying já são realidade dentro da escola. O que parece é que só entendido como violência quando é física, não, rouba-se material, faz se piada, tiram fotos para fazer chacotas em redes sociais, tudo isso é violência e já é uma realidade da escola.

Por fim, a oitava resposta reconhece a resistência de alguns professores a padrões antigos e a necessidade de uma mudança cultural dentro do corpo docente para promover verdadeiramente a diversidade e inclusão dos alunos.

Em síntese, as respostas refletem a complexidade e as diversas abordagens necessárias para promover um ambiente escolar inclusivo e respeitoso. Evidencia-se a importância dos educadores como agentes de mudança, tanto através da educação formal quanto das atitudes e



exemplos que transmitem diariamente aos alunos. A promoção da diversidade e inclusão requer não apenas políticas institucionais adequadas, mas também um compromisso individual e coletivo com a conscientização e o respeito às diferenças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou as percepções e práticas de professores em uma escola pública estadual em Bonito/MS, focando nas questões de gênero e sexualidade, e revelou a complexidade das dinâmicas de inclusão e exclusão no ambiente escolar. Os resultados indicam que, apesar de a maioria dos professores reconhecer a importância de abordar esses temas na escola, há uma lacuna significativa entre esse reconhecimento e a implementação prática de ações concretas. Isso sugere que, embora exista uma consciência teórica sobre a relevância desses temas, essa compreensão não se traduz efetivamente em práticas educativas inclusivas e transformadoras no dia a dia escolar.

Os professores percebem que os conceitos de gênero e sexualidade impactam as relações de poder dentro da escola. No entanto, há uma falta de preparação específica para lidar com situações que desafiam o padrão heteronormativo predominante. Essa deficiência é um reflexo tanto da falta de formação especializada quanto da resistência cultural e institucional em abordar esses temas de maneira aberta e inclusiva. A formação profissional dos docentes muitas vezes não inclui estratégias adequadas para abordar e lidar com a diversidade de gênero e sexualidade, contribuindo para uma abordagem ainda conservadora e limitada.

A análise dos dados revelou também contradições nas respostas dos professores. Alguns reconhecem a frequência e a sutileza dos conflitos relacionados aos conceitos de gênero e sexualidade, enquanto outros minimizam sua importância ou sentem-se despreparados para enfrentá-los de maneira eficaz. Essa discrepância evidencia a necessidade urgente de um alinhamento mais robusto entre o reconhecimento teórico dos problemas e a capacitação prática dos educadores para abordá-los adequadamente.

A escola, como um espaço fundamental para a formação integral dos alunos, desempenha um papel crucial na promoção de debates e atividades educativas que valorizem a diversidade e combatam o preconceito. No entanto, as resistências e desafios significativos ainda persistem. A ausência de políticas explícitas e práticas inclusivas que assegurem um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, demonstra uma falha crítica no sistema educacional.

Para enfrentar esses desafios, é essencial que os educadores sejam devidamente capacitados e apoiados institucionalmente para promover uma educação que não apenas



reconheça, mas celebre a diversidade de experiências de gênero e sexualidade dos alunos. A criação de programas de formação contínua e a implementação de políticas institucionais inclusivas são passos fundamentais para construir uma escola verdadeiramente inclusiva. A educação deve ter o poder não apenas de reproduzir as normas sociais existentes, mas também de transformar essas normas, contribuindo para uma sociedade mais plural e respeitosa.

Além disso, é crucial que as escolas se comprometam com a implementação de práticas educativas que envolvam toda a comunidade escolar. Isso inclui a promoção de uma cultura de respeito e a realização de atividades que incentivem a reflexão crítica sobre questões de gênero e sexualidade. A construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor não é uma tarefa isolada, mas um esforço coletivo que exige o engajamento de todos os membros da comunidade escolar.

Para efetivamente promover mudanças, é necessário um compromisso contínuo com a capacitação dos educadores, o desenvolvimento de políticas institucionais eficazes e a criação de um ambiente que celebre a diversidade em todas as suas formas. Somente assim será possível preparar os estudantes para viver em uma sociedade plural e respeitosa, e garantir que a escola desempenhe seu papel de transformadora social e educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. **As contribuições dos estudos de gênero e sexualidade no cotidiano escolar dos docentes**. In: FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER. Disponível em <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST51/Franca-Calsa_51.pdf> Acesso em 24/04/2024

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. **Articulando gênero, sexualidade e meios de comunicação: abordagem desses conceitos na educação**. In: Associação de Leitura do Brasil (Org.). **textos completos, 16º Congresso Brasileiro de Leitura**. Campinas: UNICAMP/ALB, 2007.

FURLAN, Cássia Cristina; MAIO, Eliane Rose. **Pedagogias do corpo: é possível a escola ser um espaço de reconstrução?** In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 157-177. ISBN: 978-85-232-1866-9. Disponível em: < <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0009>.> Acesso em 14/05/2024



LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 7-34.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. (pp. 52-83).

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SED n. 4.166, de 8 de março de 2023 - Regimento Escolar.pdf. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17bEZH_IpDsVtWbiZHtG4II7rjQIQulxq/view>. Acesso em: 3 jul. 2024.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

DISCIPLINARIZAÇÃO E PODER: AS PEDAGOGIAS DO CORPO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA SURDOS

DISCIPLINARIZATION AND POWER: THE PEDAGOGIES OF THE BODY IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT FOR THE DEAF

Karolaine Leonel de Oliveira¹

Helen Paola Vieira Bueno²

RESUMO

O presente artigo almeja trazer informações sobre um tema muito relevante atualmente, o Atendimento Educacional Especializado e a inclusão dos surdos quebrando paradigmas e preconceitos. A priori, quando se trata sobre inclusão, atenta-se ao cumprimento das Leis Educacionais a Lei 14.191, de 2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente quando se refere sem tardar a interpor os estudantes para o AEE procurando alternativas para um ambiente bilíngue. Os pressupostos teóricos fundamentais na abordagem deste tema em questão apontam que o propósito de inclusão não consiste em identificar e legitimar as diferenças e sim assegurar a igualdade de direitos entre os estudantes e percebe-se que o processo inclusivo educacional tem a necessidade de apropriar-se de novos ensinamentos apontados para novas práticas pedagógicas e possibilitando maior favorecimento na garantia de seu espaço individual e social como cidadão. Por fim, é possível afirmar que a pedagogia surda é fundamental na constituição da educação para o sujeito surdo, focando em práticas que respeitam e valorizam a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como parte essencial do processo educacional.

Palavras-chave: AEE, Libras, Surdos, Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This article contains some information about a very relevant topic today, AEE – Special Educational Training and brings with it new paradigms and prejudices. The when it comes to

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Campus Aquidauana (UFMS/CPAQ). E-mail: karolaine.leonel@ufms.br.

² Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ). E-mail: helen.bueno@ufms.br.



its inclusion, it is expected that Law 14,191, of 2021, will be included in Educational Laws, which inserts Bilingual Education for the Deaf into the Brazilian Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB - Law 9,394, 1996) as an independent learning method when you first refer your students to AEE to provide alternatives to a bilingual environment. We press the theoretical foundations to address this topic in the search to understand that the inclusive process does not consist of identifying and legitimizing differences but rather guaranteeing equal rights among students and realizing that the inclusive educational process has a need to have it. New lessons are supported by new educational practices and the possibility of greater favoritism is guaranteed to protect your individual and social space as a city. In fact, it is possible to affirm that pedagogy is fundamental and fundamental in the education of deaf individuals, focusing on practices that respect and value Libras (Brazilian Sign Language) as an essential part of the educational process.

Keywords: AEE, Brazilian Sign Language, Deaf, Pedagogical Practices.

1. INTRODUÇÃO

Diante de importantes questões relacionadas ao processo educacional para os Surdos, pelas suas raízes históricas marcadas por discriminação, em que por muito tempo não foram compreendidas e aceitas como sujeito desrespeitados como uma identidade que pertence a esse mundo. Sá aborda que:

[...] a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos (Sá, 2002, p. 3).

Para abordar a educação dos surdos, é crucial reconsiderar a tradicional concepção de Educação Especial. Embora ela tenha se sistematizado na década de 60 e ganhou importância crescente a cada ano, sua aplicação ao ensino de surdos exige uma reavaliação significativa, partindo do pressuposto de olhar as diferenças (Skliar, 1998). A perspectiva deve mudar de um modelo que busca apenas sanar dificuldades educacionais para um que valorize a diferença linguística e cultural dos surdos, ou seja, parte do olhar da teoria pós-crítica.

A educação de surdos deve ser entendida como um campo autônomo, focado na promoção da língua de sinais como primeira língua e no reconhecimento da identidade surda. Essa abordagem promove a inclusão verdadeira, permitindo que os surdos possam acessar a informação e o conhecimento de forma compatível com suas necessidades específicas. Além disso, é necessário implementar práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a Cultura



Surda, proporcionando um ambiente de aprendizado que favoreça a plena cidadania e autonomia dos estudantes.

De lá até os momentos atuais, muitas formas de pensar, pesquisar e agir foram perpassadas, mas não seria incoerente alertar que há profissionais ainda hoje, que continuam entendendo as escolas especiais com uma visão saturada, que envolve somente o ato de “cuidar”, em detrimento ao ato de “ensinar” de um saber sistematizado.

Este estudo almeja trazer informações sobre um tema muito relevante atualmente, o AEE – Atendimento Educacional Especializado e a inclusão de crianças e adolescentes surdos quebrando paradigmas e preconceitos. Para construir novas práticas pedagógicas, que auxiliem na transformação do ambiente de aprendizagem e ampliem a participação desses sujeitos, contribuindo para a criação de novas experiências.

Os pressupostos teóricos deste artigo estão fundamentados em um embasamento da abordagem dos estudos culturalistas, bem como, em uma perspectiva da educação bilíngue como principal área de apoio a esta mudança, buscando a garantia de uma educação que valorize a pessoa, como ela é, ou seja, um indivíduo que necessita de liberdade pessoal e social.

2. HOMOGENEIDADE E A EDUCAÇÃO

No cenário atual de mundialização, estamos testemunhando transformações constantes nos aspectos sociais, culturais e linguísticos (Blommaert; Rampton, 2011). No Brasil, essa tendência se manifesta no crescimento considerável de escolas bilíngues e internacionais que adotam duas ou mais línguas como meio de instrução. Entre as diversas propostas de educação bilíngue presentes no país, destacam-se a educação bilíngue indígena, a educação bilíngue em contextos de imigração, a educação bilíngue para a comunidade surda, a educação bilíngue de línguas de prestígio e a educação bilíngue em regiões de fronteira (Megale, 2019). Além disso, o aumento de imigrantes que chegam ao Brasil tem contribuído significativamente para a expansão do multilinguismo no país (Amado, 2011). Nesse contexto, o ensino de português como segunda língua está ganhando um destaque crescente.

A Educação em sua concepção é a formação do sujeito que vivencia as ideologias, normas e valores. A ciência da educação em prol do desenvolvimento do sujeito instituído pode ser entendido segundo Cambi:

a educação é um aprendizado social por parte do indivíduo e um meio de conformar os indivíduos às normas e os valores coletivos por parte da



sociedade, além de ser o instrumento para perpetuar nas gerações mais jovens as tradições e conquistas de um determinado nível de desenvolvimento social e cultural atingido por um povo (Cambi, 1999, p. 469).

A função educativa, entretanto, ultrapassa a socialização no sentido de reprodução, e assume outra dimensão, aquela das “correntes renovadoras que impulsionam a mudança, o progresso e a transformação, como condição também de sobrevivência e enriquecimento da condição humana (humanização)...” (Pérez Gómez, 2000, p. 21). Conforme Smith e Goodman admitem que a educação deve servir como um catalisador para o desenvolvimento crítico e a autonomia dos indivíduos. Eles enfatizam que o papel da educação não se limita à transmissão de conhecimento estático, mas deve incluir a capacidade de questionar e reimaginar estruturas sociais existentes. A educação, segundo esses autores, tem o poder de transformar a sociedade ao preparar indivíduos para pensar de maneira crítica e inovadora, enfrentando os desafios contemporâneos com criatividade e empatia. “diferentes culturas e práticas educacionais influenciam o ritmo do desenvolvimento da inteligência, reconhecendo a importância das relações interpessoais, de grupos e de contexto social mais amplo para esse desenvolvimento” (Smith, 199; Goodman, 1990).

Como fundamental e associada na concretização de certa mudança de entendimento, a educação nesse contexto valoriza as ações do ser humano como transformações de sua própria realidade, na valorização da diferença de fato, na concretização desse respeito. Deste modo, no geral, como toda sistematização de educação é uma maneira política de transformar a apropriação dos discursos (Foucault, 1999).

Sob essa perspectiva, é importante questionar a ideia de diversidade, conforme apresentada por Silva (2014), que ainda mantém a cultura dominante através da normalização de corpos, sexualidades e gêneros. Para Hall (2000) tolerar alguém é muito diferente de reconhecer e valorizar essa pessoa em sua singularidade, e conviver com a diversidade não significa necessariamente aceitá-la. Muitas vezes, a sociedade vê a cultura como algo fixo, onde a diferença deve ser rigidamente controlada para se encaixar na cultura dominante.

Se pensarmos nas políticas linguísticas voltadas para as pessoas surdas, se destacam a Lei n.º 10.436/2002 e no Decreto nº 5.626/2005. Esses documentos trouxeram grandes mudanças para a sua educação, bem como a inclusão de objetivos específicos no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), como destacado por Quadros (2019). Nesse contexto, Fernandes e Moreira (2014) traçam um histórico das políticas públicas para a educação de surdos no Brasil, ressaltando que o movimento da comunidade surda ganhou força nos anos 90. Elas também mencionam que o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para



Surdos, realizado pelo NUPPES/UFRGS em 1999, resultou no documento "A Educação que nós, surdos, queremos" (Feneis, 1999). Esse evento foi crucial para a criação do decreto que regulamentou a Lei da Libras em 2002.

Atualmente a Libras é considerada como a língua natural dos surdos, pois ela é adquirida de forma espontânea sem que seja preciso um treinamento específico. Entretanto, é essencial reconhecer que, mesmo em uma sociedade onde a língua oral é predominante, a língua de sinais possui igual valor. A sociedade precisa entender que qualquer forma de comunicação, incluindo a Libras, é igualmente válida e comparável às línguas orais. Portanto, é responsabilidade de todos se adequarem e respeitar essas diferenças linguísticas.

Visto que, a Libras é o caminho natural pelo qual as crianças surdas podem desenvolver processos dialógicos efetivos, torna-se necessário oferecer-lhes oportunidade de aquisição da língua de sinais o mais cedo possível, desenvolvendo assim, uma condição bilíngue.

Em sua obra sobre a dialogicidade da linguagem, Bakhtin (1963) discute como a linguagem é intrinsecamente social e como cada enunciado está em diálogo com outros enunciados, refletindo a diversidade de vozes e perspectivas em uma cultura.

Muitos profissionais que trabalham com surdos persistem ainda na visão sobre a língua de sinais como uma forma de comunicação, não atribuindo a ela o status de língua e considerando-a apenas uma alternativa para os surdos que não conseguiram desenvolver a língua oral. O oralismo é segundo Skliar (1997) e vários estudiosos, uma imposição social de uma maioria linguística sobre uma minoria linguística.

Ainda, alguns pesquisadores amparam a ideia de que o estudante surdo através das práticas pedagógicas de letramento se torne adequado a língua portuguesa escrita sem explorar à oralidade. Para Fernandes (2003, p. 49) a construção de uma educação bilíngue para os estudantes surdos, consiste em assumir o ensino do português na modalidade escrita como segunda língua e poderia representar uma estratégia para “[...] reverter práticas de exclusão, rejeição, preconceito e marginalização a que os surdos estiveram relegados, historicamente”.

A Libras torna-se imprescindível para esse processo de aprendizagem, consecutivamente a língua portuguesa, visto que, a primeira servirá de mediadora para a segunda, e o desenvolvimento linguístico será de forma natural, adquirir primeiramente a Libras, e, aos poucos, associa-se à língua portuguesa.

Em se tratando da educação bilíngue para surdos, percebo que ela se caracteriza, na atualidade, como a filosofia educacional mais pertinente tendo em vista que respeita a condição da pessoa surda e sua experiência visual como constituidora de cultura singular, apresentando



como primordial, à sua Língua materna, sendo de preferência a vivência e aprendizagem desta estimulada pelo contato com comunidade surda.

A importância do ensino de Língua Portuguesa (LP) ao surdo é para possibilitar o desenvolvimento de habilidades em leitura e escrita. Meirelles e Spinillo afirmam que “o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos deve ser estruturado para respeitar suas especificidades linguísticas e culturais, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e adaptado às suas necessidades” (Meirelles e Spinillo p.131, 2004).

De acordo com Moura (2000), os surdos formam uma comunidade com cultura e línguas próprias, e o bilinguismo permite, portanto, que o indivíduo não perca sua identidade com esta comunidade através da língua dos sinais; e, ao mesmo tempo, permite que o surdo não se distancie da comunidade de ouvintes (através [sic] da língua oral), ampliando, assim, seu universo de interação. (Meirelles; Spinillo 2004, p.02)

Nesse sentido também, Quadros (2000, p. 54) contribui dizendo que: “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil”.

Assim, apresento alguns estudos realizados que fortalecem a ideia dessa discussão, e um deles seria das pesquisadoras Gesueli e Góes (2001), onde chama atenção através de análises coletadas acerca da escrita inicial da criança surda. Também, para Botelho (1988), destaca a exitosa prática do bilinguismo utilizada por dois países, a Dinamarca e a Suécia, da valorização na escrita e na leitura. Ainda, na visão de Freire (1999) após a sua proposta de reestruturação curricular, representada através dos conteúdos escolares a língua de sinais como a primeira língua um trabalho obrigatoriamente voltado para este contexto. Nesse sentido, o surdo passa por experiências linguísticas, uma vez que “o bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilingue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua oficial de seu país” (Goldfeld, 2001, p.42).

Com base na citação e na discussão realizada até aqui, reforço a necessidade de se preservar os espaços e o ensino bilíngue para constituição das identidades, cultura, metodologias e experiências visuais que vão de encontro com a realidade dos surdos. Compreender a cultura surda, a Libras e as diversas identidades, especialmente na educação, permite uma abordagem mais reflexiva, percebendo que o bilinguismo não é apenas ensinar outra língua na escola, mas integrar os surdos de maneira ativa na prática educacional. Quadros



(1997, p. 28) destaca que a comunidade surda possui uma cultura única que deve ser respeitada e valorizada, assim como a comunidade ouvinte tem a sua própria cultura.

As particularidades na aquisição da língua também refletem as diferenças culturais, que são distintas e específicas. O reconhecimento dos surdos como indivíduos pertencentes a uma comunidade linguística própria assegura o reconhecimento das línguas de sinais dentro de um conceito mais amplo de bilinguismo (Quadros, 1997, p. 27).

Para Hall (2003) a cultura é um espaço onde se produzem e circulam significados, sendo a linguagem um elemento central nesse processo. Ele destaca que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um sistema de representação que dá sentido ao mundo social. A linguagem molda nossas identidades e as formas como compreendemos o mundo ao nosso redor.

2.1 A disciplina do corpo surdo no atendimento educacional especializado

No caso dos surdos, um outro espaço que pode ser bilíngue e ofertado no contra turno do estudante é o Atendimento Educacional Especializado – AEE, em que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008). Esse espaço ainda é citado e reconhecido pelo Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011.

2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (Brasil, 2011 p,1).

Além disso, na perspectiva da Educação Inclusiva referente ao AEE, percebo que ainda existe a resistência da compreensão no que tange a educação de surdos, uma vez que a perspectiva da Educação Especial Inclusiva para os estudantes surdos não se enquadra, pois, os surdos são compreendidos no grupo de deficientes, e que precisam constantemente se moldarem a uma metodologia ouvintista no AEE.

Essa tensão encontrada nessa perspectiva e no AEE para estudantes surdos frequentemente opera como uma forma de disciplinarização do corpo, conforme discutido por Michel Foucault em suas teorias sobre biopoder. Foucault (1975) descreve o biopoder como uma forma de controle social que regula populações mediante normas, práticas e discursos, impondo uma "normalização" dos corpos e comportamentos.



No contexto da educação especial, o biopoder se manifesta quando a pedagogia dominante, centrada na oralidade, exige que os estudantes surdos se adequem às práticas educativas projetadas para ouvintes. Essa imposição ignora frequentemente as particularidades culturais e linguísticas dos surdos, tratando a língua de sinais como uma ferramenta de comunicação inferior ou secundária em comparação à língua oral.

Essa perspectiva foucaultiana revela como o poder se exerce através das instituições educativas, moldando corpos e mentes para se conformar a uma norma hegemônica. No caso dos estudantes surdos, isso significa que os ouvintes, posicionados como detentores do "conhecimento legítimo", impõem métodos de ensino que reforçam a supremacia da língua falada. Essa prática é entendida por Foucault como disciplina em que “[...] dissocia o poder do corpo, faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso e faz dela uma relação de sujeição estrita” (Foucault, 1987, p. 165).

Diferente do que já apresentado neste texto sobre a educação bilíngue e suas potencialidades, a abordagem da educação especial, não só marginaliza a língua de sinais, mas também coloca os estudantes surdos em uma posição de desvantagem, ao forçar a adaptação a um sistema que não reconhece plenamente suas necessidades linguísticas. A barreira comunicacional não é apenas um desafio técnico, mas um mecanismo de exclusão que rotula os surdos como deficientes, necessitando correção e ajuste ao padrão dos ouvintes.

Essa dinâmica de poder e disciplinarização também é discutida por Lopes (2011, p. 40), onde “(...) a escola constituiu-se no espaço mais eficiente para a educação, a vigilância, o controle, o disciplinamento e o enquadramento dos sujeitos, principalmente na infância”. Corroboro dessa crítica porque é problemática e perpetua a desigualdade e a exclusão dos surdos dentro do sistema educativo. Ao invés de reconhecer e valorizar a língua de sinais como uma parte integral da identidade surda, o sistema educacional frequentemente tenta "normalizar" os surdos, impondo a eles uma forma de ser e aprender que não corresponde à sua experiência vivida.

Essa imposição pode ser vista como uma forma de violência simbólica, que deslegitima a cultura surda e reforça a hegemonia da cultura ouvinte. Este controle disciplinar sobre os corpos surdos no AEE, conforme Louro (1997), perpetua a opressão ao forçar os estudantes a se conformarem a um padrão que não reflete suas realidades linguísticas e culturais, limitando assim suas possibilidades de expressão e aprendizagem autêntica.

Michel Foucault, em seu livro "História da Sexualidade", examina como as sociedades ocidentais usam discursos sobre sexualidade para exercer poder e controle sobre os corpos e



comportamentos das pessoas. Foucault (1988) afirma que, desde o século XVII, a sexualidade passou a ser vista como uma questão médica e foi cada vez mais regulada por meio de práticas e instituições que visavam controlar a conduta das pessoas. Essas práticas não se limitam apenas à sexualidade, mas se aplicam a vários aspectos sociais, incluindo a educação. Isso significa que tanto o corpo quanto a mente dos estudantes são moldados para se adequarem às normas sociais predominantes, impondo uma forma específica de ser e agir. Como afirma a autora a seguir “No século XX, não está mais na expressão do corpo o problema da aceitação do surdo; inclusive a expressão do corpo é um dos elementos divulgados para caracterizar a cultura surda” (Lopes, 2011, p. 49).

Portanto, é essencial que os professores do AEE reconsiderem as práticas metodológicas aplicadas aos estudantes surdos levando isso em consideração também. Ainda, é necessário desconstruir a concepção de que o objetivo principal é sanar as dificuldades educacionais dos surdos, e, em vez disso, focar na reconstrução de estímulos visuais e práticas pedagógicas que promovam a autonomia e o pleno desenvolvimento educacional desses estudantes. Assim, compreender a pedagogia surda implica reconhecer e valorizar a diferença, proporcionando aos estudantes surdos um ambiente educacional que favoreça seu desenvolvimento integral a partir do pressuposto da diversidade.

A pedagogia surda é um campo educacional que reconhece e valoriza as especificidades culturais e linguísticas dos surdos, promovendo uma abordagem bilíngue e bicultural no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Sá (2006), a pedagogia surda parte do princípio de que a Libras deve ser a primeira língua dos estudantes surdos, posteriormente a aquisição da língua portuguesa escrita como segunda língua.

Essa abordagem respeita a identidade cultural dos surdos, reconhecendo a Libras não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como um elemento central de identidade e cultura. Ao adotar práticas pedagógicas que valorizam a língua de sinais e a cultura surda, a pedagogia surda busca criar um ambiente educacional onde as experiências e perspectivas dos estudantes surdos são celebradas e integradas ao currículo escolar.

Além de promover a presença linguística, a pedagogia surda enfatiza a importância de um currículo que reflita as experiências e necessidades dos estudantes surdos. Skliar (1998) argumenta que a pedagogia surda deve se afastar dos modelos tradicionais de Educação Especial, que muitas vezes tratam a surdez como uma deficiência a ser corrigida. Em vez disso, ela deve ser vista como uma diferença a ser celebrada e integrada. Isso implica na formação de professores que sejam fluentes em Libras e que compreendam a cultura surda, permitindo-lhes criar estratégias de ensino que sejam relevantes e significativas para seus alunos. Ao reconhecer



a diversidade dentro da sala de aula, a pedagogia surda não só promove o desenvolvimento acadêmico, mas também fortalece a identidade e autonomia dos estudantes surdos, capacitando-os a participar plenamente da sociedade.

Na perspectiva da educação dos surdos para desenvolver no AEE perpassa pelos interesses públicos, para Foucault (2004) o conceito de governamentalidade para explicar como o poder é exercido nas sociedades modernas mediante um conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões que compõem a arte de governar. A governamentalidade se refere ao modo como os governos tentam controlar e influenciar as populações, não apenas através da legislação e da força, mas também por meio de práticas e saberes que moldam comportamentos e mentalidades (Foucault, 2004). Nas políticas de educação pública, é possível observar que a governamentalidade se manifesta na forma como o Estado organiza, regula e administra a educação para moldar cidadãos conforme certos objetivos e normas sociais. Foucault (2004) argumenta que a educação é um campo crucial para a biopoder, onde o poder se exerce através da gestão da vida das populações. Isso inclui a implementação de currículos, métodos pedagógicos e políticas que visam não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a formação de comportamentos, atitudes e competências desejadas pelo Estado (Ball, 2014).

2.2 A interdisciplinaridade da pedagogia surda no atendimento educacional especializado

As novas perspectivas no AEE para surdos devem ser desenvolvidas com base em uma abordagem que valorize o corpo como um instrumento essencial para a aprendizagem. Segundo Furlan e Maio (2016), em "Pedagogias do corpo: é possível a escola ser um espaço de reconstrução?", discutem como o corpo pode ser um mediador no processo educativo, especialmente para estudantes surdos, que dependem de um fator linguístico e implica na comunicação visual e corporal.

Partindo dessa compreensão, reforço mais uma vez que, a escola não é apenas um lugar de transmissão de conhecimento, mas um espaço de reconstrução das relações sociais e identitárias dos estudantes. "A escola parece aceitar o corpo como expressão, porém seus mecanismos de controle estão cada vez mais sutis" (Lopes, 2011, p. 50). A inclusão efetiva exige uma transformação nas práticas pedagógicas tradicionais, integrando a língua de sinais e outras formas de expressão corporal que respeitem e potencializem as capacidades dos estudantes surdos. Para alcançar essas novas perspectivas, é crucial que as escolas invistam em formação continuada para professores e profissionais da educação, focando em metodologias



interdisciplinares, Skliar (1997) destaca que a educação dos surdos deve ir além da simples adaptação curricular, propondo uma pedagogia que reconheça o corpo como um agente ativo na construção do conhecimento. A partir dessa concepção, a escola pode se tornar um espaço inclusivo, onde a diversidade é fator principal dessa relação do espaço saber e cada estudante é incentivado a explorar suas potencialidades de forma plena. A interdisciplinaridade e a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento são fundamentais para criar um ambiente educacional que responda às necessidades específicas dos estudantes surdos, promovendo sua autonomia e participação plena na sociedade.

A interdisciplinaridade da pedagogia surda no AEE configura-se como uma abordagem essencial para integrar diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma educação mais inclusiva e eficaz para alunos surdos. Conforme argumentam Bhabha (2013) e Butler (2017), defensores da teoria pós-crítica, a compreensão das diferenças culturais e identitárias é vital para a construção de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade.

De acordo com Bhabha (2013), "a pedagogia pós-colonial nos desafia a reconhecer e celebrar a pluralidade cultural e as múltiplas identidades" (p. 56). Nesse sentido, a pedagogia surda deve ser considerada não apenas como uma adaptação do currículo tradicional, mas como uma oportunidade para reconfigurar o espaço educacional, reconhecendo as especificidades linguísticas e culturais dos alunos surdos.

Lacerda (2006) destaca que "a educação de surdos requer uma abordagem que considere a língua de sinais como elemento central no processo de ensino-aprendizagem, promovendo uma verdadeira inclusão educacional" (p. 72). A teoria pós-crítica nos convida a olhar para a diferença não como um problema a ser resolvido, mas como uma riqueza a ser explorada. Foucault e Deleuze, teóricos que influenciam essa perspectiva, sugerem que a educação deve desafiar as normas estabelecidas e abrir espaço para múltiplas vozes e narrativas (Foucault, 2014; Deleuze, 1997).

Na pedagogia surda, isso se traduz na necessidade de uma abordagem que vá além da simples inclusão, promovendo uma verdadeira interseccionalidade de saberes. Essa prática educativa interseccional pode incorporar, por exemplo, a Libras em todas as disciplinas, permitindo uma comunicação mais natural e efetiva entre professores e estudantes (Quadros; Karnopp, 2004). A nova perspectiva da pedagogia na escola, influenciada por teóricos como Paulo Freire e Bell Hooks, destaca a importância de um ensino crítico e libertador (Freire, 1987; Hooks, 2017). Freire defende que a educação deve ser um ato de liberdade, e para Hooks (2017), ela deve ser um espaço de empoderamento.



Dessa maneira, pensando no AEE, isso implica na criação de um ambiente onde os estudantes surdos possam desenvolver plenamente suas capacidades cognitivas e sociais. Assim, a pedagogia surda deve ser vista como um campo interdisciplinar que não só atende às necessidades específicas dos estudantes surdos, mas também enriquece todo o ambiente educacional, promovendo uma cultura de respeito e valorização das diferenças (Sacks, 2010).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia surda é fundamental na constituição da educação para o sujeito surdo, focando em práticas que respeitam e valorizam a Libras como parte essencial do processo educacional. Em vez de seguir o modelo tradicional de Educação Especial, que frequentemente ignora as necessidades específicas dos surdos, a pedagogia surda promove uma abordagem bilíngue que integra a Libras e a língua portuguesa escrita, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades linguísticas de maneira adequada às suas realidades culturais e linguísticas.

Em se tratando da aplicação da teoria de Michel Foucault sobre biopoder, ilustra como o AEE pode funcionar como uma forma de disciplinarização do corpo surdo. Conforme Foucault (1975), o biopoder exerce controle social ao impor normas e práticas que buscam a "normalização" dos corpos e comportamentos.

Na educação especial, isso se manifesta quando a pedagogia dominante, centrada na oralidade, exige que os estudantes surdos se conformem a práticas educativas projetadas para ouvintes. Essa abordagem ignora as particularidades culturais e linguísticas dos surdos, tratando a língua de sinais como inferior à língua oral, perpetuando a desigualdade e a exclusão. Como Louro (1997) argumenta, esse controle disciplinar sobre os corpos surdos no AEE perpetua a opressão, ao forçar os estudantes a se conformar a um padrão que não reflete suas realidades linguísticas e culturais.

Portanto, é crucial que os professores do atendimento educacional especializado reconsiderem as práticas metodológicas aplicadas aos estudantes surdos. A pedagogia surda deve ser construída com base no reconhecimento e valorização da diferença, proporcionando um ambiente educacional que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes a partir da diversidade.

Foi discutido ainda, a importância do corpo como mediador no processo educativo, especialmente para estudantes surdos que dependem da comunicação visual e corporal. Integrar



a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outras formas de expressão corporal nas práticas pedagógicas pode transformar a escola em um espaço inclusivo, onde a diferença é respeitada e cada estudante é incentivado a explorar suas potencialidades plenamente.

Foi destacado também que a educação dos surdos deve ir além da adaptação curricular, propondo uma pedagogia que reconheça o corpo como um agente ativo na construção do conhecimento. Dessa forma, a interdisciplinaridade e a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento são fundamentais para criar um ambiente educacional que responda às necessidades específicas dos estudantes surdos, promovendo sua autonomia e participação plena na sociedade.

4. REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Educação global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.

BAKHTIN, M. "**Problemas da poética de Dostoiévski**". Revisão de 1963.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão: revista da educação especial**. v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do Art.60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº6.253, de 13 de novembro de 2007. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**, 2011.

BRASIL. Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art1. Acesso em: 02 maio. 2024.

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação da editora da UNESP, 1999.



COSTA, D. A. F. Linguística e surdez: compreendendo a singularidade da produção escrita de sujeitos. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 20, n. 62, p. 94-106, 2003.

DELEUZE, G. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

SALLES, H. M. M. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004. 2 v.: il. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe - 2, pp. 51 - 69. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602014000600005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2024.

FENEIS-Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **A educação que nós surdos queremos**. Documento elaborado no pré-congresso ao Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre/RS: UFRGS, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

FURLAN, C.C.; MAIO, E.R. Pedagogias do corpo: é possível a escola ser um espaço de reconstrução? In: MESSEDER, S.; CASTRO, A. M. G.; MOUTINHO, L. (Orgs). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 157-177. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0009>.

FREIRE, A. M. da F. Aquisição do português como segunda língua: uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de Surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. (v. 2).

GUACIRA, L. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 176 p.

GESUELI, Z. M.; GÓES, M. C. R. A língua de sinais na elaboração da criança surda sobre a escrita. **Educação On-Line**, nov. 2001

GIMENO, S. J.; PÉREZ, G., A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Editora Plexus, 2001.



HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. (pp. 123-150).

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LACERDA, C. B. F. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Mediação, 2006.

LODI, A. C. B.; LUCIANO, R.T. Desenvolvimento de linguagem de crianças surdas em língua brasileira de sinais. In: LODI, A.C.B.; LACERDA, C.B.F. de (Orgs.). **Uma escola, duas línguas:** letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre, Mediação: 2009.

MEIRELLE, V.; SPINILLO, A. G. **Uma análise da coesão textual e da estrutura narrativa em textos escritos por adolescentes surdos.** Universidade Federal de Pernambuco. 2004.

QUADROS, R.M. de. **Libras.** São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação para surdos.** Manaus. Universidade Federal do Amazonas. 2002

SACKS, O. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SILVA, E. P. de Q. Entremeando corpos, sexualidade, gêneros e educação escolar. In: FERRARI, A. et. al. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade.** Lavras: UFLA, 2014. p. 61-78.



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

PRAÇA DA REPÚBLICA: CONFLUÊNCIAS DA CULTURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

PRAÇA DA REPÚBLICA: CONFLUENCES OF CULTURE, HISTORY AND MEMORY

Naira Corrêa Alva¹

RESUMO

A cultura pode se apresentar nas relações e dinâmicas sociais. Para Santos (2023), a cultura envolve modos de vida, sentimentos, vivências e a percepção das dinâmicas ao nosso redor. Desse modo, os espaços públicos podem contar a história e a cultura de um povo. A Praça da República é um dos espaços de convívio social mais antigos de Mato Grosso do Sul. Apesar da relevância desse espaço, os estudos sobre história corumbaense mencionam a praça apenas como ponto turístico. Entretanto, a Praça da República e seu derredor possuem monumentos, logradouros e arquitetura que homenageiam a memória local. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi analisar a historicidade da Praça da República, e as confluências culturais deste espaço como potencial para a educação patrimonial. A metodologia consistiu em um levantamento bibliográfico de três diferentes temporalidades desse espaço: 1) Fundação de Corumbá, 2) Retomada de Corumbá, e 3) Banho de São João. Como resultado, nota-se que a Praça da República auxilia na preservação da memória e amplia a participação dos corumbaenses na construção da história local.

Palavras-chave: Confluência. Corumbá. Cultura. Memória. Praça da República.

ABSTRACT

Culture can present itself in relationships and social dynamics. Conforming Santos (2023), culture involves lifestyles, feelings, experiences and the perception of dynamics around us. In this sense, public spaces can tell people's history and culture. Praça da República is a social interaction space and one of the oldest parks in Mato Grosso do Sul. Despite its relevance, studies on the history of Corumbá only mention it as a tourist attraction. However, Praça da República and its surroundings have monuments, streets and architecture in honor of Corumbá's memory. Thusly, this study aimed to analyze the historicity of Praça da República, and the cultural confluences of this space as potential for patrimony education. The methodology consisted of a bibliographical survey of three different temporalities of this space: 1) Corumbá's Foundation, 2) Resumption of Corumbá, and 3) Bath of São João. As a result, Praça da

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação em Estudos Culturais. PPGCult/UFMS – CPAQ, Licenciada em História (UFMS – CPAN), naira.alva@ufms.br



República space helps preserve local memory, and expands Corumbá's people participation in history making.

Keywords: Confluence. Corumbá. Culture. Memory. Praça da República.

1. INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido neste artigo foi motivado pela compreensão da historicidade e relações da população com o espaço da praça da república. Um breve levantamento de referenciais bibliográficos me chamaram atenção, primeiro por trazerem este espaço como rota de turismo cultural e, principalmente, estudos de urbanismo e patrimônio arquitetônico, onde a praça da república é citada. É dessa maneira que despertou-se em mim a necessidade de expandir o diálogo da importância da praça da república na cidade corumbaense.

A cidade de Corumbá (MS) foi estrategicamente pensada como área de delimitação do território brasileiro. De acordo com Mello (1966, p. 116), a demarcação de Corumbá é resultado do alastramento da fronteira portuguesa, bem como uma forma de garantia preventiva contra possíveis ataques ou invasões de tropas castelhanas. A prevenção contra ataques é legitimada por meio de fortificações de defesa do território, como o Forte Coimbra fundado em 1775, e três anos depois, Albuquerque (atual município de Corumbá). Além disso, temos a Praça da República, local onde iniciou o primeiro agrupamento populacional corumbaense.

O primeiro conjunto populacional de Corumbá, localizado ao redor da Praça da República evidenciou esse contexto de cidade estrategicamente militar. “No século XX, a praça foi uma fortificação militar, com capela e residência das pessoas que habitavam a então Vila de Albuquerque Nova (primeira denominação de Corumbá)”. (Corrêa; Mariani; Esselin, 2018, p. 51-52). A posição privilegiada do espaço, em um ponto alto contribuiu para tal planejamento.

A praça da república está localizada na área central, na parte alta da cidade e com vista a orla do porto geral. Em uma área de quase 6.000 m², a praça foi construída em 1924 (IBGE, 2024). Uma das praças mais antigas do Estado de Mato Grosso do Sul (anterior Sul de Mato Grosso), conta seus registros desde dos primeiros relatos e escritos da fundação da cidade. É nesse cenário cujo conjunto de elementos arquitetônicos e históricos marcam diferentes temporalidades vivenciadas ao longo da historiografia regional e local.

E por meio destas diferentes temporalidades como a fundação da cidade, A retomada de Corumbá e a festividade do banho de São João, que essa apresentação justifica-se, pela possibilidade de um novo olhar para as interfaces entre eventos históricos, personalidades,



materialidades e confluências do patrimônio da praça e seu entorno. Ou seja, a influência na cultura e como os eventos culturais influenciam nos usos dos espaços.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a praça da república em Corumbá-MS, e as confluências deste espaço como potencial para a educação patrimonial. A Educação Patrimonial pode ser entendida como “[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento [...]” (Custódio, Horta, [s.d], p. 05).

Portanto, a educação patrimonial assume importante representatividade no processo de valorização da cultura, partindo de diferentes perspectivas e discursos que possam privilegiar camadas e práticas sociais marginalizadas durante décadas na história.

2. CULTURA, CONFLUÊNCIAS E MEMÓRIA

A Cultura torna-se um campo amplo de vivências, rendendo diálogos, porém como descrito por Santos (2023, p. 12), a cultura passa por um campo complexo sendo entendida como uma coisa padronizada, mercantilizada e colonial. Institucionalizada através dos discursos hegemônicos de poder, e por materializações nos espaços públicos. O autor amplia esse conceito, considerando que não temos cultura, mas sim “modos de vida– modo de ver, de sentir, de fazer as coisas” (Santos, 2023, p. 11). Dessa forma, os bens culturais imateriais, contribuem para compreendermos os diferentes modos de vida.

Os bens culturais imateriais, possibilitam pensar a cultura para além do discurso colonialista e padronizado. São práticas, saberes de amplos segmentos sociais. “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas [...] que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares[...]” (BRASIL, 2014). Apenas dessa maneira, podemos ampliar os sujeitos presentes na construção da história local e dos espaços representando a vida cultural da sociedade.

A vida cultural da sociedade está em constantes transformações, onde forças e resistências se fazem presentes. Para Peixoto (2011, p. 23), a vida cultural é parte ativa no processo de construção de hegemonia, como um campo de lutas, forças múltiplas, espaços de opressões e liberdades. Consequentemente, uma possibilidade para estes diálogos da vida cultural e de uma história com mais campos e menos facetada é a confluência das experiências que podem ser presentes a partir da educação patrimonial.



O conceito de confluência, segue uma linha de compartilhamentos de modos de vivências, organizações de cada sociedade e relações de respeito entre todos esses modos de vida dentro de cada sociedade, sem a necessidade de sobreposições culturais. Segundo Santos (2023):

[...] a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida (Santos, 2023, p. 4)

Considerar as confluências culturais, dialogar com os bens imateriais das sociedades fortalecem a memória coletiva de um povo. Para Gagnebin (2006, p. 44), a memória esteve ligada ao conceito de “rastros” pela vivência da tensão entre a presença e a ausência. A autora acrescenta que, para a ideia de rememorar como a esteira funerária, erguida em memória do morto, o canto poético luta igualmente para manter viva a memória dos heróis (Gagnebin, 2006, p.45). A memória para manter histórias e cantos e para que sujeitos sociais e culturais não caiam em esquecimentos.

A memória funciona como principal ferramenta para a valorização de tradições e dinâmicas culturais e suas transformações no tempo. Refletem a história de um povo. Porém, os questionamentos de que memórias estamos lembrando e quais histórias estamos ouvindo se faz necessário, para não perpetuar uma história única.

A história única pode causar diversos problemas à memória coletiva. De acordo com Adichie (2009), os perigos de uma história única e da força do imaginário é criada a partir de discussões rasas e hegemônicas presentes nos discursos de determinados acontecimentos históricos, povos, religiosidades e identidades. Para Adichie (2009, p. 09) “[...] mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. Desse modo, a educação patrimonial combinada com a história oral assume uma importância para experiências de pertencimentos e valorização da cultura local.

O lugar espetacular da história oral é reconhecida pela disciplina acadêmica, que, há muitas décadas, considera totalmente legítimas as fontes testemunhais orais (e, por instantes, dá impressão de julgá-las mais “reveladoras”)” Por sua vez, histórias do passado mais recente, apoiadas quase que apenas em operações da memória, atingem uma circulação extradisciplinar que se estende à esfera pública “ comunicacional, à política e, ocasionalmente, recebem o impulso do Estado” (Sarlo, 2009, p. 12)

O historiador assume um papel necessário nesse campo de ouvir esses sujeitos marginalizados, em narrativas historicamente hegemônicas. Portanto, cabe métodos e uma escuta qualificada e sistemática “(...) ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória



dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (Gagnebin, 2006, p. 47). As memórias são protagonistas para manter viva a história e a cultura das sociedades.

Portanto, memórias valiosas para a compreensão deste outro lado que contribuem para evidenciar a resistência do continuar existindo. Para Sarlo (2007, p. 9) trabalhar com a história oral é explorar memórias, ao passo de trazer esse passado conflituoso e de subjetividades para uma reflexão, reconstrução e reconstituição de um passado. Onde culturas podem ser compartilhadas e fortalecidas.

2.1 Praça da República: História e Cultura

A primeira descrição do espaço da Praça da República e seu entorno está registrada nos documentos da expedição de Langsdorff pelo município de Corumbá em 1827. A área é descrita como “[...] um terreno um tanto alto e enxuto. Quatro lances de casas em torno de uma praça, uma capelinha intitulada igreja e uma casa para os oficiais de primeira linha, constituem o povoado” (Florence, 1827 apud Mello, 1966, p. 133). Nesse momento, a Praça da República era apenas um terreno cujo derredor estava habitado pelo primeiro agrupamento populacional de Albuquerque.

O primeiro agrupamento populacional de Albuquerque (atual município de Corumbá), instalou-se onde atualmente está localizada a Praça da República, conforme o mapa do Coronel Ricardo Franco demonstra.

Figura 1. Mapa descrito pelo Coronel Ricardo Franco em 1797



Fonte: MELLO, Raul Silveira de. Corumbá Albuquerque e Ladário. 1966.

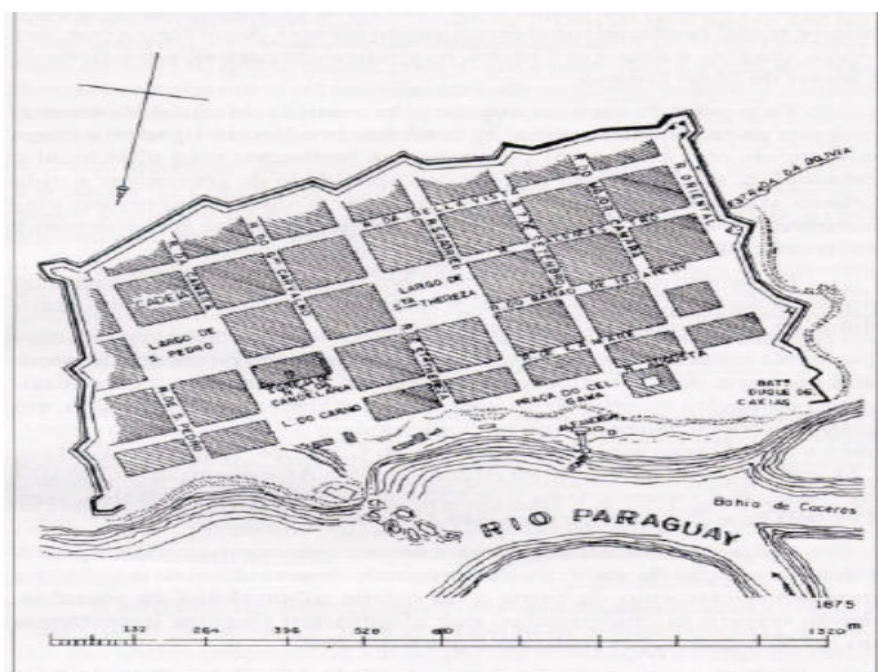
Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ



O espaço ocupado pelo agrupamento populacional está inserido numa espécie de quadrilátero, contendo uma pequena capela, onde atualmente encontra-se a matriz Nossa Senhora da Candelária, e no ângulo G, percebemos de forma íngreme, a descida em direção ao Porto Geral, atual ladeira Cunha e Cruz.

A Praça da República, este primeiro local de formação populacional assemelha-se com os primeiros surgimento das cidades Medievais, pois projeta-se próximo ao rio, tendo como parte baixa os casarios do Porto Geral, local onde havia a Rua do Comércio (atual Rua Manoel Cavassa), e subindo a ladeira Cunha e Cruz, estava localizada a Praça da República, entre ruas estreitas formando um quadrado, conforme a figura 2.

Figura 2 - Planta da Cidade de Corumbá (Elaborada a mando do Almirante Delamare em 1859)



Fonte: DELVIZIO, João Bosco Urt. Patrimônio arquitetônico de Corumbá: um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e desenvolvimento local. 2004.

O planejamento estrutural da cidade, como mostra Menjot e Boucheron (2005, p. 24) possui “[...] forma quadrilátero, ordenada de acordo com um plano ortogonal em torno de uma praça central com suas retas e largura uniforme [...]” E no ponto mais alto a Igreja Nossa Senhora da Candelária característica desta organização do espaço “[...] no interior do espaço urbano, a Igreja está muito presente com a catedral, muitas vezes situada no coração do habitat [...]” (Idem.p.27). Essas características foram respeitadas ao longo do crescimento urbano da cidade, presentes no cotidiano atual nas ruas centrais corumbaense.



O crescimento urbano colabora para a construção de novas ruas e espaços de convívio social, como as praças. Segundo Delvizio (2004, p. 40) a partir de 1857 a cidade de Corumbá passa por um processo de ampliação de suas ruas com espaçamento largos, áreas arborizadas e praças. Esse planejamento foi direcionado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo Delamare. Vale ressaltar que, a rua principal da Praça da República, frente a ladeira Cunha e cruz é nomeada Rua Delamare em homenagem a tal personalidade. A espacialidade das cidades refletem aspectos importantes da cultura local. Conforme indica Junqueira (2023):

[...] a espacialidade de Corumbá [...] apresenta um planejamento urbano muito similar ao aplicado em cidades antigas: a planta da cidade é regular, semelhante a um padrão geométrico, com uma organização ortogonal das ruas e quarteirões, o que possibilitava uma divisão muito parecida entre os lotes e uma facilidade para a movimentação dentro da urbe (Junqueira, 2023, p. 366).

Nesse sentido, nota-se que a utilização de espaços públicos como as praças, são de grande importância para a compreensão de contextos historiográficos distintos. Junqueira (2023) propõe pensarmos como a reorganização do espaço, e o embelezamento da cidade a partir de seus elementos arquitetônicos, ruas e edifícios pode ser voltada à possibilidade de estudar história antiga.

Um dos fatos históricos antigos ocorrido no município de Corumbá, foi a Guerra do Paraguai². A Guerra do Paraguai iniciou-se em 1864 e estendeu-se até 1870. Para Squinelo (2020, p. 243), a Guerra “[...] é considerada o maior episódio bélico latinoamericano”. O qual Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estiveram envolvidos nesse episódio histórico. Nesse contexto, o Brasil e, principalmente suas fronteiras com o Paraguai se tornam palco de batalhas para fortalecer interesses territoriais, políticos e econômicos. As tensões e ressentimentos com o Paraguai se intensificaram, juntos aos interesses de expansão territorial e marítima, conforme Doratioto (2002):

Nos dias 22 e 24 de dezembro saíram, respectivamente, de Assunção e de Concepción, duas expedições militares para invadir Mato Grosso.(...) Na noite de 26 de dezembro, a expedição paraguaia chegou ao forte Coimbra, situado sobre um monte cujo terreno é gradualmente inclinado, até alcançar a margem do rio Paraguai.(...) Coimbra sofreu forte bombardeio e a infantaria paraguaia, com 750 homens, avançou pelo único caminho possível, um desfiladeiro, sob o fogo dos canhões e fuzis brasileiros, perdeu duzentos soldados e teve que recuar (Doratioto, 2002, p. 99-100)

Portocarrero e seus homens buscaram refugio em Corumbá, perseguidos em um trecho pelo coronel Barrios, que se deteve na povoação de Albuquerque, ocupando-a em 1º de janeiro de 1865. Dois dias depois a força paraguaia desembarcou a cerca de doze

² A Guerra do Paraguai (1864-1870) possui diferentes nomenclaturas, decorrentes das distintas interpretações e produções historiográficas ao longo dos anos. Os termos mais comuns são: “Guerra da Tríplice Aliança”, “Guerra contra o Paraguai”, “Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai” (Garcia, 2014, p.17).



quilômetros de Corumbá, que contava com pouco mais de mil habitantes, umas oitenta casas de telha e 149 ranchos cobertos de palha, capela, igreja em construção, quartel e depósitos do Exército e da Marinha. Para sua defesa, a vila dispunha de quatrocentos soldados, 23 canhões, armamento portátil e munição, o suficiente para enfrentar os atacantes e infligir-lhes maiores perdas do que sofreram no ataque a Coimbra (Idem, p.101)

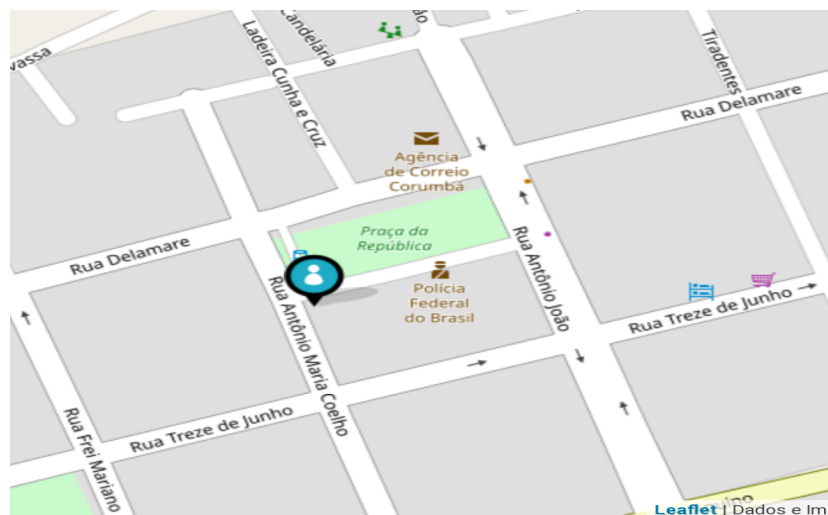
Diante disso, o município de Corumbá, foi invadido por tropas paraguaias, e durante 5 anos a população corumbaense, brasileiros/as e paraguaios/as, fizeram parte de um cenário de perdas materiais, econômicas, da fome, epidemias e mortes. A Praça da República foi palco de uma das últimas batalhas da Guerra da Tríplice Aliança, isto é, da retomada de Corumbá. Esse evento ocorreu em 1867, no município de Corumbá, conforme aponta Doratioto (2002):

“[...] A proposta era a de que se aproveitasse da época de cheia do pantanal para atacar Corumbá pelo sul, em lugar de pelo norte, pelo rio, caminho este previsto pelo inimigo. Couto de Magalhães, ignorando a objeção dos oficiais superiores, comissionou Coelho no posto de coronel e começou a preparar a ação, que resolveu executar ao saber que o coronel Camisão invadira o território paraguaio. Partindo com mil homens e cinco pequenos navios de Cuiabá, o coronel Coelho desceu pelo pantanal até a jusante de Corumbá, onde desembarcou seus homens. Pôde, assim, atacar a vila pelo sudoeste, surpreendendo o inimigo em 13 de junho de 1867” (Doratioto, 2002, p.129, grifo meu)

“[...] Antonio Maria Coelho, conseguiu varrer das terras corumbaenses o inimigo que a ocupava desde 1864. Morreu na refrega o capitão Luiz da Cunha e Cruz que ao arriar a bandeira paraguaia que se achava hasteada no Largo do Carmo, foi esmagado pela valentia do tenente Roas que além de vitimar o capitão, rumou para a bandeira do império e tentou rasga-la, sendo violentamente morto pelo furriel Augusto de Andrade, varando-o a sabre. grifo meu (Almeida, 1988, p. 20, grifo meu)

As nomenclaturas dos logradouros da cidade de Corumbá possuem uma conexão com esses eventos. Alguns exemplos são: o Almirante Cunha e Cruz, o governador Joaquim Raimundo Delamare, o Comandante do 1º Batalhão Provisório de Infantaria de 1867 Antonio Maria Coelho e a Rua Treze de Junho (dia comemorativo da retomada de Corumbá) conforme a figura abaixo.

Figura 3. Logradouros em torno da Praça da República.





Fonte: Rozisca, 2024.

Os logradouros representam uma pequena parcela das figuras históricas da cidade, pois a narrativa histórica sobre os eventos históricos é marcada por disputas de poder. Dessa forma, “[...] as histórias também são definidas pelo princípio do *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder” (Adichie, 2009, p. 09). Os acontecimentos históricos podem ser refletidos na memória coletiva, no imaginário social por meio de ações políticas locais, como institucionalização de desfiles cívico-militar e feriados, conforme aponta a Lei Municipal N° 0985/87:

O Prefeito Municipal de Corumbá Estado de Mato Grosso do Sul República Federativa do Brasil

Faço saber que a Câmara Municipal de Corumbá Decreta e EU sanciono a presente Lei:

Artigo 1º – São declarados feriados municipais, em todo território de Corumbá, os seguintes dias de cada ano civil:

a) 02 de fevereiro (consagrado a Nossa Senhora da Candelária, Padroeira de Corumbá); ;

c) 13 de junho (comemorativo a Retomada de Corumbá, feito heróico de Antonio Maria Coelho no ano de 1.867) e

d) 21 de setembro (comemorativo a fundação de Corumbá, ocorrida em 1.778 e por ordem do Capitão General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador da Capitania de Mato Grosso).

Artigo 2º – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Corumbá, 2008)

Evidentemente, a partir da lei municipal nº 0985/87 tais datas comemorativas referentes ao percurso discutido nesse projeto, nota-se a memória simbólica de um segmento social presente na materialização, e instituições de personalidades hegemônicas. Como os próprios homenageados nos logradouros, na (figura 3), notamos a presença do Obelisco³ em homenagem aos heróis da Guerra contra o Paraguai. Percebe-se também a estátua do Antonio Maria Coelho na Praça da Independência.

³ O Obelisco de Ramsés II que se encontra na praça da República, é uma homenagem aos heróis da Guerra do Paraguai, ele é uma réplica do existente na Praça da Concórdia em Paris que foi construído a mando do faraó egípcio Ramsés II, em 4000 a.C. (IBGE, 2024)

Figura 4. Estátua em Homenagem a Antonio Maria Coelho (Praça da Independência)



Fonte: Gallo, 2016; Diário Corumbaense

A Praça da Independência ou Jardim Público está localizada no Centro da Cidade, próximo a Praça da República, foi inaugurada em 1917. Segundo o IBGE (2024), os corumbaenses reverenciam, na praça, os heróis da Guerra do Paraguai e da 2ª Guerra Mundial. Seus jardins são destacados pela presença de árvores centenárias, ornamentadas com três lagos rasos. O Jardim da Independência é o local onde são realizadas homenagens aos heróis da retomada de Corumbá representadas nos monumentos.

Figura 5. Praça da República e Matriz Nossa Senhora da Candelária ao fundo.



Fonte: Vera, 2024⁴

⁴ Acervo pessoal de Mateus Vera.



Vale ressaltar, que outros segmentos sociais além das personalidades descritas acima fizeram partes desses eventos históricos. Presentes cada vez mais nas discussões historiográficas tornam-se objetos de estudos em diferentes perspectivas. Trabalhos como: Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: “A presença feminina na Guerra do Paraguai” (Dourado, 2005), “Maldita Guerra Nova história da Guerra do Paraguai” (Doratioto, 2002), “A vila de Corumbá e a Guerra Grande: algumas reflexões” (Cancian, 2015), “A Guerra do Paraguai em novos campos de batalha” (Squinel, 2001).

Tais referências textuais dialogam para o apagamento de fronteiras e “[...] reafirmando a importância de não localizar identidades fixas e únicas, mas construções performáticas e mutantes, em processos constantes de deslocamentos e subversões (Furlan & Maio, 2016, p. 161). Assim dizendo, quando voltamos o olhar apenas para as representações dos monumentos materializados no espaço é preciso embriagar-se das dinâmicas sociais ali presente para além do campo visto.

3. CONFLUÊNCIAS DA MEMÓRIA, CULTURA E HISTÓRIA CORUMBAENSE NA PRAÇA DA REPÚBLICA

Ao redor a Praça da República os logradouros Delamare e a Ladeira Cunha e Cruz em conjunto dão visão a uma paisagem contemplativa do rio Paraguai, fazendo parte da área de entorno do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá, tombado pelo Instituto do Patrimônio histórico e artístico nacional), sendo o ILA (Instituto Luiz de Albuquerque (IPHAN), e a Catedral Nossa Senhora da Candelária⁵, também se tornam espaço de uns dos mais importantes eventos culturais do município, o cortejo do banho de São João.⁶

No alto da Ladeira Cunha e Cruz, enfeitada para o evento, festeiros e devotos reúnem-se desde o início da noite para descer com seus andores em direção ao rio Paraguai. Ao chegar na Ladeira, organizadores do poder público anunciam a chegada dos andores à população, que, aglomerada no Porto ou às margens da Ladeira, aguarda para assistir e participar dos cortejos. No trajeto entre a praça, de onde se inicia a Ladeira, e o Porto Geral os andores são saudados e acompanhados

⁵ O Município a partir do Decreto 1.748/2017, Declara como Patrimônio Histórico e Cultural, para fins de tombamento a Catedral Nossa Senhora da Candelária. Diário Oficial de Corumbá. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/legislacao/corumba/detalhes/3561>

⁶ O Banho de São João é uma manifestação de fé e alegria que acontece na passagem do dia 23 para o dia 24 de junho, nas cidades pantaneiras de Corumbá e Ladário, situadas às margens do rio Paraguai, em Mato Grosso do Sul. A devoção a São João extrapola os limites de credos e religiões em Corumbá e Ladário, sendo cultuado por devotos católicos, kardecistas e de religiões de matriz afro-brasileira, como candomblé e umbanda, nas quais São João é sincretizado como Xangô (IPHAN, Dossiê de Registro. 2019, p. 01-04).



por pequenas bandas de músicos, ali dispostas de forma intercalada e organizada pelo poder público municipal para executar o tradicional hino de São João (BRASIL, 2019, p.4-5).

Dessa maneira, observamos a cultura do povo corumbaense, demonstrada na figura abaixo, utilizando desse espaço para praticar sua fé e o festejo, que parte de uma confluência, pois na ladeira durante a festividade, católicos, a umbanda, o candomblé e os turistas de diferentes lugares comemoram passando em baixos dos andores, e fazendo seus pedidos. Para Santos (2023, p. 4) “Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende”. Esse é um dos momentos de utilização desse espaço.

Figura 5. Cortejo dos Andores na Ladeira Cunha e Cruz.



Fonte: BRASIL, 2019.

A utilização dos espaços para os eventos culturais, como o Banho de São João e as festas de oferendas para Iemanjá não só mantém memórias coletivas com os espaços, como também corroboram para sua manutenção e preservação. Assim poderíamos pensar em manter a palavra, as histórias, e os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não esquecerem do futuro (Gagnebin, 2006, p. 15). Além disso, as memórias compartilhadas pelos sujeitos sociais nos usos dos espaços colaboram para a sua preservação.

De acordo com o IPHAN (BRASIL, 2019, p. 25), com a inserção de Corumbá, no Programa Monumenta no ano de 2002, a orla do porto geral foi readequada tanto em espacialidade quanto em estética, porém o encontro da ladeira cunha e cruz e o porto não sofreu interferência urbanística, principalmente pelas utilizações deste espaço pela população.



No polo extremo do conjunto arquitetônico do casario do Porto de Corumbá, ao final da ladeira Cunha e Cruz onde se dá o acesso ao rio, a estrutura permanece inalterada.(...) Como tal, o espaço foi preservado da intervenção urbanística a fim de que possam ser praticadas as tradições religiosas e sagradas do povo corumbaense. (BRASIL. 2019, p. 25-26).

A ladeira cunha e cruz, mantém suas memórias com os festejos, nos símbolos de resistência da população, das religiosidades, da fé, das dinâmicas sociais ali presente. A mesma mantém suas memórias vivíssimas com o episódio da retomada de Corumbá. E a cada 13 de junho é comemorado, com solenidade ao Antonio Maria Coelho, e a cada dia 21 de Setembro comemorado a fundação da cidade com os desfiles cívicos e hasteadas da bandeira, legitimadas através da Lei Municipal Nº 0985/87, com os feriados municipais. De acordo com Gagnebin (2006), uma das formas de lutar contra o esquecimento é manter a memória, as palavras vivas e comemorativas.

É necessária uma reflexão cautelosa de quais memórias estão representadas materializadas na Praça da República, ao seu redor, logradouros e na cidade. Os heróis, que foram muitos, presentes nesses cinco anos de conflito desde mulheres, idosos, crianças, escravizados/as, migrantes, indígenas e pobres, dividiram uma mesma realidade, a ânsia pelo fim da guerra. Vale ressaltar, que essas últimas personalidades não são encontradas materializadas pelas praças da cidade.

O que nos chama atenção são as figuras que se fazem presentes em homenagens. Para Adichie (2009, p. 9) falar de história única é falar sobre poder. A autora utiliza o termo nkali, substantivo que em tradução livre significa “ser maior do que o outro”. Dessa maneira, tais figuras representadas na praça da república, em suas temporalidades e espaço ocupavam lugares privilegiados, altos cargos, figuras letradas, a serviço e a fervor de uma nacionalidade patriótica.

As espacialidades das cidades refletem aspectos importantes como a própria estruturação da cidade com fortes influências militares, a fundação da cidade como uma espécie de fortificação, com trincheiras protetoras, próxima ao rio, capitânia e a capela. Atualmente, as representações de militares nas praças, nomeando os logradouros, a grande catedral ao redor das praças, a capitânia, e as fortificações, exemplos do Forte de Coimbra e o Forte Junqueira. Para Menjot e Boucheron (2005), os estabelecimentos religiosos multiplicam-se com as instalações das forças militares e tais características urbanísticas reforçam a ideia de poder.

Precisamos estabelecer diálogos que partem dos personagens materializados na praça para evidenciar outros lados da história, através do patrimônio imaterial. Segundo Sarlo (2007, p. 12), “[...] tempo do passado não pode ser eliminado, e é perseguidor que escraviza ou liberta”. Sendo assim, evidenciar os sujeitos sociais invisibilizados, presentes na construção deste



espaço, é rememorar todavia, sua cultura, pois os mesmos representam-se, e falam por si, nos eventos culturais da cidade, como a festividade do banho de São João.

Portanto, analisar a confluência da história e da cultura no espaço corumbaense, são resistências que contribuem para o apagamento de fronteiras e o perigo do esquecimento. Sendo assim, Furlan e Maio (2016, p. 167), acreditam que devemos lutar contra imposições binárias, hierarquizadas, produtora de dissidências, apostando no devir, na solidariedade e na ética das relações sociais. Repensando e ressignificando as noções de cultura, caminhando para o que Peixoto (2011) nos apresenta como novos caminhos para a narrativa e produção historiográfica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A praça da república como espaço de estudo nos oferece distintas abordagens desde a arquitetura, dinâmicas sociais, festividades e formação de uma cidade e de diferentes modos de vida. Partindo destas diferentes temporalidades este estudo destinou-se a analisar as confluências do espaço da praça da república na história e cultura corumbaense. Desse modo, a finalidade do trabalho caminhou em demonstrar que a educação patrimonial, possibilita um campo de diversos leques que envolva a população, como a história oral no reavivar da memória.

A educação patrimonial é de suma importância e deve ser combinada com o leque de conhecimentos e experiências do monitor. Afinal, é este monitor que através de amplos discursos despertará um campo de visualizações a estes moradores, bem como uma absorção de conhecimentos. Sendo assim, novos significados são atribuídos a esse patrimônio materializado neste espaço.

Portanto, a educação patrimonial transforma o viver das pessoas, colabora para uma melhor compreensão do pertencimento à vida e as transformações do espaço. Assim, é necessário a atuação do poder público nos investimentos da Educação Patrimonial e a importância do agente cultural, monitores, professores para a ampliação de discussões do patrimônio.

5. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Valério d'. **Centenário da tomada da vila de Corumbá**. Corumbá: Prefeitura de Corumbá, 1988.



BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449530>
Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449610>
Acesso em : 18 jun. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de Registro Banho de São João de Corumbá/Ladário - MS**: subsídios para registro como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Campo Grande: IPHAN, 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> Acesso em: 01/maio/2024.

CANCIAN, E. ; CANCIAN, E.A. . **A vila de Corumbá e a Guerra Grande**:algumas reflexões. História: Debates e Tendências , v. 15, p. 398-410, 2015.

CORRÊA, Dalva Maciel; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; ESSELIN, Paulo Marcos. **A Guerra da Tríplice Aliança como Campo de Possibilidade para o Desenvolvimento da Atividade Turística em Corumbá-MS**. CULTUR. 2018.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Museu Imperial / DEPRON - IPHAN - MINC. [s.d]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf

CORUMBÁ. **Decreto 17482017 Tombamento Candelária**. 15 fev. 2017. Corumbá-MS. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/legislacao/corumba/detalhes/3561> Acesso em: 13 jun. 2024.

CORUMBÁ. **Requalificação**: entenda o que foi feito no Jardim da Independência. Fotos de Anderson Gallo. 2016. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=86286> Acesso em: 07 ago. 2024.

CORUMBÁ. **Feriados Municipais**. Lei Municipal nº 0985/87 modifica a lei municipal nº 496, de 03/02/1.967, e dá outras providências. Disponível em: <https://ww2.corumba.ms.gov.br/minha-corumba/feriados-municipais/> Acesso em: 13 jun. 2024

DELVIZIO, João Bosco Urt. **Patrimônio Arquitetônico de Corumbá**: Um Olhar sobre a Arquitetura Moderna na Perspectiva da Memória e Desenvolvimento Local. Dissertação de Mestrado, Campo Grande, 2004.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano . **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**: a presença feminina na Guerra do Paraguai. 1. ed. Campo Grande MS: Editora UFMS, 2005. v. 7. 135p

FURLAN, C.C., and MAIO, E.R. Pedagogias do corpo: é possível a escola ser um espaço de reconstrução? In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 157-177. ISBN: 978-85-232-1866-9.



GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2018. (pp. 39-48).

GARCIA, Gabriel Ignácio. **A Guerra do Paraguai em Diferentes Interpretações**. Curitiba: Cadernos de Clio. 2014.

JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. **A História Antiga contada através do olhar: os resquícios dos elementos da arquitetura da antiguidade nas fachadas de Corumbá (MS)**. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 17, n. 33, p. 360-390, 2023.

MELLO, Raul Silveira de. **Corumbá, Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 2, 1966.

MENJOT, Denis; BOUCHEREON, Patrick. **O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano**. As cidades no tempo. Franca, UNESP, São Paulo, Olho d'Água, 2005. p. 17 - 36.

PEIXOTO, M. do R. da C. **Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura**. In. Revista História & Perspectivas, [S. l.], v. 24, n. 45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19401>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ROZISCA, José Gilberto. **Fundação de Cultura de Corumbá N° SNIIC: O-3970**. Mapa da Cultura. 27 set .2013. Disponível em: <https://mapas.cultura.gov.br/agente/200832/> Acesso em: 04 jun. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora/Piseagrama, 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva**. Companhia das Letras, Belo Horizonte. UFMG, 2007. p. 09-22.

SQUINELO, A. P. **Produção técnico-científica acerca da Guerra do Paraguai em Mato Grosso do Sul: um balanço historiográfico (1996-2006)**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

PROTAGONISMO INDÍGENA NA GUERRA DO PARAGUAI/GUERRA GUASU EM TERRITÓRIO DO ANTIGO MATO GROSSO

INDIGENOUS PROTAGONISM IN THE PARAGUAYAN WAR/GUASU WAR IN THE TERRITORY OF THE FORMER MATO GROSSO

Raquel Tôrres de Souza¹

Ana Paula Squinelo²

RESUMO

A Guerra do Paraguai/Guerra Guasu, foi um conflito bélico ocorrido entre os anos de 1864 a 1870, aconteceu na América Latina. Dessa maneira, o conflito envolveu muitos/as sujeitos/as. Entretanto, poucas narrativas contemplam a participação dos indígenas e o silenciamento sobre esses povos no contexto da guerra, tendo em vista que tais grupos sociais se tornam muito importante na compreensão da história. Sendo assim, este artigo objetiva demonstrar a participação indígena nesse conflito e compreender suas atuações em solo do antigo Mato Grosso. Parto da hipótese de que há um silenciamento, apagamento e subalternização dos indígenas e para a escrita dessa reflexão, realizou-se levantamento bibliográfico pertinente a temática da Guerra do Paraguai e analisou-se os registros de atuação dos indígenas no conflito. O resultado desta pesquisa demonstrou que apesar das discussões, o silenciamento da questão indígena, mesmo com fontes comprovando a participação na guerra, ainda predomina.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. Indígenas. Silenciamento.

ABSTRACT

The Paraguayan War/Guasú War was a military conflict that occurred between 1864 and 1870 in Latin America. As such, the conflict involved many subjects. However, few narratives contemplate the participation of indigenous people and the silencing of these people in the context of the war, given that such social groups become very important in understanding history. Therefore, this article aims to demonstrate indigenous

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais. PPGCult/UFMS/CPAQ, Licenciada em História (UFMS/CPAQ), Membro do Grupo de Pesquisa “Historiografia e Ensino de História: diálogos em trânsito (HEH/UFMS/CNPq), e-mail: raquel.torres@ufms.br

² Professora Titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Brasil) e nos Programas de Mestrado: Profissional em Ensino de História (UFMT) e Interdisciplinar em Estudos Culturais (UFMS). Líder do Grupo de Pesquisa Historiografia e Ensino de História: Diálogos em Trânsito HEH/UFMS/CNPq, e-mail: ana.squinelo@yahoo.com.br



participation in this conflict and understand their actions on the soil of the former Mato Grosso. I start from the hypothesis that there is a silencing, erasure and subordination of indigenous people and, in order to write this reflection, a bibliographical survey was carried out on the theme of the Paraguayan War and the records of indigenous people's actions in the conflict were analyzed. The result of this research demonstrated that despite the discussions, the silencing of the indigenous issue, even with sources proving their participation in the war, still predominates. Keywords: Paraguayan War. Indigenous people. Silencing

Keywords: Paraguayan War. Indigenous. Silence.

1. INTRODUÇÃO

A Grande Guerra³ ocorreu entre os anos de 1864 a 1870 envolvendo países como Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Historiadores/as e cientistas sociais afirmam que a motivação do conflito se estabeleceu por algumas rivalidades entre países platinos ainda no período colonial, questões como discórdia relativas aos litígios territoriais, disputa pela navegação fluvial da prata. De acordo com Esselin e Oliveira (2024) os povos originários que se estabeleciam em Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), em especial na órbita do Pantanal, foi fortemente atacado durante os confrontos de guerra, permanecendo, até hoje, memórias avivadas dos traumas na sociedade indígenas.

O conflito por ser longo causou impacto populacional, a guerra não foi apenas marcada por exércitos militares, mas também por diferentes sujeitos/as ocultados/as por uma história que privilegia os grandes heróis, por norma homens brancos, descendência europeia e de patente militar alta. De acordo com Beatriz Sarlo (2005), os “sujeitos que teriam sido legitimamente marginalizados⁴” a partir de uma narração do passado, demanda novos métodos sobre o “discurso de memória”. A partir dessa perspectiva, os diários, as cartas, documentos, romances, etc., são fontes importantes para manter as histórias e lembranças vivas. Essas narrativas sobre participação indígena no conflito bélico são intensas em suas memórias, haja vista que são grupos subalternizados, silenciados e esquecidos, nos quais não obtiveram seus méritos e reconhecimento merecidos. Esse silenciamento e apagamento se deve, principalmente, por ser a história contada pelo “outro”.

A presente pesquisa justifica-se pelo fato que os indígenas lutaram ativamente durante

³ O conflito no Brasil é conhecido como Guerra do Paraguai, na Argentina e no Uruguai são denominados Guerra da Tríplice Aliança, e no Paraguai emprega-se os termos Guerra Guasu, Guerra Grande Guerra e Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. (DOCKHORN, 2021). Utilizo nessa pesquisa, os termos Guerra do Paraguai, Guerra Guasu e Grande Guerra como sinônimos.

⁴ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado, Cultura da memória e Guinada subjetiva*. Companhia das Letras, 2005, p.1



a Guerra do Paraguai/Guerra Guasu, porém existe uma ausência de informações sobre os mesmos em artigos, narrativas didáticas, etc. Segundo Spivak (2014) “não podemos falar pelo subalterno”, mas sim abrir espaço para esses grupos silenciados. Dessa forma, o foco é realizar uma análise sobre o tema e “trabalhar contra a subalternização⁵”.

Os objetivos da pesquisa se constituem em demonstrar a participação indígena na Guerra do Paraguai/Guerra Guasu, compreender suas atuações em solo-sul-mato-grossense, e analisar o silenciamento sobre esses povos no contexto da guerra.

De acordo com Adichie, (2009) a história única causa estereótipos surgindo-se uma imagem preconceituosa de tais indivíduos, a falsa informação ou investigação incompleta causa aos leitores o enganoso conhecimento que aquela averiguação é verdadeira. Sobretudo, ao deparar com narrativas diferentes poderá expor um olhar crítico, obtendo uma visão de mundo.

Dessa forma, não se pode negar e nem silenciar a participação indígena no contexto da guerra, deve-se criar estratégias para lembrar seu passado. GAGNEBIN (2006) enfatiza sobre os conceitos de lembrar encontrando-se recursos para combater o esquecimento em favor das memórias dos vivos, “há de ser transmitido porque não pode ser esquecido⁶”, no entanto, a realização da investigação da presente pesquisa corrobora para dar continuidade as sua identidade e história.

Mbembe (2018) em sua obra Necropolítica faz referência sobre o poder de impor quem deve morrer e viver, dessa forma o estado pauta uma política de letalidade contra as minorias, levando em considerações as questões indígenas, o apagamento de suas abordagens na guerra poderá levar o extermínio das práticas exercidas por eles.

2. DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS DA PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS NA GUERRA DO PARAGUAI

A Guerra do Paraguai ocorrida no século XIX não foi marcada somente pela atuação do Exército Imperial. A participação dos povos indígenas também foi considerável e, sobretudo, ativa. Indígenas do antigo Mato Grosso foram convocados pelo governo que recrutou reforço desses povos para lutarem contra o Paraguai, no qual foram alocados na Guarda Nacional. O papel de protagonista desempenhado por eles no conflito tinha por intuito

⁵ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. P. 16 e 17

⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Editora 34, 2018. (pp. 7)



a proteção do próprio território em que viviam. Muitos indígenas foram lançados ao conflito sem, na maioria das vezes, conhecimento de táticas e organização militares, para lutarem contra os paraguaios em prol da “pátria”.

Squinele e Dockhorn (2021) trazem uma importante contribuição para essa abordagem do tema ao tratar a presença dos sujeitos que são pouco abordadas e exploradas pelas historiografias oficiais, tendo em vista que o conflito platino:

atingiu mulheres e crianças, envolveu homens escravizados e homens pobres, negros e pardos na grande maioria. São sujeitos revelados, que por muito tempo foram ocultados, silenciados e invisibilizados por uma história que privilegiou os acontecimentos monumentais e os grandes nomes. (SQUINELO e DOCKHORN, 2021, p.101)

Dessa maneira proporciona significativos avanços de novos sujeitos e sujeitas de pesquisa sendo visibilizados ganhando espaço no cenário. Squinele (2021) demonstra a participação indígena a partir da ocupação paraguaia no cenário da antiga Província de Mato Grosso. Para defender suas terras os autóctones uniram-se as tropas imperiais, prestaram diversos serviços: “abriam trilhas e picadas; orientavam os soldados na região, pois conheciam as matas, rios, serras, acidentes geográficos etc.”⁷

A participação dos indígenas no contexto da Guerra do Paraguai a partir de autores/as que resgatam essa contribuição tem em vista trazer uma discussão mais contemporânea em torno dos invisibilizados na guerra. Vale destacar alguns trabalhos mais recentes realizados por pesquisadores/as tais como: Castilho e Garcia (2017).

Segundo Castilho e Garcia, (2017) em A Guerra do Paraguai e a usurpação dos territórios indígenas, menciona os indígenas Guaná, Kinikináu, e Laiana incorporaram na Guarda Nacional, reforçando o exército brasileiro garantindo e protegendo território nacional.

[...] Índios Guaná incorporados à Guarda Nacional, a maior parte deles era dos Terena, que perfaziam 216 índios, os Kinikináu, 39, enquanto os Laiana eram 20, totalizando 275 homens, que se mostravam dispostos e se ofereciam prontamente, servindo com dedicação. (CASTILHO; GARCIA, c2022 p. 2)

Esses autores enfatizam que a participação dos indígenas no conflito vai além de proteger suas terras de ataques paraguaios e assegurar posses de aldeias, como também resolver alguns problemas existentes como ameaças de fazendeiros devido aos abatimentos de

⁷ SQUINELO, Ana Paula, 150 ANOS DEPOIS: narrativas históricas de jovens estudantes brasileiros/as sobre a Guerra do Paraguai/Guerra Guasu a partir das aulas de História, *Clio* (Recife. Online), p. 154 Jul-Dez, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2021.39.2.2>.



bovinos que o indígena usava para alimentação. A anexação na Guarda Nacional foi uma escolha dos próprios indígenas que tinha por finalidade uma solução de todos esses problemas conflituosos existentes.

A serra de Maracaju foi uma região onde todas as populações procuraram como abrigo, e os indígenas contribuíram para a sobrevivência de todos os/as refugiados/as que passaram a viver no local. Os Terena foram responsáveis pela caça, pesca, aprisionamento de bois, coletas de frutas e todos os tipos de abastecimento de mantimento para os soldados.

Percebe-se, então, que os indígenas, principalmente os terena, deram apoio para os destacamentos do exército brasileiro em momentos de dificuldade como a fome. Nesse sentido, destaca-se a importância da participação dos terena para as tropas imperiais, pois eram conhecedores da região. Destaca-se também que os Terena sofreram grandes adversidades, relacionadas as questões da oscilação climática, das epidemias, das fumaças em função do fogo ateadado pelos paraguaios, constituíram-se em elementos que os indígenas tiveram que passar.

De acordo com Esselin e Vargas (2015), após a ocupação do antigo Mato Grosso pelo Paraguai, os indígenas tiveram que abandonar suas aldeias, fugiram dos ataques inimigos, para defender seus territórios, e se juntaram à população não-indígena, a partir de então os mesmos se colocam como protagonistas no conflito tornando-se responsáveis por exercerem nos campos de batalha o fornecimento e abastecimento de mantimento aos soldados, atuaram como tradutores e guias, cooperando pelos espaços geográficos devidos conhecimento dos territórios como as matas, serras, rios e relevos, favorecendo as travessias dos soldados pelas matas, abrindo trilhas e auxiliando como informante permitindo que as autoridades monitorassem as tropas paraguaias.

Os indígenas da etnia Terena, por serem os maiores produtores e agricultores, mantinham a alimentação dos combatentes. Em virtudes dessas informações é possível observar as várias ações e atitudes dos indígenas em defesa do território brasileiro, os exércitos imperiais tiveram grandes contribuições desses autóctones. Assim sendo, sem esses auxílios dos indígenas as tropas não conseguiriam se deslocar de um ponto a outro na antiga província de Mato Grosso. Embora a presença ativamente dos indígenas no episódio da guerra, tiveram alguns grupos como os Guató e Guaná que foram os mais afetados pelas doenças como a varíola e a cólera, tendo sofrido graves consequências dessas epidemias, fatores mortais que acentuou a redução da população desses grupos.

De acordo com Silva (2018), o Guaicuru, ancestrais do Kadiwéu, ofereceram ao exército brasileiro, homens, cavalos e reses. Nesse sentido, mesmo com forte vínculo com o



conflito bélico, o que averiguamos é uma significativa invisibilidade historiográfica dos indígenas nesse cenário. Porém, as novas pesquisas e enfoques que buscam mencionar a participação desses sujeitos no conflito, no qual contribuem para ampliação da participação dos mesmos, são ignorados ou pouco lembrados no contexto historiográfico tradicional. Essas narrativas estão vivas nas memórias indígenas, são grupos marginalizados, subalternizados, silenciados e esquecidos, nos quais não obtiveram seus méritos e reconhecimento merecidos.

Rosely Batista Almeida (2005) mostra uma presença ativa de indígenas na guerra contra o Paraguai. Sua pesquisa apresentou as diferentes etnias indígenas que participaram da Guerra do Paraguai. Os Guaicuru foram aliados do exército imperial no período na guerra, e esteve presente nos destacamentos do mesmo durante a invasão ao território paraguaio. Os Guaicuru eram chamados pelos paraguaios de Mbyá.

Os indígenas por terem uma participação constante na defesa da antiga província de Mato Grosso, os Guaná e Kadiweu lutaram com objetivo de impedir que suas terras ficassem sob domínio paraguaio. Os Terena e Guaicuru auxiliaram em capturar cavalos dos inimigos. Almeida (2005) comenta algumas das funções que os indígenas atuaram principalmente em passar informações a respeito dos paraguaios:

Os índios também foram auxiliares na função de informantes para as autoridades brasileiras sobre as atividades e acontecimentos relativos aos vizinhos paraguaios e bolivianos, na disputa pela demarcação de fronteiras. Também aparecem embrenhados no corpo do Exército brasileiro. O Exército adentrava em suas vidas, nos aldeamentos, distribuindo patentes através da Diretoria Geral dos Índios (ALMEIDA, 2005, p. 6)

Os indígenas por conhecer a região procedia em repassar informações e também fornecia moradia e passagem para os não indígenas, as realizações de trabalho indígena como a de remo eram constantes, essa atividade vinculava aos transportes de cargas comerciais ou de pessoas. Os indígenas Guaná exerceram um importante papel em destaque como divulgação de informação existente sobre a guerra, a partir deles a comunicação era rápida e intensa em épocas sem recursos para o mesmo.

Os Terena e Laiana, durante o conflito, foram expulsos de suas palhoças, e procuraram refúgios em matas por conta da ocupação paraguaia. Contudo, esses indígenas dedicaram as lavouras para a sobrevivência de todos, desde então passou a fornecer alimentos para os soldados brasileiros. A Guerra foi um marco para a vida desses povos, no qual participaram do conflito contra o exército paraguaio e de todos os sofrimentos durante o embate bélico.

Segundo Almeida (2005) a etnia Guató considerada nômade na região de Mato Grosso



lutou ao lado dos paraguaios, esses povos eram reunidos em pequenos grupos, viviam isolados, habitavam nas margens dos rios Paraguai e São Lourenço. Sobretudo, a partir da intensa participação dos povos indígenas na Guerra do Paraguai, foram expostos à violência física, humilhação, vista que muitos foram presos para servir a força imperial. O conflito fez com que abandonassem suas terras e procurassem abrigos em outros lugares. As consequências em torno desses povos causam ainda marcas profundas na cultura e memórias desses grupos, são questões que não podem ser silenciadas.

Adriana Vargas Marques (2024) em *um Exército invisível: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai* analisa os indígenas em um envolvimento direto e indireto destacando para as etnias Guaicuru uma participação mais efetiva e direta de indígenas das etnias Guató, Guaná, Terena, Coroado e os Chamacoco. Em vistas dessas etnias, a autora enfatiza para alguns documentos que informa a participação dos Guaicuru na Guerra, porém, não especifica a etnia que se refere. A autora indaga algumas críticas aos não registros dos indígenas em documentos, enfatizando como respostas a uma forma de prevenir pensões, pagamento ou indenização, ou quaisquer tipos de gratificação por atuarem na Guerra do Paraguai. Dessa maneira, a participação indígena acarreta um verdadeiro exército invisível.

De acordo com Vera Lucia Vargas em *Os Índios Terena e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870)* a participação ativa dos indígenas no conflito no contexto na defesa do território e com os interesses governamentais, tinha como expectativa garantir os direitos, bem como a posse de terra. Vargas ressalta que os Terena passaram a exigir do governo brasileiro a posse de seus antigos territórios, de um lado encontravam os fazendeiros reivindicando as terras e os Terena de outro exigindo a legalização do território, dessa forma existiu por parte do governo uma certa preocupação em recomençar o processo político de aldeamento. Com as demandas exigidas pelos indígenas Kadiwéu acarretou o recebimento de 70 mil hectares de terras em Nabileque/Bodoquena, recebida pelo governo do Mato Grosso.

Nessa perspectiva, os Terena passaram a pressionar as autoridades para demarcar suas terras. O presidente da antiga província passou a agradar os Terena dando como retribuição fardamentos e ferramentas como símbolo e recompensa por lutarem na Guerra do Paraguai, esse ato adotado pelo governo fez com que os indígenas se sentissem privilegiados.

Os Terena em sua maioria concentram-se perto do rio Aquidauana e Miranda em razão da guerra, cujo território tradicional, eram terras pequenas que não dava para se viver:

Era a situação dos índios Terena que reivindicaram as terras que, eram ocupadas por eles, antes da guerra, assim como aquelas onde eles se estabeleceram durante e após essa mesma guerra, os quais são: as aldeias de Buriti, atualmente em Sidrolândia e Dois irmãos do Buriti; Brejão, na região de Nioaque e Limão Verde na região de Aquidauana. (VARGAS, 2005, p. 8)



Somente no século XX com movimentos e ações dos Terena, a aldeia Cachoeirinha teve a legalização como uma reserva dos indígenas, só muito tempo depois que as outras aldeias tiveram suas terras legalizadas.

Com o fim do conflito bélico os indígenas voltaram às suas antigas aldeias, porém, encontraram todas invadidas por fazendeiros. O término da guerra representou para esses povos originários perdas de seus territórios, a destruição sistemática de suas aldeias e, a mortalidade em função das doenças. Com suas terras invadidas assumiram a condição de trabalho como agricultores e vaqueiros em fazendas que eram seus territórios. As lutas durante a guerra tinham por objetivo defender suas áreas e garantir a posse das mesmas, infelizmente seus direitos não foram assegurados pela elite e pelo governo brasileiro.

A migração se tornou frequente devido às graves consequências que a guerra os deixou, a impossibilidade de aproveitamento no âmbito de desfrutar das terras e de sobreviver delas devido às perdas de suas propriedades e o cercamento de fazendas tornou suas terras insuficiente para abrigar suas famílias, a partir disso esses povos são obrigados a encontrar solução como a busca de trabalho longe das aldeias, vivenciando em áreas urbanas, contribuindo assim para a perda da língua materna, em função do convívio com a população urbana no qual se multiplicou em razão das necessidades impostas pelo cotidiano.

No pós-guerra surgiram reflexos que caracterizam profundamente de formas negativas os indígenas, algumas aldeias como as de Aquidauana e Miranda foram praticamente desaparecidas. Com o fim da guerra da Tríplice Aliança foi estabelecido aos indígenas a retornarem às aldeias com intuito de restabelecer e reconstruir seus antigos lares.

Tais fatos corroboraram para diversas atrocidades como a humilhação, desrespeito, violências físicas, inúmeras vidas perdidas. No entanto, a história desses povos é intencionalmente ocultada na historiografia e na memória nacional, tendo em vista que essas apenas prestigiam aqueles tidos como grandes nomes elencados no episódio. A presença dinâmica protagonizada pelos indígenas no combate não são registradas na história, pois a narrativa é estabelecida e escrita pelo vencedor. Nesse cenário, pesquisadores/as procuram reverter esse quadro e demonstrar a construção de uma identidade constituídos pelo protagonismo indígena na grande guerra.

Outro trabalho que destaco é o de Edson Silva (2015) intitulado A História contada pelos que voltaram: história e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai, no qual o autor resgata uma história da participação indígena na guerra a partir da memória no âmbito da oralidade. Como o recrutamento do povo indígena, os diversos conflitos da posse de terra, através desse estudo são resgatadas essas questões com ênfase na região



Nordeste do Brasil e com destaque para as etnias Xukuru e Fulni-ô, do interior de Pernambuco, bem como os Kariri, Xukuru-Kariri de Alagoas.

Segundo Silva (2015) ao iniciar a Guerra do Paraguai e com o prolongamento do conflito dificultou os recrutamentos de novos soldados na Guarda Nacional. O Governo Imperial materializou o programa chamado “Voluntários da Pátria”, onde, a partir das batalhas ofensivas e a redução dos alistamentos militares, foi empregado o recrutamento forçado, atingindo os indígenas das Regiões Centro-Oeste e nordeste.

As memórias do povo Xukuru são lembrados pelos 30 indígenas “voluntários” que lutaram na batalha de Tuiuti, no qual faleceram 12. Os Xukuru relatam que seus antepassados ao voltar da guerra trouxeram medalhas, espadas, roupas militares, “título de terra” e toda forma de prêmio como símbolo da batalha.

Os Fulni-ô relataram que cinquenta indígenas foram lutar na guerra, porém todos foram mortos no combate. O recrutamento era, evidentemente, forçado:

Sobre o recrutamento, Elpidio em sua narrativa confirmou o que aparece na documentação escrita: “Os índios daqui eles foram a pulso! Eles foram a pulso paraessa tal da GP. Quem não queria ir, foi um puxão! Eles foram na marra! Pegaram a pulso. E foi uma poção de gente dessa cidade também, foi pobre e 50 rico”. O entrevistado relatou o que ouviu sobre um momento do recrutamento na Aldeia Panema (Águas Belas/PE). (SILVA, 2015, p. 1052–1053)

Os indígenas Wassú foram recrutados para milícia pública, trabalhando em obras públicas como aberturas de canais, aterros, obras de saneamento. Com as precariedades provou mortes e fugas dos xucuru-kariri. A partir dessas memórias sobre a participação de seus antepassados tem muito significado, pois a partir de uma identidade reconstrói uma afirmação a respeito dos direitos pertencentes aos povos indígenas.

Esses estudos acadêmicos demonstram o processo de recrutamento e engajamento dos indígenas na Guerra do Paraguai, lutando para proteger suas terras no qual habitavam, e ao término do conflito sofreram inúmeras consequências, suas terras foram reconhecidas somente tempos depois, e aldeias destruídas, cujas ações informações são silenciadas.

O processo de silenciamento dos povos originários nas narrativas constituídas sobre a Guerra nos demonstra a dinâmica desigual em relação a como esses povos indígenas são retratados, tendo em vista que existe uma classe dominante obtendo poder sobre a outra considerada “inferior”. Dessa forma pode-se citar o autor Orlando Patterson (2008) que indaga os seguintes aspectos:



Relações de desigualdades ou dominação, que existem sempre que uma pessoa tem mais poder do que a outra, estendem-se por um *continuum* que inclui desde aquelas de assimetria mínima até aquelas em que uma pessoa é capaz de exercer, impunemente, um poder total sobre a outra. Relações de poder diferem entre si não apenas em grau, mas também em tipo. (PATTERSON, 2008, p. 19)

Portanto, a dominação sobre os/as sujeitos/as predomina na questão indígena, dessa forma ganham-se visibilidades e espaços sociais as “elites”, nos livros didáticos no conteúdo Guerra do Paraguai apenas são mencionados os grandes combatentes do conflito conhecidos como “heróis” que são homens brancos de patente militar e o registro daquilo que é tido como seus feitos em campo de batalha.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências das documentações estudadas e analisadas pelos autores e autoras discutidos/as, comprovam o recrutamento dos indígenas na Grande Guerra no século XIX. Podemos salientar que os povos originários sofreram fortes impactos em seus territórios durante e pós-guerra. Com o recrutamento forçado tiveram que se submeter a várias atrocidades, enfrentando, por exemplo o vírus da varíola e do cólera, bem como confrontos de armas de fogo e em busca de assegurar suas terras tiveram que lutar desprovidos de conhecimento bélico em meio a um campo de batalha inóspito e insalubre.

Passando-se mais de 150 anos da Guerra do Paraguai, os traumas e os efeitos negativos continuam nas memórias desses povos que tiveram suas moradias e vidas completamente afetadas no sangrento conflito bélico. Esses eventos são rememorados por esses povos e materializados em estudos como: teses, dissertações, livros, documentários, artigos, coletâneas etc. Porém, até hoje, pouco é feito para recompensar a participação indígena na contenda. Bens materiais e imateriais foram perdidos no conflito histórico. Ressalta-se que mesmo em narrativas didáticas.

Por fim, advogamos que o protagonismo indígena na Guerra do Paraguai é digno de reconhecimento, prestígio e mérito. A atuação dos autóctones no conflito merece espaço na historiografia, no entanto, são histórias desconsideradas, silenciadas, ocultadas, subalternizadas, marginalizadas, enfim são obliteradas na história. Esse evento continua vivo em memórias, em rituais, são lembrados como identidade pelos indígenas, por isso a necessidade de continuar a investigar e a lutar para que esses sujeitos e sujeitas e suas vozes sejam escutadas.



4. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: companhia das Letras, 2009. Disponível em: Estudos Interdisciplinares entre Literatura, História e as Pedagogias do Corpo - Google Drive acesso: 13 de mai. 2024

ALMEIDA, Rosely. **A Guerra do Brasil com o Paraguai: A presença de grupos indígenas no conflito (1860-1870)**. Londrina, 2005. Disponível em: 1548206573_96e9b60f77444cbbd7b8b9eaf237cb51.pdf Acesso em: 28 de mai. 2024

AZEVEDO, Renan Ramires de.; BATISTOTE, Maria Luceli Faria. **Análise semiótica do texto escultura “Cavaleiro Guaicuru”, Fólio** – Revista de Letras, v. 14, n. 1, 2022.

ESSELIN, Paulo Marcos; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A participação dos indígenas da banda meridional da capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai**. História: debates e tendências, v. 15, n. 2, p. 367-382, 2015. Disponível em: 5647-Texto do artigo-18463-4-10-20160114 Esselin Vera.pdf acesso em: 20 de mai. 2024.

ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Jorge Eremites. **A Grande Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870) : história, historiografia e memória**. Palmas 2024. Disponível em: 7b7a76_10e66efcabc54ed9a46c79718f33125f.pdf (wixlabs-pdf- dev.appspot.com) acesso em 3 de jun. 2024.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2018. Disponível em: GAGNEBIN, Jeanne Marie. O que significa elaborar o passado.pdf (usp.br) acesso em: 25 de mai. 2024.

GARCIA, Adilson de Campos Garcia; CASTILHO, Maria Augusta de. **A Guerra do Paraguai e a usurpação dos territórios indígenas**. Revista do Exército Brasileiro, v. 153, n. 3, p. 79-88, 2017. Disponível em: Vista do A Guerra do Paraguai e a usurpação dos territórios indígenas (eb.mil.br) Acesso em: 3 de jun. 2024.

MARQUES, Adriana Vargas. **Um exército invisível: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai**. Revista Urutágua-No, 2006. Disponível em 10marques (1).pdf Acesso em: 30 de mai. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018. Disponível em: Estudos Interdisciplinares entre Literatura, História e as Pedagogias do Corpo - Google Drive acesso em: 20 de mai. 2024.

ORLNADO, Patterson. **Escravidão e Morte Social: Os elementos Constituintes da escravidão**. Disponível em: Escravidão e Morte Social _ TOAZ.INFO (1).pdf acesso em 20 de jun. 2024.

SARLO, Beatriz, **Tempo Passado, Cultura da memória e guinada subjetiva**. Companhia das Letras, 2005. Disponível em: Beatriz Sarlo.pdf acesso em 13 de mai. 2024.

SILVA, E. **A história contada pelos que voltaram”**: história e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai, Diálogos (Maringá. Online), v. 19, n.3, p. 1043-1063, set.- dez./2015. Disponível em: 33730-Texto do artigo-151045-1-10-20161008 (1) (1).pdf acesso em: 02 de jun. 2024.



SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. Disponível em: Pré-projeto de mestrado inscrição.pdf acesso em: 18 mai. 2024.

SQUINELO, A. P.; DOCKHORN, V. L. **Oficinas de História:** Temas para o ensino da Guerra do Paraguai-sujeitos, cotidiano e Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2021.

SQUINELO, Ana Paula, 150 ANOS DEPOIS: narrativas históricas de jovens, estudante brasileiros/as sobre a Guerra do Paraguai/Guerra Guasu a partir das aulas de História, **Clio** (Recife. Online), p. 154 Jul-Dez., 2021, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2021.39.2.2>. Acesso em: 09 de ag. 2024.

VARGAS. Vera. **Os Índios Terena e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870)**. Londrina, 2005. Disponível em: ANPUH.S23.1593 (1).pdf acesso em: 01 de jun. 2024.